

**SIMPÓSIO
INTERNACIONAL
DE ARQUIVOS**

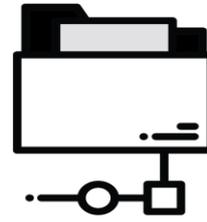


Arquivo, documento e informação em cenários híbridos.

Caderno de Resumos

Associação de Arquivistas de São Paulo
Dezembro
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS



Arquivo, documento e informação em cenários híbridos.

REALIZAÇÃO



ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO
ARQ-SP

APOIO



FNArq
FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL

Simpósio Internacional de Arquivos
Arquivo, documento e informação em cenários híbridos

Caderno de Resumos

Evento on-line, 05 a 13 de dezembro de 2020

<https://www.simposiointernacionaldearquivos.com/>

Associação de Arquivistas de São Paulo

2020

Copyright © 2020 dos autores

Todos os direitos desta edição reservados à Associação de Arquivistas de São Paulo
ARQ-SP - Avenida Prof. Lineu Prestes, 338, Sala N – Cidade Universitária 05508-000 – São Paulo –
SP - Site: <https://arqsp.org.br>

Reprodução autorizada, desde que citada a fonte
A revisão ortográfica e a normalização das referências são de responsabilidade dos autores

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO

Diretoria

Ana Célia Navarro de Andrade (presidente)
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (vice-presidente)
Camilla Campoi (secretária)
Raquel Oliveira Melo (tesoureira)

Conselho Fiscal

Ana Maria de Almeida Camargo
Heloísa Liberalli Bellotto
Johanna Wilhelmina Smit

Diagramação: Associação de Arquivistas de São Paulo

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Simpósio Internacional de Arquivos da Associação de Arquivistas de São Paulo:
ARQ-SP.

Caderno de resumos [recurso eletrônico]: Arquivo, documento e
informação em cenários híbridos: Simpósio Internacional de Arquivos da Associação
de Arquivistas de São Paulo: ARQ-SP / organização: Ana Célia Navarro de Andrade,
Camilla Campoi, Clarissa M.S. Schmidt, Raquel Oliveira Melo. São Paulo: ARQ-SP, 2020.

154 p. :- (Eventus, 7).

ISBN 978-65-991726-3-2

1. Arquivos. 2. Arquivologia. I. Andrade, Ana Célia Navarro de. II. Campoi,
Camilla. III. Schmidt, Clarissa M. S.. V. Melo, Raquel Oliveira. IV. Título. V. Série.

CDD - 025.1

Comissão Organizadora e Científica do Simpósio Internacional de Arquivos da Associação de Arquivistas de São Paulo

Comissão organizadora

Ana Célia Navarro de Andrade
Ana Maria de Almeida Camargo
Camilla Campoi de Sobral
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Heloísa Liberalli Bellotto
Johanna Wilhelmina Smit
Raquel Oliveira Melo

Comissão científica

Ana Célia Navarro de Andrade (ARQ-SP)
Ana Célia Rodrigues (UFF)
Ana Maria de Almeida Camargo (USP) – Coordenadora da Comissão
Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)
Camilla Campoi (Grifo Projetos/Fundação FHC)
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)
Daniel Flores (UFF)
Heloísa Liberalli Bellotto (USP)
Humberto Celeste Innaelli (UNICAMP)
Janice Gonçalves (UDESC)
Johanna Wilhelmina Smit (USP)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
Josemar Henrique de Melo (UEPB)
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (UFF)
Luciana Heymann (FIOCRUZ; UNIRIO)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (Museu Imperial)
Mauro Domingues (Arquivo Nacional)
Natália Bolfarini Tognoli (UFF)
Raquel Oliveira Melo (USP)
Raquel Pret (UFF)
Renato de Mattos (UFF)
Renato Venâncio (UFMG)
Sonia Maria Troitiño Rodriguez (UNESP)
Tania Barbosa Salles Gava (UFES)

SUMÁRIO

Apresentação	07
Conferências	08
Mesas-redondas	10
Minicursos	23
Seminários Temáticos	28
Pôsteres	133

APRESENTAÇÃO

Neste Caderno de Resumos, que a Associação de Arquivistas de São Paulo tem o prazer de entregar aos participantes do I Simpósio Internacional de Arquivos, é possível encontrar as ementas de todos os trabalhos que serão apresentados na longa jornada que vai de 5 a 13 de dezembro de 2020: conferências, mesas-redondas, minicursos, seminários temáticos e pôsteres, com seus respectivos autores.

O tema do evento - *Arquivo, documento e informação em cenários híbridos* - é suficientemente amplo para comportar os problemas que vêm ocupando os profissionais da área nas últimas décadas, em sintonia com o processo de virtualização a que se submetem os procedimentos e os conceitos típicos de nossa disciplina. O alto índice de adesão ao Simpósio e a variada gama de comunicações selecionadas, distribuídas pelos 8 eixos em que o tema geral foi subdividido, dão bem a medida do sucesso da iniciativa e nos estimulam a projetar outros encontros similares.

São Paulo, 5 de dezembro de 2020.

Ana Célia Navarro de Andrade

Presidente da ARQ-SP

CONFERÊNCIAS

Conferência de Abertura

05 de dezembro de 2020, às 16h

Conferencista: Prof. Dr. Ramón Alberch i Fugueras

Título: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos

Resumo: El impulso de la denominada transformación digital/transición digital ha generado la aparición de los denominados escenarios híbridos caracterizados por la utilización integrada de distintos soportes documentales (papel y digital) y el reto de hacer compatible la interacción entre distintas herramientas y soluciones tecnológicas a lo largo de todo el ciclo de vida de los documentos. La velocidad e intensidad de este cambio ha propiciado que el colectivo profesional de archiveros-gestores de documentos se haya visto impelido a trabajar en un doble frente: de una parte dar respuesta a esta transición “convivencial” en el trabajo cotidiano; de otra repensar la profesión y reformular algunos de sus conceptos y principios. Y la respuesta del colectivo hasta el momento no ha sido unánime si atendemos a los diferentes enfoques realizados desde una perspectiva positivista o desde un enfoque postmodernista. A su vez, esta ineludible y forzada transición ha propiciado la necesidad de gestionar el cambio sin interrupciones de alto impacto, pero a la vez ha obligado a identificar con nitidez aquellos elementos más sustanciales en este nuevo escenario híbrido. Como elementos de impacto más remarcables debemos tomar en cuenta:

- La renovación del contexto legal y normativo muy influenciado por la legislación de impulso del gobierno abierto y las políticas de acceso, transparencia y rendición de cuentas.
- Un profundo debate sobre la “identidad” profesional, que se visibiliza en algunos cuestionamientos de la propia denominación de la profesión, la adscripción orgánica y ubicación jerárquica del servicio de gestión de documentos y archivo, además de la convicción que es imprescindible incentivar el trabajo colaborativo y la alianza interdisciplinar con otras profesiones.
- Una reformulación de los conceptos y principios de la archivística, sometidos a un impacto notorio de las tecnologías, las redes y las fórmulas de comunicación.
- Una ineludible revisión de la metodología, con la suma de nuevas herramientas y protocolos que se deben incorporar a los procesos e instrumentos comúnmente aceptados (firma electrónica, digitalización e impresión segura, catálogos de formatos, implementación de la firma electrónica) y la convulsión en aspectos tan capitales como el acceso, la valoración y la preservación digital.
 - También un ineludible replanteamiento de la formación y la capacitación a todos los niveles, con especial énfasis en las nuevas competencias y habilidades profesionales.
 - Y, finalmente, un proceso de gestión del cambio, en la medida que esta transición comporta acciones de sensibilización y de prevención de posibles resistencias ante una ruptura con la tradicional cultura burocrática.

Palavras-chave: Archivos híbridos; gestión del cambio; nuevas competencias; reformulación disciplinar; transición convivencial.

Conferência de encerramento

13 de dezembro de 2020, às 18h

Conferencista: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

Título: A organização do conhecimento em arquivos

Resumo: Considerando a organização do conhecimento como um campo interdisciplinar voltado aos processos, produtos e instrumentos envolvidos na sistematização e na representação do conhecimento registrado e socializado, discutem-se as peculiaridades inerentes ao conhecimento arquivístico, à luz da abordagem sociocognitiva de Hjørland (2002) no âmbito da análise de domínio.

Palavras-chave: Organização do conhecimento; Arquivística; Análise de domínio.

Encerramento do Seminário Internacional de Arquivos, com breve relato sobre as atividades do evento.

MESAS -REDONDAS

1. Diálogo sobre Ensino de Arquivologia

Dia 05/12/2020, 18h

Palestrantes

Profa.Dra. Anna Szlejcher (Universidad Nacional de Córdoba/Argentina)

Prof. Dr. Renato Venâncio (UFMG)

Coordenação: Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos (UFPB)

2. Diálogo sobre Autenticidade de Documentos Digitais

Dia 11/12/2020, 14h

Palestrantes

Profa. Dra. Luciana Duranti (University of British Columbia/Canadá)

Dra. Rosely Curi Rondinelli (membro do Caribbean and Latin America InterPARES Dissemination - CLAIID TEAM)

Coordenação: Gabriel Moore Forell Bevilacqua

3. Diálogo sobre Tipo documental

Dia 09/12/2020, 14h

Palestrantes

Profa. Dra. Antonia Heredia Herrera (Universidad de Sevilla/Espanha)

Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues (UFF)

Coordenação: Profa. Dra. Cynthia Roncaglio (UNB).

4. Diálogo sobre Política de Arquivos

Dia 13/12/2020, 15h

Palestrantes

Profa. Dra. Alicia Casas de Barrán (Universidad de la República/Uruguay)

Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO).

Coordenação: Prof. Dr. Welder Antônio Silva (UFMG).

5. Diálogo sobre Arquivo, Fotografia e Direitos Humanos

Dia 06/12/2020, 17h

Palestrantes

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez (UnB)

Prof. Dr. Alfredo Fabián Hernández Muñiz (Universidad de la República/Uruguay).

Coordenação: Prof. Dr. Jorge Eduardo Enriquez Vivar (UFRGS).

6. Diálogo sobre Classificação de Documentos

Dia 08/12/2020, 14h

Palestrantes

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

Profa. Dra. Clarissa Schmidt (UFF)

Coordenação: Lilian Miranda Bezerra (Arquivo Geral da USP).

7. Diálogo sobre o e-ARQ Brasil (versão atualizada)

Dia 11/12/2020, 18h

Palestrantes

Profa. Dra. Margareth Silva (UFF)

Claudia Lacombe (ARQUIVO NACIONAL)

Coordenação: Neire do Rossio Martins (UNICAMP).

8. Diálogo sobre a trajetória da Arquivologia na América Latina

Dia 07/12/2020, 14h

Palestrantes

Prof. Dr. Claudio Ogass Bilbao (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos (Fundação Oswaldo Cruz).

Coordenação: Prof. Dr. Francisco Cougo Jr. (UFSM).

9. Diálogo sobre a Informação e os Arquivos

Dia 10/12/2020, 10h

Palestrantes

Profa. Dra. Angélica Alves da Cunha Marques (UnB)

Prof. Dr. Patrice Marcilloux (Université d'Anger).

Coordenação: Profa. Dra. Johanna Wilhelmina Smit (USP).

RESUMOS

Dilemas y expectativas de la educación archivística en el siglo XXI

Anna Szlejcher

El objetivo de esta presentación es reflexionar sobre la formación archivística en América Latina, cuya característica no es uniforme sino que se expresa, a través de distintos niveles en escuelas universitarias, cursos sistemáticos universitarios o no y, en algunos casos con formación de posgrado. Actualmente observamos una profunda transformación de la sociedad y de su entorno, situación que nos afecta tanto en el aspecto individual como en el social. Obsesionados en desarrollar el capital humano, los docentes no entrenados en el manejo de tecnologías digitales fueron bruscamente arrojados del espacio presencial a la esfera virtual. Ahora, forzados a aprender disruptivamente, realizan videoconferencias, indagan en diferentes plataformas y acuden a su creatividad pedagógica. La aceleración de los cambios, las innovaciones tecnológicas y el progreso científico ponen a la educación frente a complejas situaciones y a desafíos. Por lo tanto, es imprescindible la reflexión sobre la realidad para encontrar soluciones significativas y válidas. Como lo expresara Luciana Duranti – una ineludible referente en la formación archivística – es en extremo variada la educación que reciben los archivistas según el continente, el país, o la universidad a la que pertenecen. Diferencias que, entiende, dependen de la propia historia de los respectivos países, de sus estructuras y tradiciones archivísticas, de los fondos documentales que preservan y de factores de situación, como la orientación de los currículos. Una consideración especial merece el tipo de área de conocimiento en la cual se inserta la formación archivística; por cuanto las intenciones institucionales marcan las clasificaciones y ordenamientos de los contenidos curriculares. Y éstos se verán reflejados en la educación archivística, que se diferenciará según el ámbito institucional en que se impartirá. Es decir, ya sea incorporada a la formación documental y bibliotecológica, caso Universidad Nacional de Buenos Aires, o ya sea en el área de las Ciencias de la Información, caso la Universidad Nacional del Nordeste, provincia del Chaco. En el caso de Córdoba Aurelio Tanodi – quien dio entidad a la enseñanza de la Archivología en la Argentina y Latinoamérica – afirmaba constantemente su propia convicción de la preeminencia de la archivología sobre todas las demás disciplinas en la formación sistemática de los archivistas. Y, además, postulaba que la carrera de archivistas estuviese separada aunque se dictase en escuelas o departamentos comunes a otras ciencias, porque así – decía – "ofrece mejor garantía de concentrar el interés y el enfoque en la problemática netamente archivística". Otro aspecto a considerar está referido a los propósitos formativos e instructivos. Coexisten aspectos del conocimiento que quedan en segundo lugar, o ni siquiera son considerados. La disputa entre lo teórico y lo práctico, o entre ciencia y arte, entre lo particular y lo general, entre los gestores de documentos y los archivistas, es una discusión siempre presente en el campo de la Ciencia Archivística y, al parecer, no hay manera de resolver la cuestión sin agrietar una integridad que es, a mi entender, fundamental. En cualquier caso, es evidente que la formación archivística se enfrenta, además, a problemas entre lo propio y lo complementario que responden a las intencionalidades o perfil profesional. Lo que no debe ocurrir es que en la búsqueda de la especificidad de la formación archivística se olvide lo contextual. Olvidar el impacto social del conocimiento, así como el influjo que recibe de la sociedad implica diseñar currículos carentes de pertenencia sociocultural. Es muy importante, además, que como educadores concibamos el currículo como una realidad interactiva entre docentes y estudiantes. Los estudiantes se merecen currículos académicos que adopten la disrupción y la transformación digital para inspirarlos a satisfacer las necesidades de nuestra sociedad global. Es decir, que el conocimiento generado por la ciencia y la tecnología pueda jugar

en la construcción de la realidad archivística que queremos lograr; una realidad con capacidad para aprovechar las oportunidades y responder con éxito a los desafíos.

Por uma cronologia do ensino de arquivologia

Renato Venancio (ECI-UFMG)

As instituições destinadas ao ensino de Arquivologia surgem em diferentes épocas históricas. Na Europa, elas datam do século XIX e são marcadas pelo contexto intelectual desta época, principalmente no que diz respeito ao surgimento da área de História Metódica, que passou a fundamentar o conhecimento do passado a partir dos documentos de arquivo. As demandas crescentes de acesso a documentos de arquivo, para a pesquisa histórica, exigiu grandes esforços, no sentido de organização dos fundos e coleções, assim como do desenvolvimento de instrumentos de pesquisa para a recuperação das informações, sendo que o “Manual dos Arquivistas Holandeses” representa um dos ápices dessa tradição. Tal situação também será a matriz intelectual dos primeiros cursos de Arquivologia que se tem notícia, como o da *École Nationale des Chartes*, centrado no ensino de paleografia e estudos de idiomas antigos, como o latim, além do conhecimento de direito medieval. Outro período fundamental na constituição do ensino de Arquivologia ocorre no século XX, com o surgimento da administração científica e dos sistemas burocráticos. Tanto a racionalização dos procedimentos da administração pública como também a estruturação de normas e leis dessa administração são fenômenos que ocorrem em diferentes países. A administração científica, por exemplo, é particularmente desenvolvida nos Estados Unidos, enquanto o aprimoramento dos sistemas burocráticos ocorre primeiramente na Alemanha. Eventualmente, porém, no plano individual houve a fusão dessas experiências dando origem a importantes protagonistas da área, como no caso do Ernst Posner, arquivista do Estado prussiano, que no contexto da Segunda Guerra Mundial, migrou para os Estados Unidos, onde foi consultor do governo federal desse país e pioneiro no ensino de Arquivologia. Tal situação, por sua vez, levou à divisão na formação profissional da área, com o surgimento dos arquivistas-historiadores e aqueles provenientes de cursos de Administração, como no caso dos *records menager*. O Brasil insere-se nesses contextos, mas também apresenta marcas próprias. Na maior parte do século XX, esse país foi caracterizado pela ausência de instituições de ensino de Arquivologia, salvo iniciativas do Arquivo Nacional e de cursos avulsos de curta duração. Na década de 1970 é que se pode afirmar que se consolida o ensino de Arquivologia no Brasil, por sua progressiva incorporação às universidades. Esse contexto constitui o período em que a área de Biblioteconomia-Documentação está consolidada. Portanto, a matriz do ensino de Arquivologia brasileira dependeu das tradições acima delineadas, como também de características próprias. Essa perspectiva cronológica serve, porém, apenas como uma ferramenta geral para compreensão da tendência da formação do ensino de Arquivologia. Esse quadro torna-se bem mais complexo quando individualizado, pois o mesmo indivíduo pode estar inserido em diferentes experiências em termos de formação e de experiência profissional. Esses foram os casos daqueles que podemos denominar como “pioneiros” do ensino de arquivologia no Brasil, em outras palavras, aqueles cuja trajetória de vida é marcada por múltiplos processos formativos, em História e em Documentação, ou na administração pública, ou ainda na vivência em centros de formação internacional. Em alguns casos, houve a confluência de ao menos duas experiências formativas, como no caso de José Pedro Pinto Esposel, noutros casos constata-se a confluência de conjuntos ainda mais amplos de experiências formativas, como no caso de Heloísa Liberalli Bellotto, com grande impacto na área. A trajetória dessa última, nesse sentido, confunde-se com a constituição do ensino de Arquivologia no Brasil, não só em termos de conteúdo desse ensino, como também de sua efetiva implantação em diferentes universidades.

Credibilidade dos documentos arquivísticos em diferentes ambientes tecnológicos digitais.

Rosely Curi Rondinelli
Claid Team – Projeto InterPARES

Com esse título pretende-se abordar a questão da CREDIBILIDADE (trustworthiness), ou seja, da CONFIANÇA (trusting) que se pode ter, ou não, nos documentos arquivísticos em ambientes digitais que vão de sistemas informatizados locais até os conectados em redes nacionais e internacionais. Nesse contexto, procura-se demonstrar que mesmo em tecnologias de ponta como nuvem, block chain e inteligência artificial, os princípios teórico-metodológicos da diplomática e da arquivologia se adequam perfeitamente e atuam como garantidores da credibilidade dos documentos arquivísticos gerados em sofisticados ambientes tecnológicos. Como ponto de partida retoma-se a questão da diplomática clássica e da diplomática moderna, tratando-se de esclarecer que não se trata de uma evolução da diplomática clássica para a moderna mas da existência em paralelo de ambas com objetos diferentes. Assim, enquanto a diplomática clássica (nascida no século XVII) estuda os documentos de valor legal e com uma visão retrospectiva, ou seja, documentos de séculos atrás, a diplomática moderna (nascida no século XX) estuda todas as espécies e tipos documentais e com uma visão retrospectiva, ou seja, documentos já produzidos, e prospectiva, isto é, documentos que ainda serão produzidos. Isto significa que a diplomática moderna está preocupada com todo o ciclo de vida dos documentos, da produção à preservação. A partir daí, as razões para a diferença de abordagem da diplomática clássica para a moderna são apresentadas, culminando com a chegada da tecnologia digital e suas repercussões na produção, manutenção, transmissão e preservação dos documentos arquivísticos bem como nos conceitos diplomáticos de credibilidade, confiabilidade, acurácia e autenticidade. Na sequência, aborda-se o conceito de autenticação bem como as chamadas tecnologias de autenticação de documentos como assinatura digital e block chain. Em relação à primeira, ressalta-se que esta garante a autenticidade no espaço mas não no tempo uma vez que está relacionada à cadeia de bits do documento a qual se altera a cada migração fazendo com que a assinatura não corresponda mais o documento migrado. Essa impossibilidade de permanência da assinatura digital faz com que a mesma seja um elemento de autenticação e não de autenticidade. Já no tocante ao block chain, destacam-se as lacunas dessa tecnologia em relação aos princípios arquivísticos sendo uma delas o fato de não possibilitar o estabelecimento da relação orgânica. O tema Inteligência Artificial e sua repercussão no mundo arquivístico é também mencionado. Informa-se sobre iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos em relação ao assunto. Finalmente, aborda-se a questão da formação do profissional de arquivos frente à tecnologia digital. Até que ponto os conteúdos programáticos dos cursos de Arquivologia no Brasil estão, de fato, preparando arquivistas capazes de aplicar o conhecimento teórico-metodológico da área a um mercado de trabalho cada vez mais tecnológico e interconectado.

Palavras-chave: credibilidade, confiabilidade, acurácia, autenticidade, autenticação.

El tipo documental, de la Diplomática al metadato

Antonia Heredia Herrera

Estamos en un cruce de caminos: una encrucijada que nos obliga a avanzar, repensando mejor que inventando. La Archivística ha evolucionado lo suficiente para abordar los cambios que las nuevas tecnologías imponen, pero no puede dejar de aprovechar principios, conceptos, términos que estaban suficientemente asentados y siguen siendo útiles en el nuevo escenario que nos ha tocado vivir. Es el caso de tipo documental, término y concepto que parte de la Edad Media y cuya metodología aprendimos de la Diplomática. Su evolución, desde característica documental, pasando por atributo, hasta llegar a metadato se reconoce sin esfuerzo. Su necesidad y uso estuvieron marcados desde el principio y hoy sigue siendo imprescindible para el reconocimiento, representación y recuperación no solo de los documentos analógicos sino de los electrónicos. Como atributo o metadato continúa siendo obligatoria su aplicación. Insistiremos en su identificación y en la relación con las actividades que testimonia y destacaremos su importancia al facilitar la denominación del documento y de las series.

PALABRAS CLAVE: atributo,, metadato, terminología, tipo documental.

URUGUAY: variaciones sobre políticas archivísticas SXXI.

Alicia Casas de Barrán
(Universidad de la República/Uruguay)

Este trabajo parte de un breve repaso al escenario archivístico de los últimos 20 años tocando algunos mojoneros para entender sobre que políticas archivísticas estamos asentados hoy, en estos contextos híbridos donde es posible andar caminos diversos. El inicio del Milenio, tuvo como protagonista principal el XIV Congreso Internacional de Archivos (Sevilla, 2000) en el que los "archivos electrónicos" tuvieron un rol relevante. Apenas dos años más tarde, decía Manuel Vázquez; "Política de Administración de Documentos, Información y Archivos es aquella política que formula objetivos y propone los recursos apropiados para servir, mediante documentos de gestión, a los derechos y necesidades de la sociedad en su conjunto; de las entidades productoras/receptoras de los documentos; de los interesados individuales o institucionales y, por último, de los investigadores retrospectivos, para todos los cuales emite legislación y normas" En Uruguay, la promulgación de la ley de Archivos¹ y su posterior reglamentación en un momento de prosperidad económica y afianzada democracia, las políticas relacionadas con el quehacer archivístico tomaron cuerpo y podría decirse que rápidamente se reflejaron en normativa que tímidamente incorporaba las TICs al señalar que el documento de archivo podía estar en cualquier soporte. La ley de Protección de Datos Personales² y la ley de Derecho de Acceso a la Información Pública³, que atañen a los documentos y a su gestión, tejieron una especie de urdimbre jurídica en la que tanto la Administración como el ciudadano se instalarían confortablemente. Este tejido funcionó efectivamente debido a la armonización en el pautado desarrollo de los textos. El Uruguay no se ha caracterizado por su presteza de reacción con políticas archivísticas en las sucesivas Pandemias por las que ha atravesado. Los resultados de

¹ Ley N° 18.220 de 20 de diciembre de 2007. Sistema Nacional de Archivos.

² Ley N° 18.331 de 11 de agosto de 2008. Protección de Datos Personales y Acción de Habeas Data.

³ Ley N° 18.381 de 17 de octubre de 2008. Derecho al Acceso de la Información Pública.

estas políticas de ausencia de políticas archivísticas ha traído como consecuencia la falta de registros documentales que derivan en el empobrecido conocimiento de hechos que han afectado toda la sociedad. Esto es lo que se ha visto de la Pandemia de Gripe española de 1816-18 de la cual sólo se han encontrado escasos trabajos académicos. La llegada del COVID-19 produjo un significativo cambio que ha llegado para quedarse. En principio se puede afirmar que la institución pública que más ha prestado atención a la Pandemia desde el punto de vista archivístico ha sido la Universidad de la República. Significativamente, el Archivo General de la Universidad había sido fundado a principios del siglo (2002). El AGU ha sido el instrumento para el desarrollo y la aplicación de las políticas archivísticas de la Universidad en el complejo contexto en el que conviven documentos tradicionales y documentos electrónicos. Las exigencias administrativas de eficiencia frente al crecimiento de nuevas actividades y las propias derivadas de la gestión de la Pandemia ha tenido como resultado una especie de aculturación archivística sobre la que se deberá reflexionar en un futuro próximo si se quiere lograr el fortalecimiento de las políticas públicas.

Palabras clave: Uruguay-Políticas archivísticas SXXI; Políticas de Archivo en Pandemia; Universidad de la República; Archivo General Universidad de la República (AGU).

Políticas públicas archivísticas: entre teorías e prácticas

José Maria Jardim

Políticas públicas archivísticas tem sido um tema objeto de reflexões no campo archivístico, especialmente nas duas últimas décadas. A noção de políticas archivísticas está longe de constituir um território conceitual denso. Tampouco se traduzem consistentes aparatos metodológicos de análise. Por outro lado, há diversas experiências difundidas como políticas archivísticas. Muitas efetivamente conectam-se aos contornos teóricos das políticas públicas archivísticas. Outras, confundem-se com os relatos sobre sistemas e redes de arquivos. Dadas as especificidades de cada contexto sócio-organizacional, não há evidentemente um modelo universal de política archivística, apesar de princípios gerais que podem ser aplicados na sua formulação, execução e avaliação. Como tal, experiências bem sucedidas de políticas archivísticas podem ser um referencial, mas não reproduzidas literalmente em distintas realidades. É indissociável a produção de conhecimento sobre o tema e seu ensino na formação do arquivista com a (re)qualificação das práticas de políticas archivísticas, fundamentais no cenário archivístico contemporâneo.

Palavras-chave: Políticas Públicas Archivísticas. Políticas de Arquivos. Teoria archivística. Gestão archivística. Governança Archivística.

Fotografía y derechos humanos en América del Sur: un análisis conceptual desde la Archivología

Fabián Hernández Muñiz (UdelaR/Uruguay)
André Porto Ancona Lopez (UnB/Brasil)

La fotografía ha ocupado un lugar especial en los archivos de los derechos humanos de la región, en tanto se constituye como testimonio y herramienta que caracteriza violaciones de dignidades

humanas en períodos de terrorismo de Estado. La charla buscará presentar ejemplos de cómo ese tipo de material suele colaborar en los procesos de restablecimiento de la verdad en relación con los graves hechos de violaciones a los derechos humanos en las dictaduras de los años 1960-1990. No se trata de hacer una prospección exhaustiva de los países a lo largo de los años, si plantear problemas en donde los principios de la archivología se constituyeron la clave para que los documentos fotográficos tuvieran capacidades probatorias de esos graves hechos ocurridos y, según la jurisdicción de cada país, poder (o no) colaborar en juicios y condenas a los respectivos responsables. El contexto archivístico se transforma en un receptáculo de memoria, de salvaguarda en contra las vulnerabilidades quebrantadas, así como en un instrumento indiscutible para las investigaciones llevadas a cabo sobre el destino de personas desaparecidas, de los asesinatos políticos, y en la reconstrucción de hechos para la justicia, además de completar los vacíos de ese pasado arrebatador. En ese escenario, aspectos relevantes adquieren las fotografías sustraídas a personas y familias en eventos de allanamiento de moradas, requisas puntuales a personas perseguidas e investigadas por los agentes de la represivos de cada época según sea el país. La resignificación del documento sustraído por el aparato represivo, o el cambio de significado ocurrido cuando los documentos generados y/o conservados por la represión salen a la luz, como evidencia de la actuación ilegítima y terrorista del Estado, son situaciones concretas en las cuales la contextualización archivística es la condición *sine qua non* para que puedan ser generadas pruebas de las violaciones de derechos y, por lo tanto, pasibles de punición y/o reparación. Los ejemplos seleccionados incluyen las fotografías de Víctor Bastera, en la Argentina, y una propuesta para la restitución de las fotografías conservadas en archivo de inteligencia naval de Uruguay. Un amplio programa de preservación de los registros de las acciones más significativas del pasado opresivo de nuestra región sólo podrá ser efectivo si incluye la discusión del control social de los archivos. Además de las acciones de preservación de los registros, no debe plantearse solamente el acceso indeterminado a las informaciones de interés público. Más interesante resulta promover que se haga efectivo el acceso de documentos e informaciones archivísticamente contextualizados, de modo tal que los ciudadanos se vean favorecidos con informaciones archivísticas sistemáticas, estructuradas y consistentes, reflejo de las acciones administrativas efectivamente desempeñadas por las organizaciones y por el Estado. Entender el rol desempeñado por las fotografías en ese proceso solo es posible si somos capaces de comprender los cambios de significado por los cuales pasaron y restablecer sus contextos originales, sin dejar de tener en cuenta los nuevos usos adquiridos.

Palabras clave: derechos humanos; fotografía; principios archivísticos; Sudamérica.

O ambiente digital: a classificação ainda é a base da gestão de documentos e de arquivos? Alguns apontamentos para o debate.

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Percebemos que da mesma forma que o princípio da proveniência é o elemento fundamental para a teoria e a prática arquivística, a função classificação é para a gestão de documentos e de arquivos. A forma como a classificação de documentos de arquivo é tratada pela área de arquivologia revela três vertentes ou posições. A primeira delas é visível mais na prática do que na teoria. Alguns autores reconhecem sua importância, fazem sua defesa, mas a abordam de maneira empírica e improvisada, tipicamente fruto de uma arquivologia de sobrevivência, reativa e reprodutora de pensamentos e práticas, que não resistem ao menor rigor metodológico. Por outro lado, encontramos, ainda em pequena escala, estudiosos que buscam entender o

significado da classificação de documentos de arquivo, os seus objetivos e com isso construir modelos metodológicos para dar respostas consistentes ao processo classificatório na área, naturalmente complexo. E, por último, uma posição fortemente influenciada pelo ambiente digital. Há um entendimento, principalmente dos profissionais de tecnologia da informação e da comunicação (TIC), que a necessidade da classificação de documentos é questionável, pois os sistemas corporativos podem indexar completamente o conteúdo. A indicação para gestão desses documentos digitais é a da utilização do plano de classificação de documentos de arquivo. O mesmo utilizado para os documentos em papel. Esse instrumento proporciona à organização dos documentos, a mais ou menos longo prazo, e facilita à localização e à recuperação dos documentos para o conjunto dos servidores. Procuramos com isso não fazer confusão entre as infinitas possibilidades de busca que os sistemas em ambientes digitais proporcionam - as agregações temporárias defendidas por Bak (2012) - e a estrutura de classificação de documentos, que busca atender outros objetivos, além da recuperação dos documentos e das informações neles contidas. A pergunta que pretendemos é a seguinte: ainda precisamos da classificação de documentos de arquivo nos sistemas de gestão de documentos e de arquivos no ambiente digital? A resposta, que queremos comprovar, é sim. E o caminho que escolhemos para validá-la passa, necessariamente, por identificar na literatura da área qual é ou quais são os objetivos da classificação de documentos de arquivo. Precisamos da classificação no ambiente digital, mais especificamente, nos sistemas informatizados de gestão de documentos e de arquivos, por conta da finalidade da classificação de documentos de arquivo, que não se restringe somente à recuperação dos documentos e das informações neles contidas.

Palavras-chave: gestão de documentos e de arquivo; classificação de documentos de arquivo; sistemas informatizados de gestão de documentos e de arquivo.

Diálogo sobre o e-ARQ Brasil: a revisão do Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos

Claudia Lacombe Rocha (Arquivo Nacional)
Margareth da Silva (Universidade Federal Fluminense)

O Modelo de Requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, e-ARQ Brasil, foi desenvolvido no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), no período de 2004 a 2007, aprovado por meio da Resolução nº 25 do Conarq, de 27 de abril de 2007, após um processo de consulta pública, no qual foram incorporadas várias sugestões, propostas por instituições e pessoas, especialmente da área de arquivos. Seus objetivos principais são: orientar a implantação da gestão arquivística de documentos; fornecer especificações técnicas e indicar os metadados para desenvolver e/ou adquirir um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD. Esse Modelo se originou da ideia de termos um instrumento próprio, adequado à situação dos arquivos brasileiros e à sua legislação, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo MoReq - Modelo de Requisitos funcionais da União Europeia, o qual tinha tomado como base, o padrão de Requisitos do Reino Unido, elaborado pelo *The National Archives*. O contexto em que os modelos e padrões de requisitos funcionais e não funcionais e os metadados foram desenvolvidos no âmbito da União Europeia e Estados Unidos (padrão DoD) no final dos anos 90 e início dos anos 2000, bem como, na Austrália, com a norma ISO 15489 e o padrão de metadados, tinham como cenário uma discussão a respeito da necessidade de estabelecer procedimentos de gestão de documentos,

que assegurassem a longevidade e a autenticidade do documento digital. Havia um reconhecimento da vulnerabilidade dos sistemas informatizados em garantir que os documentos, criados nesses ambientes, seriam os mesmos passado uma, duas ou três décadas depois. O e-ARQ foi considerado pelas comunidades arquivística e de tecnologia da informação como um instrumento consistente e relevante para o desenvolvimento ou aquisição de sistemas e muitos se auto declaram como aderentes a esse Modelo, demonstrando a sua importância para a preservação e acesso aos documentos digitais no longo prazo. Assim, ele vem servindo de base para o exame de sistemas em uso e para o desenvolvimento de novos softwares e, como consequência desses trabalhos, várias sugestões, críticas e propostas foram sendo apresentadas à CTDE. Em 2019, duas iniciativas de análise de sistema, realizadas no SEPRO e na AGU, apontaram dificuldades em requisitos específicos, contribuindo para o aperfeiçoamento do Modelo. Além disso, após a publicação da primeira versão do e-ARQ Brasil, a legislação brasileira foi atualizada em matérias que impactaram os documentos arquivísticos, como por exemplo, a Lei de acesso à informação. Em 2018, a CTDE assumiu a tarefa de rever o e-ARQ Brasil como um todo, os requisitos e os metadados. Essa revisão ocorreu no sentido de aprimoramento e atualização do Modelo e não uma mudança nas suas premissas e objetivos originais. Buscou-se explicitar os requisitos que configuram o núcleo de um SIGAD, sem os quais não se pode considerar um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos. Também foram identificados os requisitos funcionais e os não funcionais, de forma a deixar claro o que diz respeito ao sistema informatizado e o que diz respeito ao contexto ou à infraestrutura tecnológica em torno do sistema. A parte dos metadados se tornou um esquema estruturado de elementos, de tal maneira que facilita sua implementação, bem como a interoperabilidade entre os diferentes SIGAD. Tanto os requisitos como os metadados são importantes nortes para avaliar a conformidade ou aderência de um sistema com o e-ARQ Brasil.

Palavras-chave: e-ARQ Brasil, metadados, requisitos, sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.

Uma tentativa de institucionalização da arquivística no Chile: A administração do diretor Javier González Echeñique no Arquivo Nacional, 1976 – 1990

Claudio Ogass Bilbao
Universidade do Chile

O objetivo da apresentação é analisar o surgimento e o impulso do projeto de desenvolvimento arquivístico promovido pelo diretor do Arquivo Nacional (AN), Javier González Echeñique, entre 1976 e 1990. A ênfase será colocada em dois aspectos: primeiro, a formação e o fortalecimento de seu pensamento arquivístico –refletido em sua correspondência, algumas publicações e suas participações em seminários internacionais– e, em segundo lugar, suas estratégias e práticas com a administração central –o Ministério da Educação e a Direção de Bibliotecas, Arquivos e Museus (Dibam)– a fim de tentar transformar a instituição em uma entidade relevante dentro do tecido burocrático e arquivístico do Estado. O objetivo é saber por que suas aspirações não se institucionalizaram por meio de alguma política pública ou se projetaram a longo prazo. Nesse período, o diretor do Arquivo Nacional fez um diagnóstico crítico do panorama precário dos arquivos e promoveu algumas demandas e ações para subverter essa condição, sem consumir suas aspirações. Em primeiro lugar, a modernização institucional do organismo, criando seções e áreas de trabalho. Em segundo lugar, a preocupação com a formação profissional de seus funcionários, mediante a obtenção de 24 bolsas para estudar no Centro Interamericano de Formação em Arquivos (CIFA), em Córdoba, Argentina, e na Escola de Documentalistas de Madrid,

Espanha, respectivamente. Além disso, a fundação da Biblioteca Especializada da Arquivística (1978) composta por textos atualizados sobre a disciplina culminou para estabelecer os ensinamentos na área. Nesse sentido, foi fundamental a fundação da publicação *El Informativo del Archivo Nacional* (1978), que serviu não só como meio de promoção e divulgação da atividade arquivística e das tendências em voga a nível internacional, mas principalmente como um instrumento de câmbio para aumentar o volume da biblioteca. Terceiro, a reforma do Decreto com Força de Lei 5.200 de 1929 para avançar na criação de um Sistema Nacional de Arquivos e de Arquivos Regionais em diferentes territórios do país, realizando negociações com superiores, visitas a eventuais espaços e, também, reuniões com autoridades patrimoniais interessadas. Finalmente, a formalização da educação disciplinar com uma Escola de Arquivistas e, além disso, o reconhecimento social do cargo de arquivista, promovendo a formação da Associação de Arquivistas do Chile (Asocarchi) em 1978. Entre 1950 e 1980, uma série de encontros internacionais, em que participaram vários Conservadores Nacionais e funcionários do AN, estimularam o debate sobre a importância de valorizar os arquivos e a disciplina arquivística na esfera política e pública na Europa e na América Latina, formando um movimento arquivístico de cooperação internacional. A produção e circulação de textos em diferentes formatos –como newsletters, revistas e manuais– foi percebida como um veículo para unificar países com graus distintos de consciência e progresso nessa matéria, sob um objetivo comum: abandonar a marginalização e iniciar um caminho de desenvolvimento e progresso constante do arquivo. Além disso, arquivistas de renome internacional –entre eles o italiano Elio Lodolini, as espanholas Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera e o argentino Aurelio Tanodi– realizaram viagens de fiscalização e cursos de formação, importando ao país reflexões e opiniões para promover e reforçar o conhecimento na área. Este trabalho insere-se numa estratégia de ativismo arquivístico e é concebido como uma investigação da “História Social da Arquivística”. Precisamos explorar e expandir o conhecimento do nosso passado não para recuperá-lo como uma herança, mas como uma projeção. Daí, então, a urgência de resgatar e analisar as reflexões e experiências de um “fracasso” para que sirvam de insumos intelectuais e políticos para a comunidade arquivística chilena e latino-americana da atualidade. Além disso, compreender as razões institucionais e culturais que dificultam a definição e construção de políticas públicas na ordem arquivístico em âmbito nacional. Nesse sentido, esta área de pesquisa visa contribuir para a criação de uma identidade e uma memória profissional dentro de uma nova geração de arquivistas ativistas no Chile que nas últimas décadas levantaram demandas semelhantes –atualização da normativa legal, descentralização, formação e reconhecimento social e profissional– sem necessariamente conhecer o trabalho de seus antecessores.

Palavras-chave: História arquivística, arquivos, arquivistas, desenvolvimento arquivístico, ativismo arquivístico, Arquivo Nacional do Chile.

História da arquivologia no Brasil: um breve panorama

Paulo Roberto Elian dos Santos

Desde a década de 1990 a literatura sobre a pesquisa em arquivologia identifica a existência de uma área de investigação, na qual as instituições, princípios, fundamentos, conceitos e métodos podem constituir-se em objeto de pesquisa pertinente, suscetível de ser abordado dentro de uma perspectiva histórica. Nas duas últimas décadas, a pesquisa em arquivologia no Brasil alcançou um crescimento significativo, traduzido em teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, como a própria arquivologia, a ciência da informação e a história. O amplo espectro de temas e abordagens, dá sinais do interesse embrionário pelo que poderíamos nominar ‘História dos Arquivos e da Arquivologia’.

Desde a metade dos anos 2000 diferentes pesquisas têm tomado como objeto de análise o percurso histórico da arquivologia no país com o intuito de compreender o processo de institucionalização em suas dimensões políticas, técnicas, metodológicas, sociais e culturais, e sua relação com o estatuto científico que a disciplina busca adquirir. Na base dessa visão, não há como dissociar a aplicação dos princípios teóricos, dos métodos e das práticas arquivísticas, historicamente construídos, das ações e estratégias dos seus principais atores sociais, sejam instituições, associações, grupos ou indivíduos. Nos últimos anos temos realizado estudos que buscam cobrir a trajetória da arquivologia no país, desde a década de 1940, e procurado acompanhar toda a bibliografia brasileira que podemos caracterizar como contribuição a essa área de pesquisa. Vale destacar que parte das minhas investigações tem se apoiado na consulta a fontes de arquivo e na realização de entrevistas com personagens que tiveram destacada atuação nas últimas sete décadas. Minha intervenção nesse Seminário Internacional de Arquivos, é resultado de um esforço inicial de 'inventariar' um conjunto de obras de natureza diversa que podemos classificar no âmbito da 'História da Arquivologia no Brasil', destacando autores, aportes teóricos e metodológicos, contribuições temáticas, natureza dos trabalhos e principais fontes utilizadas. Ao mesmo tempo, faz-se necessário apontar o amplo universo de temas a serem explorados e os esforços necessários para identificar, reunir, preservar e garantir acesso a arquivos existentes em arquivos de instituições, tais como arquivos públicos, centros de memória, universidades e associações. Ao lado dos acervos institucionais, os arquivos pessoais de profissionais, gestores, pesquisadores e docentes da área podem servir como fontes inéditas e de valor incalculável para os avanços de uma historiografia da arquivologia brasileira. Ainda não é possível afirmar que a História da Arquivologia no Brasil, se constitua como uma área de pesquisa. Existem poucos grupos de pesquisa, pesquisadores e professores que de maneira desarticulada vem trabalhando temas e abordagens que podem vir a se configurar como tal. Começam a despontar trabalhos que realçam a sensibilidade histórica dos estudiosos, mas sobretudo a compreensão de que o terreno privilegiado para o estudo da construção de uma disciplina é sua própria história.

Palavras-chave: Pesquisa em arquivologia; História da arquivologia; História dos Arquivos.

Du document aux données, quelques remarques sur l'histoire de la définition légale des archives en France

Patrice Marcilloux

Fixée par la loi du 3 janvier 1979, consacrée à l'article L. 211-1 du Code du patrimoine en 2004, la définition légale des archives est restée particulièrement stable depuis cette date en France où elle constitue comme l'assise fondamentale de l'archivistique : « Les archives sont l'ensemble des documents, quels que soient leur date, leur forme et leur support matériel, produits ou reçus par toute personne physique ou morale, et par tout service ou organisme public ou privé, dans l'exercice de leur activité. » Tout au plus peut-on noter trois modifications législatives apparues depuis cette date : l'ajout de la précision « leur lieu de conservation » et la suppression de l'adjectif « matériel » en 2008; l'adjonction de l'expression « y compris les données » en 2016, pour aboutir au résultat suivant : « Les archives sont l'ensemble des documents, y compris les données, quels que soient leur date, leur lieu de conservation, leur forme et leur support, produits ou reçus par toute personne physique ou morale et par tout service ou organisme public ou privé dans l'exercice de leur activité. » Assurément principalement motivées par le souci de mieux prendre en compte les changements induits par la généralisation de l'informatique et l'apparition

des archives électroniques, ces évolutions n'en posent pas moins de multiples questions, d'ailleurs déjà sous-jacentes dans la mobilisation du concept de document dès la rédaction initiale de 1979. Quels sont les fondements disciplinaires de cet appareil terminologique? Résulte-t-il d'une réflexion proprement archivistique ou repose-t-il sur des emprunts conscients et si oui à quels autres champs disciplinaires et par quels truchements? Est-il, au contraire, de simple circonstance, et en ce cas n'est-il pas source d'imprécision ou de malentendu? On s'efforcera d'apporter quelques premiers éléments de réponse à ces questionnements à la fois en rappelant l'histoire, notamment parlementaire, de cette évolution définitionnelle et en prenant pour sources et comme révélateur les réactions qu'elle a pu susciter chez les professionnels.

Apropriações internacionais para a constituição do campo da informação no Brasil e da identidade da Arquivologia

Angelica Alves da Cunha Marques
angelicacunha@unb.br

Apresenta informações históricas sobre apropriações internacionais em torno da organização, comunicação e recuperação da informação, entre a França, os Estados Unidos e o Brasil. Uma viagem do arquivista francês Yves-Pérotin aos Estados Unidos e sua publicação acerca da teoria das três idades, na década de 1960; a vinda de especialistas franceses ao Brasil, assim como a visita de Schellenberg, no mesmo período, nos indicam elementos históricos para a constituição do campo da informação no cenário brasileiro. Por nós compreendido como um campo científico (à luz de Bourdieu) e profissional, que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação, o campo da informação abriga as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da Ciência da Informação, no Brasil, como disciplinas simultaneamente parceiras, cooperativas, conflitantes, que conjugam aspectos comuns e singulares em torno da informação e do documento. Ainda que a Arquivologia esteja como uma subárea da Ciência da Informação na Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, desde os anos 1980, refutamos tal subordinação e defendemos a sua autonomia científica, especialmente ao considerarmos a sua precedência histórica em relação à Ciência da Informação. Segundo a literatura arquivística, a disciplina tem suas raízes no século 16. A Ciência da Informação, por sua vez, é anunciada como tal na década de 1950. Nesse sentido, entendemos que as relações entre essas disciplinas refletem multifatores que as perpassam e não deveriam comprometer a sua identidade, mas reforçá-la. Dentre esses fatores, podemos citar a informação, como um dos componentes do documento de arquivo (mas não o principal); os vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de Arquivologia a unidades administrativas de Ciência da Informação e a titulação de professores de Arquivologia em mestrados e doutorados dessa área, que parecem favorecer o trânsito de docentes e discentes entre as duas disciplinas (nem sempre de forma crítica e reflexiva). Além disso, há que se levar em conta a expressiva produção científica sobre arquivos e Arquivologia em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação. Diante da inexistência de outrora e da escassez atual de programas de mestrados e doutorados em Arquivologia, grande parte das pesquisas com essas temáticas ocorrem na Ciência da Informação, provavelmente pelas razões já mencionadas. Em uma perspectiva distante do isolamento, observamos a autonomia da Arquivologia (relativa, como nos indica Bourdieu), considerando as suas parcerias com outras disciplinas e áreas do

conhecimento. Que a informação, em seu sentido *lato*, seja elo; que a organicidade seja priorizada na identidade arquivística (do arquivista, da Arquivologia e do seu objeto de estudo, os arquivos).
Palavras-chave: Arquivologia; arquivos; campo da informação; informação; Ciência da Informação.

MINICURSOS

Arquivos em museus: funções, práticas e modelos de gestão e pesquisa

Docente: Gabriel Moore Forell Bevilacqua

O minicurso tem por objetivo introduzir conceitos e apresentar experiências, processos técnicos e instrumentos de trabalho relacionados ao gerenciamento de arquivos no contexto museológico. A partir do compartilhamento de práticas, estudos e tendências de museus brasileiros e estrangeiros serão identificados e discutidos os principais desafios e soluções colocados tanto pela gestão do arquivo institucional quanto pelo colecionismo de arquivos privados no museu. Além de aspectos técnicos e gerenciais específicos trazidos pelas atividades de gestão documental, conservação preventiva, classificação, descrição, digitalização, informatização e acesso, também serão abordados outros temas de interesse, como a integração de procedimentos técnicos e instrumentos de pesquisa entre acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, sua delimitação funcional e conceitual no museu, critérios de aquisição/formação de acervos e modelos de gestão e indicadores especializados de trabalho.

Ações elementares para organização de serviço de difusão em arquivos

Docente: Marcelo Antônio Chaves

O curso tem como objetivos: apresentar breve diagnóstico sobre atividades de difusão em arquivos; avaliar especificidades da difusão em arquivos; refletir sobre o serviço de difusão no 'jogo político' institucional em diversas modalidades de arquivos; propor marcos conceituais balizadores para essa atividade; pôr em discussão eixos norteadores para os serviços de difusão em arquivos.

Metodologia: Exposição – Exercícios dialógicos.

Identificação arquivística

Docentes: Ana Célia Rodrigues, Alexandre Faben e Danilo André Cinacchi Bueno

Apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos da identificação como modelo de pesquisa sobre as características do órgão produtor e dos seus documentos, os parâmetros da Diplomática contemporânea para identificar a tipologia documental e os procedimentos e instrumentos de identificação aplicados à gestão de documentos e ao tratamento de documentos acumulados em arquivos.

Uso da paleografia em arquivos

Docente: Sonia Maria Troitiño Rodriguez

O objetivo deste curso é discutir o atual papel da ciência paleográfica em arquivos e outras instituições de proteção do patrimônio documental. Para isso, serão debatidos desde a tradicional aplicação da paleografia de leitura até o uso contemporâneo de técnicas e análise paleográfica no desempenho das atividades arquivísticas e de preservação documental. Será também discutida a interação entre Paleografia, Diplomática e Tipologia Documental, como recurso para a identificação, reconhecimento de autenticidade e contextualização de documentos.

Como identificar o SIGAD mais adequado para a sua instituição?

Docente: Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer

O que é um SIGAD? E qual a diferença entre um SIGAD e um GED? Qual a importância de um SIGAD? Sua organização está preparada para a implantação de um sistema de gestão de documentos? Como identificar o grau de maturidade de sua organização para a escolha de um SIGAD? Qual o sistema mais adequado para a sua organização?

História da administração nos arquivos: os princípios arquivísticos e o contexto de produção dos documentos

Docente: Dilma Cabral

O minicurso tem por objetivo analisar as relações existentes entre a história da administração e os princípios arquivísticos, apresentando como este domínio historiográfico contribui para manutenção da organicidade dos documentos de arquivo e a integridade dos fundos, bem como a sua função na compreensão do contexto de criação destes documentos. O desenvolvimento das aulas se dará em torno de três temas: a história da administração como domínio historiográfico e os arquivos; os princípios arquivísticos, as funções e a história da administração; a experiência de constituição de um programa de pesquisa de história da administração pública brasileira em uma instituição arquivística, o MAPA do Arquivo Nacional.

Avaliação de documentos e elaboração de tabelas de temporalidade

Docente: Ieda Pimenta Bernardes

O curso pretende fornecer os principais conceitos e fundamentos legais da gestão de documentos; orientar a avaliação de documentos de arquivo por meio da aplicação da ficha de avaliação de documentos e da análise dos valores primários e secundários; compartilhar a metodologia funcional de elaboração de Plano de Classificação (PC) e Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD); e orientar a aplicação dos instrumentos de gestão por meio de SIGAD – Sistema Informatização de Gestão Arquivística de Documentos.

Identificação de tipos documentais em Arquivos Pessoais Docentes: Natália Bolfarini Tognoli e Renato de Mattos

Aplicação da Diplomática contemporânea e dos estudos da Tipologia Documentos nos arquivos pessoais. Especificidades dos arquivos pessoais à luz dos princípios arquivísticos. Abordagem contextual dos arquivos pessoais. Documentos discricionários e a identificação de espécie e tipos documentais em arquivos pessoais.

Gestão integrada de acervos fotográficos: da conservação ao tratamento da informação

Docentes: Aline Lopes de Lacerda e Sandra Baruki

Objetiva apresentar o cenário da gestão de acervos fotográficos nas instituições de guarda de acervos históricos procurando refletir sobre as ações de preservação, predominantemente realizadas de forma desvinculada, entre as áreas de conservação e de organização desses conjuntos. Com base nas premissas que regem as ações das áreas de conservação e de tratamento documental voltadas a acervos fotográficos, o curso apresentará alternativas de trabalho que promovam uma gestão integrada das fotografias de caráter histórico em instituições de guarda de acervos.

A gestão de documentos arquivísticos com restrição de acesso: uma ação crítica Docente: Vanderlei Batista dos Santos

Discute-se as especificidades legais e procedimentais sobre a gestão, qual seja, produção, acesso e uso, tramitação, arquivamento e destinação de documentos arquivísticos que possuam informações com algum tipo de restrição de acesso. Aborda-se, adicionalmente, aspectos relativos aos requisitos de sistemas informatizados de gestão de documentos para proteção dessas informações.

Arquivos privados institucionais: conceitos e aspectos gerenciais Docente: Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

O minicurso pretende abordar as principais questões presentes na organização de arquivos privados institucionais, considerando os conceitos envolvidos, aspectos da gestão de documentos e da preservação de acervos. Definição de arquivos privados. Tipos de arquivos privados institucionais. Gênese documental e regulação de atividades. Políticas institucionais de gestão e de preservação.

Programas de reprodução de documentos: preservação e acesso Docente: Ana Célia Navarro de Andrade

A reprodução de documentos é comumente realizada em acervos permanentes de valor histórico para preservação dos suportes e otimização do acesso à informação. No entanto, não existe solução única. O objetivo deste curso é apresentar aos alunos as principais técnicas de reprodução utilizadas para fins de preservação e acesso, suas vantagens e desvantagens, etapas e equipamentos necessários. Abordará também a diferença entre projetos e programas e, como atividade prática, pretende trabalhar com os alunos o planejamento e a elaboração de um programa de reprodução de documentos.

Tipologia da correspondência

Docente: Ana Maria de Almeida Camargo

Com a pretensão de caracterizar os atos de relação típicos das entidades públicas e privadas, este minicurso abordará as espécies documentais reunidas sob o nome genérico de correspondência (ofícios, cartas, memorandos e outros documentos), examinando-as em seu contexto funcional imediato.

Fotografias e objetos em acervos: métodos de descrição e notação

Docentes: Renata Bassetto e Gabriely Momesso

O curso apresentará a metodologia desenvolvida com os arquivos custodiados pela Fundação FHC, contemplando especialmente a notação e a escolha pela abordagem contextual na descrição dos documentos. Para tratar dos assuntos propostos, o curso dará enfoque ao acervo fotográfico e aos objetos, abrangendo os itens de descrição, notação, guarda e conservação.

Documentos audiovisuais e sonoros: introdução ao tratamento arquivístico

Docente: Alexandre de Almeida

O que são documentos audiovisuais e sonoros?
Como avaliar e descartar corretamente os suportes?
Como fazer análise tipológica desses documentos e garantir uma descrição eficaz?
Como otimizar o espaço físico do seu acervo?
Qual a melhor estratégia para a digitalização de documentos audiovisuais e sonoros, considerando custos e otimização do espaço virtual?

Conceitos básicos sobre o documento arquivístico digital: da gestão à preservação

Docentes: Alex Pereira de Holanda e Natasha Hermida Pereira Castro da Silva

Esse minicurso tem o objetivo de apresentar os aspectos introdutórios sobre a gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais, destacando as principais características e questões para se produzir, usar, manter e preservar documentos arquivísticos de maneira confiável.

Recortes de jornais em arquivos: o que fazer com eles?

Docente: José Francisco Guelfi Campos

Arquivo e coleção: definições, princípios e métodos de trabalho. Estatuto documental dos recortes de jornal. Clipping e álbuns de recortes: origem e tradição. Atributos funcionais e a prática do colecionismo. Estratégias de abordagem: descrição unitária e serial; identificação e definição das espécies e tipos documentais. Objetivos: Discutir estratégias de abordagem, arranjo e descrição de recortes de jornal em arquivos, bem como a potencialidade destes documentos como fontes para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento e como objeto de estudo e trabalho para profissionais e pesquisadores da Arquivologia. Metodologia: Aula expositiva dialogada por videoconferência, ilustrada por estudos de caso e exercícios.

Conservação preventiva em arquivos: parâmetros para a constituição de reservas técnicas

Docente: Alessandra Andrade França Barbosa

Os acervos sob a guarda de arquivos e demais instituições culturais passam a maior parte do tempo em áreas de reserva técnica. Por esse motivo, torna-se fundamental o planejamento, a organização e a manutenção dessas áreas a partir de princípios e paradigmas da Conservação Preventiva. Tendo em vista tal premissa, o presente minicurso pretende abordar aspectos relevantes para a concepção de reservas técnicas, como o monitoramento e controle ambiental; as escolhas de armazenamento e acondicionamento; as questões do acesso e de segurança, entre outros, visando a salvaguarda de documentos.

O papel da descrição arquivística na difusão dos arquivos

Docente: Lúcia Maria Velloso de Oliveira

O minicurso pretende, a partir da compreensão da relevância da descrição arquivística para a compreensão e gestão dos fundos, identificar os mecanismos de difusão de uma instituição arquivística ou de preservação. Serão abordados aspectos teóricos e apresentados dispositivos de fortalecimento da relação das instituições com seu usuário e as possibilidades de ampliação da visibilidade social dos arquivos.

Os elementos para construção de instrumentos de classificação de documentos de arquivo

Docente: Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Breve histórico da classificação de documentos de arquivo. Definição de conceitos relacionados à classificação de documentos de arquivo. Objetivos da classificação. Metodologias existentes. A teoria da classificação como fundamento importante para a construção de instrumentos de classificação. Os princípios arquivísticos para a construção de instrumentos de classificação. Os aspectos lógicos, estruturais e semânticos do instrumento de classificação. Número de níveis de classificação. Unidades de classificação. Denominação das unidades de classificação. As relações entre os níveis de classificação: coordenação e subordinação. A classificação de documentos de arquivo nos sistemas de gestão de documentos e de arquivos no ambiente digital.

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

1. Sistemas de gestão de arquivos

Os ciclos do documento de arquivo e sua atualidade. Instrumentos de gestão. Avaliação. Guarda temporária e permanente.

Coordenação: Daniel Flores e Tânia Barbosa Salles Gava

2. Descrição, acesso e difusão

Instrumentos de pesquisa e obras de referência. O acesso e seus fundamentos jurídicos. Programas educativos, exposições e atividades de marketing nos arquivos.

Coordenação: Lúcia Maria Velloso de Oliveira e Sonia Troitiño

3. Preservação, reprodução e segurança

A integridade dos documentos e sua preservação. Fatores de risco. Modalidades de reprodução, para fins de acesso e de preservação.

Coordenação: Ana Célia Navarro de Andrade e Humberto Celeste Innarelli

4. Gêneros não textuais

Imagem e som em suas diferentes combinações na configuração documental. A ausência de linguagem: objetos e artefatos.

Coordenação: Anna Carla Almeida Mariz e Mauro Domingues

5. Tipologia documental

Identificação de espécies e tipos documentais e seu papel no processo de organização e descrição de arquivos.

Coordenação: Ana Célia Rodrigues e Josemar Henrique de Melo

6. Arquivos pessoais

Documentos acumulados por pessoas: peculiaridades decorrentes do perfil profissional dos titulares. Projetos descritivos. Instituições de custódia e políticas de aquisição.

Coordenação: José Francisco Guelfi Campos e Maria Celina Soares de Mello e Silva

7. Formação profissional

Modalidades de formação. Currículos e programas de ensino. A interdisciplinaridade e suas limitações. Manuais didáticos. O papel do estágio.

Coordenação: Renato Venâncio e Camilla Campoi

8. Patrimônio, memória e documento

A dimensão patrimonial dos arquivos. Projetos memoriais. Relações entre arquivistas e pesquisadores. Políticas públicas: a dimensão social dos arquivos.

Coordenação: Janice Gonçalves e Luciana Quillet Heymann

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS - RESUMOS

1. Sistemas de gestão de arquivos

Os ciclos do documento de arquivo e sua atualidade. Instrumentos de gestão. Avaliação. Guarda temporária e permanente.

Coordenação: Daniel Flores e Tânia Barbosa Salles Gava

CADEIA DE CUSTÓDIA DIGITAL ARQUIVÍSTICA - CCDA

Daniel Flores

Nossa sociedade passou a produzir Documentos Digitais de uma forma muito abrupta, os quais são per si, Complexos e Específicos, e assim, requerem um tratamento especial, desde a sua gênese até seu destino final nos arquivos permanentes/históricos ou sua eliminação segura, sempre confinados em Sistemas Informatizados com requisitos funcionais e não funcionais que foram homologados por determinada área ou campo do conhecimento, e de sua gerência de negócio, contemplando uma Cadeia de Custódia e Preservação, orientados à normas, padrões, modelos e requisitos e uma política arquivística. Todavia, foi necessário, e ainda está sendo, a solução prévia de problemas e dilemas conceituais que a própria Arquivologia necessita para efetivamente superarmos uma Ruptura Paradigmática e estabelecermos um cenário firme de Transição Paradigmática, como forma de garantir à sociedade e aos cidadãos, que possam exercer a sua plena cidadania baseada em documentos autênticos, confiáveis e preserváveis. Não é este o cenário que vemos nem na iniciativa privada, nem na administração pública, com adoção de sistemas sem requisitos, sem arquivamento, sem custódia digital arquivística,

mantendo documentos arquivísticos de caráter permanente em meros bancos de dados ou sistemas sem requisitos, documentos imprescritíveis e inalienáveis segundo a Lei 8159/91, e colocando a vida dos cidadãos em situação de insegurança jurídica quando falamos do pleno exercício da cidadania baseado nos documentos de arquivo. Este estudo considerou que estamos vivendo um momento de inflexão acerca das atuais Transformações Digitais que estão ocorrendo de forma isolada da ciência, das normas, padrões, modelos e requisitos, com soluções tecnológicas disruptivas que ignoram a complexidade e especificidade dos documentos digitais. O objetivo deste trabalho, foi o de realizar uma reflexão sobre a cadeia de custódia e sua evolução para a cadeia de custódia digital arquivística, como um modelo de preservação digital, para documentos arquivísticos. Esta preocupação nasceu a partir do momento que começamos a constatar a produção de documentos digitais que não tinham mais a sua linha de custódia ininterrupta, afinal, eram exportados, importados, transmitidos sem cadeia de custódia, sem arquivamento, sem recolhimento para os arquivos permanentes, enfim, sem requisitos arquivísticos. Consideramos a perspectiva sistêmico-holística da preservação digital, sedimentada em padrões, normas e modelos da literatura científica, e contemplando todo o ciclo de vida dos documentos. Analisamos os resultados, as discussões, as problemáticas dos registros digitais, em especial desta ruptura paradigmática de documentos analógicos para digitais, e concluímos com a proposta do conceito da CCDA que apresenta-se como um princípio aplicável aos documentos digitais, considerando suas especificidades e complexidades, garantindo que os documentos de arquivo não tiveram ruptura de sua custódia arquivística digital, mantendo-os sempre confinados em ambientes digitais com requisitos arquivísticos homologados (no Brasil, o SIGAD - Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e o RDC-Arq - Repositório Arquivístico Digital Confiável), desde a sua produção ou representação, transmissão, arquivamento, até a sua guarda permanente, acesso ou eliminação, registrando todas as suas alterações de forma sistêmica, assegurando assim, a garantia da Autenticidade, Confiabilidade, Integridade e Fixidez ao longo do tempo, em uma abordagem de Preservação Digital Sistêmica. A Cadeia de Custódia Digital Arquivística apresenta-se assim como imperativo importante para a garantia da Autenticidade e Confiabilidade dos Documentos de Arquivo Digitais e garante assim a segurança jurídica dos cidadãos e da sociedade no tocante aos seus registros digitais.

Palavras-chave: Cadeia de Custódia Digital Arquivística (CCDA); Modelo de Preservação Digital Sistêmica (MPDS). Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq).

PRESERVAÇÃO DIGITAL SISTÊMICA

Tânia Barbosa Salles Gava
Departamento de Arquivologia – UFES

Desde a década de 1990, com o advento da internet e com a popularização dos computadores pessoais, começaram a ocorrer mudanças consideráveis na sociedade, principalmente em relação à forma de comunicação e compartilhamento de informações. Toda a documentação, que antes era majoritariamente em suporte papel, começou a ser produzida e/ou migrada para o formato digital. Essa modernização atingiu todas as áreas da sociedade, inclusive a área arquivística. Os documentos digitais, em particular os documentos arquivísticos digitais, trouxeram muitas facilidades, tais como a simplicidade de criação e disseminação, como também a qualidade e agilidade dos resultados obtidos. No entanto, a documentação digital carrega

consgo um problema estrutural que coloca em risco sua preservação e acesso a longo, por causa da vulnerabilidade do ambiente tecnológico envolvido. Esta dependência tecnológica torna o patrimônio arquivístico digital vulnerável, numa sociedade em que cada vez mais as organizações dependem da informação digital que produzem (SANTOS; FLORES, 2015). Neste contexto, torna-se imprescindível a adoção e implementação de ações para a proteção do patrimônio arquivístico digital, ao longo do tempo. Essa preocupação se refletiu em uma série de publicações técnicas do Conarq sobre o tema, na qual destacamos a Resolução nº 43 (CONARQ, 2015a), que define as diretrizes para implementação dos Repositórios Arquivístico Digitais Confiáveis (RDC-Arq), e onde se vê a preocupação com o arquivamento e manutenção dos documentos arquivísticos digitais, a fim de mantê-los seguros, autênticos e acessíveis pelo tempo que for necessário. A Resolução n.º 43 adota uma série de padrões e normas internacionais de referência, além de prever a aplicação de normas e princípios arquivísticos, tais como a norma ISO 16363: 2012, que é a norma que permite a certificação de confiança, em nível internacional, para Repositórios Digitais Confiáveis de organizações públicas ou privadas, como também o Modelo de referência OAIS, que é uma recomendação internacional desde 2003 (ISO 14721:2003), sendo um modelo conceitual que visa identificar os componentes funcionais que deverão fazer parte de um sistema de informação dedicado à preservação digital, e que descreve as interfaces internas e externas do sistema, bem como objetos de informação que são manipulados no seu interior (FERREIRA, 2006). Sendo assim, torna-se imprescindível discutir sobre a Preservação Digital Sistêmica, que deve integrar um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD (CONARQ, 2011), com base no e-ARQ Brasil, que apresenta um modelo de Requisitos para os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, com um RDC-Arq (CONARQ, 2015a), em todo o ciclo de vida dos documentos, para manter sua presunção de autenticidade, e prevendo uma cadeia de custódia arquivística digital ininterrupta. O tema torna-se muito relevante ao se pensar na importância de uma Preservação Digital que prevê a preservação e acesso a longo prazo do patrimônio arquivístico digital brasileiro, tão importante para a manutenção de nossa memória coletiva. A Orientação Técnica n.º 3 do Conarq (CONARQ, 2015b) também tem um papel importante neste contexto, pois apresenta cenários com algumas possibilidades de implantação de um RDC-Arq juntamente com um SIGAD. A integração desses dois modelos gera o conceito de Preservação Digital Sistêmica, que visa manter uma cadeia de custódia digital arquivística, ou seja, uma cadeia de custódia plena. Essa Preservação Digital Sistêmica deve atender à Resolução n.º 43 do Conarq, no sentido de integrar um SIGAD ao RDC-Arq, desejavelmente nas fases corrente e intermediária, e obrigatoriamente na fase permanente, fazendo a devida alteração de cadeia de custódia do SIGAD (Plataforma de gestão arquivística) para uma plataforma de preservação digital, disponibilizando uma plataforma de acesso para o consumo das informações pelos usuários, visando, assim, a preservação adequada de nosso patrimônio arquivístico digital (Figura 1).

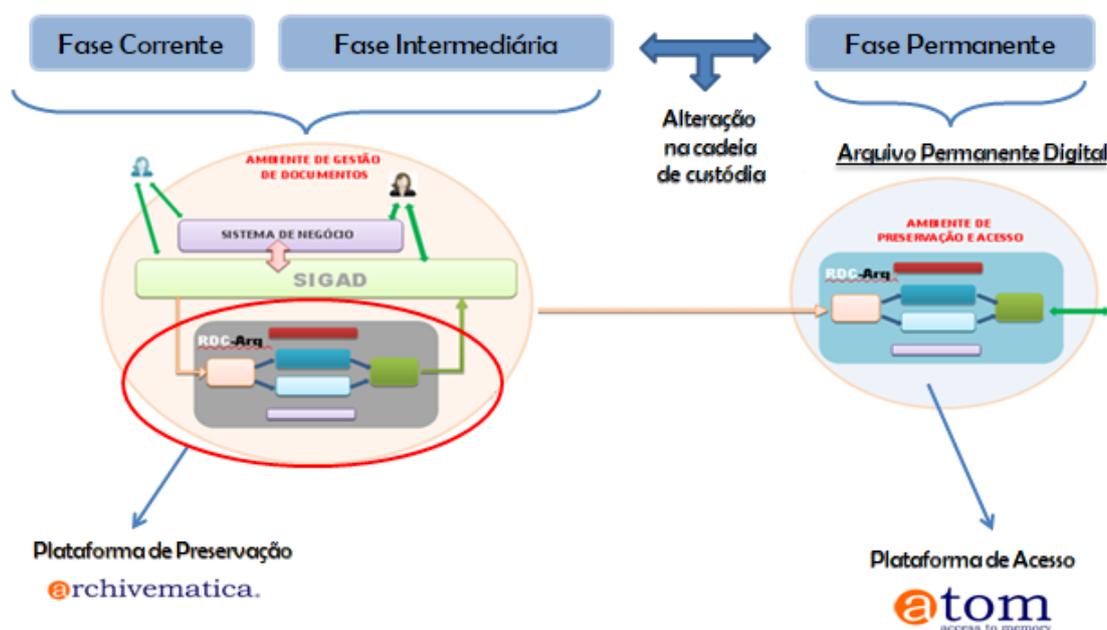


Figura 1 – Ciclo da preservação digital sistêmica

Palavras-chave: Arquivologia. Repositórios Arquivísticos Digitais. Preservação Digital Sistêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital*. Rio de Janeiro, 2005, 24 p. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf. Acesso em: 14 ago. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *E-ARQ BRASIL: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos*. Rio de Janeiro, 2011. 139 p. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf. Acesso em: 01 jan. 2009.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015a. 31 p. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf. Acesso em: 04 nov. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Orientação Técnica n.º 3: Cenários de uso de RDC-Arq em conjunto com o SIGAD*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015b. 8 p. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Orientacoes/Orientacao_tecnica_rdc_arq_2015_v8_pub.pdf. Acesso em: 04 nov. 2019.
- FERREIRA, Miguel. *Introdução à preservação digital: Conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p.
- SANTOS, H. M.; FLORES, D. As vulnerabilidades dos documentos digitais: Obsolescência tecnológica e ausência de políticas e práticas de preservação digital. *Biblios - Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*, n. 59, p. 45-54, 2015. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/215>. Acesso em: 26 jun. 2019.

Título

Repositório digital Alfresco no contexto da gestão de arquivos e gerenciamento de conteúdo empresarial

Autores

Alexandre Fernal, Teima Campanha de Carvalho Madio

Palavras-Chave

Repositórios Digitais, Gestão de Arquivos, Alfresco, Gestão de Conteúdos, Arquivologia,

Resumo

Atualmente, no cenário contemporâneo, surgiram os repositórios digitais, que podem configurar-se como ambientes estratégicos na gestão de documentos e gestão de conteúdos empresariais - enterprise content management. Dessa forma, o repositório digital Alfresco possui seu enfoque na gestão de conteúdo empresarial e exclusivamente na gestão de documentos em fase corrente e intermediária, excluindo-se os documentos de guarda permanente, o qual foi desenvolvido em linguagem JAVA, como uma alternativa de código aberto no contexto dos repositórios digitais, disponível em duas versões: a primeira Enterprise Edition e a segunda versão Community Edition, ambas de código fonte aberto. Nesse sentido, o repositório digital Alfresco configura-se como uma das principais alternativas de código aberto no gerenciamento de conteúdos corporativos e poderá também, de forma simultânea, ser utilizado na gestão documentos em fase corrente e intermediária, o qual gerencia qualquer tipo de conteúdo, isto é, distintos tipos de objetos digitais ou arquivos, os quais podem ser: não estruturados, semi-estruturados e estruturados. Esse tipo de repositório digital destaca-se em relação a outros repositórios digitais, uma vez que já dispõe de várias funcionalidades incorporadas, a saber: gerenciamento de metadados, controle de versão, gerenciamento do ciclo de vida documental, quais sejam: corrente e intermediária, instrumentos de gestão documental, fluxo de trabalho - workflow, associação com outros conteúdos, marcação - tagging, comentários, gerenciamento de conteúdo web, colaboração de conteúdos, integração de e-mails, permite apresentar e publicar informações por meio da Internet. A gestão de conteúdo - Content Management surge com base nos sistemas de gerenciamento das informações corporativas, que possibilita sua organização, representação e acesso. A interoperabilidade entre os diferentes serviços de gestão de conteúdos são realizadas por meio da interface do Content Management Interoperability Services, que é composta por duas partes. A primeira consiste em um conjunto de serviços para o repositório como a navegação e criação de conteúdos. A segunda é uma linguagem de consulta no contexto do repositório para realizar a busca de conteúdos. A gestão de conteúdos empresariais, bem como a gestão de documentos, se constituem nas estratégias, métodos e ferramentas utilizadas para capturar, gerenciar, distribuir e recuperar conteúdos corporativos e somente realizar gestão de documentos correntes e intermediários relacionados aos processos organizacionais. Esses conteúdos digitais podem ser imagem, texto, vídeo, áudio e códigos fontes. Objetiva-se, com base nessas premissas, demonstrar a pertinência da gestão de conteúdos empresariais - enterprise content management e da gestão de documentos nas fases corrente e intermediária com o repositório digital Alfresco, no âmbito da Arquivologia. Para isso, realizou-se um estudo qualitativo, exploratório e bibliográfico e documental acerca da literatura científica nacional e internacional publicada em livros, artigos, teses e dissertações. Como resultado, demonstrou-se a relevância do repositório digital Alfresco no ciclo da gestão de conteúdos corporativos, que permite uma abordagem integrada com a gestão de documentos nas idades corrente e intermediária e que corrobora com a Arquivologia. Esta aproximação, por meio da utilização do repositório digital Alfresco, propiciará um incremento significativo nos fazeres arquivísticos no que diz respeito aos ambientes informacionais digitais, nas operações concernentes à gestão de

conteúdos empresariais, a qual configura-se como uma nova possibilidade de atuação do Arquivista e no âmbito da gestão de documentos única e exclusivamente nos documentos correntes e intermediários, em vista de que, o Alfresco,, de acordo com a resolução nº 43, do Conselho Nacional de Arquivos não é considerado um repositório digital arquivístico confiável, quando utilizado para os documentos de guarda permanente, isto é, para preservação digital. Assim, a gestão de documentos e gestão de conteúdos empresariais, são contempladas simultaneamente em uma plataforma integrada, sendo que, os documentos permanentes devem ser migrados para um repositório arquivístico digital confiável como, por exemplo, Archivematica para fins de preservação digital.

Título

Relato de experiência - O Arquivo Público do Estado de São Paulo e o desenvolvimento de ferramenta informatizada para elaboração de tabela de temporalidade de documentos.

Autores

ALEXANDRE BIANCHI OLIVEIRA

Palavras-Chave

Administração Pública, Arquivo Público do Estado, Sistemas de Gestão de Arquivos, Tabela de Temporalidade de Documentos, Sistema TTD-Fim.

Resumo

Introdução: Em 1984 a instituição do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP foi uma inovação e um grande avanço para uma política de arquivos e gestão documental na Administração Pública Paulista. A criação das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA tornou possível, na prática, a implementação das políticas de gestão documental nos órgãos e entidades do Estado de São Paulo. A orientação técnica às CADAs cabe ao Arquivo Público do Estado, órgão central do SAESP. Em 2004, a publicação do Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio foi um marco essencial da gestão documental no estado, identificando todas as séries documentais produzidas, orientando sua eliminação segura e criteriosa e a guarda permanente de documentos que formam o patrimônio arquivístico da Administração Paulista. Porém, sem as tabelas de temporalidade de documentos das atividades-fim de cada órgão ou entidade não se pode implementar uma política de gestão documental que seja completa e duradoura. O Arquivo Público do Estado vem se empenhando em orientar as CADAs e oferecer as ferramentas necessárias para que os órgãos e entidades possam elaborar e oficializar os instrumentos de gestão documental relativos às suas atividades finalísticas: Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim . A elaboração desses instrumentos de gestão é atividade bastante complexa e sempre se mostrou um grande desafio, e seu ritmo de elaboração tem se mostrado mais lento do que exigem a necessidade de modernização e transparência administrativa e as demandas sociais de acesso à informação, principalmente após a publicação da LAI em 2011. Em 2019 teve início o Programa SP Sem Papel, de produção, tramitação e controle de documentos digitais, implementado em todas as Secretarias de Estado, e apenas 40% das entidades da Administração Indireta já tinham seus instrumentos oficializados. Assim, o Arquivo Público do Estado deu início a um projeto para que fosse desenvolvida uma ferramenta informatizada para a elaboração de tabelas de temporalidade de documentos das atividades-fim. Objetivo: Apresentar o Sistema de Elaboração de Tabela de Temporalidade de Documentos - "Sistema TTD-FIM", desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado, em parceria com a Fundação Vanzolini e com apoio da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, lançado em junho de 2020 e já disponível para toda a Administração Pública. O Sistema automatiza

procedimentos e oferece maior celeridade ao processo de elaboração de tabelas de temporalidade, e é acompanhado por um tutorial completo de uso da ferramenta. A metodologia do Sistema foi desenvolvida pelo Arquivo Público do Estado e reflete o conteúdo dos manuais já publicados, além de incorporar inovações adquiridas com a experiência da produção de documentos digitais no SP Sem Papel. Metodologia: A apresentação estrutura-se a partir do relato da experiência na elaboração de tabelas de temporalidade e no desenvolvimento de um sistema informatizado que incorpora regras e conceitos arquivísticos de gestão de documentos. Resultados: Em dezembro de 2020 será apresentado um painel com os resultados consolidados desde o lançamento da ferramenta, em junho deste ano. Conclusão: A experiência do Arquivo Público do Estado de São Paulo, o desenvolvimento do Sistema TTD-Fim e seus resultados nos órgãos e entidades da Administração Pública Paulista oferece uma solução sofisticada, eficiente e possível para a implementação e o aprimoramento de políticas de gestão documental a todos os entes federativos e suas respectivas instituições arquivísticas.

Título

O Centro de Memória SNA: Gestão Documental e a Memória institucional

Autores

Andreia Francisco dos Reis, Susan Gabriela de Souza Evangelista

Palavras-Chave

Centro de Memória, Memória Institucional, Sindicalismo, Aviação Civil, História do Trabalho

Resumo

A comunicação apresenta e analisa o andamento do projeto de implantação do Centro de Memória do Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA, entidade fundada em 1942. O acervo se compõe de conjuntos documentais produzidos e acumulados desde o início dos anos de 1940, atualmente de acesso restrito aos sindicalizados e a consulta institucional interna. No intuito de visibilizar e difundir o acervo da entidade analisaremos as etapas de implantação do seu Centro de Memória: o diagnóstico do acervo e o tratamento documental e repositórios de informação. Em sua trajetória institucional, o SNA foi atuante em importantes conquistas para sua categoria, como a regulamentação profissional (1961, 1984 e 2017) e a luta pela aposentadoria especial (1958). Uma das reivindicações centrais dos aeronautas diz respeito à saúde e segurança no trabalho, tendo o sindicato participado do debate em âmbito nacional e internacional, desempenho relevante desde os anos 1950 que aprimora a segurança de voo, benefício também para a sociedade. A instituição esteve presente em diversos contextos, tais como o da redemocratização (anos 1980), participando do movimento pela Anistia, Diretas Já e da luta contra a comercialização do sangue. O acervo produzido a partir da realização dessas atividades, aponta para as especificidades dos documentos pertencentes aos movimentos sindicais e movimentos sociais. Acumulam em grande parte documentos jurídicos, atas de assembleia, estatutos, jornais sindicais, peças de comunicação para engajamento de luta sindical, entre outros. No caso do SNA, ainda há um entrelaçamento de produção documental com a categoria dos aeroviários, já que realizavam diversas ações conjuntas. Neste projeto novas perspectivas metodológicas para estruturação de Centros de Memória e gestão documental foram adotadas, portanto, uma classificação adequada a acumulação documental de instituições privadas, que por suas especificidades, não desenvolveram de forma efetiva seu ciclo documental. Os modelos de gestão documental reconhecidas em autores como Márcia Pazin (PAZIN, 2011) e estudos de outros sistemas de classificação de Centros de Memória privados, nos auxiliaram nesta tarefa. O projeto também apresenta diferentes demandas como a difusão da memória sindical e tratamento documental de informações institucionais confidenciais, trataremos

dados sigilosos em nossa base de dados de forma criptografada, criando um sistema híbrido de gestão documental de introversão e extroversão de acervo, que podem coexistir em uma mesma linha de tratamento documental. Para estruturação de reservas técnicas, tratamento documental, e demandas de Memória Institucional, também foram adotadas as normas do CONARQ - sendo consideradas algumas modificações e adaptações vindas de outras instituições arquivísticas como APESP, IEB USP CPDOC-FGV e bibliografia especializada. Quanto à difusão da memória, as estratégias metodológicas adotadas traçam paralelos com o movimento sindical brasileiro no século XX, a trajetória da aviação civil no Brasil e no mundo, conquistas do direito do trabalho, além de estudos a respeito da memória social. Como produtos previstos estão publicações institucionais, exposições, cronologias e a criação de um laboratório de pesquisa e formação, no intuito de mobilizar os sindicalizados e público interessado na história do SNA, da aviação civil e da organização dos trabalhadores. A idealização do projeto Centro de Memória SNA tem os objetivos de solucionar demandas internas de pesquisa institucional e difusão da Memória Institucional, disponibilizando informações diante de sua comunidade sindical e público geral. A comunicação, nesse sentido, tem a intenção de colaborar com estratégias de trabalho auxiliando profissionais da preservação e gestão da informação, movimentos sociais e gestores da memória institucional, com a construção de base dados, sistemas de classificação, guia de acervo e mecanismos de difusão. E assim, contribuir para a estruturação e consolidação de projetos que procurem equilibrar diferentes demandas, superando seus conflitos em cenários híbridos.

Título

Gestão de Documentos Eletrônicos na Fundação Casa de Rui Barbosa

Autores

Bianca Panisset, Ana Paula Cardoso dos Reis

Palavras-Chave

Gestão Documental; Gestão de Documentos Eletrônicos.

Resumo

A conexão em rede, de pessoas e dispositivos, proporcionada pelo uso do meio digital, vem oportunizando a crescente produção documental em formatos desafiadores. Nesse contexto, as organizações vêm produzindo uma gama de documentos em suporte digital, que inclusive fogem das tradicionais formas documentais. A proliferação dos documentos eletrônicos nas instituições levanta a questão da confiabilidade e autenticidade do documento e seu gerenciamento arquivístico. Neste esteio, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que possui Programa de Gestão de Documentos em funcionamento desde o final da década de 80, vem realizando, no âmbito do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura, pesquisas lideradas por arquivista lotado no Arquivo Histórico e Institucional, sobre a produção documental em suporte eletrônico e a importância dos programas de gestão de documentos em definir procedimentos arquivísticos para controlar e incorporar essa documentação no acervo institucional da Fundação. O presente trabalho tem por objetivo analisar o impacto do meio eletrônico na produção documental da FCRB e identificar estratégias de incorporação dessa documentação no Programa de Gestão de Documentos da FCRB. Os objetivos específicos são: Mapear os tipos documentais avulsos produzidos em suporte eletrônico, produtos das atividades da Fundação; Identificar o fluxo desses documentos arquivísticos; Identificar quais documentos mapeados não são encaminhados para arquivamento e o porquê; Propor estratégias de controle da documentação produzida em suporte eletrônico; e Propor rotinas para incorporação dos documentos em suporte eletrônico no Programa de Gestão de

Documentos e, conseqüentemente, no acervo arquivístico institucional da FCRB. A metodologia utilizada consistiu na realização de entrevistas com os servidores da instituição para que fosse atualizado o levantamento documental já existente. A gestão de documentos eletrônicos, o armazenamento e a preservação digital, a verificação da autenticidade, a proteção contra hackers, adulterações, o atendimento quase em tempo real ao usuário, a incorporação de suas percepções nos acervos, são fatos com os quais o Arquivista deve lidar na grande maioria das instituições brasileiras, pois não podemos nos furtar a acompanhar a mudança da sociedade, a lidar com os problemas e as vantagens que nos são impostos. E foi buscando contribuir para a solidez do Programa de Gestão de Documentos, encontrar e propor soluções para o controle, arquivamento e acesso aos documentos eletrônicos provenientes das atividades da FCRB, que esse trabalho encontra seu propósito. O desenvolvimento do presente trabalho foi motivado pela observação direta e do mapeamento da documentação recolhida ao Serviço de Arquivo Histórico e Institucional. Tal percepção nos mostrou que há uma lacuna entre a produção documental em suporte eletrônico, a solicitação de formação de dossiês e quantidade de documentos enviados para arquivamento. Durante o levantamento da produção de documentos digitais na Fundação Casa de Rui Barbosa, pudemos analisar que houve um grande impacto do meio eletrônico na produção documental da FCRB. O envio de documentos para alimentar os dossiês e até mesmo a solicitação de criação de dossiês teve uma diminuição conforme a produção dos documentos de tornou eletrônica. A maioria dos entrevistados entende que sua produção documental é importante para o registro histórico/funcional da Fundação, e quão importante é tê-los registrados no Arquivo. Os resultados da pesquisa apontaram que há um volume documental consistente no e-mail institucional e foram definidas estratégias de recolhimento desses e-mails, percebeu-se também que há uma lacuna no recolhimento e é preciso realizar o gerenciamento arquivístico dos documentos salvos na rede institucional, que não são formalmente enviados ao arquivo, além disso, foram identificados como documentos arquivísticos os posts em redes sociais institucionais.

Título

Los Sistemas Automatizados para la Gestión Documental como facilitadores para la transparencia, el acceso a la información, la protección de datos personales y la rendición de cuentas

Autores

Claudia Alin Escoto Velázquez

Palavras-Chave

Sistema; Gestión; Documentos; Automatización; Procesos.

Resumo

Los documentos son evidencia de las actividades de las instituciones. Su producción, registro, conservación y disposición final, requiere de políticas y requisitos para garantizar la autenticidad, fiabilidad, integridad y accesibilidad de éstos a lo largo del tiempo. La gobernanza de los datos y el proceso de toma de decisiones de las instituciones públicas debe realizarse mediante un sistema automatizado para la gestión documental, el cual desde su diseño e implementación debe considerar el contexto de la organización, los requisitos de información para la gestión de documentos, información y datos, la interoperabilidad con otras aplicaciones y la utilización, reutilización y explotación de la información y datos que contienen, con miras a que las instituciones funcionen de manera más eficiente y tomen mejores decisiones basadas en evidencia, especialmente para el diseño, ejecución y seguimiento de políticas públicas. Los sistemas automatizados para la gestión documental pueden diseñarse para gestionar documentos, pero también pueden

para gestionar otros procesos de negocio de la institución atendiendo la creación, captura y gestión de los documentos, incluso a nivel de datos desagregados y metadatos que favorezcan el uso y reutilización de éstos para diferentes finalidades, con lo cual se maximiza el cumplimiento de las obligaciones de transparencia, el ejercicio del derecho de acceso a la información, la protección de datos personales, la rendición de cuentas y la mejora en los procesos de toma de decisiones. El presente trabajo destaca la utilidad y conveniencia de aplicar la Gestión de Procesos de Negocios (B.P.M., por sus siglas en inglés Business Process Management) desde el diseño de un sistema automatizado para la gestión documental con una visión integral de los procesos de negocio de la institución asociados a la gestión documental. Considerando el BPM es una metodología orientada a los procesos de negocio con un enfoque integral entre procesos, sus responsables y tecnologías de la información que permite identificar, diseñar, ejecutar, documentar, monitorear, controlar y medir los procesos de una institución para asegurar que éstos sean eficientes y efectivos. Lo cual sin duda resulta positivo para las instituciones públicas con el propósito de que el uso de sus recursos se realice de manera más eficiente y sus procesos estén sujetos a una mejora continua de manera permanente. Es por ello que los sistemas automatizados para la gestión documental brindan la oportunidad de optimizar la eficiencia de la operación de las instituciones, pero también pueden automatizar los procesos de gestión documental que contribuyan a que los sujetos obligados den cumplimiento de las obligaciones de transparencia y reduzcan el uso de papel, pero también en beneficio de la ciudadanía para el ejercicio de sus derechos, entre los que destaca el acceso a la información, la protección de sus datos personales y el acceso a servicios.

Título

Avaliação da massa documental acumulada na Administração Pública do Estado de São Paulo: desafios da governança híbrida.

Autores

Eliana Martinelli Avagliano, Shanna de Oliveira Rangel

Palavras-Chave

Avaliação; Massa Documental Acumulada; Arquivo; Gestão de Documentos; Digital.

Resumo

No processo de implementação da produção de documentos digitais na Administração Pública do Estado de São Paulo, órgãos e entidades ainda convivem com inúmeros conjuntos documentais em suporte papel, acumulados ao longo de sua existência, sem a devida aplicação de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos, bem como de outros critérios oficiais da gestão documental arquivística formulados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. As Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso, responsáveis pela implementação e coordenação de um programa de gestão documental em seus respectivos órgãos e entidades, enfrentam dificuldades em decorrência de uma cultura administrativa que ainda não reconhece o documento produzido, recebido e acumulado como bem público a ser assegurado. Com o intuito de auxiliar os órgãos e entidades no processo de avaliação dos documentos acumulados em suporte papel, o Arquivo Público do Estado concebeu o Projeto para Avaliação da Massa Documental Acumulada na Administração Direta, tendo como pilotos as secretarias estaduais da Saúde e da Administração Penitenciária. O objetivo principal é contribuir para a eliminação segura de documentos produzidos em suporte papel que cumpriram seus prazos de guarda, a fim de liberar os espaços físicos. Sendo assim, o estudo pretende demonstrar a contribuição do projeto na identificação de documentos que ainda têm prazos de guarda a cumprir (intermediários), a fim de facultar o acesso a eles; na preservação e acesso dos documentos

de guarda permanente (valor histórico); e, por fim, demonstrar a importância de um projeto de eliminação para documentos em suporte papel acumulados, destacando sua pertinência e considerando o avanço na produção de documentos em suporte digital que vem sendo cada vez mais priorizados. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, envolvendo as principais discussões sobre o tema e, por se tratar de uma pesquisa aplicada, optou-se pela metodologia descritiva baseada no método qualitativo. Dentre as etapas do projeto estão previstas a realização de diagnóstico da massa documental acumulada em suporte papel, definição das equipes de trabalho, indicação dos materiais de trabalho necessários, capacitação dos agentes envolvidos, orientação técnica e monitoramento da ação. Foi possível observar que, tratar da massa documental acumulada em suporte papel nas instituições públicas estaduais exige o entendimento da gestão documental, e requer a compreensão de que no passado ou no presente ela é consequência de uma ausência da gestão dos documentos. Como resultados esperados destacam-se: a publicação do Guia para avaliação da massa documental acumulada; elaboração do curso de educação à distância sobre a avaliação da massa documental acumulada; realização de diagnóstico da massa documental acumulada em 100% das Secretarias de Estado; capacitação dos membros das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso, servidores das unidades com atribuições de Arquivo e demais colaboradores do projeto. O momento atual avança para uma gestão documental baseada em princípios da era digital, porém a massa documental acumulada em suporte papel ao longo dos anos precisa acompanhar este processo e, portanto, ser avaliada e eliminada quando se fizer necessária. Por meio da experiência prática, visitas técnicas, diagnósticos e aproximações com diversas realidades em comum, ainda que dentro das suas particularidades, chegou-se ao resultado da proposta de elaboração do Projeto para avaliação da Massa Documental Acumulada, porém, não esgotando as possibilidades de estudos teóricos e práticos no contexto de governança híbrida, mas demonstrando o quanto é imprescindível avançar na temática.

Título

Instrumentos Arquivísticos do TRE-PB no contexto da Justiça Eleitoral

Autores

Gabriela Almeida Garcia

Palavras-Chave

Instrumentos Arquivísticos; Gestão Documental; Classificação Documental; Processo Eletrônico; Justiça Eleitoral.

Resumo

Historicamente, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB) investe esforços na gestão documental, tendo-a como instrumento de aperfeiçoamento da administração interna, e consequentemente, de desenvolvimento econômico e social no entorno da Justiça Eleitoral na Paraíba. Os esforços dos membros da CPAD (Comissão Permanente de Avaliação de Documentos) e do NGD (Núcleo de Gestão Documental), resultaram na proposta de atualização dos instrumentos arquivísticos do TRE-PB, que foi submetida ao crivo da Comissão de Instrumentos Arquivísticos (CIArq) e do Comitê de Gestão Documental da Justiça Eleitoral (CGD/JE). A comunicação em tela tem por objetivo relatar a experiência da reimplantação do Programa de Gestão Documental do TRE-PB, especificamente na fase de apresentação dos instrumentos arquivísticos à comunidade da Justiça Eleitoral. Para esse encaminhamento aos pares, utilizou-se os "Parâmetros para Análise dos Instrumentos Arquivísticos da Justiça Eleitoral" e os "Procedimentos de Submissão dos Instrumentos Arquivísticos da Justiça Eleitoral", ambos documentos emitidos no âmbito da CIArq. Nesse contexto, foram aplicados padrões, tais como: 1. No Plano de Classificação de Documentos

foi utilizado o método de classificação ideológico, que contempla as relações orgânicas dos processos de trabalho; 2. Os níveis hierárquicos são de até cinco divisões, com visível simplicidade, flexibilidade e expansibilidade. Note-se que os termos apresentam regular padronização; 3. São utilizados mais de um critério de classificação, contudo as subdivisões são distribuídas de forma lógica, respeitando-se os princípios da classificação; 4. Consideração das Tabelas Unificadas do CNJ; 5. A codificação utilizada é a duplex, com números separados por "ponto". É uma forma simples e eficaz para a notação das classes, subclasses, grupos, subgrupos e divisões. 6. Todas as subdivisões apresentam descrições elaboradas com rigor; 7. O Glossário apresenta os termos utilizados com as respectivas descrições; 8. O Índice remissivo foi elaborado e encartado; e 9. Os instrumentos arquivísticos PC e TTD abrangem todo o Fundo de Arquivo do TRE-PB. Não há separações por atividades-fim e atividades-meio e nem divisões estruturais, como a Secretaria do Regional e as Zonas Eleitorais. Essas regras emitidas no âmbito de um planejamento central teve por intuito guiar a construção dos instrumentos arquivísticos nos órgãos da Justiça Eleitoral. O procedimento tem se mostrado bastante útil, ainda mais considerando-se que nem todos os TREs possuem Arquivistas em seus quadros. Some-se a isso os desafios dos documentos digitais e dos processos eletrônicos administrativos e judiciais, inseridos nos sistemas, notadamente o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) e o PJE (Processo Judicial Eletrônico). A comunicação faz-se pertinente especialmente nessa época em que as tecnologias da informação imperam como uma imposição às instituições públicas contemporâneas, as quais buscam prestar melhores serviços aos cidadãos, seja na busca de garantia de direitos, comprovação de cumprimento de deveres, seja na preservação da memória institucional, e ainda preservando as informações pessoais. Todas essas implicações emergem na construção de classificações para documentos no âmbito de uma instituição de grande porte e alcance, como é o caso da Justiça Eleitoral brasileira.

Título

O impacto das políticas de gestão documental na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Autores

Ieda Pimenta Bernardes

Palavras-Chave

LGPD, Dados pessoais, Gestão documental, Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos, Mapeamento de dados.

Resumo

A Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 e aplica-se tanto ao setor público quanto ao setor privado. Na Administração Pública, a implementação da LGPD deverá se harmonizar com outros dispositivos legais vigentes, dentre eles a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 (LAI) e a Lei de Arquivos nº 8.159/1991, e regulamentações posteriores. A esse propósito, nota-se uma equivalência de sentido entre os conceitos de "gestão de documentos" (Lei nº 8.159/1991), "tratamento da informação" (LAI) e "tratamento de dados" (LGPD), o que é indicativo de uma necessária integração e complementariedade entre as atividades de gestão documental, de acesso à informação e classificação de sigilo, e de governança de dados. Isso porque o direito à privacidade depende, indistintamente, da proteção de documentos, dados e informações produzidos, recebidos ou coletados pelo poder público no exercício de suas funções e atividades, referentes a uma pessoa natural identificada ou identificável, em suporte físico ou digital. Esses documentos, dados e informações pessoais também integram o conceito já consagrado de "arquivos públicos" e seu tratamento deve respeitar

as diretrizes, normas e procedimentos da política de arquivos e gestão documental. Do ponto de vista metodológico, a proteção de documentos, dados e informações pessoais, depende de sua identificação, localização e categorização, atividade que vem sendo denominada como "mapeamento de dados". Entretanto, esse mapeamento, que se estende a todos os ativos informacionais (bases de dados, documentos, equipamentos, locais físicos, pessoas, sistemas e unidades organizacionais) pode ser em muito facilitado com a utilização dos instrumentos de gestão documental que são capazes de resgatar os documentos, dados e informações em seus respectivos contextos de produção, em perfeita correspondência com as funções e atividades institucionais que lhes deram origem. Um aspecto dos mais relevantes da LGPD refere-se ao direito do titular de solicitar a eliminação de seus dados, no todo ou em parte, armazenados em banco de dados, físicos ou digitais. A esse respeito, é inquestionável que essa eventual eliminação de dados deverá observar também os prazos de guarda e a destinação determinados nas tabelas de temporalidade de documentos, decorrentes dos valores que encerram para a garantia de direitos, bem como para o atendimento das necessidades de execução de políticas públicas e a preservação da memória. Mesmo porque, a Lei nº 8.159/1991 prevê a necessidade de autorização das instituições arquivísticas públicas para se efetuar a eliminação de documentos públicos, e parece razoável que essa exigência também se aplique aos documentos, dados e informações pessoais. Nesse sentido, mesmo que cumprida a finalidade que justificou a coleta, os dados pessoais podem estar registrados em documentos ou armazenados em bases de dados de guarda permanente em decorrência de seu valor probatório, informativo ou para a produção de conhecimento e, nessa hipótese, devem ser considerados inalienáveis e imprescritíveis. Por todo o exposto, os estudos arquivísticos e os instrumentos de gestão documental são indispensáveis para uma implementação segura da Lei Geral de Proteção de Dados o que exigirá, assim como na implementação da LAI, a participação responsável e competente dos Arquivos Públicos.

Título

A mudança da cultura administrativa com a implantação do SP Sem Papel - Documentos Digitais na Administração Pública Paulista: desafios do Arquivo Público do Estado de São Paulo na transição total da produção documental física para uma produção documental digital - Relato de Experiência

Autores

Leandro Teixeira Estrella, Aline Ribeiro de Farias

Palavras-Chave

Gestão Documental; Documentos Digitais, Gestão da Mudança, Cultura Administrativa, Gestão do Conhecimento.

Resumo

O Arquivo Público do Estado de São Paulo, reconhecidamente inovador na gestão documental tem sua trajetória marcada pelo pioneirismo e pelo protagonismo desde sua origem: o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo foi instituído por Decreto Estadual em 1984, um dos primeiros sistemas administrativos arquivísticos no Brasil, antecedendo à Constituição Federal de 1988 e à Lei de Arquivos de 1991. A produção normativa e técnica foi bastante extensa e diversificada nos anos que se seguiram, mas especificamente sobre a gestão e produção de documentos arquivísticos utilizando as tecnologias da informação e comunicação tem-se como marcos fundamentais a elaboração e aprovação da Instrução Normativa APE/SAESP de 2009, a qual estabelece diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e os trabalhos de aperfeiçoamento,

gerenciamentos e implantação do SPdoc, Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações, principalmente a partir de 2010, ano da instituição pelo Decreto nº 55.479 de 25 de fevereiro de 2010 de um comitê gestor na Casa Civil, presidido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Com a entrada definitiva dos órgãos e entidades estaduais na Era Digital pelo Programa SP Sem Papel - Documentos Digitais, o desafio é grandioso: regular e aperfeiçoar normas e procedimentos para a realidade digital enquanto participa ativamente da implantação e aprimoramento do sistema informatizado e orienta os órgãos e entidades na reformulação de suas rotinas internas e na superação de paradigmas organizacionais, práticos e conceituais que perdem o sentido com o ambiente digital oficial de produção de documentos que já se implantou na Administração Direta e se planeja implantar em toda Administração Indireta até o fim do ano. São muitas mudanças em pouco tempo: mudança nas rotinas dos servidores com a tramitação dos documentos; novos procedimentos para a transição da Administração Pública Paulista na produção documental digital; a necessidade e a realidade da expansão do conhecimento do servidor na confecção dos documentos; a novidade e a importância do mapeamento de documentos para uma implantação mais eficaz, para revisão de normas e rotinas internas de cada órgão e entidade e para guiar e subsidiar o aprimoramento da gestão documental. Todos estes são aspectos desafiadores que exigem respostas e conformação com o arcabouço normativo, conceitual e procedimental arquivísticos, o que, além das ações administrativas em curso, demanda pesquisa, atualização técnica e produção de conhecimento pelos agentes envolvidos para encontrar respostas e encaminhamentos eficazes.

Título

Sistema de Arquivos: ferramenta para a gestão de documentos em universidades públicas

Autores

Lohayne Emerick

Palavras-Chave

Arquivologia. Gestão de Documentos. Sistema de Arquivos. Arquivos Universitários.

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em 2018 e apresentada como monografia final de conclusão do curso de arquivologia na Universidade Federal Fluminense. Tem por objetivo analisar os sistemas de arquivos enquanto ferramentas para a implantação da gestão de documentos em universidades públicas, tendo em vista a necessidade de pensar em novos modelos para que a gestão de documentos ocorra de forma mais eficiente e integrada entre todos os setores de uma mesma instituição produtora de documentos, com um órgão central emanando normas e diretrizes comuns a toda a instituição. Observa-se que em muitas instituições os documentos arquivísticos produzidos não atendem a um padrão em sua construção, as espécies, formatos e tipos são diferentes e cada unidade determina de forma independente como será realizada a gestão de seus documentos. Por sua vez, considerando que cada documento é feito de forma a atender as necessidades de sua instituição produtora, é fato que há carência de uma normalização que os englobe e possibilite tratar todos de forma igualitária. Neste trabalho, serão observados os modelos de sistema de arquivos em universidades públicas. Quanto à metodologia, utiliza-se uma pesquisa teórica de caráter descritivo e exploratório, a partir de revisão de literatura e análise dos sistemas de arquivos da Universidade de Brasília, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade de São Paulo. Ressalta-se que todas são instituições de ensino superior, sendo as duas primeiras do executivo federal e a última, do executivo estadual. A pesquisa realizou-se através da análise dos sites institucionais,

normas, regulamentos, resoluções, anuários estatísticos e outros documentos referentes às universidades em questão. Como revisão de literatura, são abordados o conceito de gestão de documentos e sistema de arquivos. Para a análise dos referidos sistemas de arquivos, buscamos analisar aspectos referentes aos históricos, estruturas, seus números, arquivos centrais e sistemas de arquivos das universidades em questão. Sobre os arquivos centrais e sistemas de arquivos, investigamos seus objetivos, finalidades, estrutura, equipe, instrumentos de gestão e documentos de apoio. Por fim, realizamos uma análise comparativa dos dados dos sistemas de arquivos das três universidades. Os resultados obtidos nesta pesquisa demonstram a preocupação das universidades em entender que é possível alcançar níveis mais elevados em relação à gestão de seus documentos quando esta é pensada de forma a integrar todos os seus setores produtores e mantenedores de arquivos. Ressalta-se, ainda, a importância de suscitar reflexões acerca da temática abordada neste trabalho, a fim de possibilitar o aumento de pesquisas, de modo a contribuir com a gestão de documentos e arquivos.

Título

Os mecanismos e as estruturas de transferência de informações em organismos produtores de serviços de atenção à saúde: estudo de caso em um hospital universitário

Autores

Louise Anunciacao Fonseca de Oliveira do Amaral, Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Palavras-Chave

Informação em saúde, Transferência da informação, Hospitais.

Resumo

As informações em saúde, registradas em suportes analógicos ou eletrônicos, configuram-se nos documentos, arquivos, repositórios e sistemas de informação. Essas configurações são compreendidas, neste trabalho, como mecanismos de difusão de conhecimentos entre serviços, sistemas e redes de atenção e inovação à saúde. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi o de identificar as ferramentas de produção, circulação, compartilhamento e acesso às informações em saúde, bem como as práticas de gestão de documentos e arquivos, os meios para organização, armazenamento e recuperação de documentos em saúde e as fontes de ideias, informações e conhecimentos utilizadas pelo Hospital Universitário de nº 7 que compõe o campo empírico da pesquisa de uma tese. Quanto à metodologia, a pesquisa é exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa e quantitativa. A população para a realização desta pesquisa foi de 01 hospital universitário, caracterizando-se como o pré-teste de um estudo de caso. Para o levantamento dos dados utilizou-se como instrumento um questionário com quatro assertivas do Grupo 11, aplicado entre 3 sujeitos dos serviços de tecnologia da informação, assistência, arquivos e documentos. O tratamento dos dados foi realizado por meio da estatística descritiva e análise de conteúdo. Dentre as ferramentas de produção, circulação, compartilhamento e acesso às informações mais utilizadas destacam-se a Internet, e-mails e documentos, elencadas por 100% dos respondentes, seguidas da Intranet, Arquivos, Sistemas de informação hospitalar e Prontuário do paciente, com 67%. Tais ferramentas são consideradas como tecnologias e propiciam a difusão do conhecimento no hospital. Por sua vez, ao analisarmos as ferramentas como plano de classificação e tabela de temporalidade, redes sociais, prontuário eletrônico do paciente, tele-saúde e repositórios arquivísticos digitais confiáveis, inferimos que estas ainda não são amplamente utilizadas para a geração de conhecimento em saúde. As práticas de gestão de documentos são relevantes para execução das atividades administrativas e assistenciais, bem como para tomada de decisão por parte dos gestores no âmbito da saúde. Dois gestores desse organismo produtor

indicaram apenas o uso do serviço de protocolo de documentos, enquanto apenas um gestor sinalizou a elaboração de cenários prospectivos sobre guarda de documentos inativos e outro não respondeu a questão. Os gestores apontaram os serviços de arquivos, bancos de dados de acesso restrito, serviços de protocolos e sistemas de gestão eletrônica de documentos como meios para o hospital organizar, armazenar e recuperar os documentos gerados e recebidos, confirmando a existência de práticas relacionadas aos arquivos/repositórios e sistemas de informação. Entretanto, os resultados apontam que outros meios ainda não foram assimilados, por não terem sido sinalizados pelos respondentes: prontuário eletrônico do paciente, bancos de dados de livre acesso aos colaboradores do hospital, prontuário eletrônico do paciente vinculado ao Sistema de Informação Hospitalar. Por fim, as principais fontes de ideias, informações e conhecimento foram o Ministério da Saúde, os documentos e especialistas em gestão hospitalar, seguidas por colaboradores de áreas envolvidas, fornecedores, parceiros de outras organizações hospitalares e usuários/clientes. Os arquivos, as Secretarias de Saúde Estadual e Municipal, os motores de busca, as bibliotecas virtuais, universidades e os bancos de dados especializados também são considerados como fonte de ideias, informações e conhecimentos do hospital. Os resultados revelam a necessidade de uso mais ampliado de mecanismos e estruturas de transferência de informações no organismo prestador de serviços de atenção à saúde para melhor desempenho dos colaboradores em seus processos laborais e decisórios, bem como para a geração, o registro e a difusão de conhecimentos sobre a saúde no Brasil.

Título

O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP e as ações do Arquivo Público do Estado para a construção dos Planos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade de Documentos para as atividades-fim dos órgãos e entidades públicas paulistas

Autores

Maria Elisa Pereira

Palavras-Chave

Arquivo Público do Estado; Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP; Política pública de arquivos, gestão documental e acesso à informação; Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos; Atividades-fim.

Resumo

A administração pública paulista conta com o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP para gerir os arquivos estaduais. O Arquivo Público do Estado é o seu órgão central, sendo responsável pela formulação e implementação da política pública de arquivos, gestão documental e acesso à informação. Este artigo discorre sobre a ação estratégica do Arquivo Público do Estado em todos os assuntos referentes aos documentos públicos paulistas, estejam eles em qualquer suporte e/ou em qualquer de suas fases: corrente, intermediária ou permanente. Descreve especialmente as estratégias de convencimento das autoridades e dos membros das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso (CADAs) para a construção dos Planos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade de Documentos para as atividades-fim dos órgãos e entidades públicas paulistas (órgãos setoriais do SAESP), essenciais para a governança do Arquivo Público do Estado. Explana sobre o conceito do SAESP, desde sua previsão em 1984 até sua realidade em 2020, passando pela defesa de sua necessidade estratégica; comenta também a construção das bases legais imprescindíveis para a realização do trabalho arquivístico interligado aos mecanismos de acesso à informação e aos de transparência pública. Fala sobre a publicação da Tabela das Atividades-Meio estadual em 2004 e sobre a necessidade dos órgãos e entidades

elaborarem seus próprios Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos para as atividades-fim, destacando os benefícios esperados pela sua aplicação. Reafirma a centralidade dos Planos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade de Documentos, bem como de Sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos neles baseados, para a efetiva gestão de documentos de arquivo. Reflete sobre as dificuldades na preparação desses complexos instrumentos de gestão documental, o ritmo lento de publicações dos primeiros anos, e o impulso dado pelo Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - DGS/AESP para auxiliar as CADAs a realizar essa tarefa. Expõe a metodologia utilizada para a elaboração de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Documentos para as atividades-fim dos órgãos e entidades públicas paulistas. Relata os mecanismos do DGS/AESP para difusão dessa metodologia: promoção de treinamentos, edição de publicações técnicas, prestação de assistência técnica aos órgãos do SAESP e automatização dos procedimentos de elaboração desses instrumentos mediante o Sistema TTD-Fim. Este artigo também narra como a introdução primeiramente do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc e recentemente do Programa SP Sem Papel impulsionou a confecção desses instrumentos de gestão documental. Metodologia: A metodologia utilizada será a de Relato de Experiência, descrevendo a base teórica e a prática cotidiana do Arquivo Público do Estado para realizar a tarefa de conhecer o universo dos documentos públicos paulistas. Resultados: Serão apresentados os Planos de Classificação e as Tabelas de Temporalidade de Documentos para as atividades-fim de órgãos publicados entre 2007 e 2020, bem como a forma de acessá-los pela internet. Conclusões: O acúmulo de conhecimento obtido pelo Arquivo Público do Estado deve-se principalmente pela decisão de defender o SAESP como sendo imprescindível para edificar uma política arquivística abrangente o suficiente para abarcar todos os órgãos e entidades paulistas. A experiência do Arquivo Público do Estado, seja com a implantação de seu Sistema de Arquivos seja com a construção dos seus instrumentos de gestão documental, reforça a ideia de que os Arquivos públicos são as instituições mais qualificadas para gerir não somente as políticas públicas de arquivos, mas também as de acesso à informação, fortalecendo a transparência e o controle social sobre as ações governamentais.

Título

A Importância da Tabela de Temporalidade Documental como Instrumento de Gestão Documental

Autores

NARCIZO MATTIUZZI DA COSTA JUNIOR

Palavras-Chave

Gestores de Arquivo, Teoria das Três Idades, Tabela de Temporalidade Documental, Comissão de Avaliação, Instrumento de Gestão Documental, Prazos de Guarda, Arquivo.

Resumo

A ideia de estudar Tabelas de Temporalidade Documental surgiu em 2013 durante a preparação do curso e treinamento de Gestão Documental ministrado até hoje na Escola de Governo de Guarulhos. Esse tema é pesquisado por mim há 12 anos, foi motivado pelos graves problemas encontrados nas Tabelas pesquisadas. No trabalho para o simpósio, irei passar por pontos fundamentais que jogarão luz à importância da preparação da Tabela de Temporalidade Documental. Introdução. Fundamento Legal. Passarei rapidamente por Leis e Decretos. Comissão de Avaliação Documental. Destaco a importância da Comissão de Avaliação Documental, suas atribuições determinadas legalmente e o que, na realidade acaba acontecendo. Aponto os resultados da atuação das Comissões não comprometidas

refletidos nas Tabelas de Temporalidade. Tecnicamente a Tabela de Temporalidade é um importante instrumento de Gestão, mas para que essa premissa se confirme, é necessário que o trabalho antecedente, de Avaliação Documental, seja feito com critérios, conhecimentos técnicos, e principalmente com comprometimento. A escolha dos participantes é fundamental. A simplista "convocação" feita pelo Gestor para participar da Comissão não é aconselhável. O participante deve ter interesse pelo trabalho, mas isto não quer dizer que ele tenha competência, e na maioria das vezes tem apenas boa vontade, e por esse motivo deve ser devidamente capacitado. Tabela de Temporalidade Documental No trabalho vou me aprofundar nas complexidades da Tabelas de Temporalidade. Explico o conceito de cada uma das colunas e suas funções. Para exemplificar de forma didática, utilizo uma tabela com 13 colunas, representada por uma imagem. Abordo com clareza os prazos de guarda e a teoria das 3 idades explicando a relação entre eles. Apresento o desastre de uma Avaliação Documental feita por uma Comissão não comprometida. Aponto os problemas encontrados nas tabelas, como as confusões do prazo de vigência com ausência de registro no Arquivo corrente - na coluna do Destino está registrado "eliminar" e no entanto encontramos na coluna de Guarda Permanente a expressão "Guardar a Totalidade". Como guardar se o documento "foi" Eliminado? No decorrer do trabalho mostro imagens desses problemas e de outros encontrados nas várias Tabelas e muitas outras "curiosidades". Simultaneamente apresento algumas soluções. Existem tabelas com enganos recorrentes o que permite pensar que foi utilizado o recurso de "recorta e cola" sem nenhum critério ou cuidado nas avaliações realizadas. Destaco neste ponto o problema de gestão do trabalho que não deu conta de notar as barbaridades que forma publicadas. Mostrarei o tamanho das Tabelas de Temporalidade Documental apontando a quantidade de séries documentais presentes algumas delas. Possuo no meu acervo aproximadamente 40 Tabelas de Temporalidade Documental, das quais já examinei detalhadamente mais da metade localizando enganos e curiosidade. Com imagens de tabelas, destaco os vários tipos existentes, exemplifico as tecnicamente as bem elaboradas. Mostro a imagem da melhor tabela, na minha opinião. Abordo Tabelas de Temporalidade Documental de Estados, de Municípios, de entidades como o Arquivo do Estado de SP e, das áreas da Saúde e Educação, de alguns dos TRTs, entre muitas outras. Conclusão Mostrar aos leitores a importância de uma tabela bem feita, com registros confiáveis, e prontos para uma boa pesquisa. É importante não confundir os consulentes, deixando claro os motivos pelo qual o Prazo de Guarda e o Destino do documento, apontado na tabela, representa o resultado e uma boa avaliação.

Título

Proposta de Plano de Classificação dos Documentos de Arquivo das Atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil

Autores

RAPHAEL BAHIA DO CARMO

Palavras-Chave

classificação de documentos de arquivo, plano de classificação de documentos das atividades-fim, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

Resumo

O presente trabalho objetiva discutir acerca da elaboração de proposta de plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Apresenta também uma discussão acerca dos conceitos, teorias e metodologias da classificação arquivística e dedica-se a mapear as funções e as atividades desenvolvidas pela instituição, de modo a conhecer a sua produção documental. Identifica,

ainda, uma parcela de sua massa documental acumulada relativa às atividades-fim. Como metodologia realizou-se uma pesquisa aplicada de cunho exploratório com uma abordagem qualitativa, utilizando como técnica de levantamento de dados a pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação de fichas e questionários. De uma forma geral, o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil foi criado com os objetivos de incentivar e apoiar a preservação do patrimônio documental, tecnológico, arquitetônico e ambiental, de valor histórico, do setor de energia elétrica no Brasil, tornando-os acessíveis às empresas, às comunidades acadêmicas e ao público em geral. Em seus mais de 33 anos a instituição acumulou um acervo com mais de 50 (cinquenta) fundos e coleções de arquivo, doados por personalidades e empresas do setor de energia elétrica, além de ter realizado diversas exposições, de manter uma biblioteca com mais de 5.000 (cinco mil) títulos e de ter desenvolvido mais de 100 (cem) publicações. Todas as funções e atividades que culminam nesses produtos fazem parte das atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, sendo que os documentos responsáveis por esse registro, hoje, quando produzidos, não recebem a classificação adequada, e os que foram gerados no passado representam uma massa documental acumulada. Neste sentido, esta proposta de trabalho tem o potencial de representar um grande avanço nas práticas de gestão de documentos na instituição, ajudando a sanar problemas decorrentes da falta de classificação desses documentos, facilitando a sua busca e recuperação, oferecendo subsídios para que o arquivo trabalhe com uma maior eficiência e eficácia na realização de seus serviços e otimizando o tempo de trabalho dos profissionais do arquivo, que terão em mãos um instrumento para atender com maior agilidade aos usuários internos. Busca-se também contribuir para que as decisões estratégicas que dependem de consulta a esses documentos sejam tomadas de forma mais rápida. Ressaltamos que com a aplicação do plano de classificação dos documentos das atividades-fim pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, além de todo o impacto previsto, é gerado, mesmo que de forma indireta, um retorno a nível financeiro para a instituição, que processos, poderá dispensar menos recursos para cumprir as suas atividades rotineiras.

2. Descrição, acesso e difusão

Instrumentos de pesquisa e obras de referência. O acesso e seus fundamentos jurídicos. Programas educativos, exposições e atividades de marketing nos arquivos.

Coordenação: Lúcia Maria Velloso de Oliveira e Sonia Troitiño

Título

Utilizando o AtoM via interface por linha de comando: Por que e como?

Autores

Carlos Henrique Metidieri Menegozzo

Palavras-Chave

Arquivologia; Descrição arquivística; Tecnologia da Informação; Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD); Interface por Linha de Comando (CLI).

Resumo

O aplicativo AtoM (Access to Memory ou Acesso à Memória, em português) tem sido amplamente adotado como solução de banco de dados para arquivos. Trata-se um aplicativo

livre e gratuito desenvolvido em parceria com o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e compatível com a Norma Internacional de Descrição Geral Arquivística (ISADG) e normas correlatas. A utilização dessa ferramenta tem permitido a instituições arquivísticas maior controle e difusão de seus acervos. Constatou-se que, com frequência, sua utilização se dá via Interface Gráfica de Usuário (GUI), ambiente do computador com o qual todos estamos familiarizados. Essa opção, todavia, envolve limitações e problemas, dentre os quais merecem destaque: o tempo de trabalho necessário à inserção manual de dados, e também os erros de processamento de dados inseridos, provocados por flutuações de conexão entre o aplicativo e o servidor (cuja correção exige trabalho adicional). Disso concluiu-se que a operação da ferramenta via GUI é contraproducente quando se trata do processamento de grandes volumes de dados. Tais problemas podem e devem ser contornados quando a utilização do AtoM se dá via Interface por Linha de Comando (CLI). Profissionais das áreas de Ciências da Informação, todavia, não estão em geral familiarizados com os recursos de Tecnologia da Informação exigidos à operação do AtoM via CLI. Diante disso, esta apresentação possui dois objetivos. Primeiro, oferecer uma introdução a conceitos básicos relativos à arquitetura de computadores, diferenciando Interface Gráfica de Usuário (GUI), da Interface por Linha de Comando (CU/shell) e do núcleo (kernel). Segundo, pretende oferecer orientações práticas relativas à preparação dos dados em planilha, utilizando-se para isso os diferentes modelos (ou templates) que integram o aplicativo; até a execução de tarefas via linha de comando que incluem: preparação do banco de dados, importação de dados e rotinas técnicas de manutenção dos dados importados, com ênfase na portabilidade de dados com vistas à facilitar a preservação e recuperação de informações. A exposição tem por base a experiência de uso do AtoM realizada pelo Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca (NBH) do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Após cerca de 2 anos de estudos e preparação, a instalação de testes do NBH, prestes a ser lançada publicamente, conta no momento com 385 mil registros arquivísticos, acompanhados de cerca de 13 mil objetos digitais, os quais podem ser acessados, também, via pesquisa georreferenciada (recurso customizado integrado ao AtoM por nossa equipe). Ao compartilhar e sistematizar essa experiência, esperamos poder contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais em instituições de informação, que via de regra são bastante limitados.

Título

Perfil dos usuários do Arquivo Público do Estado de São Paulo: levantando informações sobre o público presencial e online

Autores

Flavio Ricci Arantes, Gustavo Dias Brambilla

Palavras-Chave

arquivologia; estudo de usuário; Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); perfil do público; web analytics

Resumo

Conhecer seu público é um mantra obrigatório para empresas que dependem do consumo de produtos ou serviços pelos seus clientes a fim de sobreviver no mercado de forma sustentável. Para organizações governamentais e do terceiro setor, essa diretriz também tem se mostrado cada vez mais fundamental pelo ponto de vista da manutenção da relevância da instituição para toda a sociedade ou a segmentos específicos dela. Na Ciência da Informação temos pesquisas consistentes de longa data sobre o público de museus e sobre usuários de bibliotecas. Mais recentemente o estudo de usuários de arquivos tem ganhado volume e o compartilhamento do conhecimento gerado por essas pesquisas e

reflexões tem motivado cada vez mais instituições a implementar processos de coleta e análise de dados sobre seu público para o planejamento estratégico dos serviços prestados (redirecionando recursos e estrutura para o pleno atendimento de demandas populares crescentes, como por exemplo a pesquisa de documentos e emissão de certidões de imigração de antepassados do requerente que está em busca do reconhecimento do seu direito a dupla cidadania), ações de difusão voltadas a públicos específicos (alguns já conhecidos pelo contato presencial frequente - como pesquisadores acadêmicos de fundos já descritos ou estudantes que vêm conhecer a instituição em visitas monitoradas, outros que só podem ser percebidos pelo aumento do volume de audiência em determinadas áreas do site institucional) ou até mesmo a escolha dos fundos e coleções que terão prioridade no tratamento técnico e disponibilização para consulta (se registrada a intenção de pesquisa de todos os consulentes, não apenas aqueles que efetivamente encontram material que atenda seu objeto de estudo). O presente trabalho busca estimular a atividade de estudo de seus usuários por instituições de arquivo por meio do relato da experiência da equipe do Centro de Difusão e Apoio a Pesquisa (CDAP) do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) durante: o mapeamento das diversas fontes de registros dos diferentes públicos atendidos pela instituição (incluindo sistemas internos, sistemas externos - como Google Analytics e outras ferramentas de web analytics, planilhas de controle de diversos setores e eventualmente dados em formulários ainda não catalogados); a normalização e consolidação de todos esses dados em planilhas voltadas para a análise do perfil do público; a produção de relatórios e dashboards/painéis com representação gráfica das métricas de composição do público atendido, se possível com a evolução desses itens para acompanhamento gerencial; além da proposição de conclusões e indicativos de encaminhamentos para a ampliação desses estudos de forma a gerar insumos para o debate institucional e tomada de decisões estratégicas cada vez mais calçadas em levantamentos sólidos para que a organização se mantenha eficiente e eficaz na prestação de serviços relevantes para a sociedade em torno do acervo documental custodiado.

Título

Acessibilidade Virtual: Possibilidades de compartilhamento de conteúdo acadêmico em tempos de Pandemia.

Autores

Ivan Luiz Martins Franco do Amaral

Palavras-Chave

youtube, difusão, compartilhamento

Resumo

O Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas (CMA) da Unicamp foi inaugurado em 2008 com objetivo de preservar e divulgar a memória e os acervos da Faculdade e durante todos esses anos acompanhou uma série de pesquisas e estudos, bem como realizou inúmeras exposições dentro da faculdade. No ano de 2020, devido ao distanciamento social provocado pela pandemia do vírus Covid-19, as exposições físicas ficaram impossibilitadas de serem realizadas. Afim de viabilizar a continuidade das exposições, o CMA em conjunto com a área de Arquivo e Protocolo da Faculdade, durante a 4ª edição da Semana Nacional de Arquivos, idealizaram a realização de uma exposição virtual intitulada "Pesquisas de Covid-19 na FCM-Unicamp", organizada por cinco representantes de áreas multidisciplinares: Salete Gobi Chiulle Dias (administradora de empresas); Rubens Bedrikow (médico); Rafael Marques da Silva (publicitário), Diego Augusto de Jesus Toledo (técnico administrativo) e Ivan Luiz Martins Franco do Amaral (historiador). A exposição contou com a participação de pesquisadores da Faculdade que contribuiram com

vídeos de até 5 minutos sobre o atual vírus (Covid-19). Visando ampliar o alcance ao conteúdo, os vídeos foram disponibilizados no canal do Youtube do CMA e vinculados à exposição virtual completa dentro da página institucional do Centro de Memória. Além dos vídeos, a exposição traz itens adicionais, como: transcrições, descrições e ficha técnica das pesquisas. Paralelamente ao conteúdo disponibilizado no Youtube e na página virtual do CMA, todo o material da exposição está sendo inserido na plataforma de compartilhamento e armazenamento de acervos digitais da Universidade, conforme padrões da NOBRADE e ISAD(G). A plataforma e o descritor padrão da Universidade Estadual de Campinas possibilitam a preservação padronizada da memória e de seus acervos dentro dos sistemas Atam e Arquivemática, utilizados para consulta de pesquisadores internos e externos da Universidade. Essa exposição, portanto, viabiliza a descrição, acesso e difusão de conteúdos nas plataformas digitais, nesse caso, utilizando a plataforma gratuita de acesso e compartilhamento, O Youtube. Trata-se de uma nova experiência para a área de acervos com objetivo de aumentar o alcance e acesso pelos mais diversos tipos de expectadores interessados à ampliar o seu conhecimento via o Youtube, uma plataforma que já faz parte do dia a dia de muitos, diferentemente dos demais conteúdos relacionados a memória, exposições e acervos produzidos na Instituição que acabam restritos aos pesquisadores acadêmicos. Por fim, ressalta-se que a ideia não é deixar de utilizar as plataformas padrões da Universidade, nem as regras de metadados e descritores, mas sim, também acrescentar em alguns dossiês de acervos a disponibilização dos temas no canal do Youtube do Centro de Memória, com objetivo de levar o conteúdo referente a memória das ciências da saúde à um público diverso, estimulando a memória e a cultura para além das barreiras Universitárias.

Título

A elaboração do Padrão de metadados de documentos arquivísticos digitais da Fundação Oswaldo Cruz: relato de experiência

Autores

Ivone Pereira de Sá

Palavras-Chave

Padrão de Metadados; Documentos Arquivísticos Digitais; Fundação Oswaldo Cruz; Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos.

Resumo

O presente trabalho apresenta o relato de experiência da construção do Padrão de metadados de documentos arquivísticos digitais da Fundação Oswaldo Cruz. No âmbito da gestão e da preservação dos documentos arquivísticos digitais produzidos e sob a guarda da Fundação Oswaldo Cruz, o Preservo - Complexo de Acervos e o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Fiocruz estabeleceram como meta primordial a definição da relação mínima de metadados dos documentos arquivísticos digitais, ou seja, trata-se de um conjunto mínimo de elementos de metadados descritivos e técnicos a serem aplicados aos documentos arquivísticos digitais dos tipos nato digital e representante digital dos quatro gêneros documentais: audiovisual, iconográfico, sonoro e textual desde a sua produção, isto é, no ato de criação, até seu recolhimento para o arquivo permanente ou sua eliminação, de acordo com a destinação final prevista em Tabela de Temporalidade. Para isso, foi constituído um grupo com profissionais de diferentes formações e especialistas de cada gênero (arquivistas, bibliotecários, historiadores, fotógrafos entre outros) que atuam em diferentes unidades da instituição que criaram uma metodologia para a elaboração do Padrão de metadados de documentos arquivísticos digitais da Fiocruz, onde buscou-se caracterizar os documentos arquivísticos de cada gênero; reunir as características comuns entre eles e, a partir disso, identificar em padrões e esquemas de

metadados já existentes específicos de cada gênero, assim como padrões e esquemas generalistas, elementos de metadados que atendessem as necessidades, assim como, criar novos elementos de metadados e ainda definir qualificadores de alguns metadados em função das necessidades específicas dos diferentes gêneros. Com essa metodologia foi possível identificar treze elementos de metadados descritivos e dezesseis elementos de metadados técnicos e, em sua grande maioria, foi possível identificar metadados comuns aos quatro gêneros documentais o que, futuramente, facilitará a interoperabilidade entre os sistemas e a recuperação integrada dos documentos. Ainda, pensando no seu uso, o Padrão de metadados foi elaborado no formato de manual de aplicação, onde os produtores dos documentos ao consultá-lo terão acesso a informações detalhadas sobre cada elemento de metadado tais como: definição, identificador, qualificadores, normatização, obrigatoriedade sobre o uso, comentários etc. e no manual também poderão consultar as regras de preenchimento para cada elemento de metadado apresentado. O estabelecimento e a padronização de elementos de metadados descritivos e técnicos confere um maior grau de controle nas ações de gestão dos documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente e intermediária, propiciando que aqueles com valor secundário possam ser recolhidos ao arquivo permanente em tempo previsto e com completude de informações sobre essas ações e esse registro é essencial para a garantia da autenticidade e do acesso contínuo aos documentos. Os próximos passos previstos para a efetiva aplicação do Padrão de metadados serão a construção de uma ferramenta para registro e extração dos metadados descritivos e técnicos; o desenvolvimento de capacitação de usuários para aplicação dos procedimentos definidos; a observação de melhorias com base na aplicação prática e a complementação de análise e definição de metadados administrativos e de direitos.

Título

Memória e Patrimônio: As Ações Educativas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Autores

Juçara Nair Wollf, Luciano Fruhauf

Palavras-Chave

Patrimônio documental, Ações Educativas, Preservação documental, Acesso a informação, Memória histórica.

Resumo

O Acervo documental custodiado pelo APESC é composto por 2.500 metros lineares, o que corresponde aproximadamente a 130 mil códices/volumes ou 6 milhões de folhas de registros manuscritos originais a partir do século XVIII, de origem governamental, produzidos desde os tempos da Capitania, no período colonial, passando pela Província dos tempos imperiais até meados do século XX do período republicano. O acervo é uma demonstração da riqueza da memória histórica administrativa do Estado. Trata-se de documentos em "idade histórica" possuidores de proveniência e de funcionalidade dentro do órgão de origem, elementos indicadores de ações e políticas desenvolvidas pelo poder público catarinense. É um patrimônio que deve ser preservado, mas, prioritariamente, publicizado e estar acessível ao cidadão. As ações educativas tem esse objetivo duplo que é entender o processo de construção da memória institucional catarinense e garantir aos cidadãos o acesso a informação contidas nos documentos custodiados pelo Arquivo Público. As ações educativas desenvolvidas no Arquivo Público de Santa Catarina foram retomadas no final de 2018 através da exposição no AÇOR – festa da Cultura Açoriana que acontece anualmente desde 1994. Nesta exposição apresentamos documentos que substanciam a elaboração das histórias locais e fornecem pistas para refletir sobre a fisionomia e contornos específicos, existentes nas comunidades que habitam todo litoral

catarinense. Em 2019 retomamos a ação educativa voltada às escolas do ensino básico (estadual, municipal e particular) em uma nova configuração e formato através do projeto A escola vai ao Arquivo. No ano de 2019 a ação atendeu aproximadamente 350 alunos da rede estadual. A ação que vai além de uma visita guiada pelos espaços do Arquivo Público, intencionava refletir sobre a valorização e preservação dos bens patrimoniais e aí destacamos o documento histórico, inserindo o estudante no conhecimento sobre o contexto de produção documental evitando a mitificação do documento. Isto porque documentos arquivísticos isolados de seu contexto de produção passam a ter valor como espécie rara e artefato e não como documento histórico com possibilidades de reativar memórias, de funcionar como gatilho para a (re)construção de processos históricos passados. A partir de um documento digitalizado realizamos juntos com os alunos a análise histórica do documento: suporte, escrita, formato, estilo, conteúdo. Realizamos a leitura paleográfica e um exercício com pena e tinta ferrogálica. Ainda em 2019 encampamos outro projeto educativo voltado às escolas, aos professores do ensino básico e a sociedade em geral desejosos em conhecer fragmentos da história institucional catarinense; investimos então em exposições virtuais. A primeira exposição aconteceu em junho de 2019. Desenvolvemos o projeto aproveitando o chamamento do Arquivo Nacional e da Fundação Casa Rui Barbosa para a participação dos arquivos na 3ª Semana Nacional dos Arquivos e para refletirmos sobre a importância, significado e trajetória de uma das mais importantes instituições arquivísticas do Estado de Santa Catarina que na ocasião completava 59 anos, o APESC. A exposição Preservando a história, construindo a cidadania, obteve mais de 3.000 visitas. As atividades que envolvem ações educativas patrimoniais desenvolvidas pelo Arquivo Público são importantes estratégias para o aumento da visibilidade do acervo documental. São caminhos para que a sociedade reconheça a função social dessa instituição para além do recolhimento e guarda da documentação produzida pelo Estado.

Título

Contribuições da identificação arquivística e análise tipológica para uma coleção

Autores

Kalinka Brant da Silva

Palavras-Chave

Identificação arquivística, Análise Tipológica, Coleção.

Resumo

A apresentação deste trabalho é parte de uma pesquisa que foi desenvolvida no Memorial da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. O objetivo geral da pesquisa foi o desenvolvimento da identificação arquivística em uma coleção do Memorial. O gênero da coleção é predominantemente textual. Também são encontrados em pouca quantidade os gêneros bibliográfico e cartográfico e foi possível identificar vários tipos documentais como ofícios de solicitação, atas de reunião, projetos de pesquisa, folhetos informativos e de divulgação, convites de formatura, boletins informativos, recortes de jornal, entre outros. Grande parte da documentação são de documentos recolhidos no arquivo da diretoria da Escola, quando o Memorial começou a ser estruturado, no início da década de 1990. A pesquisa constatou que a identificação arquivística e a análise tipológica eram apropriadas para realizar o tratamento arquivístico na coleção, sobretudo, porque é formada em sua grande maioria por documentos de arquivo, produzidos e recebidos no decorrer das atividades administrativas da Escola de Enfermagem da UFBA. A metodologia de

identificação arquivística surgiu na década de 1980 e tem como principal objetivo o processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações. É uma metodologia utilizada anteriormente às funções de classificação, avaliação, descrição e produção documental, caracterizada como uma fase de levantamento de dados e que absorve as metodologias de análise tipológica e diplomática. Ao verificar as características dos documentos e o estado parcial de identificação da coleção, esse projeto considerou a possibilidade de contribuir com o processo de identificação, organização e descrição da coleção, exercitar o estudo de espécies e tipologias documentais no âmbito das atividades e funções das instituições universitárias e garantir que a memória da Escola de Enfermagem seja preservada. O principal questionamento que orientou esse estudo foi de como a identificação arquivística por meio da análise tipológica poderia contribuir com a organização e descrição da coleção. O resultado foi o desenvolvimento de um instrumento de pesquisa, onde é possível recuperar dados de localização, número de registro, espécie e tipologia documental, conteúdo, autoria, destinatário, data, forma e quantidade de folhas de cada item documental identificado. Em linhas gerais, o instrumento de pesquisa centrado na identificação das espécies e tipologias documentais é parte de um programa de descrição que poderá ser desenvolvido em outra etapa de trabalho sobre a coleção. Espera-se que o instrumento de pesquisa possa contribuir para o andamento de organização e descrição da coleção e que adiante ela possa ser objeto de outras pesquisas, de diferentes interesses, no campo científico, cultural ou por uma simples fruição.

Título

Os Papéis Avulsos da Câmara Municipal de São Paulo: desafios para a produção de um instrumento de pesquisa

Autores

Karla Maestrini, Leonardo de Sá Miranda

Palavras-Chave

Instrumento de Pesquisa, Fundo Câmara Municipal de São Paulo, Papeis Avulsos.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por dois técnicos do Arquivo Histórico Municipal na elaboração de um instrumento de pesquisa para o segmento documental intitulado Papeis Avulsos da Câmara Municipal de São Paulo. Em 2015, ao iniciarmos a revisão do plano de classificação do fundo Câmara Municipal, deparamo-nos com um grande volume de documentos encadernados tratados ora como série documental; ora como coleção. Sob a rubrica Papeis Avulsos, encontramos agrupadas diversas espécies documentais - recibos, atestados, ofícios, requerimentos, relatórios, etc. - organizadas por ordem cronológica e ocasionalmente temática. Ao todo, são 2.058 volumes encadernados que abrangem o período de 1710 a 1909. Cada volume possui cerca de 200 itens documentais encadernados por ordem de data e, quando possível, por natureza de assuntos. Os volumes foram encadernados na década de 1930, no intuito de se os papeis antigos do Arquivo Municipal, segundo relata o historiador Nuto Sant'Anna, na primeira edição da Revista do Arquivo Municipal. O historiador sublinha a importância da reunião desses documentos alegando que muitos dos papeis avulsos correspondem "a épocas de que se extraviaram as Atas [da Câmara] ou vêm esclarecer omissões delas, quase sempre lacônicas" (SANT'ANNA: 1934). De acordo com Sant'Anna, junto aos documentos encadernados seria disponibilizado um índice onomástico, acompanhado da descrição dos assuntos contidos em cada volume. No entanto, tal instrumento nunca foi elaborado, sendo disponibilizado aos consulentes do Arquivo - até os dias atuais - apenas uma listagem indicando o número do livro e sua data-

limite. Naquela altura, conseguíamos entender as motivações e os critérios adotados para a encadernação daqueles conjuntos documentais, no entanto, ainda não estava claro o porquê da adoção de uma denominação tão genérica como Papeis Avulsos. Foi então que nos deparamos com um trabalho realizado em 1881, que apresentava uma proposta de ordenação e classificação para os documentos produzidos e acumulados pela Câmara Municipal de São Paulo. O plano proposto para organização dos documentos da Câmara foi apresentado pelo arquivista Francisco Ignacio Xavier de Assis Moura em 7 de novembro de 1881. Nesse instrumento, que abrange o período que vai do século XVI ao XIX, são estabelecidas cinco grandes seções. Em seguida, são identificadas as classes de documentos, dentre as quais aparecem listadas as atas e mais papeis avulsos. Era essa, portanto, a origem da rubrica papeis avulsos. Demoraria praticamente um século para que o Arquivo Municipal iniciasse, em 1978, a elaboração de uma proposta de classificação para os documentos da Câmara. Dessa iniciativa nasceu um plano de classificação estrutural onde o segmento Papeis Avulsos foi entendido como uma série de documentos. No entanto, essa série de natureza miscelânea, não foi vinculada a nenhum dos grupos e subgrupos apresentados no instrumento, de modo tal que não pode se enquadrar na representação do fundo ao qual pertence. Nas décadas seguintes, os Papeis Avulsos chegaram a aparecer em publicações da instituição, como no guia do acervo de 2007, referenciados como coleção de documentos. Para além do equívoco conceitual, tal referência desconhece a fonte preciosa que os documentos ali contidos apresentam para mapear as atividades desenvolvidas pela Câmara. Diante das dificuldades enfrentadas por consulentes e pela própria instituição na recuperação das informações contidas nesse seguimento documental devido à sua natureza miscelânea, optamos por elaborar um instrumento de pesquisa que apresente as séries tipológicas contidas em cada unidade de arquivamento, ou seja, em cada volume, vinculando-as aos seus respectivos grupos e subgrupos dentro do novo plano de classificação funcional adotado pelo Arquivo Municipal para o Fundo Câmara.

Título

A PESSOA POR TRÁS DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES: experiências de uma historiadora em um arquivo pessoal

Autores

Lia Cazumi Yokoyama Emi

Palavras-Chave

Arquivo Pessoal, Difusão, Enio Squeff, Arte Contemporânea, Historiadora

Resumo

O presente trabalho apresenta reflexões e resultados iniciais de ações realizadas por uma historiadora em um arquivo pessoal, com o objetivo inicial precípuo de divulgar, em um site, a obra do titular desse acervo: Enio Squeff. Trata-se de um arquivo privado, apesar de muitas obras desse artista ocuparem espaços públicos. É, também, um arquivo aberto, pois Enio continua ativo e sua produção não cessa, fazendo com que o acervo continue a ser alimentado diariamente. Some-se a isso o fato de que sua produção não se encerra nas suas obras como pintor. Enio é também um escritor, iniciou a carreira como jornalista, é crítico de música, teve uma coluna na Folha de S. Paulo, ilustrou e continua a ilustrar inúmeros livros, além de outras tantas facetas que pudemos conhecer em meio a quadros e conversas acompanhadas de um café acolhedor. Uma parcela desse universo já está disponível no site www.eniosqueff.com e apresentaremos os resultados obtidos até o momento. Paralelamente, interessá-nos trazer para o público a metodologia utilizada. Para compreendermos, organizarmos e retratarmos essa complexidade, essas inúmeras outras

funções exercidas por esse homem, recorreremos às propostas de Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, assim como à nossa experiência como historiadora quando da construção do site www.obrabornifacio.com.br. Isto é, partindo da elaboração de uma cronologia. A este instrumento foram linkados diferentes documentos inter-relacionados, e estes foram organizados em pastas digitais, de forma contextualizada e, sempre que possível, com sua atual localização física. Nesse processo, ficou evidente que a organização de um acervo, mesmo que digital, não pode deixar de lado um diálogo constante com o próprio titular do arquivo e demais pessoas envolvidas no projeto, pois não se trata apenas de impor padrões arquivísticos, de regras de gestão arquivística ou de conservação preventiva. Respeitar as possibilidades, os interesses e o foco de cada arquivo, assim como as demandas pontuais para propor ações sustentáveis, é um ponto crucial para que mais ações possam vir a ser construídas de forma consistente, mantendo a abertura para passos futuros. Essa consistência exigiu uma ampliação de nossa formação prévia e a leitura de referências teóricas da área de arquivologia, conservação, museologia, entre outros. Idealmente, a presença de todos esses profissionais formando uma equipe multidisciplinar enriqueceria os projetos desenvolvidos em arquivos pessoais. Porém, sabemos que grande parcela desses projetos conta apenas com um ou dois profissionais que, assim como os titulares do acervo, precisam multiplicar-se em funções, mantendo como foco valores voltados ao cuidado com o patrimônio cultural e artístico como um todo, para tornar possível ações de difusão. Investimento contínuo em passos, ainda que curtos, para alimentar uma cultura de preservação em todo e qualquer espaço cultural. Nesse sentido, o trabalho como historiadora envolveu mais do que trazer nossos conhecimentos prévios. Exigiu uma abertura para a formação contínua envolvendo a conservação preventiva, o acondicionamento, assim como a catalogação, a comunicação, e tudo isso perpassado por ações como historiadora-educadora. Os especialistas são essenciais, mas quando fortalecemos essa cultura de preservação entre os próprios titulares dos arquivos pessoais e entre familiares que buscam profissionais para projetos de memória, percebemos que, ainda que curtos, todos os são passos muito firmes. Por fim, vale lembrar que um arquivo pessoal é sempre um convite para reflexões: a abertura para a possibilidade de conhecer aquilo que nos interessa, como apresentado por Hannah Arendt, que traz a origem latina do termo *inter-est*: o que está entre. São coisas, ideias, sons, cores, entre tantas outras mundanidades que nos conectam e nos interessam.

Título

Um Instrumento de Pesquisa para o Colégio Universitário da USP: inovações descritivas e metodológicas

Autores

Lilian Miranda Bezerra

Palavras-Chave

Instrumento de Pesquisa, Metodologia Arquivística, Colégio Universitário da USP, Universidade de São Paulo

Resumo

Neste trabalho abordaremos os resultados de nossa pesquisa em nível de mestrado, que teve por foco a elaboração de um Instrumento de Pesquisa para o arquivo do Colégio Universitário da USP. Criado com a Universidade de São Paulo (USP), este Colégio funcionou, de 1934 a 1943, vinculado às Unidades de ensino superior constituidoras da Universidade. Atuando de modo descentralizado - dividido em cinco Seções -, preparava seus alunos para os cursos superiores subsequentes, configurando-se como curso de caráter propedêutico. Apesar de sua importância no cenário educacional da época, e de ter partilhado dos anos

iniciais da USP, o Colégio Universitário foi negligenciado pela história e memória institucionais. Com o intuito de tirar esta instituição do local de esquecimento em que foi lançada, elaboramos, a partir de seus documentos remanescentes, mapeados em 12 locais de custódia, um Instrumento de Pesquisa capaz de recompor, intelectualmente, a organicidade deste arquivo, ao mesmo tempo em que expõe seu potencial informativo, alçando-o à fonte para potenciais pesquisas. Com foco na constituição do Instrumento de Pesquisa, realizamos trabalho de metodologia arquivística, atentos aos princípios fundamentais da proveniência e organicidade - imprescindíveis à organização de documentos de arquivo. No entanto, apresentamos um Instrumento de Pesquisa inovador, pois associa, concomitantemente, descrição serial e individual dos documentos, aliando elementos de inventário e de catálogo; trata a correspondência de modo arquivístico, ou seja, nomeia e classifica os tipos documentais que a compõem; cria um Glossário de documentos/Índice de tipos documentais, articulando num mesmo instrumento duas modalidades que costumam ser apresentadas de modo independente; mas, principalmente, inova com o desenvolvimento do campo conteúdo, que tipifica as informações existentes em cada tipo documental descrito. O campo conteúdo ao mesmo tempo em que evidencia as nuances e peculiaridades de produção documental de cada Unidade de ensino da USP - que acolheu o Colégio Universitário -, facilita aos pesquisadores a identificação de conjuntos documentais (séries) que podem responder as suas hipóteses investigativas. Ressaltamos que nossa metodologia resolve um problema importante da área arquivística ao harmonizar o imperativo da descrição em função da proveniência e a necessidade de, muitas vezes, explorar os próprios dados dos documentos, face às demandas dos usuários em potencial. A solução encontrada resolve este problema de maneira eficiente, rompendo com os modelos clássicos de resumos de conteúdo ao pautar-se pela extração de descritores orientada por critérios pré-estabelecidos e segundo um controle de vocabulário, o que imprime maior coerência e rigor ao processo descritivo. Nosso Instrumento de Pesquisa é composto por Ficha de Descrição, Plano de Classificação das Atividades do Colégio Universitário - responsável pela recomposição da organicidade do arquivo -, Glossário de documentos/Índice de tipos documentais e Índices (onomástico, de instituições, de disciplinas, de legislação), com destaque para o Índice dos tipos de informação constante nos documentos, derivado do campo conteúdo.

Título

TESAURO PARA ARQUIVOS: UMA ANÁLISE DE DOMÍNIO DA LITERATURA INTERNACIONAL (1990-2019).

Autores

Maíra Fernandes Alencar, Brígida Maria Nogueira Cervantes

Palavras-Chave

Tesouro para Arquivo; Arquivologia; Descrição Arquivística; Organização do Conhecimento Arquivístico; Vocabulário Controlado para Arquivos.

Resumo

Os tesouros para Arquivos, enquanto instrumentos terminológico-documentário, são pontos de acesso complementares da atividade de descrição. Diante desse tema, partimos da questão: como se caracteriza a comunidade discursiva sobre tesouro para Arquivos? O objetivo desse estudo é apresentar uma análise e mapeamento da produção científica a respeito de Tesouro para Arquivos. A metodologia utilizada centrou-se na análise de domínio com dois enfoques de estudos: 1) Estrutura da comunicação científica - ano, autores, instituições, países, idiomas e a área do conhecimento em que foram publicados os trabalhos, e 2) Estudos terminológicos com a análise nos títulos. Para compor o corpus de análise delimitou-se o período de 1990 até 2019 com os seguintes idiomas e termos nos títulos dos trabalhos: português (“tesouro para arquivo”;

“tesauro funcional”; tesauro and arquivo and arquivística); espanhol (“tesauro para archivo”; “tesauro funcional”; tesauro and archivo and archivología); inglês (“thesaurus for archives”; “functional thesaurus”; thesaurus and thesauri and archive and archival science); e francês (“thésaurus des archives”; “thésaurus fonctionnel”; thésaurus and archives and archivistique). Sobre a seleção do corpus, vale ressaltar que há tipologias de vocabulário controlado, compreendendo estruturas de complexidade crescente que vão das menos complexas como listas e redes de sinônimos, até estruturas de maior complexidade como taxonomias e tesouros. Decorrente dessa diversificação, o termo “vocabulário controlado para arquivo” não foi incluído no levantamento, priorizando assim somente a especificidade de tesauro. Já a inclusão do termo “tesauro funcional” ocorreu mediante a constatação na literatura científica pesquisada que essa tipologia de tesouros refere-se especificamente à Arquivos. As bases de dados utilizadas foram: Library and Information Science Abstracts; Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e Google Scholar. No total foram recuperados vinte e oito (28) trabalhos, que estão a cargo de quarenta e sete (47) autores/autoras; provenientes de vinte e sete (27) instituições, sendo a maioria, dezessete (17), de universidades; seguidas de instituições arquivísticas governamentais (6). Quanto à procedência geográfica dos trabalhos, totalizam onze (11) países diferentes, sendo, Espanha (10); Brasil (7); Holanda (3); França (1); Israel (1); Itália (1); Portugal (1); Reino Unido (1); República Dominicana (1); Áustria (1) e os Estados Unidos (1). Os anos dos trabalhos aparecem em 1993; 1996; 1999; 2000; 2001; 2004; 2006; 2009; 2010; 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018 e 2019, com destaque para este último, com seis (6) trabalhos. Com relação à modalidade e área do conhecimento em que foram publicados os trabalhos, têm-se quinze (15) periódicos e treze (13) anais de eventos, predominantes da Arquivística, Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento. Referente aos idiomas há um equilíbrio, com os idiomas português (8); espanhol (10) e inglês (10). Sobre os estudos terminológicos, os termos extraídos dos títulos foram sistematizados em quatro categorias: 1) ambientes de aplicação ou de referência (Arquivos nacionais, estaduais e municipais, e instituições de memória do patrimônio cultural); 2) campo de estudos da Organização do Conhecimento (web semântica, conhecimento arquivístico com a descrição, gestão, recuperação e acesso da informação); 3) tipos de acervos representados (acervos de arquitetura, artes, audiovisual, fotográfico, administrativo, histórico, patrimônio cultural e híbrido); 4) denominações atribuídas de tesauro específico para Arquivo (tesauro de archivos municipales e functional thesaurus). Por fim, para ampliarmos as discussões dos resultados, indagamos, quais são as outras aplicabilidades desses tesouros? Quais podem ser os usos para a cidadania? Outro ponto, em relação ao que a literatura relata sobre a baixa incidência dessa temática de estudos, se ampliarmos a pesquisa para anos anteriores, e, também, idiomas em alemão, russo, chinês, coreano, entre outros, teríamos confirmações que esse tema dialoga com a área Arquivística há bem mais tempo?

Título

Periódicos de arquivos para quê? Debate a partir da experiência da Revista do Arquivo.

Autores

Marcelo Antonio Chaves

Palavras-Chave

Difusão em arquivos, Arquivologia, Revistas e periódicos em arquivos, Produção e difusão de conhecimentos arquivísticos, Difusão científica.

Resumo

O Arquivo Público do Estado de São Paulo, criado, formalmente, em 1892, faz publicações com fins de difusão e acesso à informação desde 1894(!). Até o presente, muitas foram as modalidades de publicações com finalidades de extroversão e disponibilização de aspectos institucionais e do seu acervo. Atualmente, entre as mais variadas formas de difusão, desde

2015, destaca-se o periódico semestral online Revista do Arquivo, que inaugura conceito sui generis em relação às experiências antecessoras. Esse periódico é multiseccional, possui características de publicações acadêmicas (dossiê temático com textos introdutórios, entrevistas com especialistas e artigos científicos) e também seções típicas de revistas "magazine" (entrevistas com usuários do acervo, difusão das áreas técnicas, seção livre e mais). Até a sua atual 11ª edição, mantém o rigor na seleção e avaliação cega de artigos, na periodicidade de publicação e na coerência de alinhamento editorial com a complexidade da missão institucional de uma entidade arquivística. Entretanto, esse caso específico do Apeesp nos faz refletir sobre as dificuldades e a validade de manutenção de periódico com esse perfil editorial em instituição que possui enormes desafios históricos e atuais, específicos e típicos das instituições arquivísticas e que é vinculada ao Poder Executivo em âmbito estadual. Afinal, qual o papel das instituições arquivísticas na cadeia da produção de conhecimentos na área da arquivologia e das chamadas ciências da informação? É justificável a uma instituição tão complexa e com tantos dilemas materiais e políticos manter publicação de caráter científico (igualmente a uma instituição acadêmica)? Se sim, como ela deve se colocar nos espaços de disputa (mercadológica e desigual) classificatórios/hierarquizantes de questionável "padrão" científico? Como "concorrer" com o "padrão" de áreas há muito tempo consolidadas do ponto de vista acadêmico, tendo em vista a realidade de uma área ainda em formação? Como equilibrar o discurso "científico" com as necessidades de formação em escala de públicos distintos, como professores, estudantes e profissionais dos arquivos? Como manter equipe com múltiplas habilidades e formações para sustentação de um periódico com o ousado formato da Revista do Arquivo? Enfim: qual o papel de um periódico em relação às outras atividades de difusão institucional; qual a função e desenho mais adequados para a difusão de conhecimentos de instituições arquivísticas por meio dos seus periódicos? Baseada no caso da Revista do Arquivo e em exemplos de periódicos de difusão dos arquivos brasileiros, esta comunicação colocará em debate essas questões, em busca de parâmetros que auxiliem na consolidação de eficientes ferramentas de difusão dos arquivos.

Título

Uma celebração à história da Arquivologia brasileira: exposição virtual 'Empoderando a sociedade: os 60 anos do ensino de Arquivologia no Brasil'

Autores

Rafael Chaves Ferreira, Marcos Machado Paulo

Palavras-Chave

Arquivologia; Arquivos; Difusão; Ensino; Exposição.

Resumo

O ano de 2020 marca os 60 anos do ensino de Arquivologia no Brasil – quando se completam seis décadas desde a configuração do Curso Permanente de Arquivo, inaugurado em 1959 – que representam um momento muito significativo para a Arquivologia brasileira. Como forma de registro e celebração nasceu a exposição virtual 'Empoderando a sociedade: os 60 anos do ensino de Arquivologia no Brasil', ação que tem por objetivo proporcionar um espaço de reflexão e visibilidade a respeito da importância dos arquivos e dos profissionais vinculados à área de Arquivologia quanto ao acesso à informação, ao fomento à transparência pública e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, tendo como público-alvo as comunidades estudantis e o público em geral. Em um primeiro momento a exposição foi pensada para ser realizada de modo físico e itinerante. Porém, devido à pandemia de Covid-19, a mesma passou a ser planejada como uma exposição virtual para a Web. Sua data de lançamento oficial, como ação integrante da 4ª Semana Nacional de Arquivos – promovida pelo Arquivo Nacional em parceria com o

Conselho Internacional de Arquivos – foi o dia 8 de junho de 2020 e, desde então, seu site na Web já alcançou mais de seis mil acessos. Para sua realização, a exposição contou com uma equipe formada por docentes e discentes do departamento e do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria que se debruçaram sobre temas como difusão, ensino, formação profissional e história da Arquivologia brasileira para que fosse possível definir a narrativa, a estrutura lógica, as fontes de pesquisa e o conteúdo da mesma. Para o lançamento ocorrer como previsto, foi preciso realizar atividades de março a junho do corrente ano, com destaque para: definição de uma identidade visual para a exposição; escolha de plataforma, domínio e arquitetura para o site da exposição; seleção de conteúdo por meio de pesquisa em edições da revista Arquivo & Administração (publicação da Associação de Arquivistas Brasileiros) e do boletim Mensário (publicação do Arquivo Nacional); contato com os cursos e diretórios/centros acadêmicos de Arquivologia do país, docentes, arquivistas e pesquisadores da área para angariar materiais textuais, visuais e audiovisuais propícios a integrar a exposição; criação de materiais de divulgação. Com material reunido e definido, montou-se a exposição virtual que está disponível pelo caminho arquivologia60anos.org. A mesma é composta por blocos: primeiro, um que apresenta uma linha do tempo interativa com os acontecimentos mais relevantes da área – que inicia em 1838, com a criação do Archivo Publico do Império, e segue até os dias atuais; há também blocos destinados aos depoimentos, fotografias, publicações, anais de eventos, vídeos, trajetórias de pessoas célebres da área, política estudantil, eventos de pesquisa, reportagens e outros materiais de divulgação. A exposição virtual ‘Empoderando a sociedade: os 60 anos do ensino de Arquivologia no Brasil’ tornou-se um ambiente de reunião, coleta e publicação de informações e materiais que contribui com a preservação e a difusão dos arquivos não apenas da história do ensino de Arquivologia no Brasil, mas também da pesquisa e da própria extensão da área, bem como das ações políticas e sociais ligadas à sua trajetória, e isso de forma interativa e colaborativa. O site da exposição encontra-se ativo e sua equipe de trabalho em atividade, já que está planejada uma atualização e relançamento para outubro, com novos conteúdos, o que certamente despertará o interesse em novos sujeitos em visitá-la, fomentando, assim, uma cultura de aproximação e interlocução da Arquivologia com a sociedade.

Título

Divulgação dos documentos legislativos do Senado

Autores

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos, Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira Júnior

Palavras-Chave

Arquivo S, Arquivo do Senado Federal; Divulgação do Acervo; Parceria Arquivo e Veículos de Comunicação; Acervo Legislativo

Resumo

O Arquivo do Senado Federal propôs, em 2014, uma parceria com o Jornal do Senado para divulgar os atos e fatos ocorridos no Senado Federal e no Congresso Nacional, contados por meio de documentos raros protegidos no acervo do Arquivo da Casa. Esses documentos registram acontecimentos que marcaram a sociedade brasileira e muitas vezes alteraram o curso da história do nosso País. Desde então, foram realizadas 71 reportagens na coluna "Arquivo S" que é publicada toda primeira segunda-feira do mês (<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s>). Anteriormente, era disponibilizada no Jornal do Senado, mas a partir de janeiro de 2020 passou a ser divulgada no Portal da Agência Senado. Anualmente, uma edição reúne as matérias publicadas, que podem ser acessadas pela Biblioteca Digital. A Livraria do Senado comercializa toda a coleção das edições desses livros publicadas a partir do ano de 2015 até 2018. Pretendemos apresentar a atuação dos parceiros envolvidos no projeto e o seu impacto na divulgação dos trabalhos

legislativos. Primeiramente, os representantes do Arquivo e da Comunicação, incluindo o responsável por escrever a reportagem, definem a pauta de assuntos para o ano seguinte. Antes da publicação da coluna, o Arquivo realiza uma pesquisa na Biblioteca do Senado, Portal da Casa e outros sites sobre o acontecimento que será abordado. Ao mesmo tempo faz a identificação e separa os discursos proferidos e as proposições apresentadas pelos parlamentares. Depois disponibiliza todo o material para que o jornalista responsável possa escrever a reportagem. O projeto "Coluna Arquivo S" demonstra que a preservação da memória não se dá somente por meio de técnicas, mas também com a divulgação dos fatos e documentos referentes à história institucional e do Brasil. O objetivo do projeto se concretizou ao fazer chegar à sociedade brasileira acontecimentos ocorridos no Brasil que tiveram repercussão no Senado e no Congresso Nacional brasileiro, articulando-os com o presente, demonstrando, dessa forma, a importância da instituição legislativa para a estabilidade do País. É priorizada a publicidade de debates e os argumentos utilizados na época de discussão de determinado fato ou proposição legislativa. Também é focado, na medida do possível, os esforços e compromissos do Poder Legislativo de buscar, criar e ampliar propostas necessárias para atender as demandas sociais. A iniciativa de dar publicidade aos documentos guardados no seu arquivo, por meio de um veículo de comunicação do Senado, valoriza a política de preservação de documentos e da memória nacional, pois coloca o acervo arquivístico, não como um amontoado de documentos desprovidos de valor funcional, mas como parte do patrimônio histórico nacional, necessário para se pensar constantemente a identidade institucional e cultural brasileira. Ao se divulgarem as diversas ações que se passaram no âmbito do Senado, ou seja, ao dar publicidade à história institucional, pode-se observar que os atos políticos - discursos e proposições legislativas - muito mais do que terem efeitos jurídicos, ultrapassam a questão técnica legislativa - fazer uma lei - e alcançam uma dimensão social relevante nas mais diversas conjunturas brasileiras. Este projeto é importante, pois, atinge vários segmentos: para a sociedade é relevante já que traz à tona momentos de destaque da história do Brasil, materializados em documentos de interesse público custodiados pelo Senado; para os arquivos, evidencia o quanto documentos históricos se conectam com eventos da atualidade e, portanto, torna palpável o valor desses registros. Além disso, ações como essa aproximam os arquivos do cidadão e ao mesmo tempo incentivam a produção de conhecimento científico e cultural. A iniciativa também tem importância por servir de referência para outros arquivos efetivarem empreendimento semelhante, pois podem fazer parcerias com veículos de comunicação, dando visibilidade ao seu acervo e à história guardada na instituição arquivística.

Título

Descrição do acervo legislativo da Câmara dos Senadores e da Assembleia Geral.

Autores

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos, Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira Júnior

Palavras-Chave

Descrição de Documentos de Arquivo; Documentos Legislativos; Brasil Império, Senado Federal, Congresso Nacional

Resumo

Apresentamos a experiência de descrição arquivística dos documentos legislativos permanentes textuais, ainda em andamento, dos fundos fechados da Câmara dos Senadores e da Assembleia Geral brasileiras, referentes ao período de 1826 a 1889, que estão sob a guarda da Coordenação de Arquivo do Senado Federal. No Brasil Imperial, o poder político era exercido pelos Poderes Moderador, Executivo, Legislativo e Judicial, sendo o Poder

Legislativo composto pela Assembleia Geral, Câmara dos Senadores e Câmara dos Deputados. A documentação analisada, de 86 metros lineares, diz respeito às atividades finais daquelas duas primeiras casas legislativas, como projetos de leis, atas, pareceres; documentos da Regência; Diários e Anais do Senado e da Assembleia Geral e outros. O modelo de descrição foi estabelecido em reuniões periódicas com arquivistas e historiadores experientes em descrição e na documentação, utilizando-se a Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística e procedendo-se à identificação diplomática e tipológica dos documentos. O software escolhido para a descrição dos documentos e difusão do acervo foi o AtoM, por permitir a organização da informação contemplando necessidades institucionais e dos pesquisadores. Ele contempla a Norma Brasileira de Descrição Arquivística e as normas de descrição preconizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos. Antes de iniciar a descrição dos documentos, a plataforma foi preparada e alimentada considerando o relacionamento entre as normas, os requisitos técnicos e as características documentais. Para compreender a produção documental do século XIX, o processo legislativo à época foi mapeado. A estrutura básica do quadro de arranjo foi estabelecida com base nas atribuições dos produtores arquivísticos visando a preservação e recuperação do contexto orgânico de produção. Determinamos as séries documentais dos fundos, identificamos e descrevemos as funções que originaram os documentos. Registramos as autoridades associadas à atividade legislativa, considerando os títulos nobiliárquicos dos parlamentares e períodos dos mandatos por legislaturas e províncias. A divisão territorial do Império foi recuperada e relacionada com a divisão territorial atual. Na medida em que expressões e termos específicos da época foram identificados, pesquisa sobre os seus significados e conceitos foram realizadas e relacionados a termos contemporâneos. O trabalho resultou em produtos que auxiliam na compreensão da estrutura, da evolução organizacional e do fluxo documental da atividade-fim das duas Casas legislativas: histórico do Arquivo, da Assembleia Geral, da Câmara dos Senadores e suas sedes; biografias dos parlamentares; histórico e composição das comissões legislativas; explicação sobre os processos legislativos, e a evolução dos Regimentos; cronologia do funcionamento das casas. A apresentação do trabalho será feita em duas partes: na primeira estarão detalhadas a definição dos trabalhos e dos produtos. Na segunda será feita a demonstração no AtoM do resultado de documentos já descritos arquivisticamente.

Título

Práticas de difusão nas redes sociais: alguns aspectos em pauta

Autores

Suellen Alves de Melo, Daniele Augusta dos Santos Silva

Palavras-Chave

Difusão, Redes Sociais, Usuários, Instituições Arquivísticas.

Resumo

A difusão é responsável por dar visibilidade aos Arquivos e possibilitar o conhecimento e o acesso aos documentos pelos cidadãos. Para isso, essa função arquivística promove a publicação de instrumentos de pesquisa, livros e revistas; realização de visitas, cursos, eventos e exposições; postagens de conteúdo em redes sociais e sítios institucionais. Portanto, toda prática de difusão deve ser precedida da elaboração de uma política, apontando as linhas de atuação dos Arquivos, seus recursos (humanos, materiais e financeiros) e os perfis de usuários. Até março de 2020, algumas instituições brasileiras já exploravam os recursos online para difundir seus acervos, produtos e serviços. Com a pandemia do coronavírus, os Arquivos tiveram a internet como um meio eficaz de diálogo

com seus públicos, já que suas instalações físicas foram fechadas. Assim, em um curto período de tempo, eles passaram a atuar efetivamente nesse espaço, produzindo diversos conteúdos. Nesse cenário, as redes sociais começaram a ser usadas intensamente pelas instituições arquivísticas para a difusão, visto que elas proporcionam uma interação com o público, de forma orgânica, rápida e descontraída. Contudo, em linhas gerais, essa prática ocorreu de maneira apressada, sem discussões profundas sobre vantagens e desvantagens deste novo lugar dos Arquivos na internet. Desta maneira, o objetivo deste trabalho é refletir a relação entre teoria e prática de difusão dos Arquivos nas redes sociais, compreendendo o usuário como peça central. A metodologia utilizada foi análise de conteúdo das redes sociais de três instituições arquivísticas brasileiras de diferentes entes federativos (Arquivo Nacional, Arquivo Público de Alagoas e Arquivo Público e Histórico de Rio Claro). As redes sociais escolhidas foram o Facebook e Instagram, devido à quantidade de usuários e instituições arquivísticas nesses espaços. O período analisado abarcou os meses de março a agosto de 2020, intervalo inicial e de maior abrangência do isolamento social no Brasil. Foram estabelecidos quatro aspectos para estudo: efemérides críticas, caráter orgânico dos documentos, condição pedagógica, quantidade e qualidade das publicações. Esta análise não teve o intuito de abarcar todos os dados disponíveis no período proposto. A intenção foi discutir ações de difusão nas redes sociais, considerando a atuação das instituições selecionadas em relação ao que a teoria arquivística advoga, buscando apontar melhores práticas para difusão online, especialmente durante o período da pandemia do COVID-19. A partir da análise de conteúdo, foi encontrado um grande número de postagens de efemérides como atos comemorativos, em detrimento da apresentação crítica do fato compartilhado. Por isso, é indicado que os Arquivos elaborem um calendário próprio de postagens, explorando o caráter questionador das publicações e fortalecendo sua identidade institucional. Além do Arquivo se colocar nas redes sociais como uma instituição crítica, é essencial que sua atuação conserve as características do conjunto documental. Isso porque, foram encontradas diversas publicações difundindo os documentos como itens isolados de seus conjuntos, ferindo os princípios arquivísticos. Assim, é necessário que os Arquivos redobrem suas atenções ao compartilhar suas postagens, utilizando a descrição da publicação para apresentar o contexto orgânico do documento difundido. Outra característica a ser explorada é o papel pedagógico das postagens, instruindo o usuário sobre diversas questões, como o uso de repositórios institucionais, instrumentos de pesquisa e gestão. Por fim, foi observada também uma poluição visual nas redes sociais analisadas. Com isso, os Arquivos devem alinhar a qualidade das postagens em relação à quantidade, buscando não saturar os usuários com conteúdo. Todos esses aspectos devem ser considerados na elaboração e readequação de políticas de difusão online, procurando atender tanto os objetivos institucionais quanto as necessidades informacionais dos usuários, sem deixar de acompanhar as transformações sociais.

3. Preservação, reprodução e segurança

A integridade dos documentos e sua preservação. Fatores de risco. Modalidades de reprodução, para fins de acesso e de preservação.

Coordenação: Ana Célia Navarro de Andrade e Humberto Celeste Innarelli

Título

Blockchain aplicado à segurança da informação orgânica

Autores

Alexandre Fernal, Teima Campanha de Carvalho Madio

Palavras-Chave

Blockchain, Informação Orgânica, Arquivologia, Ledger, Integridade, Autenticação.

Resumo

O blockchain surgiu em 2008 com a publicação do artigo Bitcoin: a peer-to-peer electronic cash system, cuja tecnologia consiste em um banco de dados distribuídos na rede mundial de computadores, no qual todos os registros e saídas de dados são gravadas cronologicamente em uma cadeia de blocos. Nesse sentido, o blockchain é um grande banco de dados distribuído, que arquiva todas as movimentações financeiras das transações realizadas de forma irreversível, posto que dispõe de um sistema ledger - livro razão com gravação, rastreamento, monitoramento e transferência de ativos. As cadeias de registro são encadeadas uma as outras por intermédio de chaves públicas, entrada e saídas, as quais são consideradas imutáveis, posto que quando um registro é inserido, esse não pode ser modificado. Observa-se que, a primeira aplicação funcional do blockchain, foi a cripta moeda denominada bitcoin. Todavia, ao longo do tempo desde sua criação, percebeu-se que essa tecnologia poderia ser utilizada para outros fins, tais como: validações de transações financeiras e ativos, smart contracts - contratos inteligentes, registro e records management - gestão de documentos, supply chain - cadeia de suprimentos. Dessa forma, entende-se que por meio do ledger - livro razão, esse algoritmo poderá corroborar com aplicações para segurança da informação orgânica, bem como na autenticidade dos documentos, e, posteriormente, na preservação digital de longa duração. Sendo assim, acerca dos quesitos de segurança da informação observa-se alguns fatores fundamentais, quais sejam: autenticação, autorização, auditoria e não repúdio, os quais são quesitos fundamentais para segurança de informação. Questiona-se, portanto, quais as possíveis relações e aplicações da tecnologia blockchain com a segurança da informação orgânica. Logo, objetiva-se relacionar as possíveis aplicações da tecnologia blockchain no contexto da arquivologia, especificamente na segurança da informação orgânica e demonstrar que a tecnologia poderá corroborar com a integridade e identidade dos documentos e na preservação digital. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental acerca da literatura científica em língua portuguesa, espanhola e inglesa publicada em livros, dissertações, teses e artigos. Os resultados obtidos permitiram demonstrar as relações, e, por conseguinte, as aplicações da tecnologia blockchain por intermédio do ledger no contexto da segurança da informação orgânica. Verificou-se que o protocolo do blockchain criptografa, envia e valida transações, que propiciam um registro cronológico inalterável de todas as operações realizadas. Nessa direção, as vantagens de aplicação na autenticidade dos documentos realizadas com o blockchain reside na validação de forma

distribuída, por um procedimento de validação consensual, quais sejam: proof of work - prova de trabalho, proof of stake - prova de participação. Essas formas de validações consensuais são realizadas por meio de algoritmos que analisam os metadados dos registros criptografados, os quais verificam a integridade e identidade em vista de que é possível auditar os hashes de toda cadeia de blocos até o bloco zero, ou seja, bloco gênese do documento. Sendo assim, torna-se exequível a preservação dos hashes das cadeias de registro ao longo do tempo, a qual garante a autenticidade dos documentos ao longo do seu ciclo de vida. A auditoria é realizada por meio do ledger dos registros em conjunto com algoritmo denominado árvore de Merkle, a qual garante que o documento não tenha sofrido alterações, corrupção e adulterações. Constata-se que esses procedimentos de auditoria em conjunto com os algoritmos supracitados podem corroborar com a autenticidade dos documentos, uma vez que é possível, com base na tecnologia blockchain garantir a integridade e identidade dos documentos contribuindo, assim com a preservação digital de longa duração, em vista de que essa tem por finalidade garantir o acesso da informação orgânica nos ambientes informacionais digitais. Por fim, a garantia da autenticidade, a qual contempla a integridade e identidade é viabilizada com a aplicação da tecnologia blockchain.

Título

Reflexões sobre a implantação do Repositório Digital Arquivístico Confiável da Pinacoteca de São Paulo

Autores

Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli, Eliane Barbosa

Palavras-Chave

Archivemática, Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), Política de Preservação Digital, Arquivos de Museu

Resumo

A Pinacoteca de São Paulo deu início à elaboração de sua Política de Preservação Digital em 2016 (a primeira versão foi publicada em 2017 e uma versão atualizada foi finalizada em 2019 e está disponível no website institucional). A partir do diagnóstico realizado para elaboração da Política, foi possível identificar uma quantidade expressiva de objetos digitais e, em alguns casos, foram identificados documentos descontextualizados devido à perda dos metadados descritivos. Outro fato apontado na ocasião foi a constatação de que alguns arquivos estavam inacessíveis por estarem corrompidos ou por terem sido salvos em formatos desconhecidos ou que dependem de softwares que não existem mais ou deixaram de ser adquiridos pela instituição. A Política fornece diretrizes e recomendações para guarda segura dos documentos digitais de guarda permanente e foi a base para a elaboração de um Projeto Piloto para implantação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq). O Projeto foi submetido à apreciação do Comitê Gestor de Preservação Digital interno (formado por membros dos departamentos a seguir: Diretoria, Tecnologia da Informação, Pesquisa e Curadoria, Acervo Museológico, Comunicação, Conservação e Restauro e Centro de Documentação e Memória - Cedoc). O Comitê Interno e a Diretoria da Pinacoteca aprovaram o Projeto e foi iniciado um estudo comparativo que culminou com a escolha do software Archivemática. Este artigo descreve as ações realizadas no contexto do Projeto Piloto, realizado no período de agosto a dezembro de 2019, bem como as ações realizadas a partir da publicação da Política de Preservação Digital (atualização do quadro de arranjo e elaboração de um manual de recolhimento de objetos digitais). Após a instalação do Archivemática e realização dos treinamentos para instalação e operacionalização, foi dado início à submissão dos documentos selecionados para essa fase inicial. Durante esse

processo foi possível perceber que o maior desafio em relação à preservação digital na Pinacoteca será a realização das etapas do tratamento documental. Nos deparamos com uma massa documental digital acumulada por anos e formada por cerca de 700.000 arquivos que equivalem a 4,9 TB. Foram identificadas cerca de 600 extensões de arquivos, muitas delas desconhecidas ou com erros de digitação, além de arquivos em duplicidade. Antes de 2016 as ações foram pautadas pela recomendação de que um storage com capacidade suficiente de armazenamento poderia garantir a preservação dos documentos. Porém constatou-se que os documentos digitais necessitam ser verificados no que diz respeito à sua integridade, além de serem analisados, classificados, padronizados e submetidos aos princípios da arquivística, antes de sua submissão para guarda permanente. Somados a isso existem ainda os documentos que necessitam de estratégias de migração para serem acessados (o acervo conta com mais de 5.000 mídias em CD e DVD, parte inacessível devido à falha nas mídias de transporte). O Projeto Piloto reforçou a necessidade de adoção de procedimentos técnicos e diretrizes consolidadas para práticas de preservação digital em longo prazo. Objetos digitais como bancos de dados, e-mails, bem como os documentos híbridos devem ser cuidadosamente avaliados para não perderem seu contexto. As obras de arte digitais, embora não sejam de competência de guarda do Cedoc da Pinacoteca, também foram objeto de estudo para o Projeto Piloto e apresentaram especificidades peculiares a esse tipo de documento. A Pinacoteca não possui um sistema de gestão documental, portanto a cadeia de custódia também se apresenta como outro desafio a ser superado. Conclui-se que o planejamento das etapas que precedem o uso do Archivematica é essencial para garantir a preservação dos documentos, bem como torna-se imprescindível que a instituição tenha uma política de preservação digital bem definida e consolidada.

Título

Implantação de RDC-Arq em Ambiente Dockerizado: Possibilidades e desafios.

Autores

Laura Mattos da Costa, Francisco Lopes de Sousa Júnior

Palavras-Chave

Repositório Arquivístico Digital Confiável, AtoM, Archivematica, Docker, Preservação de documentos arquivísticos digitais

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar a implantação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) em Ambiente Dockerizado visto que os avanços nesta área da Ciência da Informação tem se mostrado solução eficaz para demandas acerca da gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos. Atualmente, os maiores desafios para as empresas e instituições são o crescente volume e diversidade de documentos produzidos e acumulados, sejam não digitais ou digitais, impactando em consideráveis custos, despesas e ações que não garantem a correta preservação dos documentos. Em contrapartida, visualiza-se os avanços no que tange aos processos de preservação, recuperação e acesso às informações armazenadas em diversos sistemas e bases de arquivo, entre os avanços, destaca-se a implantação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq). Entende-se que o RDC-Arq é a composição de plataformas de preservação, plataformas de acesso amparados por uma sólida Política Arquivística. As plataformas mais utilizadas no Brasil são Archivematica (plataforma de preservação) e AtoM (plataforma de difusão). O software Archivematica é um conjunto de ferramentas de código aberto integradas com o objetivo de criar e processar pacotes de documentos em conformidade com o modelo funcional ISO-OAIS, que disciplina e orienta um sistema de arquivo dedicado a preservação e

manutenção do acesso à informação digital por longo prazo. Já o software AtoM (Access to Memory) consiste em uma aplicação web que apresenta um modelo de plataforma que distribui a descrição arquivística de forma hierárquica, e trabalha com os padrões ISAD(G), ISAAR-CPF, ISDIAH, ISDF, e que, por sua flexibilidade, suporta outros padrões de metadados, como o RAD, o DACS, o Dublin Core e o MOOS, visando acurar o acesso e difusão dos conjuntos documentais. Os autores propõem com esse estudo analisar a implementação de repositório em ambiente dockerizado, é sabido que as aplicações possuem documentação e comunidade atuante para instalação em Virtual Machine (VM), entretanto, percebe-se que várias instituições no Brasil passaram a adotar ambientes em Docker. O Docker é uma plataforma que possibilita a automatização da implantação de aplicações em ambientes isolados denominados de containers, uma solução mais rápida e funcional que proporciona o empacotamento de aplicações e suas dependências em uma unidade padrão para desenvolvimento de software, com isolamento em nível de disco, memória e processamento. Para criar um ambiente containerizado usou-se a ferramenta Docker Compose, que possibilita a criação e configuração de múltiplos containers, apresentando cada serviço que compõe a aplicação. Com a utilização do orquestrador Docker Compose viabiliza-se coordenar os processos de build e execução dos containers, atribuindo as modificações necessárias para adaptação às particularidades impostas pela infraestrutura de TI em questão. Também devem ser consideradas outras ferramentas acessórias no processo de instalação dos softwares de preservação e difusão em Docker a exemplo do servidor de automação Jenkins, e gerenciador de infraestrutura Rancher. Como resultado de pesquisa, além das instalações e configurações das plataformas AtoM e Archivematica com ambiente docker visa-se obter a interoperabilidade dos sistemas propiciando implantação de workflow completo dos documentos arquivísticos em Repositório Arquivístico Digital Confiável onde serão criados os Pacotes de Submissão de Informação (SIP) a ser processado pelos microserviços e softwares open-source integrados no Archivematica, gerando então, o Pacote de Arquivamento de Informação (AIP) e Pacote de Disseminação de Informação (DIP), sendo o AIP preservado e o DIP disponibilizado através do AtoM, cumprindo todo o ciclo de preservação, difusão e acesso dos documentos arquivísticos. Por fim, verifica-se que a implantação de RDC-Arq nas instituições é um desafio possível, ainda que em ambientes inovadores baseados em container. Há que se lembrar que independente do ambiente um RDC-Arq deve ser planejado, executado e auditado por meio de Políticas de TI e Arquivologia tornando o processo completo e gerenciável a longo prazo.

Título

A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS TRABALHOS APRESENTADOS NO ENACIB E NA REPARO

Autores

Maria Meriane Vieira Rocha, Josemar Henrique de Melo

Palavras-Chave

Preservação da informação arquivística; documentos analógicos; documentos digitais; Arquivologia; Ciência da Informação.

Resumo

O estudo investiga como o tema preservação da informação arquivística vem sendo trabalhado e publicado nas áreas de Arquivologia e da Ciência da Informação (CI) no Brasil. A escolha por esse tema foi motivada porque se pretendem destacar os espaços de apresentação dos trabalhos acerca desse assunto, apresentado em eventos da área da Arquivologia e da CI, de modo a oferecer contribuições por meio do levantamento de dados relativos aos documentos em suporte analógico e digital, com o fim de compreender mais

amplamente as abordagens que estão sendo discutidas sobre esse assunto, visando estabelecer parâmetros entre a teoria e a prática. O aporte teórico fundamenta-se nas análises de preservação de documentos arquivísticos sob a ótica analógica (física) e digital. A dimensão metodológica está organizada na combinação do levantamento da produção dos trabalhos apresentados nas Reuniões Brasileiras de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) e nos Grupos de Trabalhos (GTs) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), publicados nos livros/E-books e na Base de Dados do ENANCIB (BENANCIB), respectivamente, no período de 2010 a 2020. Esse recorte foi necessário porque os dois eventos analisados têm temporalidades distintas. Os desenhos metodológicos de coleta e análise dos dados se desenvolveram com base no levantamento de dados organizados no Excel e demonstrados em gráficos, comumente utilizados para análise. Ainda em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa de campo feita em bases de dados bibliográficas, por meio da qual o pesquisador pode ser informado sobre o status quo do tema central: preservação da informação. O estudo também é descritivo, exploratório e quali-quantitativo. Descritivo, porque visa descrever, registrar, analisar e interpretar fatos ou fenômenos da realidade sem qualquer interferência; exploratório, por proporcionar uma visão genérica do tema, ainda pouco explorado nos eventos que nos propusemos a investigar na área da CI e da Arquivologia; e quali-quantitativa porque os dados levantados foram apresentados não só numericamente, em quadros e em gráficos, como também nos aspectos subjetivos de análise. Os resultados encontrados demonstraram que o tema 'preservação da informação na Arquivologia e na CI' tem se destacado e criado corpo, sobretudo na área digital. Conclui-se que a preservação acompanhou as mudanças do suporte e que é necessário ampliar as discussões acerca do assunto e promover mais engajamento não apenas dos profissionais que trabalham na área, mas também de pesquisadores e de instituições de ensino, porquanto é possível promover ações com vistas a preservar a informação.

Título

REQUISITOS DE BENCHMARK E REQUISITOS DE BASELINE: uma análise de aplicação de requisitos de autenticidade para preservação de documentos arquivísticos digitais no Arquivo Nacional.

Autores

Raquel Dias Silva Reis, Claudia Carvalho Masset Lacombe Rocha

Palavras-Chave

Preservação Digital, Documento arquivístico digital, Autenticidade, Repositório arquivístico digital.

Resumo

Analisa as ações tomadas e os procedimentos definidos pelo Arquivo Nacional no âmbito do Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais - Programa AN Digital, instituído em 2010, que trata da entrada, preservação e acesso de documentos arquivísticos digitais produzidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal no AN. Em especial, é verificada a conformidade destas ações com os requisitos de autenticidade apresentados pelo Projeto InterPARES na publicação - Diretrizes do Preservador - A preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações. Esses requisitos são conhecidos como requisitos de benchmark (Requisitos de referência para apoiar a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais) e requisitos baseline (Requisitos de base para apoiar a produção de cópias autênticas dos documentos arquivísticos digitais). Em prosseguimento, aborda-se a manutenção da

autenticidade do documento arquivístico digital e sua preservação em longo prazo, na perspectiva de uma custódia ininterrupta entre produtores da documentação arquivística - os órgãos e entidades do Poder Executivo federal - e o custodiador final, o Arquivo Nacional, que pode ser verificada por meio dos metadados registrados desde a produção dos documentos arquivísticos produzidos e mantidos em sistemas de negócio e sistemas gerenciadores de documentos arquivísticos digitais. Descreve a rotina de entrada de documentos no Arquivo Nacional, de acordo com os procedimentos previstos internamente, apresentando os documentos que devem ser elaborados, o fluxo do processo, bem como as responsabilidades do produtor dos documentos e do Arquivo Nacional. Apresenta o embasamento teórico-conceitual relacionado à preservação digital e informa sobre a escolha e o uso da ferramenta Archivematica, software básico adotado no repositório arquivístico digital do Arquivo Nacional. Do mesmo modo, explicita como a implantação do repositório implicou em mudanças referentes à estrutura organizacional, fluxo dos processos, normativas, além de investimento em infraestrutura tecnológica (hardware e software). Por fim, apresenta os resultados da pesquisa em dois instrumentos: os quadros de análise e os quadros de resultados. Nos quadros de análise são descritos os requisitos (de acordo com o apresentado no documento "Diretrizes do Preservador" do InterPARES), os elementos identificados (ações realizadas, recursos utilizados ou normativas elaboradas que se relacionam aos requisitos, e a avaliação (onde constam as informações referentes ao atendimento aos requisitos). Por sua vez, os quadros de resultados, descrevem os requisitos a serem cumpridos pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo federal e pelo Arquivo Nacional, e como foi previsto o cumprimento dos requisitos de autenticidade. O presente resumo da comunicação é fruto de pesquisa acadêmica realizada em nível de mestrado, que trata das ações de preservação digital no Arquivo Nacional.

4. Gêneros não textuais

Imagem e som em suas diferentes combinações na configuração documental.
A ausência de linguagem: objetos e artefatos.

Coordenação: Anna Carla Almeida Mariz e Mauro Domingues

Título

Questões sobre o tratamento arquivístico de canções produzidas pela Direita Radical e Extrema Direita Brasileira

Autores

Alexandre de Almeida

Palavras-Chave

musicologia, documentos sonoros, direita radical, neonazismo

Resumo

O objetivo desta comunicação é problematizar duas questões a partir da experiência do tratamento arquivístico das canções produzidas por militantes e órgãos de comunicação oficiais de partidos políticos e organizações grupusculares da Direita Radical e Extrema Direita brasileira: o processo de identificação de funções, por meio da análise tipológica desses documentos, e a identificação dos elementos relacionados à sua estrutura

musicológica, essa última entendida também como um elemento indissociável da letra para garantir a ligação entre o emissor e público, mas que se faz pouco presente em alguns instrumentos de pesquisa. Esse trabalho encontra-se em início de desenvolvimento, no âmbito do projeto "Observatório da Extrema Direita", com o objetivo de constituição de um acervo sobre esse espectro político. No primeiro caso, pretende-se discutir a viabilidade do termo "canção" enquanto espécie documental, mas, principalmente, as possibilidades de identificação de suas funções, ou seja, de acordo com os preceitos da análise tipológica, aquilo que se pretende ao emitir um documento. Vale destacar aqui a contribuição da sociologia musical ao buscar os sentidos atribuídos às canções por seus produtores. Postula-se que a contribuição dessa área possa auxiliar no trabalho cotidiano de análise tipológica, em busca de "nomes" para os documentos musicais, pois, de acordo com analistas da sociologia musical, toda canção possui um sentido "delineado", ou seja, um conjunto de conceitos e conotações "extramusicais" apresentadas em uma canção capazes de representar associações "sociais, culturais, políticas", dentre outras modalidades, de um determinado grupo, se configurando como convenções portadoras de sentidos, visto que nenhuma canção não é produzida em um vácuo social. Nesse sentido, os especialistas nessa área analisam duas modalidades de convenções presentes em uma canção: aquelas que atingem um público mais amplo, como as convenções representadas em um hino nacional ou àquelas convenções exclusivas que fazem sentido a um grupo. Também se pretende discutir a viabilidade de alternativas para as nomenclaturas grafadas em vocábulos estrangeiros, utilizadas devido a falta de opções satisfatórias em língua portuguesa como é o caso dos jingles. Especialistas na área de arquivos questionam "tábula rasa" no processo de "batizar" os documentos, didaticamente citando o exemplo do emprego do coletivo genérico "correspondência" e avaliando positivamente novas formas terminológicas, mais específicas, como telegramas, bilhetes etc... A segunda parte da comunicação pretende debates a dupla articulação da canção entre os parâmetros "verbo poéticos" (letra) e de "criação musical"/"interpretação", refletindo sobre a primazia do conteúdo oral/textual presentes nas canções como principal provedor de informação, em detrimento do conteúdo musical, durante o processo descritivo. Para tanto, será apresentado um modelo simplificado de análise musical para demonstrar a estrutura das canções analisadas e como seus elementos estruturantes (ritmo, harmonia e melodia).

Título

A FOTOGRAFIA COMO TÉCNICA DOCUMENTAL ESTATAL: INSERÇÃO, PRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Autores

Bruno de Andrea Roma

Palavras-Chave

Documento fotográfico, Fotografia, Arquivo, Cultura Visual, Arquivo Público.

Resumo

Durante o século XIX, simultaneamente à apresentação da fotografia para a sociedade e ao desenvolvimento da arquivística como a conhecemos, o Estado passa a se capilarizar numa complexa rede de controle, individualizando sujeitos e vigiando seus corpos. Michel Foucault chama essa rede de 'microfísica do poder' e aos mecanismos que a compõe de 'tecnologia do poder'. Ao analisar a inserção do dispositivo fotográfico na Inglaterra, o historiador inglês John Tagg constata sua precoce adoção pelas instituições descritas por Foucault como braços do poder estatal: a prisão, o hospital, a escola pública, a delegacia de polícia, o hospício etc. Nesse sentido, J. Tagg considera a fotografia um importante mecanismo da 'tecnologia do poder', viabilizador da individualização e vigilância que o Estado passa a

exercer nesse período. Essa constatação é importante porque desnaturaliza o poder de veracidade da fotografia, demonstrando que esse poder não está na imagem, mas nas instituições que a mobilizam. Não podemos deixar de associar a esse processo uma reconfiguração da lógica documental pública, que passa a permitir um controle mais individualizado dos sujeitos, movimento que denominamos de 'prontuarização da vida' em função da prevalência desse recurso documental. Se assim como Tagg investigássemos a penetração da fotografia nas instâncias públicas do estado de São Paulo, perceberíamos que essa inserção guarda profundas semelhanças com o que se observou na Inglaterra. A fotografia não apenas está presente na organização dos expedientes de segurança e educação pública, como integra uma extensa rede de órgãos e instituições ligadas às políticas sanitárias que se estabeleceram nesse estado entre o último quartel do século XIX e o princípio do século XX: Preventórios, sanatórios, hospitais de isolamento, colônias de hansenianos, asilos e desinfetórios se espalham por todo o estado e é possível localizar a fotografia como técnica documental utilizada por muitos deles. Produzidas no cumprimento de funções administrativas, de forma sistemática e muitas vezes seriada, inseridas nas mais variadas espécies documentais, como relatórios ou processos, ou ainda como documentos autônomos, destacamos a natureza arquivística dessa documentação. No entanto, se para essa investigação recorrêssemos ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), constataríamos a impossibilidade de fazê-lo plenamente. Acontece que a maior parte dos documentos que nos permitiriam mensurar a precocidade e extensão da utilização do dispositivo fotográfico não está no Arquivo Público. As fotografias que deveriam estar no Arquivo Público acabam encontrando permanência em museus, bibliotecas, centros de documentação ou até mesmo com particulares ou sequer são entregues por seus produtores quando da promoção de recolhimentos em instituições públicas. Dessa maneira são aliadas das condições necessárias para sua contextualização como documento em regime de arquivo. Persiste, diante disso, indagarmos os motivos pelos quais esse fenômeno acontece. Há aproximadamente duas décadas a fotografia em contexto arquivístico tem mobilizado um campo próprio de reflexão no Brasil. À luz desse debate e ainda com as contribuições que nossa pesquisa procura apresentar a este campo, podemos considerar ao menos quatro motivos para esse transtorno: A excessiva valorização artística e histórica do recurso fotográfico, que promove o transbordamento de noções de avaliação oriundas de outros campos do conhecimento para a prática arquivística; A ausência dos expedientes fotográficos nos organogramas das instituições, o que também prejudica o processo de avaliação arquivística; Lacunas metodológicas para o tratamento de fotografias em arquivos, cujo vácuo com muita frequência é preenchido por noções de conservação preventiva; Dificuldade para o estabelecimento de políticas públicas para os arquivos.

Título

Discotecas públicas, acervos sonoros e o pesquisador-ouvinte do século XXI

Autores

Denise da Silva de Oliveira

Palavras-Chave

Discoteca pública, arquivo sonoro, política cultural, disco fonográfico, tecnologia

Resumo

O fenômeno das discotecas públicas teve seu auge entre os anos 1930 e 1940 em função, inicialmente, de esforços empreendidos pela Comissão de Peritos de Gravação Musical do Instituto de Cooperação Intelectual - organismo vinculado à Liga das Nações -, que, no final dos anos 1920, passou a sugerir que cada país estruturasse sua própria Discoteca Nacional com o objetivo de haver uma troca fonográfica entre as nações, possibilitando-se um

conhecimento mútuo entre os povos por meio do som - esse elemento que havia algumas décadas se tornara objeto de captura, guarda, controle, seleção e venda ou disponibilização. Foi nesse período que uma profusa discussão sobre o destino da fonografia brasileira começou a se formar entre aqueles que tradicionalmente tinham legitimidade institucional para debater sobre temas concernentes a vozes e sons que deveriam ou poderiam ser conservados para a posteridade: músicos ligados a importantes escolas de música e conservatórios, intelectuais, escritores e outros especialistas reconhecidos. Por essa perspectiva, o disco fonográfico seria associado a mídias de difusão e armazenamento de informação mais convencionais, como os livros e as partituras; em outras palavras, a oralidade que passou a circular de maneira desornada e, de certa forma, até indesejável por intermédio dessa nova técnica moderna tinha de ser dominada e controlada por meio de uma cultura escrita bem solidificada, respaldada, ainda, por um arranjo então denominado "científico". E sobre essas bases foram criadas, em 1935 e 1941, respectivamente, as discotecas municipais de São Paulo e do Distrito Federal (então sediada no Rio de Janeiro), ambas com a missão de disponibilizar para os ouvintes brasileiros, do presente e do futuro, música erudita, literatura fonográfica, vozes de grandes homens, folclore nacional e outros sons considerados fundamentais para a construção de documentos fidedignos, científicos, que subsidiassem a formação da arte e da história brasileiras. Passaram-se muitas décadas até que esses empreendimentos culturais fossem parcialmente esquecidos, restando dessa configuração apenas alguns traços, quase todos obscurecidos pela ilustre personalidade do criador da primeira discoteca pública brasileira: Mário de Andrade. Isso porque a discoteca paulista, ainda existente, passaria a ser objeto de investigação apenas na medida em que descortinasse a trajetória desse intelectual e do modernismo brasileiro de maneira geral. Consequentemente, o "fenômeno das discotecas" em si costuma ser ignorado, fazendo com que acervos sonoros remanescentes, em sua inteireza, sigam em suas entidades mantenedoras praticamente sem significação - como é o caso da coleção "Discoteca do Distrito Federal" do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Assim, esse trabalho tem como intuito não somente apresentar de modo sucinto os resultados alcançados por nossa pesquisa, realizada entre os anos de 2018 e 2020 no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ com financiamento do CNPq, como também explorar os percalços pelos quais uma pesquisadora-ouvinte do século XXI passou em seu processo de compreensão de um antigo, e esquecido, arquivo sonoro (confundido em sua época com um museu ou mesmo uma "biblioteca" de discos): da percepção do ofuscamento de suas práticas de arquivamento originais pelas escolhas orientadas para a música popular brasileira - realizadas não apenas pelo MIS-RJ, mas também por estudiosos e suas escutas espontâneas - até a proposta de se encararem as mídias e as tecnologias que as subsidiam como atores fundamentais para a apreensão de órgãos culturais como a antiga Discoteca Pública do Distrito Federal.

Título

Uso do estudo de caso dos marcos geodésicos do Estado de São Paulo para o estabelecimento de parâmetros de recolhimento e tratamento de acervos técnicos de gêneros não-textuais

Autores

Janaina Yamamoto Santos, Diego de Souza Morais

Palavras-Chave

Tratamento Arquivístico, Gêneros não textuais, Marcos geodésicos, Croquis.

Resumo

Através deste estudo de caso percebemos a necessidade de tratamentos arquivísticos diferenciados para documentações técnicas que apresentem gêneros textuais e não-textuais, característicos de alguns conjuntos documentais sob guarda do Núcleo de Acervo Cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Pretendemos, por meio da disponibilização online de um catálogo, promover relevância e visibilidade ao conjunto de croquis e cadernos de cálculo que foram produzidos no contexto do levantamento dos marcos geodésicos do Estado de São Paulo pelo Instituto Geográfico e Geológico entre 1937 e 1958. No Brasil, os marcos geodésicos foram implantados principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo Exército Brasileiro, por órgãos de mapeamento estaduais e municipais. Ao apresentar informações sobre posicionamento e localização, os marcos são úteis para áreas como Engenharia e Geografia, além de atividades de topografia e agrimensura. Eles compõem redes com informações planimétricas, altimétricas e gravimétricas sobre determinada região, cuja totalidade da rede de informações geodésicas, no Brasil, é denominada Sistema Geodésico Brasileiro. No solo, cada ponto é materializado por meio de uma estrutura fixa - que pode ser um pino, uma plaqueta ou uma chapa cravada em rocha ou concreto, ou ainda por um marco ou pilar de material durável. No caso do material analisado, os marcos utilizados estão em locais como praças, ilhas, estações ferroviárias, capelas, entre outros, e representam as primeiras demarcações geodésicas oficiais, iniciadas a partir de 1937. Antigamente o Estado não contava com um sistema geodésico integrado, apenas sistemas desconexos. Este material foi produzido durante as expedições de técnicos do Instituto Geográfico e Geológico, que naquela época trabalhavam em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cuja primeira grande tarefa foi assumir a condução dos trabalhos do Censo Nacional, previsto para 1940. O Instituto Geográfico e Geológico tinha como missão o mapeamento do Estado de São Paulo, resultando em uma grande diversidade de produtos cartográficos. Nesta pesquisa, os principais elementos estudados são os croquis e cadernos de cálculo. Croquis, por definição, são esboços cartográficos sem escala utilizados para a obtenção de informações gerais de uma área. Os cadernos de cálculo, por sua vez, são mais completos e contêm todas as informações padrões utilizadas no georreferenciamento, como por exemplo, as coordenadas geográficas específicas de cada ponto e as operações matemáticas envolvidas no mapeamento. Do ponto de vista técnico, as memórias de cálculo contidas nos cadernos ilustram alguns métodos e ferramentas da engenharia e da topografia não mais utilizadas e, portanto, interessam aos estudiosos do assunto. Os croquis e cadernos encontrados neste conjunto se referem a cidades, povoados e pontos de interesses diversos, muitos deles retratando primeiras ocupações. Juntos eles referenciam vários locais do Estado, o que permite traçar a história do local e de sua urbanização. Com o avanço do tratamento dos cadernos ficou evidenciada a dissociação deste material em sua origem. Durante a análise deste material compreendeu-se que estes documentos demonstravam o processo de determinação do melhor ponto para localizar o marco geodésico. Nesse sentido, os cadernos indicavam os processos, e os croquis, por representarem o resultado das escolhas, os produtos. Diante deste entendimento, tornou-se claro que essas diferentes tipologias compunham um único documento, o que justificou sua junção, garantindo assim sua organicidade. A partir da experiência deste Núcleo no recolhimento de diversos outros acervos igualmente técnicos, nota-se a recorrência desta situação de dissociação pois não se trata da atividade fim dos órgãos. O estudo de caso dos marcos geodésicos do Instituto Geográfico e Geológico se mostrou como um importante exemplo de como estabelecer parâmetros de recolhimentos de acervos técnicos, evitando a dissociação de itens por tipologia sem uma prévia análise de documentos híbridos.

Título

Documentos de imagem em arquivos: análise sobre desafios contemporâneos de definição e tratamento

Autores

Raquel Oliveira Melo

Palavras-Chave

Imagem fotográfica, documento fotográfico, Classificação, Arquivologia

Resumo

A sociedade está em constante evolução. Com os avanços tecnológicos, as transformações sociais são cada vez maiores e mais diversificadas. Portanto, os arquivos, que são produto das atividades institucionais e familiares, também estão se transformando, em volume e pluralidade de documentos. Outra consequência dos avanços tecnológicos nos arquivos, especialmente da internet, é a profusão em escala planetária da origem e do alcance dos documentos, fazendo com que as possibilidades de interação com outros documentos e acervos sejam incalculáveis. Essa nova realidade, ao contrário do que muitos pessimistas imaginam, depende ainda mais do arquivista, e da aplicação das funções arquivísticas, para garantir a recuperação e o acesso aos documentos. Neste contexto, um dos grandes desafios dos profissionais de arquivo atualmente é a crescente quantidade de imagens fotográficas que sociedade passou a produzir diariamente nas mais diversas atividades institucionais e familiares. Considerando que o entendimento da fotografia como documento de arquivo ainda é relativamente recente, na literatura ainda não há um consenso sobre definição e tratamento de imagens fotográficas em arquivos. Por mais que alguns modelos de sucesso já possam ser identificados, a ausência de um padrão inviabiliza a interoperabilidade dos acervos, prejudicando, assim, a difusão e o acesso. Além de por em risco acervos ainda sem tratamento sob custódia de instituições ou pessoas que desconhecem o tratamento adequado, se é que ele já existe. Entretanto, antes que área possa debater o tratamento adequado, ela precisa definir o quê pretende tratar. No Brasil, enquanto o Arquivo Nacional, órgão responsável pelo acompanhamento e implementação da política nacional de arquivos de acordo com a lei federal 8159 de 1991, aponta a fotografia como uma espécie documental, autores consagrados da área apresentam outras perspectivas e definições. Entretanto, a maioria deles não aborda um dos pontos mais críticos da atualidade: as fotografias digitais produzidas e compartilhadas em aplicativos e redes sociais, cada vez mais presentes em atividades institucionais e familiares. Este trabalho tem por objetivo analisar as definições encontradas na literatura para imagens fotográficas em arquivos, além de verificar os diferentes tipos de imagens fotográficas encontrados nos arquivos atualmente. Pretende-se, assim, contribuir para o desenvolvimento de uma padronização que facilite a recuperação e o acesso das imagens fotográficas. Por entender que a classificação é a função básica da Arquivologia e que dela depende o tratamento adequado dos documentos de arquivo, pois permite compreender a finalidade do documento e seu vínculo com a instituição, pessoa ou família produtora. A metodologia adotada foi uma revisão da literatura, através de uma revisão bibliográfica em periódicos, livros e teses na Arquivologia, que abordam documentos fotográficos e a classificação deles. Verificou-se como algumas das instituições mais tradicionais do Brasil classificam seus documentos fotográficos. E foi feito um comparativo das definições e tratamentos encontrados.

5. Tipologia documental

Identificação de espécies e tipos documentais e seu papel no processo de organização e descrição de arquivos.

Coordenação: Ana Célia Rodrigues e Josemar Henrique de Melo

Título

Modelagem de Documentos no SP Sem Papel - Relato de Experiência

Autores

Aline Ribeiro de Farias, Leandro Teixeira Estrella

Palavras-Chave

Gestão Documental; Documentos Digitais, Modelo de Documentos, Diplomática, Controle de Vocabulário.

Resumo

Como servidor do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), órgão responsável pela modelagem de documentos digitais no âmbito do Programa São Paulo Sem Papel, pretendo, neste resumo, apresentar a experiência com essa ação. A nova Era Digital exige o uso de metodologias que permitam a produção e o tratamento acelerado da informação por meio de operações eletrônicas e mecânicas. Por isso, desde o fim dos anos 1990 o APESP busca estabelecer marcos regulatórios, conceitos, procedimentos e técnicas que viabilizem a gestão e produção de documentos arquivísticos digitais no Governo do Estado a partir da observância dos princípios arquivísticos. Entre os marcos principais dessa jornada, temos a elaboração e aprovação da Instrução Normativa APE/SAESP nº 1, de 10-03-2009, que estabelece diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e, a instituição de um comitê gestor em 2010 pelo Decreto nº 55.479, de 25-02-2010, para o aperfeiçoamento, gerenciamento e implantação do SPdoc, Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações. Com o Programa São Paulo Sem Papel - implantado na Administração Direta em 2019, e criado para a redução do uso de papel na tramitação de documentos e processos na administração pública -, o ambiente oficial de produção de documentos da Administração Pública Paulista passou a ser aderente à maioria dos requisitos arquivísticos da Instrução Normativa APE/SAESP de 2009. A dimensão, complexidade e diversidade da Administração Pública Paulista sempre fez desafiadoras todas as iniciativas do APESP, seja a realização de diagnósticos da situação de acervos, seja a regulamentação de procedimentos ou a elaboração, aprovação e aplicação de instrumentos de gestão documental, como os Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade. Por fim, a Portaria UAPESP/SAESP 2, de 04-12-2018, dispôs sobre procedimentos para orientar a modelagem de documentos digitais. Dada a velocidade de implantação impressa no Programa SP Sem Papel, o uso de modelos genéricos de documentos foi inevitável, num primeiro momento. Contudo, desde a publicação da Portaria UAPESP/SAESP 2, e uma vez que somente a partir da compreensão da estrutura administrativa pode-se compreender a função dos documentos gerados, o APESP

iniciou os trabalhos de mapeamento dos fluxos e produção documental dos órgãos e entidades da administração direta. A modelagem de documentos tem a proposta de que os órgãos contem com modelos correspondentes às séries e itens documentais oficiais, objetivando à otimização do uso do sistema informatizado e da aplicação da política estadual de gestão documental. Foi, e continua sendo, um desafio a padronização documental diante de enorme variedade de culturas e realidades dos órgãos e entidades. O processo de modelagem de documentos pode derivar do mapeamento de fluxos documentais ou não. De qualquer maneira compreende as seguintes etapas: identificação do que se quer modelar e comprovação de que não há outro modelo que atenda a mesma finalidade; análise considerando os elementos constitutivos do documento a ser modelado e respectivo contexto de produção; descritores; nível de acesso; e inserção ou não de texto pré-determinado. A partir da experiência relatada, observa-se que para atendimento às necessidades dos órgãos e entidades e a observância estrita das normas arquivísticas é essencial que haja a modelagem específica de documentos, que sistematiza e automatiza a produção equilibrando adequadamente necessidades e imperativos administrativos de cada órgão e entidade e as normas e procedimentos estaduais gerais, realizando a efetiva e completa padronização documental e controle de vocabulário, incrementando o cumprimento dos objetivos constitucionais de impessoalidade e eficiência na Administração Pública. Os benefícios são inúmeros, mas se destacam dois principais: recuperação da informação rápida e objetiva e produção documental ágil e intuitiva.

Título

COMUNICAÇÃO PÚBLICA GOVERNAMENTAL EM MÍDIAS SOCIAIS: lacunas e perspectivas arquivísticas

Autores

Anahí Rocha Silva, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

Palavras-Chave

Comunicação Pública, Documento Presidencial, Política de Arquivamento de Mídias Sociais.

Resumo

A comunicação governamental realizada no âmbito da esfera de competência da presidência contempla documentos públicos considerados de grande importância para a nação e seus cidadãos, podendo ser consultado por todos. Para atender as exigências de informação, são criadas várias estratégias comunicativas, resultando em diversidade de processos e agentes envolvidos, de instrumentos, produtos e documentos distintos, que devem receber tratamentos técnicos adequados. A comunicação presidencial abrange desde a rotina diária dos briefings da Sala de Imprensa da Presidência, passa pela programação institucional, em meio impresso ou digital, e, atualmente, inclui as postagens realizadas em plataformas de mídias sociais. Em especial, as postagens realizadas pelos governantes (presidentes ou primeiros ministros) em plataformas de redes sociais, durante o mandato, ainda constituem um tema relativamente novo, que divide a opinião de especialistas quanto à sua natureza, pública ou pessoal, mas convergem a respeito de serem consideradas como parte do registro histórico, cultural e organizacional. A capacidade das mídias sociais em fornecer interações diretas entre os cidadãos e seu governante também levanta grandes desafios, entre os quais, a responsabilidade pelo arquivamento das postagens e interações nas mídias sociais. Questões relacionadas às diretrizes e estratégias a respeito da captura, documentação, gerenciamento de informações e métodos para recuperar dados, também são discutidas. No Brasil, esse tema carece de diretrizes nas políticas públicas de informação e comunicação governamentais, e ainda sequer alcançou aos Arquivos Públicos, diferentemente dos EUA e da Austrália, que têm enfrentado questões importantes

relacionadas à gestão, preservação e acesso a documentos presidenciais ao longo de sua história, com atenções especiais voltadas a este novo tipo documental. O objetivo desse artigo é discutir a natureza arquivística das comunicações presidenciais produzidas em plataformas de mídias sociais e explorar as políticas de gerenciamento e arquivamento desses conteúdos. Para alcançar os objetivos propostos, uma pesquisa bibliográfica e documental foi realizada nos sites do Arquivo Nacional dos EUA (National Archival and Records Administration) e do Arquivo Nacional da Austrália (National Archives of Australia), complementado com artigos em bancos de dados bibliográficos internacionais da Science Direct e Google Scholar, utilizando os termos combinados entre si, com o operador booleano AND: "presidential records", "presidential papers", "public papers of the presidents", "presidential archives" AND "archival policy". Como resultados, são apresentados elementos de análise sobre as políticas arquivísticas para os documentos presidenciais dos países estudados. Do ponto de vista da teoria e prática que envolvem esse tipo de documento e de arquivo, verifica-se que ainda não se tem um corpo teórico sobre as formas e estratégias de arquivamento no Brasil. Conclui-se que os resultados obtidos indicam como este tema pode ser enfrentado nos próximos anos pelos profissionais da informação e governos.

Título

A experiência do Arquivo Público do Estado de São Paulo na identificação de espécies e tipos documentais no contexto da avaliação da massa documental acumulada .

Autores

Edson de Souza Cavalcante, Felipe Teixeira Hudson

Palavras-Chave

Espécie Documental, Tipo Documental, Gestão de Documentos, Massa Documental Acumulada.

Resumo

A experiência com a massa documental acumulada envolve várias frentes, dentre elas o momento de identificação das espécies e tipos documentais. Momento este que pode fazer total diferença e, inclusive, mudar os rumos da destinação final de um documento. Nesse contexto, há sempre uma cautela quanto àqueles documentos que devem ser guardados permanentemente. A espécie do documento refere-se à configuração de acordo com a natureza das informações que ele apresenta e o tipo documental diz respeito à configuração que uma espécie assume conforme a atividade que a gerou, podendo ela ser meio ou fim. Os documentos referentes à massa documental acumulada são aqueles que nunca foram avaliados, portanto, não se sabe, por vezes, quais documentos poderão ser encontrados ao iniciar o processo de identificação. Alguns destes documentos podem ser eliminados e outros devem aguardar o cumprimento do seu prazo e, posteriormente, terão como destinação final a eliminação ou a guarda permanente. Por isso, a identificação, como parte da avaliação no contexto de massa documental acumulada, remete a um olhar mais particular da avaliação na gestão documental. Esses documentos carregam especificidades e nem sempre serão apresentados conforme os instrumentos de gestão, ou seja, as Tabelas de Temporalidades de Documentos e Planos de Classificação que norteiam as atividades no âmbito da administração pública do estado de São Paulo. Sendo assim, o Núcleo de Processamento Técnico que faz parte do Centro de Arquivo Administrativo, do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, no ato de suas competências e atribuições analisou e formulou estratégias de aplicabilidade dos instrumentos de gestão para identificar espécies e tipos documentais na massa acumulada . Para tanto, este estudo baseia-se na pesquisa aplicada e no método qualitativo para relatar a experiência dos profissionais envolvidos na atividade. O objetivo

geral foi aplicar uma metodologia de execução do trabalho, a fim de que todos os membros da equipe pudessem identificar corretamente as espécies e tipos documentais na massa documental acumulada, conforme os instrumentos de gestão, de forma alinhada e evitando equívocos no prazo de guarda e destinação final. Dessa forma, pretende-se pontuar as dimensões investigativas que requerem aportes teórico-metodológicos, técnico operacional e ético-político para identificação; na sequência, apresentar quais são e como são utilizados os instrumentos de gestão na execução da metodologia de trabalho, demonstrando sua aplicabilidade; e, por fim, abordar a dinâmica, isto é, como foi feita a separação e organização das caixas, do ano dos documentos, entre outros que visaram facilitar a identificação das espécies e tipos documentais, bem como as dúvidas surgidas ao longo do processo em relação aos documentos que não se enquadravam ou apresentavam características destoantes da usual. Foram observados resultados positivos que garantem a celeridade e segurança evitando equívocos na identificação das espécies e tipologias documentais, além disso, após a identificação esses documentos puderam ser classificados e armazenados no Centro de Arquivo Administrativo, permitindo maior agilidade na recuperação dos documentos solicitados para empréstimo ou consulta. Conclui-se que a identificação das espécies e tipologias dos documentos no contexto de massa documental acumulada pressupõe uma metodologia para ser aplicada de acordo com distintas realidades e o uso de instrumentos da gestão pode auxiliar significativamente, minimizando as chances de identificação incorreta e, conseqüentemente, a destinação errônea dos documentos.

Título

Glossário de Tipologia Teatral: abordagem inicial

Autores

Elizabeth R. Azevedo, Fabiana Siqueira Fontana

Palavras-Chave

tipologia documental, teatro, glossário, preservação de acervo.

Resumo

Esta comunicação pretende expor o trabalho, e parte dos resultados, do grupo de pesquisa Glossário de Tipologia Teatral, formado em 2018, que objetiva apresentar as principais espécies e tipos documentais que formam o patrimônio documental do teatro. Diante do aumento das discussões acerca da preservação dos acervos teatrais, assim como dos investimentos direcionados à organização deste material, reconhecemos ser fundamental contribuir com a instrumentalização dos profissionais envolvidos com a classificação e descrição dos documentos comumente presentes nos acervos teatrais no Brasil, seja em instituições especializadas ou não. Apesar da área do teatro vir ganhando espaço no debate sobre a preservação dos arquivos, são poucos ainda os trabalhos que tratam das especificidades que envolvem o tratamento dos documentos que resultam dessa atividade artística. Logo, criamos um projeto que visa a elaboração de uma publicação inédita e original que permita reconhecer, no que se refere à tarefa de identificação do documento, os principais registros gerados em decorrência da prática e da audiência do teatro: parte, programa de espetáculo, roteiro de sonoplastia, adereços, borderô, crítica teatral. Para tanto, assumimos como recorte o estudo dos registros oriundos da criação, divulgação, apresentação e recepção do espetáculo, principal contexto de produção documental no âmbito do teatro. A metodologia do projeto está alicerçada em dois eixos: ampla revisão bibliográfica associada à análise de documentos em vista das funções presentes no campo teatral. São três as principais categorias de referências utilizadas: 1) dicionários, manuais e estudos da área teatral; 2) trabalhos relativos à tipologia documental; 3) trabalhos sobre preservação dos acervos teatrais. Para a análise dos registros, busca-se observar o gênero, o formato, o conteúdo, a configuração e o uso dos documentos, ou seja, sua relação com o ato

desempenhado pelo artista, crítico e/ou espectador na sua relação com o teatro, inclusive do ponto de vista histórico. Apesar destes documentos não serem regulados por dispositivos legais ou fixados por expedientes jurídico-administrativos, sua gênese está orientada por fazeres e saberes particulares de uma cultura teatral, os quais orientam as dinâmicas de criação e recepção do teatro em determinado tempo-espaço, possíveis de serem reconhecidos em análises que preveem o estudo dos atos e competências que fundamentam as funções exercidas no campo teatral.

Título

Perspectivas de adoção dos Instrumentos de Gestão de Documentos, produzidos com a metodologia de identificação e avaliação dos tipos documentais, nas práticas de gestão e controle do ciclo de vida dos documentos.

Autores

Marilda Martins Coelho, Maria Rosângela da Cunha

Palavras-Chave

Gestão de Documentos, Tipologia Documental, Arquivologia Contemporânea, Identificação Arquivística.

Resumo

Em toda grande empresa, qualquer que seja o seu ramo de atuação, existe um contínuo e complexo processo de produção documental durante o exercício de suas atividades e isso não é diferente em empresas de logística de petróleo e gás, como a Petrobras Transporte S.A - TRANSPETRO, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS, que assim como sua Holding, deve seguir as determinações do Poder Executivo Federal, inclusive no que compete à gestão de documentos. Assim sendo, a equipe responsável pela gestão dos documentos da TRANSPETRO, com o apoio de uma empresa de consultoria em Arquivologia, vem demonstrando para o corpo técnico e gerencial da Companhia, que o ciclo de produção, tramitação, uso, acesso e eliminação dos documentos que registram suas atividades carece de um sistema rígido de controle e gestão, e para tanto, se torna necessário a adoção de medidas que viabilizem a aplicação dos princípios e metodologias arquivísticas de identificação e avaliação dos tipos documentais em seu contexto de produção. Essa necessidade se tornou ainda mais premente, tendo em vista a promulgação da Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD), que requerer critérios de análise mais apurados que permitam identificar o conteúdo informacional de cada tipo documental, possibilitando assim, o tratamento dos dados pessoais durante sua produção, captura, acesso, arquivamento e eliminação. Esse artigo apresenta os resultados do projeto corporativo que está sendo implementado na TRANSPETRO de identificação e avaliação dos tipos documentais, metodologia que consiste em reconhecer a identidade do documento de arquivo, e que permite, a partir da análise do contexto organizacional, caracterizar os elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto documental. Descreve a aplicabilidade da tipologia documental na elaboração dos instrumentos de gestão de documentos (Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos e Esquema de Metadados [Manual de Tipologia Documental]). Aborda, ainda, como a metodologia pode ser utilizada para a identificação e definição dos metadados que devem ser capturados na produção e manutenção dos documentos de arquivo da Companhia, permitindo sua gestão a longo prazo. Apresenta as possibilidades de uso dos instrumentos de Gestão de Documentos na padronização dos documentos de arquivo; na avaliação dos riscos de acesso às informações e aos dados pessoais; na definição de requisitos para sistemas de informação e na melhoria do Modelo Master de Metadados - MDM, permitindo assim aprimorar e fundamentar as práticas para o desenvolvimento e implantação de uma

governança arquivística com a criação de um Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo. Como resultado esse artigo pretende demonstrar que dentre as metodologias e princípios preconizados pela Arquivologia Contemporânea, a Tipologia Documental é a que produz o arcabouço necessário para a adoção da gestão de documentos em todo o ciclo de vida do documento.

Título

Atributos dos documentos de arquivo: uma análise a partir de processos de requerimento de revigoração de aforamento

Autores

Renato de Mattos, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Palavras-Chave

Documento de arquivo; Arquivologia; Projeto Acervo Documental; Superintendência do Patrimônio da União do Rio de Janeiro.

Resumo

Nas últimas décadas, o estudo dos tipos documentais vem se distinguindo na literatura arquivística brasileira e estrangeira por auxiliar profissionais na execução das tarefas de identificação, classificação, avaliação e descrição dos documentos de arquivo. Nessa perspectiva, a tipologia documental se mostra igualmente relevante para a administração pública, na medida em que permite o reconhecimento das funções e atividades dos documentos produzidos, o significado destes documentos ao longo do tempo, bem como para os pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, ao viabilizar a crítica das fontes por meio da contextualização das ações de origem dos documentos e a compreensão da estrutura organizacional e das competências das entidades responsáveis pela produção e/ou acumulação documental. A partir da experiência desenvolvida no âmbito do projeto Acervo Documental SPU/RJ, parceria técnico-científica firmada em 2019 entre docentes do curso de graduação em Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e a Superintendência do Patrimônio da União do Rio de Janeiro, órgão vinculado ao Ministério da Economia responsável pela administração dos bens que integram o patrimônio imobiliário da União, examinaremos na presente comunicação os processos de requerimento de revigoração de aforamento produzidos pela instituição em momentos distintos, mais precisamente seus elementos internos (substantivos ou intrínsecos), intermediários e externos (ou extrínsecos). Nesse sentido, ao examinarmos os processos, compreendidos como unidades documentais compostas por documentos de natureza distinta que são reunidos oficialmente durante o trâmite de uma determinada ação, a presente proposta tem como objetivo principal evidenciar de que modo a apreensão dos aspectos físicos (em especial o suporte, o formato, a forma e o gênero), quanto dos aspectos substanciais (incluindo a proveniência, as funções e o trâmite), bem como a identificação da espécie, do tipo e da categoria jurídico administrativa dos documentos constituem operações imprescindíveis para os arquivistas no cumprimento das tarefas de organização documental, disseminação da informação e na elaboração de glossários e de outros subsídios capazes de suprir as necessidades informacionais dos pesquisadores de forma adequada. Com efeito, o reconhecimento e a compreensão dos elementos constitutivos dos documentos de arquivo contribuem para a caracterização de sua natureza probatória. Sendo assim, o estudo dos atributos formais e funcionais dos documentos de arquivo assume grande importância ao contribuir para a formulação de planos de classificação, tabelas de temporalidade, para a composição de séries documentais, assim como para a confecção de instrumentos de descrição e de pesquisa com o intuito de auxiliar arquivistas e usuários.

Título

Aprimoramento da Gestão Documental no Estado de São Paulo: Uma Proposta de Padronização de Documentos Digitais pelo Mapeamento de Documentos compostos

Autores

Valeria Rodrigues dos Santos, Maria Geruseneide Silva de Jesus

Palavras-Chave

gestão documental, mapeamento, tipologia, digital.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar o trabalho que está sendo desenvolvido para aprimoramento da gestão documental no Governo do Estado de São Paulo, que compreende o conjunto de procedimentos e operações técnicas referente a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente, propiciando assim melhores práticas e a utilização dos recursos disponíveis com eficiência, eficácia e efetividade. Com a necessidade de aperfeiçoar a gestão documental, racionalizar e otimizar os recursos públicos disponíveis, reduzindo/eliminando gradualmente o trâmite de papel, assim como buscando a desburocratização e a transparência, foi desenvolvido o Programa SP Sem Papel, instituído pelo Decreto nº 64.355/2019, para a produção, tramitação, gestão e controle de processos / documentos digitais no âmbito da Administração Estadual e no seu relacionamento com as Prefeituras e a Assembleia Legislativa. Com a edição da Portaria UAPESP/SAESP 2, de 4 de dezembro de 2018, que estabeleceu os procedimentos para orientar a modelagem de documentos digitais, o Arquivo Público do Estado de São Paulo está padronizando regras e o fluxo de trabalho. Neste sentido, estão sendo mapeados os documentos compostos que serão contemplados no Programa SP Sem Papel, sendo uma etapa que antecede a modelagem. O mapeamento de documentos configura-se em identificar a sequência lógica das atividades e da produção, da constituição e do fluxo dos documentos. Os documentos compostos, são os documentos que ao longo de sua trajetória acumulam vários documentos simples. Exemplo: processo, prontuário, expediente e dossiê, os quais estão identificados no Plano de Classificação de Documentos e na Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividade-Meio e na Atividade -fim, de cada órgão ou entidade. Para o desenvolvimento da atividade de mapeamento de documentos, no contexto da Administração Pública do Estado de São Paulo, identificamos a série documental a ser mapeada. Em seguida, juntamente com os órgãos e entidades, com a participação das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA e funcionários das unidades executores, realizamos o levantamento das informações por meio de entrevistas, reuniões, questionários, análise de documentos, legislação, bem como o preenchimento de planilha que detalha o passo a passo do documento. Entre as informações levantadas, destacamos a identificação da tipologia documental, que corresponde à divisão de espécie, que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula, natureza de conteúdo ou técnica de registro. Portanto é um elemento chave na estruturação de padrões para a organização dos documentos elaborados, pois identifica o suporte, a forma, o formato, o gênero e a espécie. Verificamos que o mapeamento de documentos constata gargalos e atividades dispensáveis, define responsabilidades, minimiza erros e retrabalho, traz celeridade e produtividade. Considera-se que os servidores/funcionários e a sociedade paulista conseguiram um benefício incalculável, com a inovação de possuir os processos administrativos digitais, no tocante que, possibilita assegurar a proteção da autoria e da autenticidade, facilita o manuseio e o rastreamento, agiliza recuperar a informação, traz

transparências as ações e contribui para a tomada de decisões, elimina problemas com incêndio, extravio, viabiliza economicidade, maior eficácia e sustentabilidade ambiental.

6. Arquivos pessoais

Documentos acumulados por pessoas: peculiaridades decorrentes do perfil profissional dos titulares. Projetos descritivos. Instituições de custódia e políticas de aquisição.

Coordenação: José Francisco Guelfi Campos e Maria Celina Soares de Mello e Silva

O LUGAR E O SENTIDO DOS RECORTES DE JORNAL NOS ARQUIVOS PESSOAIS

José Francisco Guelfi Campos
Universidade Federal de Minas Gerais

Apesar de abundantes, os recortes de jornal constituem fatia menosprezada dos arquivos pessoais. São vários os mecanismos que reforçam a condição marginal dos recortes no plano do arranjo e da descrição, conforme revela a análise dos quadros de arranjo e dos instrumentos de pesquisa: quando não figuram apartados do conjunto em série isolada, são incluídos em séries que se orientam pela técnica de registro ou enquadrados na problemática rubrica “produção de terceiros”. Tais procedimentos, em lugar de resultarem na representação do lugar lógico que os recortes de jornal deveriam ocupar no interior dos fundos a que pertencem, acabam por conferir-lhes uma posição periférica que obscurece seu vínculo orgânico com as atividades desempenhadas por quem os acumulou e com os demais documentos que delas participaram, comprometendo o entendimento do arquivo como um complexo articulado e solidário. A condição secundária dos recortes também se revela na dominação genérica que costumam receber, quase sempre determinada pelo formato. Para além da compreensão de seus contextos originários, a adequada identificação das espécies que caracterizam os itens indiscriminadamente nomeados como “recortes de jornal” contribui para jogar luz sobre a identidade e o potencial informativo destes documentos, para o que se faz necessário o diálogo da arquivística com outras áreas do conhecimento, entre as quais a diplomática e as ciências da comunicação e da linguagem.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Recortes de jornal. Tipologia documental. Tratamento documental.

O LEGADO DO ESCRITOR FERNANDO PY E A ORGANICIDADE ENTRE ARQUIVO E BIBLIOTECA

Maria Celina Soares de Mello e Silva

O trabalho aborda o legado literário do escritor Fernando Py, sob o ponto de vista de sua filha arquivista, utilizando-se do conceito arquivístico de organicidade para realizar uma análise das relações entre seu arquivo e biblioteca. Apresenta breve biografia do escritor, poeta, crítico literário e tradutor. Ao longo de sua vida, acumulou uma biblioteca especializada em literatura

com cerca de 9 mil volumes, e produziu um arquivo relacionado à biblioteca. Py tinha a intenção de deixar seu legado literário para uma instituição de memória, que preservasse o acervo e o disponibilizasse para a pesquisa acadêmica. Falecido este ano de 2020, foi iniciado um trabalho de listagem do material do arquivo para conhecimento do conteúdo. O texto discute a experiência inovadora de lidar com um arquivo pessoal sob o ponto de vista familiar e profissional. O aspecto familiar envolve a questão da seleção de documentos para doar, os interesses pessoais e as lembranças familiares que devem ser preservadas, além de uma análise minuciosa para evitar arrependimentos futuros. Trata-se do valor sentimental que um documento pode ter, como, por exemplo, fotografias ou cartas. E o profissional busca reconhecer que se deve evitar desmembramentos ou fragmentações para uma instituição, para que um pesquisador possa ter acesso a informações mais consistentes para uma biografia. Discorre, ainda, sobre a sistemática de trabalho do escritor, que era organizado e com perfil metódico. Exemplifica com a guarda da correspondência, tanto familiar e de amigos, quanto de outros escritores, acondicionadas em pastas por ordem alfabética ou cronologicamente, com relação ao recebimento dos livros e a criação de documentos de arquivo a partir dele. A organicidade, por se referir às atividades da pessoa, aplica-se também ao seu trabalho como escritor, como crítico literário e, ainda, como colecionador de livros. Sua biblioteca é fruto de seu trabalho e de seu gosto por colecionar livros. A singularidade está na sinergia entre arquivo e biblioteca, com a apresentação de exemplo e diagrama para facilitar a compreensão. Sua atividade de crítico literário alimentava sua biblioteca, que alimentava seu arquivo, e fazia com que ambos crescessem. O arquivo que ele constituiu e preservou é revelador de suas relações profissionais, sociais e familiares. A partir dele, foi possível observar uma pessoa diferente, um ser arquivador, que se preocupou em preservar minuciosamente os registros de sua trajetória, e com prazer. Esta tarefa ele fazia porque gostava e sentia necessidade. Não admitia que se jogasse fora. Conhecer o pai no âmbito doméstico, conhecendo seu trabalho e os amigos e escritores mais próximos, é uma dimensão sem surpresas. Porém, a dimensão externa, vinda de fora do âmbito doméstico, revelou um indivíduo a ser ainda mais valorizado e admirado do que já era.

Palavras-chave: Arquivo pessoal – Fernando Py – organicidade

Título

Descrição arquivística em acervos pessoais: política, fotografias e memórias do ex-governador Max Freitas Mauro (Brasil/ES)

Autores

André Malverdes, AMARILDO MENDES LEMOS

Palavras-Chave

descrição arquivística, acervo fotográfico, arquivo pessoal

Resumo

Max Freitas Mauro nasceu em Vila Velha (ES), no dia 11 de março de 1937, filho de Saturnino Rangel Mauro e Maria da Penha Freitas Mauro, Seu pai foi sindicalista e fundador do Partido Trabalhista Brasileiro no Espírito Santo, em 1947, e seu primeiro presidente regional, tendo sido eleito, naquele ano, deputado estadual constituinte. Em 1986, Max Mauro ganhou a convenção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro para concorrer ao governo do estado do Espírito Santo e foi eleito iniciando o mandato em fevereiro de 1987. Em 1990, com recursos próprios, o ex-governador Max Mauro deu início a organização de seu acervo pessoal composto aproximadamente de 80 metros lineares de documentos de caráter privado de sua trajetória e de seu pai Saturnino Rangel Mauro. No ano de 2019, com recursos do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo, o acervo recebeu tratamento visando a adequação a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), digitalização e disponibilização do acervo digital pelo site do

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). O acervo fotográfico foi organizado e dividido em 1.248 dossiês com um total de 9.151 fotografias do Fundo Max Freitas Mauro e 95 imagens do Fundo Saturnino de Freitas Mauro. O objetivo desse artigo é relatar a experiência e os desafios metodológicos do projeto “Memórias Fotográficas: Tratamento e Digitalização do Acervo Fotográfico do ex-governador Max Mauro”, desenvolvido no ano de 2019 com seus resultados e análises arquivísticas. A metodologia aplicada à realização deste trabalho seguiu a literatura especializada no campo da Arquivologia no que diz respeito ao documento fotográfico, arquivo pessoal, descrição arquivística e documento de arquivo. A execução das atividades do projeto seguiram as recomendações e as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), considerando que o APEES faz parte do mesmo e que recebeu o acervo digital do projeto para compor seu acervo. Como resultados finais temos a identificação, higienização e descrição do acervo, com sua posterior digitalização e a elaboração de um instrumento de pesquisa que pretende ser uma referência a outras instituições custodiadoras de acervos fotográficos que apresentem contextos similares. O tratamento arquivístico, a digitalização e a disponibilização do acervo constituiu um meio de ampliar o alcance do debate, reflexão e pesquisa sobre a realidade capixaba, com foco fundamental na identidade local, do ponto de vista da sua história política contemporânea, a partir da perspectiva de um fundo arquivístico privado, originado da atuação pública de duas personalidades políticas, no caso o ex-governador Max Freitas Mauro e de seu pai Saturnino Rangel Mauro. Os arquivos pessoais em alguns casos possuem informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica do país. Conhecer e identificar essa importante fonte documental pode resultar, na maioria das vezes, numa atividade complexa e de difícil desenvolvimento. Porém, identificar e proporcionar a difusão dos principais arquivos fotográficos, em nível local e nacional, propiciará, a médio e longo prazo, subsídios para importantes investigações que tenham como objeto o patrimônio documental e cultural brasileiro.

Título

Arquivos de artistas e a experiência da Fundação Nacional de Artes (Funarte): reflexões e propostas metodológicas

Autores

Caroline Cantanhede, Renato de Mattos

Palavras-Chave

Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional de Artes, Arquivos pessoais, Arquivos de artistas, Arquivo Família Oduvaldo Vianna.

Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre as práticas empregadas na organização dos arquivos pessoais de personalidades ligadas às artes cênicas, artes visuais e música custodiados pelo Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional de Artes, órgão responsável, no âmbito da administração pública federal, pelo desenvolvimento de políticas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. O Centro de Documentação tem como finalidade reunir, organizar, disponibilizar e disseminar documentos e informações que apoiem e incentivem a produção artística, cultural e as pesquisas em arte e cultura, além de subsidiar atividades desenvolvidas pela própria instituição. Seu acervo é resultado de uma longa trajetória de sucessão institucional, iniciada ainda nos anos 1930. Em relação aos arquivos pessoais de artistas, ainda que existam evidências de sua aquisição desde a década de 1970, foi apenas em 2005 que sua natureza arquivística passou a orientar as metodologias empregadas em seu processamento técnico. Desde então, foram realizadas diversas ações com o intuito de

consolidar o lugar específico dos arquivos pessoais dentro do contexto do Centro de Documentação. No entanto, apesar de preservada a proveniência, nem sempre a organização empregada privilegiava uma abordagem contextual dos arquivos, fundamental para uma eficiente compreensão dos documentos e de suas inter-relações com o conjunto ao qual pertence. Por isso, desejamos aqui contribuir para o prosseguimento dos esforços iniciados em meados dos anos 2000, no sentido de dotar os arquivos pessoais sob a guarda da Fundação Nacional de Artes de maior consistência teórico-metodológica, com o intuito de oferecer ao seu pesquisador a potencialidade informativa que a devida abordagem desses arquivos podem proporcionar. Identificamos, assim, a necessidade de elaboração de diretrizes capazes de orientar as ações dos profissionais junto aos arquivos pessoais de artistas. Com efeito, devido à inexistência de um manual ou instrumento similar, os arquivos pessoais atualmente disponíveis ao público refletem as distintas perspectivas adotadas pelos profissionais que estiveram à frente da sua organização. Como consequência, observamos desde a descontextualização dos documentos iconográficos (fotografias, negativos, cartazes, croquis de cenários e figurinos, desenhos) - processados como itens bibliográficos-, bem como a multiplicidade de instrumentos de pesquisa gerados, bastante distintos entre si quanto à forma, o que certamente dificulta o acesso do usuário ao acervo. Seleccionamos, a fim de explorar algumas dessas problemáticas, o caso do Arquivo Família Oduvaldo Vianna - constituído por três fundos distintos: Oduvaldo Vianna, Deocélia Vianna e Oduvaldo Viana Filho (Vianninha) - adquirido na década de 1980 mas totalmente organizado apenas em 2006. Apesar de ser um dos primeiros conjuntos documentais de artistas reconhecidos enquanto arquivos, certas escolhas metodológicas empregadas acabaram por alienar determinados registros de seu devido contexto de produção. De fato, não podemos perder de vista que esta representa uma experiência pioneira no Centro de Documentação da Funarte. Porém, passados quase 15 anos, ainda não foi realizado um investimento de formalização dessas práticas junto aos seus arquivos pessoais. Possivelmente devido a inúmeras circunstâncias do próprio cotidiano, mas que acabou por perpetuar a empiria em detrimento do rigor técnico e científico. Desejamos, assim, com o nosso estudo de caso, tecer algumas proposições para esse imperativo inadiável: a elaboração de um documento que pautasse boas práticas para o processamento técnico de tais arquivos pessoais e que assegure a observância de suas especificidades, oriundas de cada um dos campos em que se dá a atividade do artista. Tal iniciativa visa garantir que, a despeito das alternâncias político-administrativas ou das modificações no corpo técnico, os arquivos pessoais sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional de Artes desfrutem de condições mais estáveis de preservação e de acesso, devidamente respaldadas pela teoria arquivística.

Título

A importância da descrição arquivística na disseminação de arquivos pessoais de mulheres

Autores

Elisa Maria Lopes Chaves

Palavras-Chave

guia, descrição arquivística, arquivos pessoais, arquivos pessoais de mulheres

Resumo

Ao pesquisarmos sobre arquivos pessoais, em arquivos públicos e/ou privados, através de suas bases de dados e instrumentos de pesquisas como os guias de acervo, em sua maioria, as informações encontradas tratam-se de arquivos pessoais de homens e/ou sobre homens, e os dados sobre mulheres quando identificados, em muitos casos, são fragmentados e/ou dispersos. Deste modo a carência de fontes documentais sobre as trajetórias femininas,

devido a falta de representatividade das mulheres nos documentos e também nos arquivos têm como consequência sua ausência na construção da memória coletiva diminuindo a contribuição das mulheres na prática historiográfica. Isto posto faz-se necessário pensar em políticas de aquisição inclusiva, além de instrumentos de pesquisa que enfatizem a presença das mulheres nos arquivos, de modo a contribuir para o resgate do papel da mulher frente ao anonimato atribuído a sua história e de suas lutas. Ao incluirmos os arquivos de mulheres, e sobre mulheres, nas instituições de salvaguarda de acervo arquivístico rompemos uma prática que através de instituições hierarquizadas, legítima e naturaliza as ausências das mulheres e principalmente de grupos sociais como das negras, lésbicas, transgêneros e travestis. No entanto, a inclusão e visibilidade desses arquivos requer, nas instituições arquivísticas, ações de organização, preservação e principalmente disseminação desses documentos para fomentar as pesquisas sobre o tema. Devido o cenário relatado o Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo através do processo de descrição arquivística de seus documentos por meio da atualização do seu guia identificou cinco fundos pessoais, o que reflete atualmente cerca de 25% dos fundos pessoais disponibilizados pela instituição. São arquivos pessoais de mulheres que lutaram, militaram e trabalharam no Partido dos Trabalhadores e em movimentos políticos e sociais da história contemporânea recente. Dentre as fontes documentais disponíveis para pesquisa no Centro descritas e disponibilizadas temos o arquivo pessoal da arquiteta Mayumi de Souza Lima. Através deste acervo é possível percorrer a formação acadêmica e trajetória profissional da arquiteta com destaque ao seu trabalho no desenvolvimento de espaços educativos públicos e na participação nas obras do Museu de Arte de São Paulo. E nosso maior arquivo pessoal e iconográfico que pertence a fotógrafa Vera Jursys. Seu trabalho como fotógrafa encontra-se disponível em cerca de 20.000 imagens disponíveis em nossa base de dados. Outros acervos menores, e não menos importantes, também disponibilizados são os arquivos da atriz Lélia Abramo. Lélia teve expressiva presença no campo artístico, como atriz, mas também no político como militante de esquerda. E o arquivo pessoal de Beatriz do Valle Bargieri onde é possível consultar as páginas do periódico da imprensa feminista, do qual integrou, feitos por mulheres e dirigidos às mulheres, o como o jornal Brasil Mulher também disponível através da nossa base de dados. Através da disponibilização desses arquivos o Centro, por meio do tratamento arquivístico dos documentos, compreende o uso de seu acervo como uma importante ferramenta para a valorização e afirmação da memória das mulheres. Entende a necessidade de incorporação da perspectiva de gênero nas suas ferramentas de busca, sobretudo nos instrumentos de descrição e principalmente na disponibilização de documentos através de sua base de dados. Incorpora, desta forma, a importância da disseminação de seus arquivos e coleções através da descrição e disponibilização de seus documentos para pesquisas e difusão possibilitando o diálogo sobre a questão de gênero, e no centro de memória, à práticas arquivísticas inclusivas, por vezes incipientes, mas também desafiadoras, com grande potencial em suscitar reflexões de interesse acadêmico, político, cultural e social.

Título

Arquivos pessoais de casais: reflexões sobre sua classificação

Autores

ELISABETE MARIN RIBAS

Palavras-Chave

Arquivos Pessoais, Arquivos de Casais, Princípio de Proveniência, Princípio da integridade, Classificação arquivística.

Resumo

A presente comunicação buscar apontar: (i) os aspectos políticos da incorporação de acervos de casais de intelectuais em instituições oficiais de guarda de arquivos pessoais, tendo como estudo de caso o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB - USP) da Universidade de São Paulo e (ii) a definição de proveniência dos conjuntos, princípio norteador para que seja definido se tratar-se-á de um conjunto (fundo) ou dois conjuntos (dois fundos) distintos. O recorte se dá devido ao fato de que a instituição tem hoje os arquivos dos seguintes casais: João Guimarães Rosa e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa; Lídia Besouchet e Newton Freitas; Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira; Emilie Chamie e Mário Chamie; Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza. Até o presente momento, o tratamento documental aplicado aos conjuntos foi dado de forma individualizada. A proposta de estudo aqui apresentada buscará problematizar o tratamento documental feito até hoje, sugerindo a junção de determinados grupos documentais, que façam parte do processo de trabalho e acumulação de ambos titulares. Até o momento, detectou-se que itens colecionáveis como livros, discos de música, filmes são o principal foco de ambivalência. Entretanto, no que toca a produção documental, conjuntos de fotografias que são produzidos juntos, como álbuns de casamentos e registro de efemérides familiares cotidianas como aniversário dos filhos, pertenceriam a qual titular? Em se tratando de um protocolo de possível reclassificação, propor-se-á a criação de base de dados em ambiente virtual on-line, nos mesmos moldes da base já existente no Serviço de Arquivo, mas com a possibilidade de intersecção entre os descritores dos fundos até o momento organizados de forma individualizada, apontando para uma possível dupla proveniência seja de conjuntos documentais, seja de itens documentais. Vale destacar que a existência dos casais no IEB não é algo exclusivo da instituição. Outros centros de guarda como o Instituto Fernando Henrique Cardoso, guarda o fundo do ex-presidente do Brasil, assim como o de Ruth Cardoso; a Fundação Darcy Ribeiro guarda o acervo do casal Darcy e Berta Ribeiro; a Fundação Lina Bo Bardi guarda documentos da arquiteta Lina Bo Bardi e de seu esposo, Pietro Maria Bardi. Por fim, na própria USP, dentro da Biblioteca Guita e José Mindlin, há o arquivo dos titulares da coleção de livros, que dá nome à instituição. Ao fim da pesquisa, será proposta uma análise sobre as questões políticas e os argumentos utilizados na incorporação desses conjuntos, lançando-se mão de estudos de gênero.

Título

Dando voz a todos os atores: o processo de reclassificação da Correspondência de Mário de Andrade no Arquivo IEB- USP

Autores

ELISABETE MARIN RIBAS, Denise de Almeida Silva

Palavras-Chave

Arquivos Pessoais; Classificação e Arranjo; Correspondência; Mário de Andrade; Instituto de Estudos Brasileiros da USP

Resumo

Na sociedade atual vemos estátuas serem derrubadas, estudos decoloniais emergirem de forma cada vez mais sólida na academia e com isso, deparamos com o necessário questionamento sobre o ponto de vista dos que até aqui narraram a história, especialmente quando guardados nos arquivos ou expostos em museus. No caso da Museologia, desde a década de 1960, o movimento que ficou conhecido como Nova Museologia questionou (e questiona) a monumentalização dos espaços museais. Desde então, vertentes como a museologia social buscam abrir os museus para o diálogo com a sociedade e suas representações. A própria História foi, no fim do século XIX e início do século XX, desafiada pela Nova História. Pelas vozes de Lucien Febvre e Marc Bloch e por meio da criação da

revista *Annales*, originou-se o movimento no qual o conceito de micro-história passou a ser considerado de mesmo grau de importância como método de análise quanto os chamados "grandes feitos" ou "grandes heróis". Lançamos mão até aqui das disciplinas irmãs da Arquivologia - a Museologia e a História-, pois, apesar dos avanços reflexivos que ambas apresentam, questiona-se se na Arquivologia e, em particular, na área dedicada aos arquivos pessoais, não há um descompasso entre essas propostas já operantes tanto na História quanto na Museologia, sobretudo se dermos especial atenção ao contexto social atual. No caso dos arquivos pessoais, embora ser notável no Brasil a grande quantidade de instituições que se abrem para receber, organizar e disponibilizar para pesquisa inúmeros arquivos de pessoas, ainda é pequeno o número de ações que se voltam para a coleta de arquivos daqueles que chamaremos provisoriamente de homem e mulher comum. As instituições oficiais de guarda especializam-se em arquivos de políticos, agentes da saúde, artistas, cientistas e intelectuais notórios. Notório é exatamente a palavra utilizada para basilar a política para a recepção de acervos do IEB-USP, local que figurará como o espaço foco da presente proposta de análise. Esta será um convite ao questionamento dos protocolos de classificação arquivística tais como aplicados a arquivos pessoais, em especial nas décadas de 1980, bem como uma reflexão sobre a necessidade de uma constante revisão dos instrumentos de pesquisa, buscando atualizá-los às mudanças e necessidades sociais. Adotamos como estudo de caso a série correspondência de Mário de Andrade, pois, desde que foi aberta à consulta pública, em 1997, essa série transformou-se no conjunto documental mais acessado entre os mais de 500 mil itens documentais sob a guarda do Arquivo IEB-USP. Partindo da classificação original elaborada à época, que dividiu as cartas em Correspondência Ativa e Correspondência Passiva, propomos uma reclassificação documental do conjunto, buscando dar voz individualizada a todos os correspondentes de Mário de Andrade. Além de uma revisão de práticas de classificação, o presente trabalho também é um convite à reflexão endereçado aos profissionais que atuam cotidianamente no trabalho de processamento de acervos documentais, em especial no âmbito de instituições oficiais de guarda de arquivos pessoais. Equipes técnicas que, muitas vezes, são apartadas dos âmbitos de decisão de incorporação de acervos devem reconhecer o poder das suas práticas de classificação e descrição para a consolidação dos instrumentos de pesquisa. A partir de bibliografia atualizada, dialogamos com questões práticas vivenciadas pelas autoras enquanto componentes da equipe técnica do Arquivo IEB-USP, com foco na estreita relação entre memória e poder.

Título

"Shooting the Past": a indexação de fotografias no Arquivo de Joaquim Paço d'Arcos.

Autores

Helder António da Rocha de Albuquerque Machado, Paulo Jorge Amaral Soares

Palavras-Chave

Arquivos pessoais; Fotografia; Contexto arquivístico; Tipologia documental; Indexação.

Resumo

Esta comunicação, partindo do título do filme "Shooting the Past" (1999), do realizador Stephen Poliakoff, e, em especial, do registo fotográfico de Lilly Kurtzman, pretende desenvolver a temática da indexação de fotografias tendo em conta o contexto e a organicidade destas dentro de um arquivo pessoal. O Arquivo do escritor Joaquim Belford Corrêa da Silva (Lisboa, 14 de junho de 1908 — Lisboa, 10 de junho de 1979), mais conhecido pelo nome de Joaquim Paço d'Arcos, irá constituir-se como um estudo de caso para a elaboração deste texto. Os factos reportados, dia após dia, nos documentos fotográficos do seu Arquivo constituem indubitavelmente uma memória material das suas vivências. Materializadas muitas vezes em álbuns, as fotografias

representam vários factos da vida do produtor do arquivo e originam a criação de memórias individuais e familiares, plenas de narratividade. Neste contexto, os álbuns de fotografias afiguram-se como memórias selecionadas, autobiográficas, ligadas às ações, sentimentos e emoções do ser humano. Não sendo ainda uma prática de implementação consensual, a indexação nos arquivos vai ganhando terreno e a percepção da sua necessidade é, hoje em dia, uma certeza para todos os arquivistas. A atividade de indexar deriva, sempre, da necessidade de (1) encontrar, (2) identificar, (3) selecionar e (4) justificar. Se a indexação é um imperativo para a localização e para a recuperação dos documentos, é perentório, desde logo, estabelecer a forma de como vai ser processada essa recuperação, isto é, qual vai ser o alcance e a exaustividade dessa indexação e, por consequência, do controlo dos termos utilizados. O alcance é estabelecido pela decisão de definir o que se vai indexar. Assim que este esteja definido, sempre ligado ao contexto da(s) fotografia(s), importa estabelecer o seu nível de exaustividade. A escolha e a definição do nível e da profundidade da indexação das imagens, não será uma escolha fácil e livre de implicações ao nível dos recursos humanos e financeiros das instituições, nem tão pouco está livre e isenta daquilo que são os objetivos e as características dos seus utilizadores. Esta questão, aparentemente descabida neste contexto, põe em evidência uma certa confusão naquilo que são procedimentos recorrentes em várias instituições no processo de descrição das imagens. A NP3715:1989 define a indexação como a ação que consiste em descrever ou caracterizar um documento relativamente ao seu conteúdo, representando esse conteúdo numa linguagem documental. Se esta ação está de alguma forma facilitada na análise de documentos escritos ou impressos, uma vez que, em regra geral, esses documentos têm, de forma explícita, o assunto tratado, já no caso das imagens essa análise tende a ser, em teoria, mais difícil, quer pela subjetividade inerente à forma, quer pela multiplicidade de possíveis análises e perspetivas que podem suscitar. Sendo a indexação das fotografias e, por consequência, a sua recuperação uma das mais árduas tarefas no que diz respeito à descrição de documentos de arquivo, devemos combater a subjetividade latente em objetividade imanente.

Título

Arquivos pessoais e a formação do pensamento: uma análise a partir do Fundo Waldisa Rússia

Autores

Karoliny Aparecida de Lima Borges

Palavras-Chave

Arquivo Pessoal, Waldisa Rússia, Arquivologia, Pensamento

Resumo

Essa comunicação parte da pesquisa de mestrado, ainda em andamento, intitulada "Preservação Patrimonial na teoria e na prática: uma análise a partir do Fundo Waldisa Rússia", que tem como objetivo discutir o conceito de preservação patrimonial a partir do Arquivo Pessoal de uma das mais importantes intelectuais da museologia brasileira: Waldisa Rússia Camargo Guarnieri (1935-1990). Conhecida no campo museológico por sua formulação do conceito de "fato museal" - que lida com a relação entre homem e objeto -, Waldisa Rússia iniciou sua atuação no campo das políticas culturais na década de 1960 e se inseriu no campo da museologia na década de 1970, permanecendo nele até seu falecimento em 1990. Rússia é uma figura-chave para se compreender as articulações do campo tanto em sua face prática, quanto teórica, já que contribuiu com o campo em diferentes tipos de atuação, tendo sido professora, museóloga e servidora pública. Por causa dessa ampla participação em diferentes frentes, o arquivo deixado por Rússia apresenta em sua documentação um valioso material que vem sendo processado por uma equipe multidisciplinar, da qual faço parte, formada a partir do Projeto Jovem Pesquisador FAPESP

"O legado teórico de Waldisa Rússia para a Museologia Internacional", coordenado pela professora Viviane Panelli Sarraf e iniciado em 2017, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, onde o fundo se encontra. A intenção aqui é discutir o arquivo pessoal como uma possível forma de se entender a constituição de um pensamento, tendo como base a compreensão de que um arquivo pessoal é composto a partir de documentos que refletem a atuação de um indivíduo. A pesquisa também pretende mostrar as potencialidades da metodologia arquivística para a análise da formação de um pensamento, ao se utilizar de princípios arquivísticos como imparcialidade, autenticidade, naturalidade e organicidade; que norteiam a compreensão acúmulo de documentos, possibilitando estabelecer a ligação entre o documento e a atividade que o produziu. Entende-se, portanto, que os documentos são autênticos, imparciais em relação à pesquisa - ao mesmo tempo em que podem apresentar as marcas de parcialidade de seu produtor-, foram acumulados de maneira natural por Waldisa Rússia em suas atividades profissionais, e, o que é muito importante, apresentam relações entre si, sendo importantes para além de seus conteúdos diretos. Nesse contexto a pesquisa explora a formulação de instrumentos de pesquisa, como o inventário e o catálogo do fundo, e de esquemas como o quadro de arranjo, como formas facilitadoras de acesso não somente ao conteúdo do documento, mas também ao seu contexto de produção. O objetivo da pesquisa, portanto, é fazer um caminho inverso ao que foi percorrido pela museóloga: os documentos produzidos por ela em sua atuação profissional, em atividades que serviram para discutir ou assegurar a ação da preservação do patrimônio, servirão para entender o conceito que baseou a atuação, tendo na presente comunicação as principais análises feitas até o momento em relação papel do arquivo pessoal e da arquivologia na compreensão da formulação desse conceito.

Título

O arquivo pessoal enquanto obra: um estudo sobre o Acervo Koellreutter

Autores

Lourdes Regina Porto

Palavras-Chave

Hans-Joachim Koellreutter, Arquivo pessoal, Ciência da Informação, Organização do conhecimento.

Resumo

A crescente valorização dos arquivos privados no cenário crítico e filosófico pós-moderno deve-se em grande medida ao seu conteúdo informativo único e à sua particularidade patrimonial, cultural e memorial, atributos que os distinguem dos documentos públicos ou institucionais permanentes, preservados por seu valor evidencial ou de histórico de governança. Contudo, embora cresçam em importância e interesse, acervos pessoais ainda situam-se em uma zona teórica cinzenta e de indefinição epistemológica, cabendo ao exercício da pesquisa e da profissão a construção empírica de bases metodológicas com empréstimos de conceitos da arquivologia tradicional consolidada no impessoal território administrativo, cujos princípios positivistas modernos nem sempre se aplicam à substância insular de um arquivo pessoal. É nesse campo problemático e de literatura teórica ainda escassa que apresenta-se, aqui, o projeto de organização, tratamento documentário e abordagem crítica do Acervo Koellreutter, como é designado o conjunto de manuscritos e registros primários legados pelo maestro e professor teuto-brasileiro Hans-Joachim Koellreutter (1915-2005). Situado entre a pesquisa pura e a aplicada, este estudo toma os documentos individuais por objeto e a reconstrução ou construção artificial do fundo por objetivo, mediante projeto de sua estruturação lógica e sistemática a partir de um ideal de ordem original, a saber, aquela que melhor confira definição às camadas de significação e de

sentidos tácitos acumulados e sedimentados no acervo. A partir de um inventário sumário preliminar, com a identificação de 1.308 itens, entre documentos individuais, dossiês e conjuntos unos ou indivisíveis, procede-se um inventário analítico, seguido de um plano de classificação ou arranjo e uma estruturação seriada dos escritos, os quais somam 961 itens. Destes, o trabalho privilegia 102 textos como corpus de pesquisa, em razão da estrutura tipológica encerrada nos documentos, como aulas, cursos, roteiros, palestras e cartas, e de seu conteúdo formal acabado. Somam-se, a título ilustrativo, vestígios documentais expressivos, como anotações, rabiscos e bilhetes, anexados por seu atributo de paradigmas indiciários. A abordagem metodológica parte de fundamentos da Arquivologia em interface com conceitos no âmbito da Organização do Conhecimento e na perspectiva da Ciência da Informação, com a contribuição de bases linguísticas e semióticas próprias da descrição e análise documentária da Biblioteconomia. Com tais recursos, busca-se fixar uma organização pertinente ao corpus extrínseco do acervo, bem como às relações intrínsecas entre seus conteúdos individuais e seriais, de forma a contemplar o conjunto documental à luz tanto de seu contexto histórico e biográfico, quanto de seu universo de artista e intelectual e de seu lugar de fala autoral e polêmico. A contextualidade é logo problematizada pela singularidade discursiva identificada na coleção documental, a qual se caracteriza pelo uso idiossincrático da terminologia musical em híbridos campos multidisciplinares, no que ilustra não só os desafios do controle do vocabulário e da indexação no processo de construção de sínteses conceituais e linguísticas na forma de descritores precisos, como os limites dos instrumentos de representação terminológica para enunciados que extrapolam a norma vigente. Infere-se que o material requer modelagem documentária ad hoc que possibilite evidenciar pontos de contato informacional dentro de uma rede conceitual e pós-custodial e que estruture, em um campo semântico uniforme, todas as camadas de conhecimento do autor consignadas na obra uma que seu acervo constitui.

Título

A constituição do Acervo Vladimir Herzog: uma reparação histórica

Autores

Luis Ludmer

Palavras-Chave

Arquivos Pessoais; Acervo On-line; Memórias da Ditadura; Direitos Autorais e Patrimoniais; Vladimir Herzog

Resumo

A organização e lançamento do Acervo Vladimir Herzog, em ambiente web, em junho de 2020 se deu pela conjunção de três fatores determinantes sem os quais sua constituição não seria possível: (i) o esforço da família de preservar em bom estado por mais de quatro décadas uma relevante quantidade de documentos pessoais de Herzog; (ii) a fundação do Instituto Vladimir Herzog (IVH), em 2009, cuja missão é preservar a memória e disseminar os valores apregoados em vida por Vlado (seu nome de nascimento); e, (iii) desde 2018, o necessário apoio financeiro obtido através do Itaú Cultural, que permitiu a contratação de uma equipe de pesquisadores. Tal equipe saiu a campo e mapeou toda sorte de documentos e registros biográficos em mais de vinte instituições públicas e privadas. Tais referências bibliográficas levantadas, bem como os documentos coletados digitalizados e licenciados compõem o Acervo Vladimir Herzog disponível para pesquisa em ambiente virtual. O acervo visitável na web contém 1710 itens. Assim, o site é o repositório da totalidade dos documentos encontrados pela pesquisa de campo, os quais foram digitalizados, classificados e apresentados de forma didática, agrupados por tipologias documentais e por

atividades exercidas por Herzog, a partir de metodologia semelhante ao inventário cronológico proposto pela professora Ana Maria de Almeida Camargo. Assim, além da metodologia de organização funcional de acervos pessoais, optou-se em área específica do site, apresentar os documentos por meio de organização serial e tipológica, com séries como fotografia, correspondência, dentre outras.. A opção por este "hibridismo arquivístico" serve às desafiadoras demandas do Acervo em questão, que busca atender públicos muito diferentes, desde leigos até pesquisadores familiarizados com arquivos. Ao mesmo tempo almejou-se a simplicidade na navegação e o rigor descritivo do maior número de metadados de cada item apresentado, proporcionando o maior número de informações possíveis e confiáveis ao visitante que lhe busca. Uma peculiaridade deste arquivo pessoal, que por bem denominamos de "Acervo on-line", dada a variedade, origem e tipos de documentos, é constituir-se do acúmulo e "empréstimo" de diversos outros arquivos pessoais por meio de licenciamento de direitos autorais e patrimoniais (de Alex Viany, Jean- Claude Bernardet, Perseu Abramo e Thomaz Farkas, entre outros); outra é a grande distância temporal entre a morte de seu titular e sua organização. Quarenta e cinco anos nos separam do assassinato de Vladimir Herzog (1937-1975) durante a ditadura militar; tempo suficiente para que muitos hoje se lembrem de Vlado mais pela relevância do Caso Herzog, ainda inconcluso, e por seus desdobramentos jurídicos e políticos do que por sua eminente atuação como jornalista e cineasta nas décadas de 1960 e 1970. Como ato de reparação, ao jogar luz em sua biografia e produção intelectual o Instituto Vladimir Herzog se propõe a preencher essa lacuna histórica. E, porque entendemos que manter e preservar arquivos pessoais refere-se a questões que perpassam a memória coletiva, suscitamos o debate acerca da possibilidade de constituição de arquivos pessoais em ambiente virtual (cibernético) de outros intelectuais que também tiveram suas vidas ceifadas pelo regime militar brasileiro (1964-1985) e que poderiam se beneficiar da mesma metodologia de pesquisa, organização e difusão por nós aplicadas na constituição do Acervo Vladimir Herzog.

Título

TRADIÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES: REFLEXÕES A PARTIR DA ARQUIVÍSTICA, DA DIPLOMÁTICA E DA CRÍTICA FILOLÓGICA

Autores

Mabel Meira Mota, Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Palavras-Chave

Arquivística, Diplomática, Crítica filológica, Tradição documental, Arquivos pessoais.

Resumo

Apresentam-se os resultados parciais da pesquisa de mestrado desenvolvida na Linha 1 – Políticas e Tecnologias da Informação, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, acerca da interdisciplinaridade entre a Arquivística, a Diplomática e a Crítica Filológica. Intenta ainda refletir sobre as especificidades da produção e dos usos dos documentos no acervo pessoal do escritor baiano Ildásio Tavares, para propor uma organização para este que reflita e dê visibilidade ao contexto de proveniência dos documentos. O presente trabalho aborda questões que envolvem a tradição documental no que tange à atividade literária, quando as formas documentais ainda são gestadas nos bastidores da criação e quando seus contornos de “obra” pronta e acabada não estão definidos. Nesses casos, a compreensão da tradição documental torna-se complexa e impacta diretamente na representação da informação em arquivos, pois os três momentos da tradição documental identificáveis para os documentos administrativos – o anterior ao original, o original e o pós-original – não encontram seu paralelo, sendo, geralmente, indiscerníveis, conforme as seguintes situações se apresentem: i) há apenas versões manuscritas de poemas não publicados (inéditos);

ii) os documentos representam estágios anteriores de obras de poesia cuja versão final foi publicada; iii) há estágios anteriores de apenas alguns poemas e não do todo representativo da obra publicada; iv) existem versões manuscritas de um mesmo poema que foi publicado em obra e em coletânea de poemas (individual ou coletiva); e v) a própria versão publicada é retomada e passa a ser o estágio anterior de algo que poderia se destinar a uma nova publicação. Diante disso, aponta, a partir do diálogo disciplinar proposto, ao modo como os documentos advindos da atividade literária desempenhada pelo titular foram produzidos e transmitidos vinculados aos atos de vontade de Ildásio Tavares, em como este interpreta e (re)interpreta suas próprias produções literárias. Para tanto, apresentamos uma breve revisão de literatura sobre a relação entre Arquivística, Diplomática e as Crítica Filológicas (Sociológica e Genética) e conceituação e delineamento metodológico da Identificação Arquivística. Por fim, apresentamos o titular e os contextos arquivístico e sócio-histórico nos quais os documentos do seu arquivo se inserem; bem como o resultado do estudo da tradição documental referente à produção literária, circunscrita à poesia. Destacamos a importância do diálogo disciplinar estabelecido para compreensão da tradição documental em arquivos pessoais de escritores e seus impactos na representação da informação, como processo essencial na prática arquivística voltada para possibilitar o acesso aos documentos e à memória neles registrada.

Título

ARQUIVOS PESSOAIS SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO: UM ESTUDO DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH

Autores

Maítha Elena Tosta Graziano

Palavras-Chave

Arquivos Pessoais 1; Estudos de Gênero 2; Arquivo Edgard Leuenroth 3; Memória Coletiva

Resumo

A partir do marco teórico pós-moderno, o Arquivo passa a ser entendido como um espaço em que se manifestam as relações sociais e de poder, ou seja, há no Arquivo, especificadamente, no ato de arquivar, intencionalidade daqueles envolvidos com os documentos desde a produção até a preservação ou eliminação. Tal intencionalidade pode ser observada ao analisarmos os acervos das instituições de custódia e preservação de arquivos pessoais no Brasil, onde evidencia-se a reduzida presença de conjuntos documentais de mulheres. Neste momento considera-se que tal intencionalidade corrobora por fomentar a desigualdade de gênero nos Arquivos, bem como uma não neutralidade nos processos de institucionalização de arquivos pessoais, no que diz respeito ao gênero do produtor. A partir disso, é possível visualizar que há uma sedimentação seletiva no processo de institucionalização de arquivos pessoais decorrente da desigualdade de gênero forjada e expressa nas relações sociais e de poder, isto é, uma desigualdade construída e revelada por meio dos vínculos familiares, parentais, sociais, políticos, acadêmicos e profissionais. O objetivo desta pesquisa é analisar e discutir a preservação dos arquivos pessoais sob a perspectiva dos estudos de gênero, no que diz respeito aos processos de institucionalização desses conjuntos documentais por instituições de custódia e preservação no Brasil, levando-se em consideração a sedimentação seletiva nos Arquivos decorrente da desigualdade de gênero. O problema desta pesquisa caracteriza-se por analisar e compreender quais são os fatores, como e por que eles influenciam no processo de institucionalização de arquivos pessoais por instituições de custódia e preservação no Brasil sob a perspectiva dos estudos de gênero. Esta pesquisa justifica-se como tentativa de contribuir, positivamente, para a não perpetuação da sedimentação seletiva nos Arquivos decorrente da desigualdade de gênero, uma vez que compreende-se os Arquivos como

espaços de manifestação das relações sociais e de poder, bem como meios de valorização e construção da memória individual e coletiva, e os conjuntos documentais de mulheres configuram-se como uma fonte ímpar para construção, desenvolvimento, manutenção e conhecimento de forma plural e diversa da historiografia da sociedade na qual estão inseridos. Além disso, o estudo, a análise e a discussão, a respeito dos processos de institucionalização de arquivos pessoais sob a perspectiva dos estudos de gênero, são pertinentes e necessários para o desenvolvimento científico da Arquivologia e Ciência da Informação. Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso, de natureza descritiva-exploratória, de caráter quanti-qualitativo cujo universo de pesquisa é o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp), pois, considera-se ser esta uma instituição detentora de conjuntos documentais expressivos e de relevância no cenário arquivístico brasileiro atual, e em áreas como a Política, História, Artes, Ciência e Cultura, que contribuem na construção da memória coletiva, bem como nas pesquisas para a composição da historiografia, devido à abrangência temática plural e diversa. Faz-se necessário informar que este resumo reflete uma pesquisa em fase inicial de desenvolvimento vinculada ao curso nível doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UNESP/Marília. Como resultado espera-se explicar, a partir da combinação entre a análise descritiva quanti-qualitativa dos dados coletados na instituição com as proposições teóricas, como a desigualdade de gênero é refletida nos processos de institucionalização de arquivos pessoais, levando-se em consideração, especificadamente, o caso do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp). Isso porque entende-se que se há nos Arquivos uma sedimentação seletiva nos processos de institucionalização de arquivos pessoais, então, há possibilidade de que essa sedimentação seja influenciada pela desigualdade de gênero construída e expressa nas relações sociais e de poder.

Título

Identificação arquivística aplicada ao estudo da tipologia documental do arquivo do Professor Francisco José de Abreu Matos (1924-2008) do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará

Autores

Marcela Gonçalves Teixeira, Ana Célia Rodrigues

Palavras-Chave

Identificação arquivística, tipologia documental, arquivos de laboratório, arquivos científicos.

Resumo

Esta comunicação discute a importância do estudo da identificação arquivística para a análise do acervo arquivístico do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará, especificamente do arquivo do professor e pesquisador Francisco José de Abreu Matos, idealizador do Programa "Farmácias Vivas". O presente estudo tem por objetivo analisar a gênese dos documentos que compõem o arquivo do pesquisador, revelando os atributos que conferem identidade aos documentos e o seu vínculo arquivístico, que está diretamente relacionado aos procedimentos que lhe deram origem, sua natureza e funções e que caracterizam a proposta desta investigação que aplica a metodologia da identificação arquivística para estudar um conjunto documental tão específico como o do "arquivo científico". Nesta perspectiva, contextualiza os limites tênues entre o arquivo público e o arquivo privado, desafio que se intensifica diante das especificidades desses documentos dos arquivos científicos para definir o produtor do fundo. Os documentos que fazem parte desse acervo são resultantes do trabalho cotidiano do professor e pesquisador Matos e se entrelaçam entre os documentos de cunho pessoal (privado) e institucional (público), corroborando para que o pessoal possa vir a integrar o institucional de acordo com a

importância e vínculo do titular com a instituição depositária. O arquivo é composto por documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, e outros documentos resultantes de homenagens e honorarias. O pesquisador foi precursor de programas de fitoterapia no Brasil, idealizador na Universidade Federal do Ceará (UFC) do programa "Farmácias Vivas", voltado à assistência social farmacêutica a partir do emprego científico de plantas medicinais acessíveis, sobretudo à população carente, tornando-se por sua vez referência para o nordeste brasileiro com repercussão nos estudos da Farmacologia e reconhecimento da ciência no âmbito nacional e internacional. Apesar de sua grande visibilidade seja como docente, pesquisador e/ou gestor, identificar e tratar este conjunto de documentos que comprova cientificamente o saber popular em ações fitoterápicas da farmacopeia brasileira é assumir a tarefa de tornar os conhecimentos empíricos por ele registrados nos documentos que compõem o arquivo, em conteúdos que promovam a popularização da ciência. Neste âmbito, o arquivista deve compreender a produção documental realizada pelos cientistas em suas mais diversas áreas de pesquisa ao mesmo tempo em que o cientista deve ter ciência sobre a importância do trabalho do arquivista e de sua metodologia no que tange aos procedimentos de identificação, classificação e descrição desses documentos para melhor salvaguardá-los e torná-los acessíveis. É preciso questionar a relação que os cientistas mantêm com os documentos produzidos nos laboratórios, o que justifica a escolha da metodologia de identificação arquivística, que tem por objeto de estudos o órgão produtor associado ao estudo da tipologia documental, o que tem motivado os profissionais da área a repensarem os procedimentos para o tratamento de documentos acumulados nos arquivos buscando a melhor forma de estudar e compreender as relações que os documentos mantêm com a sua origem. A compreensão do trabalho do cientista e do trabalho do arquivista são desafios a serem transpostos, por um lado, o arquivista deve estar preparado a trabalhar com a documentação resultante das práticas científicas independentemente da área do produtor, contribuindo para um melhor tratamento do arquivo, difusão e construção da memória da ciência. Ao mesmo tempo, o cientista deve melhor compreender o trabalho do arquivista atuando junto ao mesmo desde o momento da criação da documentação de modo que o arquivista possa promover procedimentos de gestão, preservação e acesso ao seu conteúdo que muitas vezes estão dispersos no laboratório.

Título

CONTRIBUIÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS PARA O ESTUDO HISTORIOGRÁFICO E SOCIOHISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: O CASO DO IHGSE

Autores

Marcos Breno Andrade leal, Renata Ferreira Costa

Palavras-Chave

Arquivos pessoais. Catálogo seletivo. Historiografia Linguística. Fontes metalinguísticas. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Resumo

A busca por informações em arquivos exige um trabalho de pesquisa árduo, a depender do nível de sistematização da informação que a unidade informacional fornece ao seu usuário, além da presença de instrumentos de pesquisa que auxiliem no processo de busca da informação. Diante desse cenário, esta comunicação tem como finalidade apresentar alguns resultados parciais da pesquisa empreendida no mestrado profissional em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, cujo objetivo principal é elaborar e disponibilizar um catálogo de fontes metalinguísticas presentes nos fundos pessoais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de modo a contribuir para o conhecimento dos estudos sobre a língua portuguesa do Brasil e das ideias linguísticas que circularam especialmente na primeira metade do século XX. A

necessidade desse tipo de instrumento de pesquisa decorre da importância de um catálogo seletivo que auxilie os pesquisadores ou estudiosos da língua a nível regional, nacional e internacional, segundo as normas de descrição arquivística, no intuito de suprir a carência de corpora para o estudo historiográfico e sociohistórico da língua nacional. Através de uma pesquisa exploratório-descritiva, documental e qualitativa, foram levantados, através das descrições sumárias dos catálogos dos arquivos do Instituto, os fundos pessoais que contêm fontes de informação metalinguística, totalizando 113 documentos do total de 117.143 documentos relativos à produção intelectual das personalidades sergipanas João Dantas Martins dos Reis (1830-1890), Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924), Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939), Ivo do Prado Montes Pires França (1860-1924), General José Joaquim Pereira Lobo (1864-1933), Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976), Urbano de Oliveira Lima Neto (1905-1990), Fernando Figueiredo Porto (1911-2005), Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999), Lauro de Britto Porto (1911-2010), Maria Thetis Nunes (1923-2009), José Calasans Brandão da Silva (1915-2001) e Djaldino Mota Moreno (1948-). Atuantes nos campos da economia, política, Direito e educação, literatura, cultura, medicina e religião, a documentação desses intelectuais abrange artigos, documentos pessoais, discursos e palestras, recortes de jornais e revistas, correspondências expedidas e recebidas, impressos, atas, anotações pessoais, cadernetas, livros e decisões judiciais, sendo possível identificar os mais diversos assuntos, inclusive estudos e comentários de cunho linguísticos nos níveis ortográfico, fonético, prosódico, morfológico, sintático, lexicológico, lexicográfico, etimológico, terminológico, semântico, discursivo e estilístico. Nesta comunicação, pretende-se demonstrar como está sendo elaborado o catálogo seletivo, que se baseia em normas de padronização descritiva, como a General International Standard Archival Description e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, com apoio de modelo de instrumento de pesquisa produzido pelo Arquivo Público do Paraná. Ademais, será discutido o potencial dos fundos pessoais analisados para pesquisas em Linguística, Filologia e Historiografia Linguística. Espera-se que a construção do modelo de instrumento de pesquisa proposto promova o acesso à informação, especialmente de cunho linguístico, através de um tratamento informacional adequado, servindo de exemplo a ser seguido em outras unidades de informação, além de possibilitar a execução de pesquisas rigorosas em um conjunto patrimonial histórico e cultural brasileiro.

Título

Um arquivo corrompido: intervenções do Exército no arquivo pessoal de Nicolau Alekhine sob guarda do IPHAN-SP

Autores

Rafael de Araujo Oliveira

Palavras-Chave

biografia de arquivo; Nicolau Alekhine; genealogia de terras; inquérito policial militar; iphan-sp.

Resumo

Nicolau Alekhine, engenheiro militar e topógrafo russo, veio para o Brasil em 1921 na condição de refugiado da Revolução Russa. No Brasil, especializou-se em estudos dominiais sobre a organização fundiária do estado de São Paulo e principalmente, da capital paulista. Foi desenhista da Prefeitura de São Paulo e atuou na Procuradoria da Fazenda Nacional no estado. Em maio de 1964 foi preso e teve seu arquivo particular confiscado pelo Exército Brasileiro sob alegação de se envolver com grilagem de terras do Hospital Militar de São Paulo (bairro do Cambuci), favorecendo dois oficiais militares lotados naquela instituição. A partir dessa investigação, foi aberto um novo Inquérito Policial Militar para apurar crime contra a segurança nacional evidenciado na análise da documentação. Seu arquivo particular

foi desmembrado pelos militares e grande parte foi doada para a Superintendência do Iphan em São Paulo. Em nossa pesquisa de mestrado, trabalhamos com o Fundo Nicolau Alekhine do Arquivo Iphan-SP, sob guarda da instituição há pelo menos 50 anos. Interessá-nos, para além do conteúdo escrito em papel por um determinado sujeito, o "não dito", as relações de poder que formaram este acervo, as classificações que foram dadas à documentação, os discursos acionados pelos diferentes sujeitos e instituições que se apropriaram do arquivo - inclusive o próprio IPHAN - e as determinações que fizeram com que o arquivo chegasse espacialmente onde ele está. A pesquisa visa "desnaturalizá-lo" por meio da análise sociológica e histórica da documentação. Desse modo, a "lente" etnográfica auxilia a pesquisa histórica ampliando a análise para além do conteúdo do acervo. Entendemos os arquivos como produtos de intencionalidades dos diferentes agentes que dele se apropriam e agenciam diariamente: titulares, família, arquivistas, pesquisadores. São processos seletivos tanto da sinapse de criação que transforma o que é pensado em escrito, quanto dos registros que informam sobre nossa existência. Do imbróglio de apropriações pelos quais passaram o arquivo particular de Alekhine, levantamos algumas questões que são trabalhadas na pesquisa: Quais as motivações que levaram Alekhine a guardar seus documentos? Qual a intenção ao elaborar seus mapas e estudos? Em que contexto se constituiu o arquivo? Quais os múltiplos sentidos foram atribuídos ao mesmo arquivo em diferentes períodos e por distintos sujeitos? Que atores participaram na acumulação, guarda e destinação deste arquivo? Que intenções e sentidos podemos atribuir a esta tarefa minuciosa de produção de mapas, desenhos e estudos dominiais sobre a ocupação territorial de São Paulo? O foco principal da pesquisa é a produção de uma "biografia do arquivo", entendendo-o como um objeto passível de representações e diferentes apropriações ao longo do tempo.

Título

O POTENCIAL AUTOBIOGRÁFICO DO ARQUIVO PESSOAL DE MANUEL DOS PASSOS OLIVEIRA TELLES

Autores

Renata Ferreira Costa

Palavras-Chave

Arquivo Pessoal, Textos Autobiográficos, Oliveira Telles, IHGSE .

Resumo

Por sua própria natureza, documentos da esfera autobiográfica formam um acervo pessoal, um lugar de memória que fornece informações da personalidade de seu titular, mas também da época e da sociedade em que viveu, obviamente, de acordo com sua perspectiva, numa intenção de construir uma imagem de si. Assim é que os acervos pessoais, que por si só já constituem uma produção do eu, precisam ser lidos e interpretados. Arquivos pessoais possuem, então, uma dimensão autobiográfica por albergarem textos que apresentam narrativas centradas no "eu", frequentemente em primeira pessoa, sobre a vida de seu autor. O escritor brasileiro Manuel dos Passos de Oliveira Telles, nascido em 29 de agosto de 1859, na Vila de Nossa Senhora do Socorro do Tomar da Cotinguiba, atual Município de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe (região Nordeste do Brasil), foi um homem de cultura elevada e produção intelectual significativa. O legado de um dos maiores estudiosos de Sergipe compõe-se, ademais de diversos textos publicados em jornais e revistas e alguns livros, de trabalhos inéditos, que integram o fundo Oliveira Telles sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). São seis caixas devidamente acondicionadas que arquivam documentos datados de 1885 a 1930, dentre os quais chama a atenção um corpus documental de cunho autobiográfico composto de cartas, papéis avulsos, cadernos, blocos e

cadernetas de anotações e dois livros manuscritos. São fragmentos de memória e revelações de como o autor se via e se sentia, que representam discursos fundamentais para a determinação de sua identidade. Quem, atualmente, pesquisa a obra de Manuel dos Passos de Oliveira Telles ainda se depara com lacunas em sua biografia, de modo que está pendente um trabalho de pesquisa e investigação que permita traçar a história da sua vida. Assim, pode-se afirmar que seu arquivo pessoal autobiográfico, ainda inexplorado, merece ser lido, interpretado e editado, considerando o contexto de produção e a organização discursiva de cada documento que o constitui. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo revelar quais documentos do fundo Oliveira Telles constituem-se como textos autobiográficos e em que medida recebem essa classificação, de modo a, em última instância, ser possível constituir um dossiê autobiográfico desse intelectual, que dê conta de, em pesquisas futuras, analisar as características linguísticas e a organização discursiva de cada texto (incluindo a análise pragmática dos atos ilocutórios expressivos) e identificar as características da personalidade de Oliveira Telles, a imagem que constrói de si (ethos discursivo).

Título

Arquivos pessoais no Arquivo Nacional: análise sobre a composição do acervo e a prática da institucionalização

Autores

Renato Crivelli

Palavras-Chave

Arquivos Pessoais, Arquivo Nacional do Brasil, Política de aquisição

Resumo

O presente trabalho é parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e apresenta inquietações que originaram a pesquisa, alguns resultados parciais e perspectivas. Presente na Constituição Brasileira de 1824 e efetivamente instalado em 1838, o Arquivo Nacional foi criado com a finalidade de recolher e custodiar documentos produzidos pela administração pública no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Moderador, além de documentos considerados relevantes para a história nacional. Ao longo de sua trajetória, que acompanha as dinâmicas político-administrativas do país, o Arquivo Nacional passou a ser reconhecido como uma das principais fontes de informação histórica sobre o Brasil. Embora direcionado ao recolhimento dos documentos da administração pública, a responsabilidade para com a preservação de elementos históricos levou o Arquivo Nacional a custodiar também documentos produzidos fora dessa administração, constituindo o atual acervo de arquivos privados da instituição. Dos aproximadamente 350 fundos privados atualmente custodiados pelo Arquivo Nacional e disponíveis na base de dados da instituição, 271 são arquivos pessoais ou familiares. A primeira doação de arquivo pessoal ao Arquivo Nacional data de 1850 e a custódia de arquivos pessoais e familiares é oficializada apenas pelo regimento de 1893. No entanto, é em 2018 que o Arquivo Nacional publica sua política de aquisição de arquivos particulares, responsável por estabelecer critérios, organizar e promover transparência no processo de aquisição de arquivos privados pela instituição. Em 168 anos, desde o primeiro arquivo pessoal doado até a publicação da política de aquisição de arquivos privados, o Arquivo Nacional praticou a institucionalização de arquivos pessoais de modo desregrado, seguindo as dinâmicas da demanda de doações, das administrações e dos períodos políticos no país, sem uma linha ou política de aquisição que direcionasse a seleção. Assim, o objetivo da presente pesquisa encontra-se em identificar, a partir do histórico de aquisições de fundos pessoais, qual(is) é(são) o(s) perfil(s) do acervo de

arquivos pessoais construído pelo Arquivo Nacional entre 1838 e 2018, período em que atuou sem política específica para esses conjuntos. Tal objetivo pretende responder ao seguinte problema: no processo histórico de institucionalização de arquivos pessoais, que tipos de memórias foram selecionadas e legitimadas pelo Arquivo Nacional para integrarem o patrimônio documental nacional? Para tanto, lançamos mão de uma pesquisa, de caráter quali-quantitativo, a partir de dados extraídos da base de dados Sistema de Informações do Arquivo Nacional. A pesquisa, realizada com 222 arquivos pessoais ou familiares, compilou e tabulou os seguintes dados: nome, gênero e período de vida do titular, data e forma de entrada da documentação no Arquivo Nacional, datas-limites do arquivo e se é considerado pela instituição como fundo ou coleção. A tabulação e o cruzamento desses dados, com representações gráficas, apresentam, como resultados parciais, alguns perfis iniciais, como a prevalência de arquivos de homens vividos entre os séculos XIX e XX, que representam em seus documentos acontecimentos ocorridos entre os séculos XIX e XX e doados ao Arquivo Nacional de forma distribuída ao longo do período, com maior incidência a partir dos anos 1970. A perspectiva para a pesquisa é a de incluir novos dados, sobretudo de traços biográficos dos titulares e de composição dos arquivos, a fim de estabelecer contornos mais nítidos, capazes de indicar de forma objetiva quais são as memórias mais e menos presentes/representadas no acervo do Arquivo Nacional e sob o ponto de vista de que tipos de sujeitos sociais.

7. Formação profissional

Modalidades de formação. Currículos e programas de ensino.

A interdisciplinaridade e suas limitações. Manuais didáticos. O papel do estágio.

Coordenação: Renato Venâncio e Camilla Campoi

Título

PESQUISA EM ARQUIVOS PESSOAIS NO BRASIL: FORMAÇÃO ACADÊMICA E VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL DOS PESQUISADORES-DOCENTES

Autores

Adriana Arrojado Correia Pereira

Palavras-Chave

Arquivo pessoal; Pesquisadores; Perfil de formação; Vinculação institucional.

Resumo

No ambiente acadêmico brasileiro, nas últimas décadas, assomam com mais vigor os estudos sobre os conjuntos de documentos produzidos e acumulados por pessoas físicas. Dotados de grande potencial informacional e com características que muitas vezes destoam da realidade a partir da qual a disciplina arquivística se constituiu, estes conjuntos documentais atraem o interesse de pesquisadores não apenas da Arquivologia e da Ciência da Informação, mas também de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense, e visa identificar a formação acadêmica dos pesquisadores-docentes dedicados ao estudo dos arquivos pessoais no país e as instituições a que se vinculam em sua atuação profissional a partir da análise dos

currículos disponíveis na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A delimitação, enquanto universo de análise, dos docentes do nível superior com produção científica sobre o tema justifica-se pelo pressuposto de que, nas instituições de ensino superior, os profissionais que produzem conhecimento desempenham concomitantemente as atividades de pesquisa e docência - dois pilares do tripé sobre o qual se sustenta a universidade brasileira, a saber, ensino, pesquisa e extensão. Entendendo os arquivos pessoais como um tema pelo qual transitam diferentes disciplinas e que, conseqüentemente, é conformado por pesquisadores com distintos perfis de formação e atuação, consideramos que o presente trabalho contribui para trazer à luz uma realidade pouco explorada, ao buscar conhecer um determinado universo de produtores do conhecimento e identificar o perfil de formação destes profissionais. Os dados coletados permitem algumas apreciações preliminares, a exemplo da predominância de graduados nas áreas de História, Arquivologia, Biblioteconomia e Letras, bem como de mestres e doutores em História, Educação e Ciência da Informação. Em todos os níveis da formação acadêmica destaca-se o substancial predomínio das instituições públicas localizadas na região Sudeste. Quanto ao exercício da profissão, dentre as instituições que mais concentram pesquisadores-docentes dedicados aos arquivos pessoais, é possível destacar a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Por fim, apesar da identificação de determinadas áreas predominantes na formação acadêmica, os dados sugerem que a pesquisa em arquivos pessoais no Brasil abrange um perfil diversificado e multidisciplinar de pesquisadores, o que revela as diferentes perspectivas que convergem para o tema, aspecto que reflete nos distintos modelos empregados no tratamento de acervos dessa natureza e, ao mesmo tempo, expressa a potencialidade de tais conjuntos documentais para os diversos campos do saber.

Título

Estágio Não Obrigatório: perfil dos discentes do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas e suas práticas nos estágios

Autores

Alan Kardec de Souza Briglia, Eliane Silveira Gonçalves

Palavras-Chave

Estágio Não Obrigatório; Arquivologia; Questionário; Alunos

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta didática de exploração e análise de informações sobre o estágio não obrigatório, exercidos pelos alunos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas, buscando demonstrar informações referentes às atividades exercidas nos locais onde os mesmos estão alocados e apresentar em um segundo momento, se essas ações podem ser consideradas como uma modalidade de aprendizado e uma forma de qualificação profissional, sempre fazendo uso dos dados obtidos pelo método de pesquisa, para demonstrar através de gráficos quantitativos que nos tragam respostas relevantes e concludentes sobre esse tipo de atividade exercida por parte do corpo discente da instituição. Valendo-se de pesquisa bibliográfica e de entrevista através de questionário, com estagiários do referido curso e se baseando na pesquisa documental no uso da legislação vigente como principais procedimentos metodológicos, buscou-se compreender o perfil do estagiário do curso bem como as suas instituições acolhedoras, além de evidenciar os objetivos primordiais da atividade do estágio da área, através de dados que sustentam a ideia de aliar os conhecimentos teóricos aprendidos pelos alunos na graduação, com a prática da carreira profissional e analisar se tais objetivos

são alcançados em relação às necessidades dos alunos. Os resultados alcançados contemplam duas reflexões iniciais e uma proposta. Primeira reflexão: é responder a seguinte pergunta: O que se entende por estágio, seja ele obrigatório e não obrigatório e quais seriam suas bases legais? Segunda reflexão: compreender o perfil dos alunos que ingressam na busca e na atividade de estágio não obrigatório. Perpassando por essa última reflexão, a intenção é perceber se os alunos conseguem aprender? A proposta parte de questões comuns a todos os envolvidos direta ou indiretamente nesse processo de atuação, tais como, a conciliação entre ensino e trabalho, a eficiência dessa conciliação para a formação do futuro arquivista. Concluiu-se que, o curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas considerado novo na região norte e que por tal característica ainda é de certa forma desconhecido por grande parte da população externa da referida instituição. Embora exista tal fato, uma vez conhecido, o mesmo demonstra-se ser bastante promissor em relação ao mercado de trabalho, tanto no setor público quanto no setor privado. Tendo essa perspectiva, o ensino e a prática são fatores básicos e que devem ser sempre interligados, a fim de se obter o devido conhecimento teórico e prático da área, para uma atuação profissional efetiva. E o estágio, seja ele obrigatório ou não obrigatório é a atividade exata para que as suas características os tornem um profissional capaz de exercer com plenitude suas funções.

Título

Apontamentos sobre contribuições de eventos arquivísticos latino-americanos para as discussões sobre a formação profissional de arquivistas na América Latina, 1952-1972

Autores

Paulo José Viana De Alencar, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Palavras-Chave

Arquivologia na América Latina, Eventos arquivísticos latino-americanos, Formação profissional de arquivistas na América Latina.

Resumo

A formação profissional de arquivistas envolve diretamente as formas pelas quais são formuladas políticas, sistemas de arquivo, metodologias de tratamento e como se viabiliza o acesso aos conjuntos orgânicos. Este processo adquire ainda mais relevo na literatura da área na medida em que muitas vezes é uma das principais variáveis utilizadas para reconhecer tradições teóricas, algo que, durante muito tempo, teve como influência as tradições norte-americana e europeia. Considerando que o desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia na América Latina transcorre, em alguns aspectos, de maneira distinta aos contextos norte-americano e europeu, pode-se afirmar que o mesmo se aplica na trajetória das concepções de formação dos arquivistas latino-americanos. Contemporaneamente, a literatura sobre esta temática mormente discutiu modelos, vertentes teóricas ou configurações pedagógicas presentes em currículos específicos de algumas escolas ou se debruçou sobre o percurso do ensino da Arquivologia em âmbitos nacionais. Todavia, um exame mais abrangente e de caráter retrospectivo se faz necessário, tendo em vista que um estudo de tal natureza possibilita apreender o fluxo de elementos teórico-conceituais em comum na Arquivologia ensinada e, conseqüentemente praticada na América Latina. Para responder a esta lacuna, a pergunta de partida desta pesquisa foi: "quais as contribuições dos eventos arquivísticos latino-americanos para as discussões sobre formação profissional de arquivistas na América Latina?". Diante disso, identificou-se um conjunto significativo de eventos nesses parâmetros ao longo dos séculos XX e XXI, porém, optamos pelo intervalo de 1952-1972, pois se trata de um período transicional na constituição da ciência arquivística, no qual ocorre a incorporação da gestão de documentos no saber e fazer arquivístico

internacional, ainda que não seja percebido imediatamente na conjuntura latino-americana. Por outro lado, percebem-se influências teóricas estrangeiras, principalmente norte-americana e francesa na Arquivologia da América Latina, consubstanciando-se através da visita de especialistas dessas nacionalidades a diversos países da América Latina. Desta forma, nossa análise se debruçou nos seguintes eventos: 1 Congresso Ibero-americano e Filipino de Arquivos, Bibliotecas e Propriedade Intelectual (Madrid, outubro- novembro de 1952); Primeira Reunião Interamericana de Arquivos (Washington, 9-27 de outubro de 1961); Primeiro Congresso Centro-americano de Arquivistas (San Salvador, 1-3 de julho de 1965); Primeira Conferência de Arquivos Caribenhos (Kings-ton, 20-27 de setembro de 1965); Reunião Técnica sobre o Desenvolvimento de Arquivos (Washington, 24-28 de julho de 1972), o Seminário Integrado de Serviços de Informação de Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação (Washington, 6-7 de novembro de 1972) e o I Congresso Brasileiro de Arquivologia (Rio de Janeiro, 15-20 de outubro de 1972) para fins comparativos em âmbito nacional. Apesar de existirem outros eventos arquivísticos latino-americanos no recorte temporal escolhido, nossa escolha se baseou no fato de que estes perfazem uma amostragem significativa tanto em termos de abrangência geográfica da América Latina como de diversidade de contextos de discussão da temática. Sendo assim, inicialmente buscamos conhecer os modelos de formação profissional de arquivistas, posteriormente identificamos a gênese da formação arquivística na América Latina no início do século XX, para então levantarmos as contribuições dos eventos para a discussão teórico-prática em relação à educação dos profissionais dos arquivos. Considerando a natureza qualitativa do objeto estudado, as metodologias empregadas foram a pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem descritiva dos dados encontrados. Os resultados sugeriram uma contínua preocupação com a formação profissional nos arquivos, que condicionada a diferentes contextos políticos característicos do período estudado, influenciou na criação de centros de formação internacionais posteriormente.

Título

INTERDISCIPLINARIDADE NA ARQUIVOLOGIA: RELAÇÕES ENTRE A DIPLOMÁTICA E A CIÊNCIA FORENSE DIGITAL

Autores

Raquel Torráo Valentim, Natália Bolfarini Tognoli

Palavras-Chave

Arquivologia, Diplomática Digital, Ciência Forense Digital, Interdisciplinaridade, Documento arquivístico digital.

Resumo

No decorrer da história da Arquivologia pode-se observar a relação da ciência dos arquivos com outras áreas do conhecimento, a saber a História, a Paleografia, a Administração, a Ciência da Informação, o Direito, a Diplomática e as ciências relacionadas à Tecnologia da Informação. As discussões sobre a interdisciplinaridade na área arquivística apresentam-se ao longo de seu desenvolvimento teórico, mas vem se intensificando à medida que emerge a produção de documentos arquivísticos em ambientes digitais. A complexidade desse novo tipo de documentação torna os processos de produção, gestão e preservação mais desafiadores para o profissional de arquivo fazendo com que seja necessário o inter-relacionamento da área com outras disciplinas, bem como uma reformulação de sua formação profissional. Neste contexto, tem-se em especial a associação com a Diplomática que, quando associada à Arquivologia, recebe o nome de Diplomática Arquivística e que logo se ramifica e dá origem à Diplomática Digital. A primeira diz respeito à abordagem da Diplomática Moderna aplicada ao contexto arquivístico, sobretudo no momento da

Identificação Arquivística, enquanto que a segunda, a Diplomática Digital, preocupa-se com a aplicação das definições e do método diplomático para garantir a autenticidade de documentos arquivísticos digitais autênticos. No entanto, devido aos desafios tecnológicos apresentados por essa nova documentação, faz-se necessária a colaboração de áreas como o Direito e a Tecnologia da Informação, o que nos leva a considerar, em especial, a Ciência Forense Digital, visto que a área acompanha as medidas legais e tecnológicas envolvendo objetos digitais. Deste modo, o presente artigo é produto da pesquisa das autoras sobre as convergências e divergências entre a Diplomática Digital e a Ciência Forense Digital que evidenciou a colaboração entre as disciplinas e a importância do inter-relacionamento entre as áreas para a produção, manutenção e preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos. A pesquisa consistiu em uma análise bibliográfica, sobretudo de artigos encontrados em bases de dados internacionais, dos quais foram extraídos conceitos, definições e comparações sobre as disciplinas. Em seguida, foi aplicada a análise de conteúdo a fim de extrair as definições e os conceitos subjacentes às disciplinas em questão. Os resultados demonstraram que Arquivologia e Diplomática encontram-se cada vez mais entrelaçadas, onde fornecem um auxílio mútuo e compartilham, além do objeto de estudo, terminologias e conceitos. Por fim, reitera-se a importância dos estudos interdisciplinares entre Arquivologia, Diplomática e Ciência Forense Digital para a criação de uma nova disciplina que envolva essas e outras áreas do conhecimento, com uma agenda específica que dê conta deste novo cenário que desafia tanto a formação do profissional arquivista, quanto as bases teórico-metodológicas das disciplinas aqui analisadas.

Título

O cientista de dados arquivístico: o encontro da arquivística com as ciências de dados

Autores

Rogério Ferraz

Palavras-Chave

profissional de arquivos; cientista de dados; suporte informacional; estrutura de dados; regras de negócios.

Resumo

Segundo a lei brasileira nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de Arquivos (públicos e privados), é "dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos", postulados no artigo primeiro. Raciocinando analiticamente, a primeira pergunta que deveríamos suscitar seria o que é o "documento de arquivo". O legislador pontifica tal possível indagação, não deixando margens para interpretação. Transcrevo literalmente: Art. 2º Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (grifo nosso). Até 1991 a discussão de "qualquer suporte da informação ou a sua natureza" era menos complexa do que observamos atualmente. O Brasil, por sua história ainda jovem, teve no papel (celulose), majoritariamente, os seus registros históricos. Àquela época estávamos pensando o desafio da tecnologia dos microfimes, por exemplo. Trazendo a discussão para a realidade atual, os suportes documentais aumentam sua complexidade em várias ordens de grandezas e em escalas exponenciais de volume. Vou tentar evidenciar esse fenômeno duplo com alguns novos suportes: sites e portais; banco de dados não relacionais, imagens de todos tipos (infravermelho, satélite, aerográfica, cartografia vetorizada, 3D etc.), animações, gráficos em 2D com linhas de evolução temporal, podcasts, audiocasts, entre outras. Há ainda um outro ponto importante que diferencia os novos

suportes dos documentos, além da sua complexidade implícita e do volume em níveis astronômicos, com o passado recente: o paradigma dos dados não estruturados. Este conceito refere-se aos dados que têm estrutura fluída, flexível e dinâmica, ou ainda, podem até não possuir estrutura nenhuma. São exemplo as mídias sociais, que possuem os mais variados suportes e tudo rodando ao mesmo tempo. Impulsionados pela nova dinâmica social, profissionais de Arquivo e de Ciência de Dados estão se debruçando sobre as atividades relativas a boa técnica arquivística, ou seja, em como identificar, organizar (classificar), avaliar, armazenar, preservar (ou descartar) e restaurar documentos produzidos em bases não estruturadas. Debatem também uma importante discussão adjacente, que é a falta de mão de obra, que entenda os dois lados destes profissionais, quando são tratados dados de base não estruturada. Pelo lado arquivista, a correta persistência quanto à rigorosa técnica da preservação do conteúdo e à autenticidade dos documentos durante todo o ciclo de vida dos documentos. Do outro lado, os profissionais de Dados, que buscam, obrigatoriamente, otimizações algorítmicas ou tecnológicas, muitas vezes no limite do conhecimento, visando o processamento em massa de dados, não compreendem corretamente a formalização do constructo arquivístico. Entretanto, é no exato encontro dessas duas visões é que nascerá uma nova geração de profissionais de arquivos, seguindo os passos de alguns bravos desbravadores. Se acreditamos que esse profissional híbrido, que ainda está sendo forjado na labuta do trabalho diário, será necessário se discutir as suas competências. Tanto com relação à aquisição de conhecimentos quanto às comportamentais, pois existem características do comportamento humano que impulsionarão esse novo profissional. Pessoalmente, tenho uma visão dessa pessoa. As bases matemáticas e informacionais (por exemplo, estatística computacional, modelagem estatística, infraestrutura cloud e estruturas de dados e algoritmos) são fundamentais para a formação desse profissional. Por outro lado, não há como negar que a Arquivística ditará muitas regras de negócio (ao lado do Direito), principalmente quanto aos princípios que nortearão a cadeia de custódia, a classificação documental e a nova diplomática digital e sua correspondente semântica web. E, no campo comportamental, deve ser voltado à pesquisa, que aprende com seus erros e resiliente.

8. Patrimônio, memória e documento

A dimensão patrimonial dos arquivos. Projetos memoriais.

Relações entre arquivistas e pesquisadores. Políticas públicas: a dimensão social dos arquivos.

Imagens migrantes e territorialidades arquivísticas: reflexões com base na produção fotográfica de Roberto Montandón e Hans Mann

Janice Gonçalves
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Resumo:

A comunicação tem como referência a produção fotográfica de dois fotógrafos europeus que atuaram muito intensamente na América do Sul, no século XX – Roberto Montandón, suíço naturalizado chileno, e Hans Mann, alemão que viveu na Argentina e no Brasil. O arquivo pessoal

de Montandón (com destaque para a documentação fotográfica) é custodiado pelo Consejo de Monumentos Nacionales, no Chile, do qual foi assessor técnico e conselheiro; de sua relação profissional com a Universidad de Chile também há vestígios materiais, abrigados no Archivo Central Andrés Bello/UC. Já a produção fotográfica de Hans Mann, por força do vínculo profissional que manteve, na Argentina, com a Academia Nacional de Bellas Artes, está em grande medida integrada ao arquivo daquela instituição. A parte de seu arquivo pessoal que dizia respeito à documentação fotográfica (2.740 fotografias em preto e branco) foi adquirida pela Universidade do Texas pouco depois de sua morte, compondo atualmente a Benson Latin American Collection. O inventário preliminar dos documentos que estão no Texas assinala a ligação de Mann com o órgão federal de preservação brasileiro—duas caixas, as de número 60 e 61, são intituladas “Iphan”; consulta ao Iphan, contudo, não permitiu confirmar esse elo, ao menos no estágio atual de organização dos documentos fotográficos de seu arquivo. Considerando-se que, nas sociedades complexas, as atividades de um indivíduo costumam gerar registros documentais, é sabido que variadas relações profissionais ou pessoais costumam criar conexões com diferentes conjuntos arquivísticos. E, como ocorre com outros documentos que, produzidos com a mediação de equipamentos, são, desde a origem, tecnicamente reproduzíveis, é certo que cópias dos materiais fotográficos de Mann e Montandón podem existir em mais de um arquivo. Porém, cabe salientar um aspecto, relativamente aos materiais fotográficos (ainda mais quando produzidos por fotógrafos profissionais, ou por profissionais que fotografam): o alto grau de autonomia da informação imagética em relação aos possíveis suportes. E, descolando-se dos suportes, as imagens se deslocam e conformam novas configurações documentais. Assim, se imagens produzidas de forma analógica por Hans Mann e Roberto Montandón geraram negativos e positivos que atualmente compõem arquivos institucionais, também ajudaram a produzir outros documentos, no momento mesmo em que esses profissionais atuavam, passando a integrar publicações como jornais, revistas e livros. Algumas dessas imagens, em especial, foram sistematicamente mobilizadas, aparecendo e reaparecendo diversas vezes em diferentes publicações ao longo do tempo. E se, nas condições da reprodução analógica da imagem e de sua disseminação mais ampla por meio de impressos, o controle do fotógrafo sobre a apresentação, identificação e contextualização do material imagético já se colocava como desafiador, no mundo digital os desafios se multiplicam, pois se acentua seu potencial de migração. É assim que imagens fotográficas produzidas por Mann e por Montandón podem ser encontradas de forma relativamente fácil na web (sobretudo no caso de Montandón, sendo inclusive disponibilizadas pelo próprio órgão custodiador); entretanto, com pouca frequência estão dotadas de informações que permitam compreender suas condições de produção. Sem seus elementos identificadores e contextualizadores, as imagens migram livremente no ambiente virtual, sujeitas a toda sorte de apropriações; mas a ancoragem em seu contexto de produção e em sua trajetória de circulação permite devolver seu significado singular, convidando a um movimento pendular de desterritorialização e reterritorialização de seus sentidos. Consideradas as características dos cenários em que podemos lidar simultaneamente com o digital e o não digital, bem como algumas peculiaridades dos documentos fotográficos, são pontuadas, portanto, nesta comunicação, as relações entre: trajetória biográfica e inter-relação de arquivos; documento e informação; documentos de arquivos e contexto de produção documental.

Palavras-chave: Fotografia. Patrimônio cultural. Arquivos. Roberto Montandón. Hans Mann.

Patrimônio documental, memória e política: reflexões sobre o acervo privado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Luciana Heymann (Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Resumo:

Os acervos documentais privados de presidentes da República são considerados parte integrante do patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público pela lei que dispõe sobre a preservação, organização e proteção desses acervos (Lei n. 8394, de 1991). Ainda segundo a lei, tais acervos são propriedade do titular, inclusive para fins de herança, doação ou venda. Em decorrência desse instituto legal, cabe ao titular que mantém a posse do acervo zelar por sua integridade. A tensão entre os interesses público e privado no caso dos acervos presidenciais já foi objeto de reflexões que chamaram atenção para a imprecisão dos limites que definem o que é pessoal no caso desses titulares. Tendo em vista esse panorama, o objetivo da comunicação é refletir sobre as conexões entre patrimônio documental, memória e política tendo por base a trajetória do acervo privado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nossa hipótese é que as lacunas e imprecisões da legislação criaram condições para que a documentação fosse agenciada como parte do processo de *lawfare* que atingiu Lula, com efeitos sobre o próprio acervo - lacrado e objeto de buscas no contexto de ações judiciais. Composto por mais de mil e quinhentas caixas de papelão contendo documentos textuais, fotográficos, audiovisuais e um enorme volume de objetos que documentam o governo Lula (2003-2010), o acervo está armazenado em uma quadra esportiva, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo. Em nossa comunicação, buscaremos analisar as ações que tomaram o acervo como objeto, seja no sentido de criminalizá-lo seja no de protegê-lo, investindo na ideia de que ele reflete e resulta dessas múltiplas ativações. Para essa reflexão, tomaremos por base os contatos com o Instituto Lula que deram origem à confecção de um breve diagnóstico desse conjunto documental. O acervo do ex-presidente não se resume, porém, às caixas armazenadas no sindicato. Na sede do Instituto Lula, em São Paulo, está depositada a correspondência recebida pelo titular a partir de 2011, bem como as mais de 20 mil cartas, cartões e bilhetes enviados a Lula durante os 580 dias em que ele esteve preso na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, entre abril de 2018 e novembro de 2019. Essa correspondência, fruto de uma campanha iniciada no dia seguinte à sua prisão, foi objeto de especial atenção por parte do Instituto. Na ausência de Lula e sem recursos para outras ações - inclusive aquelas projetadas para o tratamento do acervo do período da Presidência - as cartas não apenas foram sistematicamente respondidas como forma de retribuir o carinho dos missivistas como foram mobilizadas no contexto da campanha *#LulaLivre*. Por meio dessa correspondência, a memória do governo Lula foi atualizada e circulou nas redes sociais, em um processo que antecipou o contato com documentos do acervo. Ao silêncio imposto à documentação mantida em São Bernardo se opôs, portanto, a circulação digital das "cartas da prisão". Na comunicação, buscamos refletir sobre as circunstâncias políticas que atravessaram o acervo privado do presidente Lula, com efeitos sobre sua constituição e preservação, como forma de retomar uma reflexão mais ampla sobre as condições de proteção ao patrimônio documental representado pelos acervos privados de presidentes da República.

Palavras-chave: patrimônio documental, acervos presidenciais, Lula, correspondência.

Título

Biblioteca de arquivo como lugar de memória: em prol da preservação do patrimônio bibliográfico do Arquivo Nacional.

Autores

ALEXANDRA WERNECK DA SILVA, Daniele Achilles Outra da Rosa

Palavras-Chave

Biblioteca de Arquivo, Lugares de Memória, Patrimônio, Arquivo Nacional - biblioteca

Resumo

Arquivos e bibliotecas possuem estreita relação, com isso, durante muito tempo e mesmo em dias atuais suas funções se confundem. A partir das peculiaridades e especificidades desses espaços, em especial, desta relação no Arquivo Nacional, essa pesquisa se iniciou. Como consequência da vivência de uma das autoras como funcionária da instituição, observou-se a necessidade de estabelecer um entendimento mais preciso do que venha a ser biblioteca de arquivo e esta pesquisa vem se desenvolvendo como parte do processo de seu mestrado em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Cabe ressaltar que os estudos sobre bibliotecas de arquivo são incipientes, isto é, existem poucas pesquisas que tratam dessa temática e esse aspecto motivou ainda mais o desenvolvimento dessa investigação. Desse modo, o objetivo do trabalho é apresentar o conceito biblioteca de arquivo e relacioná-lo aos conceitos de lugar de memória e patrimônio. Biblioteca de arquivo que é compreendida por Bellotto (2013) como a biblioteca que dá apoio bibliográfico aos trabalhos técnicos desenvolvidos em um arquivo público, além de prestar auxílio às investigações científicas das pesquisas históricas. E, Pierre Nora (1993), ao enfatizar o conceito 'lugar de memória', compreende-o como lugares que cristalizam as experiências, a história e memória. Ao apresentar essa proposta teórica: abordar o conceito 'biblioteca de arquivo' e configurá-lo como um lugar de memória, desejamos alertar também, que as bibliotecas de arquivos são instituições sociais e de memória e seus acervos podem contribuir para a preservação do patrimônio, da história e da memória institucional e, no caso estudado, nacional. Como afirmam Murguia e Yassuda (2007) ao estudarem critérios para tombamento de bibliotecas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ainda hoje há grande direcionamento para o tombamento e patrimonialização de suas estruturas arquitetônicas em detrimento da valoração de seu acervo. Para tal, foram definidos como objetivos específicos: apresentar o conceito biblioteca de arquivo, elencando suas características; abordar o conceito de lugar de memória em Pierre Nora (1993), configurando a biblioteca de arquivo como um lugar de memória; e, por fim, atrelar ambos conceitos com o de patrimônio afim de justificar um novo olhar para este tipo de biblioteca. Para proceder esse estudo, informamos que essa é uma pesquisa de cunho essencialmente teórico, classificada como descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa e utilizou o método de pesquisa bibliográfica para alinhar as perspectivas teóricas e produzir novas contribuições ao campo da Biblioteconomia e, conseqüentemente, da Arquivologia, colaborando para a formação de um corpus teórico. Ademais, utiliza como campo empírico, mesmo não se aprofundando nas questões institucionais, a biblioteca do Arquivo Nacional. Conclui que, para além de simplesmente apoiar às ações desenvolvidas pelo próprio Arquivo Nacional, a biblioteca de arquivo é lugar de memória e reconhecer seu acervo (ou parte dele) como patrimônio pode contribuir para a preservação do patrimônio bibliográfico institucional e nacional.

Título

Considerações sobre a política de aquisição de acervos privados do Arquivo Nacional

Autores

Aline Camargo Torres

Palavras-Chave

arquivos privados, políticas de aquisição de acervo, declaração de interesse público e social

Resumo

Em 2018 e 2019, aconteceram duas mudanças significativas nos trâmites para entrada de arquivos de natureza privada no Arquivo Nacional (AN). Em março de 2018, foi instituída a política de aquisição de acervos privados da instituição, objetivando definir e tornar públicos critérios gerais para aceitação ou recusa das propostas de doação. O documento resultou da atuação de um grupo de trabalho intersetorial, e deu origem a uma comissão interna, permanente e multidisciplinar, dedicada a avaliar propostas de aquisição, podendo também ser proativa na busca por arquivos privados considerados pertinentes ao acervo. Em setembro de 2019, foram revogadas as portarias que instituíram a política e a comissão interna, passando a valer, como critério primeiro para aceitação de arquivos privados pelo AN, a declaração de interesse público e social, que acontece mediante ato do Ministério da Justiça e Segurança Pública, segundo recomendação do Conselho Nacional de Arquivos. Decisão semelhante foi tomada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), que, anteriormente ao AN, condicionou a entrada de arquivos privados à prévia declaração de interesse público e social pela autoridade competente - nesse caso, a recomendação cabe ao Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, sendo a declaração concedida por decreto do governador do estado. Com as políticas de aquisição atualmente em vigência, essas instituições abdicam de parte de sua autonomia técnica no processo seletivo de formação do acervo, no que diz respeito aos conjuntos documentais de natureza privada. Ao determinar a declaração de interesse público e social como critério imprescindível à aquisição de um arquivo privado, as instituições subordinam a instâncias externas a tarefa de seleção do que poderá integrar o patrimônio documental custodiado. Instituições dedicadas à custódia de acervos precisam estabelecer critérios que limitem a entrada de documentos, por questões de espaço físico, de capacidade técnica de processamento e de possibilidades de atendimento às demandas de acesso. É preciso escolher o que vai ser guardado. Por esse motivo, políticas de aquisição são objetos interessantes para reflexões que buscam desnaturalizar a atuação dos arquivos. Em instituições arquivísticas públicas, que têm as linhas gerais de suas políticas de acervo definidas pela própria missão institucional, a aquisição de arquivos privados coloca um problema: que indivíduos e grupos da sociedade serão selecionados de forma a ter representação nesse patrimônio documental? A maior restrição à entrada de arquivos privados acontece em um contexto no qual se valorizam grupos minoritários e se multiplicam os esforços de indivíduos no sentido de tornarem públicos documentos e narrativas de si, movimento favorecido pelas novas tecnologias de informação e comunicação. A nova diretriz instituída pelo APESP e, a seguir, pelo AN, não parece afinar-se ao paradigma contemporâneo do arquivamento pela própria comunidade, tal como descrito por Terry Cook. Ao contrário, parece deixar sem resposta, no campo arquivístico, demandas sociais pautadas pelo direito à identidade e à memória, podendo reforçar a ideia de um arquivo público ligado apenas ao Estado e às elites. Entendendo os arquivos e as instituições arquivísticas como produtos sócio-históricos, a comunicação pretende problematizar políticas de aquisição de arquivos públicos quanto a acervos privados e seus possíveis impactos.

Título

Desenho e Memória: A contribuição dos projetos arquitetônicos de Victor Dubugras no desenvolvimento residencial da cidade de São Paulo no início do século XX

Autores

Amanda Bianca Mitre

Palavras-Chave

Documento, Arquitetura, Projeto de Arquitetura, Desenho, Victor Dubugras

Resumo

A constituição da cidade de São Paulo durante os primeiros decênios do século XX decorrem, dentre outros fatores, do intenso crescimento econômico e da significativa influência de modelos e profissionais de origem europeia. As edificações residenciais unifamiliares viabilizadas pela burguesia em áreas como a Avenida Paulista e Higienópolis contribuíram para a remodelação dos espaços e a introdução de novas possibilidades arquitetônicas, rompendo com os padrões construtivos até então estabelecidos e auxiliando na difusão de novos vocabulários estéticos. Dentre os profissionais da arquitetura que atuaram nessas localidades, o franco-argentino Victor Dubugras (1868-1933) foi responsável pela concepção de exemplares residenciais excepcionais em termos de linguagem plástica e técnica. As soluções adotadas em suas obras não encobriam os elementos estruturais e os ornatos eram frequentemente comprometidos com as demandas funcionais. Em seu escritório, foram projetadas moradias Art Nouveau para personalidades proeminentes do período, como o empreendedor imobiliário e taquígrafo Horácio Sabino (1903), o banqueiro Numa de Oliveira (1903), o empresário João Dente (1912) e membros da família Rodrigues (1910). Convertendo-se em um dos principais expoentes do Art Nouveau no país, colaborou extensamente nas transformações arquitetônicas da Metrópole do Café. Contudo, grande parte dos edifícios dessa tipologia e época projetados por Dubugras foram demolidos ao longo das décadas. Dessa forma, as informações abarcadas nos desenhos de plantas e elevações presentes em diferentes arquivos públicos ganham relevância por sua qualidade de material de preservação da memória arquitetônica. Assim, a partir da documentação existente, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise das especificidades projetuais (em termos de implantação, distribuição do programa, características construtivas, articulação dos espaços internos e externos, tratamento formal, etc.) das residências de Numa de Oliveira, Horácio Sabino, João Dente e Cândido Rodrigues. A pertinência do estudo surge devido ao número escasso de pesquisas realizadas no Brasil sobre a temática da arquitetura Art Nouveau produzida no Brasil e acerca da produção arquitetônica residencial de Victor Dubugras. Para tal, a metodologia baseia-se em fontes primárias disponibilizadas no conjunto documental de cópias heliográficas de projetos submetidos à aprovação pela municipalidade que se encontram no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHMSP), na "Série Obras Particulares", e nos conjuntos de desenhos de Dubugras doados por sua família e mantidos na seção de projetos da Seção de Materiais Iconográficos da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Observa-se como resultado do trabalho uma ampliação das dimensões de uso dos materiais dos arquivos patrimoniais na produção da história da arquitetura residencial paulistana.

Título

O Sistema de Informação Geográfica histórico para o cadastro de fontes materiais e arquivísticas

Autores

Ana Teresa Cirigliano Villela, MARIA ANGELA P. C. S. BORTOLUCCI

Palavras-Chave

Sistemas de Informação Geográfica, Fontes materiais, Fontes arquivísticas .

Resumo

Este trabalho trata do método de cadastro de fontes materiais arquivísticas, apoiado em Sistemas de Informação Geográfica, adotado em pesquisa de doutorado, na qual são levantados e espacializados dados na escala do edifício, lote a lote, relativos ao chamado Quadrilátero Central, que corresponde à área de fundação da cidade de Ribeirão Preto, localizada no estado de São Paulo. Foram cadastrados edifícios de interesse histórico - dotados de características excepcionais ou modestas, conservados ou arruinados, tombados ou não, remanescentes na paisagem atual - aqui chamados de fontes materiais. A matéria edificada é considerada fonte informativa direta de dados, que servem ao estudo da dimensão histórica e social do artefato arquitetônico e urbano. Já as fontes arquivísticas da pesquisa consistem em documentos disponíveis no acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, especificamente, projetos arquitetônicos, fotografias e mapas cadastrais. As fontes estão circunscritas ao recorte temporal da pesquisa, 1856 a 1956, e foram organizadas de acordo com sua natureza - material ou arquivística - e a escala dos elementos nelas representados - arquitetura ou paisagem. A seleção das edificações se baseou em análises visuais, feitas em campo, através do reconhecimento de elementos como platibandas, vitrais, balaustradas, porões, alpendres, cachorros, e ornamentos característicos de estilos como o eclétismo, o neocolonial, o art nouveau, o art déco e o moderno. Dados preliminares sobre os imóveis foram colhidos nas Folhas de Informação, documentos de consulta pública cedidos pela Prefeitura Municipal, que contêm dados sobre o proprietário atual, localização, data de aprovação e natureza do processo (construção, demolição, reforma, ampliação, etc.), número e data de expedição do alvará, autor(es) do projeto, engenheiro responsável, dentre outros. Demais informações foram buscadas nos documentos do Arquivo Público. Os projetos estão organizados em seções de obras públicas e de obras particulares. A primeira contém dossiês próprios e, na segunda, há processos desde 1911 a 1979, organizados em caixas segundo o ano de aprovação. Em cada caixa, há pastas com os projetos identificados por um número sequencial e pelas informações relativas ao proprietário e à rua, anotadas nas capas. Os projetos circunscritos aos recortes temporal e territorial da pesquisa foram fotografados/escaneados, inclusive aqueles relativos a imóveis demolidos, para posterior georreferenciamento. Aos arquivos de imagem, contendo a reprodução das pranchas de projeto, foram atribuídos dados referentes a: ano, caixa, planta, data de aprovação, rua, número (atual/antigo), proprietário, arquiteto/engenheiro/ construtor, tipo de projeto (construção, reconstrução, reforma, aumento, demolição) e uso. Informações complementares ao uso foram buscadas em periódicos, especificamente em anúncios de jornais e nas relações de profissionais e estabelecimentos comerciais e industriais presentes nos almanaques. Para além da escala do edifício, as fotos e os mapas, que informam aspectos relativos ao tecido edificado e ao tecido urbano, também foram georreferenciados. Aos arquivos de fotos foram atribuídos dados relativos a: número de registro, descritores, ano e fotógrafo/estúdio. Nos mapas, foram vetorizadas todas as edificações inseridas no Quadrilátero Central, permitindo estimar a datação de muitas das edificações históricas inicialmente cadastradas bem como analisar o processo de ocupação da área de estudo. O entrecruzamento de todas essas fontes por meio de Sistemas de Informação Geográfica apresenta novas possibilidades para a história urbana ao conformar um grande banco de dados brutos, que se presta tanto para a organização e difusão de acervos quanto para gestão do patrimônio edificado. Portanto, o método aqui proposto aproxima a prática historiográfica da preservação patrimonial e os documentos dos artefatos. Muito embora tenha sido desenvolvido a partir das características materiais da

paisagem e dos documentos disponíveis sobre a área de estudo, é possível estender a sua aplicabilidade a outras áreas de Ribeirão Preto e a outras cidades brasileiras.

Título

O ARQUIVO E O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA ENQUANTO FERRAMENTAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O ARQUIVO CENTRAL E O CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA UFJF E A CIDADE DE JUIZ DE FORA

Autores

Andreia de Freitas Rodrigues, Carolina Martins Saporetti

Palavras-Chave

Arquivo Central, CECOM, arquivo, patrimônio, Juiz de Fora.

Resumo

Os arquivos e os centros de documentação e memória são importantes atores quando pensamos na preservação dos Patrimônios Culturais. Inicialmente, pelo fato de os documentos de arquivo serem registros probatórios, testemunhos sociais, culturais e históricos de diferentes acontecimentos e atividades. E, também, pelo fato de um dos aspectos mais importantes dessas instituições: serem ferramentas para cidadania, o que somente se torna possível quando os preservamos e fortalecemos enquanto espaços sociais. Como objeto de nosso estudo, temos o Arquivo Central (AC) e o Centro de Conservação da Memória (CECOM), ambos órgãos da Universidade Federal de Juiz de Fora. O AC tem sob sua custódia dois diferentes acervos. O primeiro, pertencente ao Centro de Memória Institucional, composto por documentos referentes a própria UFJF. O segundo, do assim chamado Centro de Memória Social, custodia diferentes fundos e coleções, doados ou cedidos para o AC/UFJF a partir dos anos 1980, remanescentes do antigo Arquivo Histórico. Estes se configuram em conjuntos documentais de diferentes produtores, que retratam diversos aspectos de Juiz de Fora e região desde o século XIX. Os documentos do Centro de Memória Social são provenientes de instituições ou empresas hoje são consideradas Patrimônios Culturais de Juiz de Fora pela Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA). Assim, o acervo custodiado na instituição é fundamental para que pesquisadores e cidadãos comuns possam ter acesso a diferentes aspectos relacionados a esses bens culturais, seja sobre seus funcionamentos, seja sobre o que foi produzido a respeito destes, como por exemplo o Fundo Odilon Braga, Fundo Construtora Pantaleone Arcuri, Fundo Companhia Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, Fundo Cível do Fórum Benjamim Colucci, entre outros. O CECOM possui a guarda de documentos do Diretório Central de Estudantes da UFJF, do acervo do Dormevilly Nóbrega e coleções de fotos do René Matos, Arthur Arcuri e Luiz Carlos. Desta forma, este setor atua na conservação da memória do movimento estudantil e da UFJF, a partir do Projeto História da UFJF e trabalha, assim como o AC, na organização de um acervo de grande relevância para a história de Juiz de Fora e região. Abrangendo as mais diversas publicações que datam períodos dos séculos XIX ao XXI e contemplam variadas formas da literatura, como romances, contos, poesia, biografias e crônicas, além de publicações avulsas, como periódicos, revistas e cartas. Ademais, o CECOM organiza eventos culturais e acadêmicos relacionados a história, memória e patrimônio, como minicursos, congressos, MemoriArte e lives ("Conversês do CECOM"). Nosso objetivo é discutir como as atividades desenvolvidas por estes setores contribui para o conhecimento e a preservação do Patrimônio Documental da cidade de Juiz de Fora, tomando parcelas de fundos e coleções, apresentando suas especificidades e abordando o tratamento técnico arquivístico desenvolvido, reforçando a participação dos arquivos e centros de documentação e memória na proteção, promoção e difusão dos bens culturais.

Título

ARQUIVOS, MEMÓRIA CULTURAL E PATRIMONIALIZAÇÃO: POR UM CONCEITO DE PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO

Autores

Antonio Carlos Galdino

Palavras-Chave

Patrimônio Arquivístico; Memória Cultural; Patrimonialização; Artefato linguageiro

Resumo

Esta comunicação apresentará uma reflexão sobre a pertinência de um conceito de patrimônio arquivístico que componha a definição do fazer arquivístico e das operações que o integram. Assim como a noção de memória, cremos que a categoria "patrimônio" não deva ser estrangeira ao que pode ser considerado como núcleo central das práticas arquivísticas, a avaliação e a descrição. A relevância da idéia de se esboçar uma definição teórica de patrimônio arquivístico que constitua uma ferramenta operativa, por outro lado, decorre da constatação de um silêncio no campo profissional arquivístico em relação ao fato de que os arquivos figuram na Constituição Federal brasileira de 1988, no artigo 216, cujo caput versa sobre o patrimônio cultural brasileiro. Pretende-se, assim, analisar, no interior dos complexos debates sobre o tema patrimônio, alguns elementos da abordagem comunicacional da patrimonialização, de Jean Davallon. Um dos pontos centrais para este autor é idéia de que a patrimonialização se produz por uma ruptura com a memória coletiva ou com a *Tratar-se-ia*, assim, de dois modos de transmissão cultural. Outro aspecto do modelo do mesmo autor é que o patrimônio é concebido como um artefato constituído não só pelos objetos materiais patrimonializados, mas também pelos saberes, conhecimentos e práticas sobre esses objetos, que produzem o seu reconhecimento como patrimônio e os transmitem aos presentes e às gerações futuras. Em que medida, os arquivos correspondem a esses aspectos do modelo de Davallon? Cremos ser possível pensar as operações de avaliação e descrição arquivísticas em correspondência a esses dois pontos respectivamente, ainda que consciente de que os arquivos diferem dos objetos materiais tradicionais do patrimônio, por serem artefatos linguageiros. Para se formular algumas tentativas de respostas nos socorreremos em formulações de Aleida Assmann sobre o arquivo, que se dão no quadro da teoria de memória cultural, por ela desenvolvida, juntamente com Jan Assmann, cujo ponto essencial é a distinção entre memória comunicacional e memória cultural, como dois modos diferentes de transmissão cultural. A noção de memória coletiva é conhecida e tematizada em diversos trabalhos exploratórios do pensamento arquivístico. As principais formulações distribuem em duas posições polares ora quase identificação, ora de externalidade das relações entre os dois termos. Nesse aspecto, interessa-nos a caracterização da dinâmica da memória cultural por Aleida Assmann, como uma relação de tensão e complementaridade entre dois elementos, formulados em duas versões: a primeira, com o par "memória acumulativa/memória funcional", e, a segunda, com o par "arquivo/canon". Exploraremos um paralelo entre os pares memória comunicativa/memória cultural e memorização/patrimonialização. No percurso de cotejo a tais abordagens, é possível esboçar elementos para ancorar um conceito operativo de patrimônio arquivístico referido às operações de avaliação e descrição. Finalmente, ainda restaria é a questão da natureza da materialidade própria aos arquivos e as suas unidades componentes, os documentos. O que se está conservando e o que se está transmitindo culturalmente entre gerações quando se trata do documento no arquivo (de modo diferente da realia ou da edificação) entendido um objeto patrimonial? A via de abordagem que sugerimos é a de compreendê-los como artefatos linguageiros. De um lado, como artefatos duplos, formados pela representação da escrita de enunciados fixada como inscrição em um suporte físico, seja ele papel ou

infraestrutura digital, e, de outro, como indício linguístico material de ações das quais aqueles enunciados foram partes constituintes.

Título

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA: A EXPERIÊNCIA DA SOCIEDADE HÍPICA PAULISTA

Autores

Assahi Pereira Lima, Paula Talib Assad

Palavras-Chave

Centro de Memória; Preservação documental; Sistema de Gerenciamento de Acervo; Tipologia Documental; Quadro de Arranjo

Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo de caso centrado no processo de implementação de um centro de memória na Sociedade Hípica Paulista (SHP), clube paulista fundado em 1911. A sua fundação remonta a um período de fomento aos espaços de sociabilidade urbana com o aparecimento de clubes esportivos, parques, bares, cafés e teatros. A SHP desempenhou papel pioneiro para o desenvolvimento dos esportes hípicos em São Paulo, sobretudo expresso pelas modalidades de salto e polo. Ao longo do século XX, o desenvolvimento do clube associa-se igualmente às mudanças da malha urbana e das práticas sociais e culturais. Com o objetivo de resgatar o patrimônio e a memória histórica da SHP e das transformações urbanas da cidade de São Paulo e preservar e difundir os seus acervos arquivístico, museológico e bibliográfico acumulados em mais de um século de existência, a instituição empreende trabalho de implantação de Centro de Memória desde 2019. A construção do Centro de Memória perpassa pelo estabelecimento das seguintes etapas do tratamento documental: 1. Diagnóstico; 2. Triagem; 3. Estabelecimento de políticas; 4. Sistema de gerenciamento de acervo; 5. Conservação: higienização, restauro, acondicionamento. 6. Disponibilização para o público. As etapas de diagnóstico e de triagem iniciaram em 2019 e permanecem até o momento. Nestas etapas foram realizadas uma catalogação mínima dos itens documentais produzidos e reunidos pelo clube no cumprimento das suas funções, em instrumentos provisórios de organização, com referência às suas localizações no momento da catalogação. Esta catalogação permitiu o reconhecimento dos diversos gêneros documentais pertencentes ao Centro de Memória, como apontado por Ana Maria Camargo, e a identificação de fundos segundo a metodologia recomendada por Heloísa Bellotto. A partir do conhecimento dos acervos e dos tipos documentais foi possível propor à instituição o estabelecimento de uma Política de Acervo para definir a sistemática de recolhimento de documentos e informações, como indicado por Camargo, que deverá ser aprovada pelo Conselho Deliberativo. Também foi definido o Quadro de Arranjo do Centro de Memória, com a divisão em Coleções e Fundos. Foi realizada a contratação de um sistema de gerenciamento de acervo (SGA), com a capacidade não apenas de catalogar os diversificados itens de cada acervo do Centro de Memória mas também de relacionar estes itens e outras informações, propiciando uma interligação com o website da instituição, de modo a difundir o patrimônio e memória da instituição e o conhecimento gerado a partir dos documentos para os associados do clube e a população em geral. Também foi realizada a digitalização de documentos importantes para a instituição, identificados nas etapas 1 e 2. A etapa de conservação foi iniciada recentemente, propiciando um maior cuidado com a documentação e a indicação eventual de itens para restauro. A etapa de disponibilização para o público englobará também itens documentais digitais, a serem catalogados e indicados para preservação após a implementação do SGA segundo metodologia indicada por Miguel Arellano. A construção do Centro de Memória

Sociedade Hípica Paulista permitirá a difusão da memória da instituição por meio do site e de exposições, sala de visitas para o público interno e externo como ressaltado por Camargo, porém pressupõe a superação de diversos desafios, especialmente institucionais, financeiros, tecnológicos. Os desafios podem se tornar uma barreira para a implantação do Centro de Memória, principalmente os institucionais, entretanto o mapeamento destes desafios e de caminhos para superá-los permitirá o resgate da memória e do patrimônio da SHP, de modo a viabilizar a finalização da implementação do Centro de Memória em 2021, ano em que a instituição comemora 110 anos, contribuindo para a pesquisa e difusão sobre a história da cultura e dos esportes hípicos na cidade de São Paulo.

Título

Arquivo, Universidade e memória institucional: um estudo de caso sobre o portal “UFF Memória Informação”

Autores

Camilla Fernandes de Aquino, LUCIANE SIMOES MEDEIROS

Palavras-Chave

arquivo, memória institucional, universidade pública, difusão de arquivos, arquivologia pós-moderna

Resumo

O artigo pretende analisar o portal “UFF Memória Informação” resultado do projeto “Centro de Memória UFF”, para refletir sobre a relação entre o acervo custodiado na Coordenação de Arquivos da Superintendência de Documentação da Universidade Federal Fluminense e a memória institucional. Em 2011, o portal “UFF Memória Informação” foi desenvolvido como produto de projeto de extensão, com as finalidades de inventariar, reunir, sistematizar, produzir conteúdo e dar acesso aos documentos da memória institucional e coletiva da Universidade. O portal está estruturado a partir dos seguintes eixos temáticos: informação histórico-administrativa da Universidade, mapa com circuito de memória, linha do tempo e galeria multimídia. Neste último item, estão disponíveis fotografias, vídeos e áudios, acervo oriundo, em grande parte, da Coordenação de Arquivos. Em contraste a estes gêneros documentais digitalizados e acessíveis no portal, os documentos textuais não figuram nas possibilidades de pesquisa, tendo servido tão somente para subsidiar a pesquisa histórica do projeto, notadamente na seção informação histórico-administrativa e na linha do tempo. Diante disto, busca-se problematizar os usos do arquivo para a produção de conteúdo para o portal “UFF Memória Informação”, bem como o papel desempenhado pelos arquivistas neste processo. A partir de uma leitura crítica da Arquivologia e da função do arquivista, entende-se a difusão de arquivo como atividade e desafio contemporâneo ao exercício da profissão do arquivista. O texto irá se apoiar no referencial teórico de Terry Cook, em consonância com a corrente pós-moderna da Arquivologia. A partir das reflexões de Cook, busca-se compreender o arquivo não mais como um produto residual, estático, mas como agente ativo na composição de memórias organizacionais ou institucionais. Da mesma forma, problematiza-se o profissional de arquivo como mero guardião da memória, enfatizando seu papel de agente construtor dos processos produzidos no arquivo, conforme definidos por Cook. Entende-se o arquivista como um profissional que deve estar inserido ativamente nas atividades que envolvem os projetos de constituição da memória coletiva e social. O presente artigo pretende, portanto, localizar o papel da Coordenação de Arquivos nas ações desenvolvidas no projeto de memória institucional através do portal “UFF Memória Informação”. Mais especificamente, identificar os usos do arquivo e dos documentos arquivísticos no projeto memorial para compreender como o arquivo institucional foi acionado para a construção desta iniciativa memorialística. Inicialmente, apresenta-se a revisão bibliográfica sobre o tema memória institucional. Em seguida,

contextualiza-se a criação do portal “UFF Memória Informação”, identificando os agentes, os discursos e os dispositivos de memória acionados no portal. O artigo conclui que o arquivo foi mobilizado de diferentes formas na produção de conteúdo para o site. No projeto do portal “UFF Memória Informação”, a atuação do profissional de arquivo apenas tangenciou a curadoria de conteúdo, limitando-se ao apoio à pesquisa. Apesar de sua centralidade para a memória administrativa institucional, o arquivo tem sido acionado de forma passiva no projeto. Ao final, indica as ações institucionais em vigor que apontam para a mudança de perspectiva na construção da memória institucional, na qual a Coordenação de Arquivos tende a capitanear o processo.

Título

Patrimônio Documental: uma análise sócio-histórica do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro

Autores

Dhion Carlos Hedlund

Palavras-Chave

Patrimônio Documental, Arquivos privados, Arquivos pessoais, Nicolau Araujo Vergueiro, Passo Fundo - RS

Resumo

Esta comunicação apresenta a pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós- Graduação em História - PPGH da Universidade de Passo Fundo - UPF, em nível de Doutorado, sob orientação da professora Dra. Gizele Zanotto. A pesquisa encontra-se em fase inicial de coleta de dados, leitura e contato com as fontes. Os principais temas que a envolvem relacionam-se à história social dos arquivos, arquivos privados, arquivos pessoais e à trajetória histórica de Nicolau Araujo Vergueiro. O acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro, doado por seus herdeiros em 2011 à Fundação Universidade de Passo Fundo - setor Arquivo Histórico Regional - AHR, somado aos documentos que existiam antes da doação e outros incorporados após a doação, constituem o objeto central desta análise, direcionada aos processos de produção e acumulação dos documentos, contextualizados à trajetória histórica do titular. O acervo é composto por diferentes documentos textuais e imagéticos, como certidões, correspondências, manuscritos, convites, discursos, anotações, fotografias, recortes de jornais, relatórios. Além disso, o acervo possui móveis, objetos pessoais e uma biblioteca particular com anotações nos livros. Nicolau Araujo Vergueiro foi médico e político, nasceu em 07/03/1882 e faleceu em 16/03/1956, na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Adquiriu notoriedade e alcançou projeção social principalmente pela sua trajetória política. Ocupou diferentes cargos políticos, como Conselheiro Municipal, Intendente Municipal, Deputado Estadual, Deputado Federal, Membro da Constituinte de 1946, dentre outros cargos. Foi agraciado em diversos momentos com variadas formas de homenagem, como no nome de uma cidade, de uma escola estadual, bustos, praças, ruas, edifícios, galerias, medalhas, dentre outros. Casou-se com Jovina Leite Vergueiro (antes, Jovina Desessards Leite), em 11 de janeiro de 1906. A presente pesquisa dialoga com as problemáticas envolvidas nos arquivos pessoais, especialmente nas dimensões de produção e "acumulação" dos documentos do acervo. A atenção se volta à história desse processo e busca trazer estas discussões à baila ao tentar compreender a história e a complexidade da composição atual do acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro, sob uma visão sócio-histórica, na qual depreende-se que os acervos possuem uma história própria, distinta da história de vida de seu titular, onde os processos de acumulação e arquivamento são sistematizados por subjetividades e arbitrariedades que moldam o acervo. Por tratar-se de uma pesquisa em fase inicial, ainda não há resultados conclusivos. Acredita-se que esta

reflexão contribuirá com as discussões na área de história social dos arquivos privados, especialmente no âmbito dos arquivos pessoais e contribuirá com a publicização deste inestimável patrimônio cultural.

Título

Reflexões acerca da "aquisição" na Arquivologia .

Autores

Fabiana Costa Dias

Palavras-Chave

arquivologia; aquisição; recolhimento; conceito de aquisição; função aquisição

Resumo

Para alguns autores do campo dos arquivos, são sete as funções arquivísticas: produção/criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, difusão e preservação. Estas funções podem ser interpretadas como operações que o profissional de arquivo deve realizar com o seu conjunto de documentos, bem como atividades realizadas por arquivistas ao longo do ciclo de vida dos documentos. Ao relacionarmos as funções arquivísticas com a gestão de documentos, conseguimos identificar atividades em comum, a exemplo da produção/criação, classificação e avaliação de documentos. Aplicada a gestão de documentos, aqueles que recebem a guarda permanente são preservados e disponibilizados por meio da descrição e difusão. Nesta exemplificação, ainda que de forma breve e sucinta, apresentamos seis das sete funções arquivísticas, e não incluímos a função aquisição uma vez que sua definição em dicionários e enciclopédias da Arquivologia é um tanto controversa. Ao realizarmos uma rápida pesquisa do termo aquisição nos dicionários de terminologia arquivística e em enciclopédia da área observamos que a definição abrange significados e sinônimos que incluem distintas atividades. Além disso, notamos que o termo se refere ao tipo de aquisição de acervos a ser realizada por uma instituição, seja por compra ou doação, estando aí incluídas ações como accession, transferência e recolhimento. Mediante ausência de consenso em seu significado, a função aquisição sugere tanto um objetivo para as instituições que tem como função colecionar arquivos, como outro para as instituições que tem como função recolher arquivos. Evidente que a mesma instituição pode possuir as duas funções, colecionar e recolher, entretanto, o que queremos demonstrar é que a função aquisição possui mais de um significado e abrange diferentes atividades. A aquisição caracterizada por compra ou doação tem como desdobramento a transferência formal de propriedade enquanto que no recolhimento e transferência, ocorre a transferência formal de documentos. A aquisição por doação ou compra é uma escolha da instituição, podendo ter parecer favorável ou desfavorável. O recolhimento de documentos públicos não é uma escolha e sim uma determinação que os arquivos municipais, estaduais e federais realizam. Esses questionamentos podem vir a colocar em dúvida o próprio conceito de aquisição. Nesse sentido, observa-se que o conceito de aquisição engloba atividades que tem em comum o aumento ou adição do número de arquivos em suas instituições. Sendo assim, a proposta deste artigo é refletir acerca do termo "aquisição" e como procedimentos metodológicos o artigo está dividido em duas partes. A primeira, denominada "O significado de aquisição para Arquivologia", tem o objetivo de apresentar e analisar a definição de aquisição. A segunda, intitulada, "Conceito, definição e função de aquisição, aproximações e distanciamentos", tem como objetivo apresentar o que rege para cada um desses termos.

Título

O POTENCIAL DOS ARQUIVOS ESCOLARES PARA A PRESERVAÇÃO DA CULTURA ESCOLAR, DAS MEMÓRIAS E DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Autores

Fernanda Roma Sobreria

Palavras-Chave

arquivos escolares; centro de memória; preservação do processo de escolarização; cultura escolar; lugares de memória; preservação do patrimônio educacional

Resumo

O presente estudo busca compreender o potencial dos arquivos escolares para a preservação da cultura escolar, das memórias e do processo de escolarização em diferentes contextos históricos. Tendo como foco a história do Colégio Cruzeiro, antiga Escola Alemã, fundada em 1862, que reúne em seus acervos a história das primeiras instituições escolares. Para tal análise, apresento o projeto do seu Centro de Memória, espaço dedicado a salvaguardar as memórias e ressignificar processos educativos e práticas culturais. Os estudos sobre arquivos escolares têm adquirido uma importância crescente no campo da história da educação e acabam por motivar profundas preocupações em relação à preservação dos seus documentos. São documentos que traduzem a história do fazer escolar, suas práticas, condutas e políticas educacionais, inseridos num contexto histórico das sociedades tecnológicas, que têm seu passado formado a cada instante e, por consequência, as informações são geradas e descartadas com cada vez maior agilidade e frequência. O projeto do Centro de Memória foi criado em 2012 em razão da comemoração dos 150 anos da instituição. O objetivo inicial era promover a preservação do material, o acesso à informação e incentivar a circulação e a troca de experiências entre os diferentes agentes institucionais. Mais tarde, projetos de caráter pedagógicos foram sendo organizados em parceria com professores. Os Centros de Memória devem ser entendidos como um arquivo ampliado, um espaço destinado para a guarda do material estratégico da instituição. Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2015) apontam que, mais do que reunir a memória, esses centros são responsáveis por criar um conhecimento organizacional que preserva o passado de uma instituição e, ao mesmo tempo, visam possibilidades no futuro. O acervo sob a guarda do Centro de Memória reúne: fotografias, documentos, objetos, recortes de jornais e depoimentos orais, que remontam ao final do século XIX até os dias de hoje. Ao organizar, conservar e produzir conteúdo a partir da memória, presente tanto na documentação histórica quanto em seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional, podemos observar os arquivos como espaços importantes na guarda de informações e se constituem em grande potencial informativo relacionadas ao funcionamento da instituição e fonte de pesquisa para História da Educação. São compreendidos como lugares de memória (NORA, 1993), fundamentais para o estudo dos processos de escolarização e identidade e, também, como fontes capazes de auxiliar na compreensão dos processos históricos e educativos a partir dos documentos administrativos e pedagógicos. São fontes que possibilitam o vínculo entre arquivo escolar e memória e refletem a vida da instituição que as produziu, dispendo, inclusive, de informações importantes sobre a trajetória de vida dos indivíduos e grupos que fizeram ou fazem parte de uma determinada instituição. (MOGARRO, 2006). Assim, percebemos a instituição escolar possuidora de um universo de cultura própria e, apesar de relacionar-se com diferentes culturas, mantém suas especificidades. Ao integrar-se aos arquivos, intensifica-se o processo de conhecimento e compreensão dessa cultura escolar. (CHERVEL, 1998; VINAO FRAGO, 2000, 2001; JULIA, 2001). Na esteira das transformações pelas quais a historiografia passou ao longo das décadas, novas fontes passam a ocupar espaço privilegiado no conhecimento histórico. Nos arquivos escolares não é diferente, as fontes passam a ter um valor informativo e, também, histórico - cultural. São documentos que representam a memória individual e coletiva da educação. Nesse sentido, os arquivos escolares podem servir de

elementos constitutivos para o resgate da memória, possuindo documentos de diferentes naturezas e espécies que configuram o patrimônio educativo de cada instituição.

Título

Os primórdios teórico-práticos da avaliação de documentos no Brasil: gênese de um ato performativo de patrimonialização

Autores

Francisco Alcides Cougo Jr.

Palavras-Chave

avaliação de documentos, patrimônio cultural arquivístico, história da Arquivologia no Brasil, Arquivologia.

Resumo

Em abril de 1840, o Archivo Publico (hoje Arquivo Nacional) tornou-se um órgão autônomo na estrutura da Secretaria de Negócios do Império e passou a ser dirigido por Ciro Cândido Martins de Brito, funcionário de carreira com passagens exitosas pela jovem administração imperial. Na gestão de Brito, o Archivo estabeleceu seu primeiro regimento interno, que referendou o dever (e o poder) da instituição em relação à "colheita" de "documentos pertencentes à História". Nos primeiros anos de sua condução, o diretor se queixou diversas vezes sobre o quão difícil era fazer com que os outros órgãos do Império permitissem o recolhimento de documentos por parte do Archivo. A fim de resolver o problema, em 1843, Brito foi autorizado a criar a Comissão de Empregados do Archivo, um grupo responsável por examinar e relacionar a documentação a ser recolhida pela instituição. O trabalho deste grupo - de que dispomos de pouca informação - foi o primeiro movimento prático e oficial do que hoje chamamos de avaliação de documentos. Apesar do avanço, entretanto, somente um século depois é que entusiastas da arquivística e instituições da área finalmente sistematizaram os primeiros procedimentos avaliativos no Brasil. A partir de 1940, autores como Márcilio Vaz Torres, Ignez D'Araújo e Eric Watson White, bem como dezenas de artigos e editoriais publicados pela célebre Revista do Serviço Público, passaram a discorrer - cada vez mais detidamente - sobre os critérios para eliminação ou guarda de documentos de arquivo, as idades arquivísticas e a confecção de instrumentos de trabalho voltados à sistematização da prática. É, contudo, a tradução de um texto escrito por Howard W. Crocker, então supervisor do Public Records State Education Department de Nova York, em setembro de 1950, que estampou de forma pioneira em um periódico brasileiro a expressão "avaliação", em referência aos chamados períodos de retenção de documentos. A partir deste marco - impulsionado anos mais tarde, pela publicação do Manual de Arquivos, de Theodore R. Schellenberg, em 1959 - que a ideia de um "processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação" dos mesmos finalmente ganha notoriedade, vindo a se consolidar entre os arquivistas, a partir da década de 1970 - e a ser legitimada, em 1991. O entendimento sobre os princípios desta trajetória, seus atores principais, fundamentos teórico-práticos e inserção contextual compõem o objeto da presente comunicação. O objetivo do trabalho é compreender a gênese das práticas e do desenvolvimento embrionário dos preceitos em torno da avaliação de documentos no Brasil. O trabalho utiliza como fontes a legislação arquivística, publicações das décadas de 1930 a 1990, relatos e instrumentos de gestão de documentos. Nesta comunicação, a avaliação é compreendida como um ato performativo integrante dos gestos que marcam a conformação do patrimônio cultural arquivístico brasileiro. O trabalho é parte

da pesquisa "A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil", em estágio avançado de desenvolvimento.

Título

Patrimônios documentais traumáticos e os movimentos por memória: O CEDIC e o Fundo Clamor

Autores

HELOISA DE FARIA CRUZ

Palavras-Chave

Patrimônio Documental, Memórias Traumáticas, Fundo CLAMOR, CEDIC

Resumo

As demandas recentes pela preservação e difusão de acervos documentais relativos à memórias traumáticas relacionam-se ao cenário crescente das lutas envolvendo memórias públicas e expõe a face de violência extrema do século XX. Após a I Guerra Mundial e o Holocausto, em diferentes cantos do planeta, cresceram as reivindicações de acerto de contas com passados recentes de situações que envolveram processos violentos de extermínio, exclusão e repressão política a grupos e populações diversas. Na maioria dos casos, os debates e a aprovação de políticas públicas sobre momentos de repressão e violência política articulam-se às lutas pela democratização, dando base aos processos de implantação da justiça de transição e as lutas por memória, verdade e justiça. Na conformação da noção de justiça de transição, junto com os objetivos de responsabilização de agentes violadores e reconhecimento das obrigações de reparação dos danos cometidos, destaca-se o desígnio de incluir a visão das vítimas nas narrativas históricas sobre os passados postos em causa. Nesse processo, muitos países assumiram como tarefa e dever de Estado a recuperação, a preservação e a publicização da documentação sobre os períodos de violência institucionalizada. E, nas décadas recentes identifica-se movimentos de grande vitalidade na área, os quais se articularam a importantes lutas políticas contra o arbítrio e a impunidade e pelo direito à verdade e à memória. Para a reflexão que esta comunicação propõe, cumpre destacar que, em vários momentos, as lutas tiveram/têm como dimensão importante a organização de suportes de memória produzidos nos períodos ditatoriais, dando origem ao desenvolvimento de inúmeros projetos e à organização de instituições diversas voltadas para a ação, pesquisa e reflexão sobre patrimônios documentais traumáticos. Em nosso continente, já primeira década deste século, vários países da América Latina organizaram instituições voltadas para a preservação do patrimônio documental traumático como são os casos do Archivo Histórico de la Policía Nacional da Guatemala, do Museo de la Memoria Uruguaio, do Museo Memorial de la Resistência Dominicana, do Museo de las Memórias: Dictaduras e Derechos Humanos do Paraguai, do Museo de la Memoria e Derechos Humanos do Chile, entre outras. No Brasil, parte importante das iniciativas de preservação deste patrimônio documental coube aos centros de documentação universitários, dentre os quais podemos citar, só em São Paulo, o AEL da UNICAMP, o CEDEM da UNESP e o CEDIC da PUC-SP. Esta comunicação objetiva expor o trabalho do CEDIC relativo a estes acervos e, particularmente, discutir a importância do Fundo CLAMOR (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul) como Patrimônio Documental traumático dos países do Cone Sul indicando ações e reflexões desenvolvidas a partir dele pelos pesquisadores do CEDIC- Centro de Documentação da PUC-SP.

Título

PATRIMÔNIO E ARQUIVOS SOB A ABORDAGEM TEÓRICA DE CAPITAL SIMBÓLICO: interlocuções para múltiplas realidades socioculturais e tecnológicas

Autores

ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA

Palavras-Chave

Arquivologia, Patrimônio, Capital Simbólico, Cultura e Arquivos, Tecnologia da Informação e Comunicação.

Resumo

Arquivos figuram como arautos socioinstitucionais de registros que remontam às narrativas culturais estruturadas como parte constituinte das lembranças/memórias entre ações do passado e do presente, para ensejar tomadas de decisão com impactos futuros. Outrossim, a personificação do arquivo como entidade, e reconhecidamente um dispositivo socioinformacional, o torna sujeito no protagonismo das ações sociais mediante a guarda, o tratamento, a preservação e o acesso aos documentos. Neste sentido, o presente estudo visa, metodologicamente, cunhar a perspectiva de Capital Simbólico que emerge no contexto teórico e social a partir de Pierre Bourdieu, deslocando-a para o corpus reflexivo da percepção do Patrimônio e dos Arquivos. A partir de uma lógica indutiva e de uma abordagem qualitativa toma-se por base a estratégia de análise de conteúdo para tratamento das informações levantadas a partir de um estudo de literatura científica que estabelece como fontes informacionais livros e textos, presentes em periódicos indexados nas bases de dados da CAPES (livre), BRAPCI e SCIELO Brasil. Como aparelho conceitual, lançamos mão de diferentes olhares a partir de autores com influência no contexto patrimonial, a nível nacional e internacional, uma vez que suas formações e inferências perpassam a História, a História da Arte, a Crítica de Arte, a Sociologia, a Filosofia e, evidentemente, a Arquivologia. Como resultado, traçamos um panorama de facetas dialógicas que reverberam em um conhecimento reflexivo e abrangente por meio da interdisciplinaridade que, efetivamente, situa o Arquivo ante o contexto de Patrimônio Documental, no tocante à memória e cultura. Por fim, acredita-se que a ideia de valor atribuído aos documentos de Arquivo e o seu potencial para a cultura e a memória se encontra correlacionada à capacidade de perceber o simbólico como capital que orienta o desenvolvimento social, científico e tecnológico. Porém, requer um processo dialético e identitário dos povos, o que não é algo voluntário, pois, assim como a linguagem é ensinada, o despertar social para o Capital Simbólico, que prevê a valorização dos Arquivos como Patrimônio, requer um trabalho estratégico de educação por meio da difusão do conhecimento de seus múltiplos acervos como meta para assegurar o acesso livre e igualitário em prol de fraternidade transgeracional. Ou seja, despertar uma dialética do concreto sob a égide de que o Capital Simbólico transpassa a barreira teórica e reverbera de modo aplicado ao ser convertida em práticas de difusão e educação patrimonial, obedecendo requisitos prévios de tratamento documental no campo Arquivístico, que pode assegurar a manutenção de sua pertinência e singularidade, ao lançar mão de tecnologias contemporâneas, tais como: plataformas com arquitetura da informação inclusiva e atraente, repositórios confiáveis e a perspectiva de adoção das mídias sociais no estreitamento de laços interativos entre os acervos e a sociedade, bem como o foco na fidelização das comunidades e de povos que passariam a 'enxergar-se' efetivamente nestes legados institucionais (arquivos), mesmo que induzidos 'algorítmicamente'.

Título

SANTARÉM, A CIDADE COMO DOCUMENTO: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO FONTE DE MEMÓRIA DA REGIÃO

Autores

Jacqueline Dias da Silva

Palavras-Chave

Patrimônio Histórico; Memória; Documento; Preservação

Resumo

A cidade de Santarém, localizada no Oeste do Pará, possui vários bens de natureza histórica como as edificações existentes que tem sob sua guarda a memória do período colonial no Brasil. Dessa forma, quando se pensa em memória, ao mesmo tempo, conseguimos refletir sobre a identidade de um grupo, de uma cidade, de uma região e/ou de um País, o que está relacionado à sensação de pertencimento daquele povo diante de seus costumes e tradições. Ademais, recorrer ao passado e visualizar a história de Santarém refletida em edificações históricas certamente é uma ação relevante, não só para aqueles que preservam a memória e ao mesmo tempo constroem a história hoje, como também para as demais gerações que podem vir a ser despertadas em um sentimento de valorização da história social, política e cultural de sua região. Neste sentido, temos como fonte de pesquisa deste trabalho as edificações históricas de Santarém do Estado do Pará, com alguns locais de grande destaque na cidade como: a Fortaleza do Tapajós; a Catedral de Nossa Senhora da Conceição; o Solar do Barão de Santarém e o Solar do Relógio que se mantém erguidos e representam espaços que contam a história da comunidade local. Por conseguinte, este trabalho objetivou investigar o patrimônio histórico de Santarém do Pará, como fonte de memória da região relacionando-o ao conceito de cidade documento. Para isso, este artigo embasou-se no projeto de extensão "Santarém, a história em seus patrimônios", já concluído, vinculado a Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, desenvolvido por servidores arquivistas e alunos da Instituição cujo trabalho resultou em um documentário curta-metragem sobre esta temática, onde foram colhidos relatos de turistas, da população local e de pesquisadores, cuja memória mantém viva a história de Santarém, bem como, realizou-se pesquisas bibliográficas em livros, textos acadêmicos, monografias, dissertações, teses, periódicos e em sites especializados em que foram encontrados textos relacionados ao tema. Os resultados obtidos demonstram que a comunidade santarena observa as referidas edificações históricas como documento, sinalizando sua identidade cultural e mencionando o desejo pela preservação dos prédios, os turistas, por sua vez, possuem expectativas quanto a possibilidade de adentrar nestes espaços e conhecer a história além das construções e os pesquisadores entrevistados apontam ações acadêmicas e sociais sobre as edificações dos tempos de Brasil colônia promovendo a difusão dessas construções para toda a comunidade santarena. Por fim, esta temática trará algumas leituras e apontamentos sobre a história das edificações, bem como apresentará alguns trechos do referido documentário, buscando simbolizar - sob diversas perspectivas - a cidade como documento, onde cada prédio foi palco de momentos históricos em um período extremamente marcante para a história do povo brasileiro.

Título

Base de dados em arquivística: a produção científica brasileira

Autores

Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo

Palavras-Chave

Arquivística, Base de dados, Patrimônio documental, Arquivista

Resumo

A produção científica em arquivística, em âmbito nacional, abordada na obra de Souza (2011) revelou que 19% dos entrevistados publicaram os resultados de suas pesquisas em artigos de periódicos especializados, livros, capítulos de livros, manuais técnicos, além da apresentação nos eventos científicos, totalizando 393 títulos, com curva ascendente a partir dos anos 2000. Entretanto, observa-se a ausência de um espaço que concentre a produção científica em arquivística, em língua portuguesa, a exemplo do que ocorre na Espanha, com o Centro de Información Documental de Archivos, que tem a missão de difundir e disponibilizar a produção científica espanhola, na forma online. Diante desta constatação busca-se atender esta demanda por meio de dois projetos ora apresentados. O primeiro, como pesquisa de iniciação científica, é vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa e à Universidade de Brasília, e o segundo consiste num projeto de extensão, com recursos oriundos do Decanato de Extensão, da mesma Universidade. A finalidade de ambos é desenvolver uma Base de Dados em Arquivística que consolide a produção científica em âmbito nacional e integre o patrimônio documental da área. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, mapeou as publicações existentes e constatou que uma listagem da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que qualifica as revistas na área de comunicação e informação, relaciona 1804 periódicos, em língua portuguesa, inglesa, espanhola, francesa, dentre outras. Por outro lado, da relação das Revistas Brasileiras em CI, onde constam 69 revistas, algumas estão excluídas como a Revista Cenário Arquivístico e a Revista Correio da Unesco, ambas na forma impressa, contendo artigos da área. As revistas que registram textos publicados pelas instituições públicas estaduais e municipais, e outras instituições notáveis, também estão excluídas da relação. Constatou-se, ainda, que dado o quantitativo reduzido de publicações específicas em arquivística e por ser uma área interdisciplinar, diversos artigos estão publicados em revistas de biblioteconomia, ciência da informação, museologia, história, educação, filosofia, dentre outras. Destaca-se que as revistas de educação e filosofia não integram o rol daquelas relacionadas como Revistas Brasileiras em CI, mencionadas anteriormente, o que amplia o universo a ser pesquisado. A Base de Dados em Arquivística utiliza a ferramenta Tainacan, desenvolvida por docentes da Universidade Federal de Goiás e Universidade de Brasília, sendo vinculada à WordPress, sistema livre e aberto de gestão de conteúdo para internet. Os primeiros resultados indicam que as revistas eletrônicas nacionais da área mais expressivas estão vinculadas às instituições arquivísticas governamentais e associações profissionais com destaque para a Revista Arquivo & Administração, que registra estudos desde 1972. Pretende-se que a Base de Dados em Arquivística configure-se como uma fonte de pesquisa e, ao mesmo tempo, o repositório científico da área, inédito e original, possibilitando que as informações se revelem transparentes e de livre acesso para os discentes, docentes, pesquisadores e público em geral.

Título

O papel dos Arquivos Universitários na pesquisa/ensino de História Local e na Educação Patrimonial

Autores

Leonardo Cândido Rolim

Palavras-Chave

Arquivos Universitários, Educação Patrimonial, História Local.

Resumo

Parte-se da compreensão que tanto as Universidades quanto os Arquivos são instituições que, socialmente referenciadas, são fundamentais para a preservação do Patrimônio Cultural, e não devem, todavia, atuar apenas como coadjuvantes nesse processo. Em primeiro lugar, cabe destacar que o espaço do Arquivo deve, cada vez mais, ser tomado como lugar de produção de políticas de preservação do Patrimônio Cultural, pois sua participação nas ações culturais pode possibilitar a aprendizagem da História e da tomada de consciência das identidades culturais, por parte das populações menos letradas, pelo conhecimento das tradições e da história local. Da mesma forma, as Universidades precisam construir estratégias sólidas de valorização de seu patrimônio (intelectual-científico, cultural, histórico) que avancem além da atuação de professores e pesquisadores das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, História, Museologia etc. em projetos muitas vezes reconhecidos entre seus pares, mas pouco atuantes dentro da instituição. Diante dessa alegada relevância social da Universidade e da função essencial que os arquivos têm nessas instituições, é importante refletir sobre o papel que os arquivos universitários podem (e devem) desempenhar, pois as universidades tornam-se referência para as comunidades em que atuam e, por consequência, refletem uma parte da(s) História(s) daquela população. Nesse sentido, é possível inferir que, nos arquivos universitários, estão depositadas, entre outras, fontes para história da educação, da ciência, do trabalho, da cultura etc. daquela comunidade. Esta comunicação tem por objetivo evidenciar o papel dos Arquivos Universitários na promoção de políticas de preservação, gestão e difusão do patrimônio da própria instituição, e, analisando o caso específico da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no desenvolvimento da pesquisa em História Local/Regional. Em primeiro lugar, a pesquisa em História Local/Regional pode ganhar destaque na UERN pela sua inserção nas diversas regiões do Rio Grande do Norte nos últimos 50 anos, principalmente no interior do Estado. Ou seja, a atuação do sistema de Arquivo junto aos cursos de História (aqueles sediados na própria UERN ou em outras instituições) para preservar e divulgar a documentação da instituição e a doada por particulares – geralmente ex-alunos ou ex-servidores que acumularam livros e documentos importantes – e com ela produzir conhecimento histórico. Em segundo lugar, o ensino da História Local/Regional por meio dos Estágios Supervisionados das licenciaturas que podem, por sua vez, tanto levar a história da universidade às escolas quanto produzir/ensinar a partir dos arquivos escolares as próprias histórias das comunidades no entorno e da escola. Por fim, a ideia de que se faz mais do que necessário referenciar socialmente as instituições universitárias e evidenciar a identificação entre sociedade/universidade que supere a visão limitada de espaço de ensino/aprendizagem e, no máximo, de pesquisas científicas. É assim que a Extensão Universitária ganha destaque como base de respaldo da universidade perante a sociedade e é peça fundamental na divulgação dos acervos por meio da promoção de eventos e de núcleos de extensão que trabalhem com patrimônios documentais, como é o caso do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NUDOPH), ligado ao Departamento de História/Campus Central da UERN. A articulação entre História Local/Regional e os Arquivos Universitários, evidencia-se na UERN pois, em muitos casos, os campi da instituição se constituem no único lugar de ensino superior de algumas cidades e, portanto, espaço de sociabilidades e constituição de memórias sobre importantes acontecimentos locais/regionais. A partir desse patrimônio documental, acreditamos ser possível produzir/divulgar a História local/regional de cidades e regiões do Rio Grande do Norte.

Título

Arquivo, memória e instituições: estudo de caso da Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM

Autores

Monica Rebecca Ferrari Nunes, Débora Regina Bacega

Palavras-Chave

memória, arquivo, instituições, Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM.

Resumo

Este artigo pretende apresentar as relações entre arquivo, memória e instituições no que diz respeito aos seus desdobramentos na concepção de projetos memoriais, seja em organizações ou empresas na esfera pública ou privada. Identifica-se a composição de acervos empresariais com a colaboração de historiadores-arquivistas no cenário brasileiro a partir da década de 1970. Destaca-se também a influência do processo de redemocratização no país na criação formal de centros de memória de instituições públicas ou privadas, como clubes esportivos, universidades, escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, entidades e empresas. Esse movimento evidencia a importância da preservação da memória pública e privada. No início dos anos 1990, pode-se afirmar que a regulamentação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados concebe novos rumos à temática, que passa a ter legislação específica no Brasil. Por outro lado, intensifica-se, nesse período, a relação entre memória e gestão do conhecimento formal e tácito no ambiente das organizações. Na passagem dos últimos vinte anos, percebe-se uma maior preocupação com a digitalização de acervos e o entendimento de que a memória também pode corroborar com a identidade, a reputação e a responsabilidade histórica e sociocultural das instituições. Conceitualmente, a criação de acervos pressupõe os referenciais que justificaram tanto a produção quanto a guarda de seus documentos (Camargo & Goulart, 2015), resultando em possíveis agrupamentos como audiovisual ou videoteca, bibliográfico, cultura material, museológico, fotográfico, referência, textual permanente, coleções e banco de depoimentos (Totini & Gagete, 2004). A partir desses aportes teóricos, observa-se a constituição de acervos temáticos tanto em formatos físicos quanto virtuais que se originam graças à criação de centros de memória conforme Camargo e Goulart (2015) ou de cátedras de acordo com o estudo de caso apresentado. Nesses ambientes híbridos, compreende-se iniciativas de preservação e valorização do patrimônio e da memória. Como objeto empírico apresenta-se a Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM criada pela Pró-Reitoria de Pesquisa desta Instituição de Ensino Superior em 2017. Desde então, a Cátedra desenvolve paulatinamente ações de tratamento, preservação, transmissão e circulação de acervos que reúnem peças publicitárias, revistas impressas de vários segmentos, coleções, material audiovisual, fotografias, entre outros suportes e linguagens que representam parte da memória midiática nacional. As atuações da Cátedra se dão conjuntamente com a Biblioteca da escola. Os acervos são também objetos de pesquisas acadêmicas e socioestéticas levadas a cabo por discentes (Sado, 2020) e grupos de pesquisa da instituição em seus campi de São Paulo e Rio de Janeiro. Este trabalho compreende o projeto, as realizações e as iniciativas da Cátedra, como a parceria com a plataforma Google Arts & Culture para a exposição de uma coleção de primeiros exemplares de revistas publicadas a partir de 1912, doadas por um ex-conselheiro da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), conhecida como Coleção nº1. A Cátedra constitui um exemplo de projeto de extensão universitária voltado à memória midiática e institucional que se pretende compartilhar com a sociedade. Neste sentido, apresenta-se conceitos históricos, entre eles, testemunho e arquivo segundo Ricoeur (2007) e Colombo (1991); sociológicos e comunicacionais como a produção social da memória na semiosfera (Gondar & Dodebei, 2005; Lotman, 1996). Compreende-se a dimensão plural e os desafios que envolvem os projetos memoriais tais quais incompletudes, esquecimentos, silenciamentos e imperfeições que orbitam em torno de acervos e arquivos. Espera-se demonstrar a importância dessas iniciativas para a formação e sustentação da memória institucional.

Título

O projeto Acervo DocumentSecretaria do Patrimônio da União: trocando experiências acerca de métodos arquivísticos

Autores

Raquel Pret, Natália Bolfarini Tognoli

Palavras-Chave

Secretaria do Patrimônio da União (SPU); Projeto Acervo Documental; métodos arquivísticos; tipologia documental

Resumo

Os documentos de arquivo são evidências das transformações, indícios que fornecem possibilidades de compreender as mudanças não somente dos espaços, mas da própria vida das pessoas em sociedade. Há múltiplas potencialidades desses registros elencados na literatura arquivística como: provar os direitos do cidadão e da própria instituição produtora dos documentos, uma utilidade jurídica e judiciária; lembrar-se dos usos dos documentos na gestão de qualquer instituição; identificar-se, pela transmissão da memória propiciada pelos documentos, uma função social que permite tanto as pessoas quanto às instituições o seu enraizamento no tempo, com mais solidez; por fim, compreender, enquanto uma contribuição científica de conhecimento, uma vez que os arquivos se distinguem como verdadeiras fontes privilegiadas para a produção de saberes de diferentes áreas. Todas essas possibilidades estão presentes no acervo documental da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), custodiado por sua superintendência do Rio de Janeiro. A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) integra atualmente o Ministério da Economia e é responsável pela gestão do patrimônio imobiliário da União. Dentre as suas competências estão: a identificação, a demarcação e o cadastro dos imóveis da União; a adoção de providências necessárias à regularidade dominial desses bens; a avaliação; a fiscalização e o controle do uso e da ocupação; administração da incorporação de novos imóveis ao patrimônio da União; estabelecimento de diretrizes para a destinação e uso destes bens; fiscalização de sua ocupação, na forma da lei, e; promoção da arrecadação. Diante dessa perspectiva, o objetivo desse artigo é apresentar as aplicações dos métodos e princípios arquivísticos utilizados para o tratamento, organização e conservação do conjunto documental que compõe o projeto Acervo Documental SPU/RJ, em especial a descrição desses no sistema de gestão de processos da instituição, chamado, Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet). A documentação que está no escopo do projeto Acervo Documental SPU/RJ, por seus conteúdos históricos, políticos, econômicos, sociais, são elementos expressivos importantes que assinalam projetos, complexidades, interesses pluridimensionais da sociedade brasileira no tocante ao patrimônio imobiliário brasileiro. Iniciado em 2003, o referido projeto foi concebido com o intuito de organizar, tratar e disponibilizar parte significativa do patrimônio documental, tanto para o uso de suas unidades de trabalho, facilitando assim o desenvolvimento das competências da instituição, quanto para o acesso dos cidadãos que queiram pesquisar sobre os bens imóveis da União. Utilizaremos a metodologia explicativa para mostrar os resultados do trabalho realizado no âmbito do projeto nos últimos dois anos (2018-2020), correlacionando este com os estudos arquivísticos, em especial os voltados à análise documental para a identificação dos tipos documentais. Apontamos para alguns resultados preliminares como o fato da organização e a análise da importância do acervo levar à criação do Centro de Conservação e Laboratório de Restauração da SPU; ademais, a identificação dos tipos documentais como fichas financeiras atestando a cadeia sucessória de foreiros de imóveis cuja União possui direito a uma parte por estarem localizados em terrenos de marinha, bem como os documentos cartográficos circunscrevendo terrenos da União (mapas e plantas de todo o território nacional, de valor permanente), permitiu descrições mais precisas, realizadas no Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet), facilitando sua organização e acesso. Além disso, ressaltamos que o tratamento desses tipos documentais específicos têm colaborado para o desenvolvimento das atividades fim a exemplo dos processos de aforamento que permitiram uma maior fiscalização dos imóveis pertencentes à União. Concluímos

ressaltando a importância social, econômica e histórica do acervo da Secretaria do Patrimônio da União, custodiado pela Superintendência do Rio de Janeiro, e o quanto ele foi visibilizado a partir da adoção de métodos e princípios arquivísticos para o seu tratamento e organização.

Título

O pioneirismo da mulher na Arquivologia brasileira

Autores

Raquel Pret

Palavras-Chave

Arquivologia; mulher; gênero; pioneirismo; campo científico.

Resumo

A sociedade brasileira configura-se como um espaço heterogêneo marcado por desigualdades, assimetrias e violências, inclusive de gênero. Os campos do conhecimento tal como a Arquivologia refletem esta configuração, influenciados pelas estruturas constituintes da nossa condição histórica: o patriarcado, o patrimonialismo, o classismo. Assim, constituiu-se noções como a esfera pública sendo um lugar pertencente ao masculino, enquanto, a esfera privada, o lar, o ambiente doméstico e familiar como o lugar do feminino. Práticas culturais que criam um imaginário de dominação masculina em importantes áreas como a política, a economia, as ciências. Uma formação social que privilegia a narrativa na qual os homens detêm o saber e o poder, em detrimento da invisibilização das mulheres. Contrariando essa lógica, mulheres sobrepuseram tal sujeição e exerceram protagonismo na produção do conhecimento, mesmo em ambientes hostis. Diante dessa realidade, o objetivo desse artigo é analisar a atuação das mulheres na constituição da Arquivologia como campo científico no Brasil e suas contribuições para o desenvolvimento deste. O intuito é compreender como determinadas agentes participaram da fundação de importantes instituições arquivísticas, estabeleceram e implementaram métodos e técnicas, criaram e engajaram-se em associações, além de verterem-se em expoentes da produção científica na Arquivologia. A abordagem metodológica é de caráter qualitativo e exploratório. Por meio de um levantamento bibliográfico acerca da história da Arquivologia no Brasil, mapeamos nomes que figuraram frequentemente na literatura, justamente por suas colaborações na consolidação desse campo do conhecimento a partir da atuação nas frentes já citadas. Estabelecemos como marco temporal a segunda metade do século XX, justamente pela institucionalização da Arquivologia como saber científico disciplinarizado no Brasil. A pesquisa desdobra-se até a primeira metade do século XXI por considerar necessário certo distanciamento do passado para a maturação, revisionismo e avaliação da própria área sobre as obras e as ações empreendidas pelas personalidades analisadas. Essa análise foi cotejada com uma revisão de literatura acerca da construção social de gênero, perpassando por autoras como Joan Scott, Simone de Beauvoir, Donna Haraway e Jaqueline Letá. A disciplinarização dos saberes faz parte dessa investigação também. Apresentamos como resultados as formas que figuras femininas despontaram na consolidação de técnicas arquivísticas, inclusive compartilhando experiências e influências adquiridas na Europa e nos Estados Unidos como Nilza Teixeira Soares que, embora fosse bibliotecária de formação, tornou-se um grande expoente da Arquivologia brasileira por implementar no Brasil métodos arquivísticos que aprendeu a partir de seus estudos no exterior. Ademais, sua importante tradução da obra *Modern Archives - principles and techniques*, de Theodore Schellenberg, um referencial da literatura internacional do campo, tornou-se um grande referencial para a gestão de arquivos correntes no Brasil. Destacam-se também mulheres como Marilena Leite Paes e Helena Corrêa Machado que participaram ativamente na fundação e organização da Associação de Arquivistas Brasileiros, importante

entidade no tocante a institucionalização dos cursos de Arquivologia no país. Cabe destacar a influência das brasileiras Leda Pimenta Bernardes, Heloísa Bellotto e Ana Maria Camargo na produção científica da área, constituindo-se inclusive como referências internacionais, sobretudo pelas formulações acerca da tipologia documental, significativo contributo que instiga o desenvolvimento de estudos sobre classificação e avaliação dos documentos de arquivo. Citamos alguns ícones que revelam o pioneirismo da mulher no campo da Arquivologia. No entanto, a pesquisa em sua íntegra aponta outras mulheres que tornaram-se referenciais nos processos de consolidação das instituições arquivísticas brasileiras; criação dos cursos de Arquivologia; fundação e engajamento em associações de classe; elaboração e difusão de técnicas e métodos arquivísticos; além das produções científicas que vêm contribuindo para o desenvolvimento da área.

Título

A construção de uma noção de patrimônio documental a partir dos regimentos internos do Arquivo Nacional e seu reflexo na institucionalização de arquivos privados

Autores

Renato Crivelli

Palavras-Chave

Patrimônio Documental, Arquivo Nacional, Regimento Interno, Arquivos privados

Resumo

Trata-se o presente trabalho de parte de um projeto de pesquisa em andamento no âmbito do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e apresenta inquietações, algumas reflexões iniciais e perspectivas para a pesquisa. Desde sua criação, em 1838, o Arquivo Nacional já contou com 14 regimentos internos responsáveis por estruturar suas competências, ações e organização, sendo o mais recente datado de 2011. Dentre todos os regimentos internos, apenas dois deles associam direta e objetivamente o Arquivo Nacional à preservação do patrimônio documental do país: o regimento de 1975 e o atual, de 2011. Porém, a ideia de instituição e espaço de preservação do patrimônio documental brasileiro encontra-se de modo intrínseco em todos os demais regimentos, antes mesmo de a responsabilidade pela proteção do patrimônio histórico e cultural do país ser assumida pelo Estado, que ocorre apenas com a Constituição de 1934, e da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937. A análise destes instrumentos normativos permite uma percepção do modo como a noção de patrimônio documental é expressada e, aos poucos, começa a se estruturar e associa-se ao espaço e à instituição Arquivo por um ponto de vista de construção de significados dos e sobre os conjuntos documentais preservados. Conceitualmente relacionado aos conceitos de patrimônio histórico e cultural, o patrimônio documental carrega em si elementos que envolvem a representação de práticas sociais coletivas diretamente associadas aos empreendimentos de construção de memórias e identidades de uma dada coletividade. Ao falarmos de patrimônio documental de uma nação, como é o caso do acervo do Arquivo Nacional, destaca-se ainda o elemento do nacionalismo como questão a ser considerada, ou seja, a identificação de quais são os valores coletivos nacionais considerados válidos para integrar o conjunto de documentos patrimonializados por meio da tutela pelo Estado. Para além da responsabilidade natural da administração pública sobre seus próprios documentos, patrimônios públicos por excelência, a proteção patrimonial estende-se também a documentos produzidos pela esfera privada, tanto institucional quanto pessoal. A extensão para o âmbito dos arquivos privados torna o tema mais sensível, pois significa a escolha deliberada de documentos não pertencentes à administração pública para, a partir de então,

serem considerados parte do patrimônio nacional. Nesse sentido, com base nos regimentos internos do Arquivo Nacional, objetiva-se analisar de que modo os instrumentos normativos desta instituição contribuem para a estruturação de uma noção de patrimônio documental responsável por coordenar a construção do acervo de documentos preservados pela instituição. Em continuidade, a partir de pesquisa na base de dados Sistema de Informações do Arquivo Nacional, busca-se identificar o reflexo desta noção na composição do conjunto de arquivos privados selecionados para preservação pelo Arquivo ao longo de sua trajetória. Deste modo, pretende-se contribuir com a compreensão do significado de patrimônio documental presente nas práticas e nas políticas de institucionalização de arquivo privados por instituições arquivísticas públicas.

Título

Tudo que (não) SEI: o impacto do Sistema Eletrônico de Informações na gestão documental e na memória de uma universidade pública

Autores

RITA DE CÁSSIA LANA

Palavras-Chave

Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Processos públicos, Arquivos institucionais universitários, Memória da administração pública brasileira

Resumo

Inicialmente, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi uma plataforma para melhorar a gestão de processos e documentos eletrônicos, visando reduzir o tempo de tramitação das ações judiciais, tendo sido desenvolvida no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4); foi cedido e disponibilizado gratuitamente à administração pública brasileira nos três níveis, alcançando órgãos nos Estados, Municípios e na União - o que ocasionou uma alteração profunda na realidade cotidiana de processos administrativos das mais variadas ordens e finalidades, acesso à informações e arquivos institucionais /pessoais de uma forma que ainda não se concluiu mas que já sinaliza questões dramáticas e problemas tanto de ordem técnica quanto política implicadas nas decisões que são tomadas diariamente pelos gestores do SEI em cada órgão, visando adequar as práticas internas à política nacional de virtualização da gestão pública. Busca-se avaliar aqui o caso específico da implantação do SEI no âmbito de uma universidade pública federal, a UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, que completa cinquenta anos em 2020 e veio a aderir ao SEI oficialmente em fins de 2017, porém só o fazendo na prática em 2018/2019, quando se iniciaram testes e treinamentos para que a comunidade acadêmica fizesse uso da plataforma virtual de maneira a eliminar os processos físicos tradicionais "capa azul" (em suporte papel) e se adaptasse às novas práticas e exigências estabelecidas em fluxogramas para o andamento das documentações - as chamadas "bases de conhecimento". As inúmeras situações de embate dos servidores responsáveis e gestores para conseguirem realizar as tarefas diárias, se familiarizando às regras e restrições impostas pela informatização são talvez cortina de fumaça para uma dimensão mais preocupante e ampla que está se configurando no horizonte: a perda de elementos documentais de grande relevância para a memória institucional, na medida que a expressão individual e particularidades da vida acadêmica não encontram mais espaço em "templates" e modelos com campos a serem apenas preenchidos por um número máximo de caracteres fixos; por outro lado, o fim do uso do papel foi determinado por decreto desde 07/10/2015 pela então presidente Dilma Vana Rousseff no âmbito dos órgãos federais, ensejando um duplo movimento que necessita ser analisado também à luz da problemática da manutenção e perda dos suportes para a história da administração pública e do Estado brasileiro, a partir de um de seus órgãos

produtores de conhecimento por excelência, a universidade pública federal. Portanto, esse relato de caso também enseja a reflexão sobre o significado dos processos em curso para geração de documentos e seu impacto na memória como fator de homogeneização das experiências e ocultação de conflitos que subjaz à justificativa do ganho de eficiência e transparência para os cidadãos e as instituições.

Título

MEMÓRIA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE ARQUIVISTAS NO BRASIL

Autores

Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves, Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo

Palavras-Chave

Arquivistas, Associativismo, Memória, Coletivos profissionais, História Oral.

Resumo

A profissão de arquivistas é reconhecida legalmente no Brasil desde 1978. Anterior ao surgimento do primeiro curso de graduação em Arquivologia, em 1976, e à regulamentação da profissão com a Lei nº 6546/1978, um grupo de profissionais abnegados fez surgir o movimento associativo culminando, em 1971, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. A referida associação ganhou abrangência de atuação com a criação de Núcleos Regionais em vários estados brasileiros. A Associação de Arquivistas Brasileiros foi a única entidade representativa de arquivistas atuando em âmbito nacional até 1998 quando os Núcleos Regionais foram extintos, dando origem à criação de associações de arquivistas. Os cursos de graduação em Arquivologia, iniciados na década de 70, são ministrados em 16 (dezesesseis) instituições públicas de ensino e em 1 (uma) universidade particular. Consequentemente o quantitativo de arquivistas com formação formal ampliou-se, consideravelmente e o número de associações de arquivistas chegou a 12 (doze). Paralelamente, o mercado de trabalho se mostrou promissor com o aumento do número de vagas em concursos públicos nos três poderes e nas três esferas de governo em todo o país, inclusive nos estados sem a presença do curso de Arquivologia. Diante de tal cenário, esperava-se que o movimento associativo de arquivistas também evoluísse na mesma proporção, possibilitando a renovação dos cargos das diretorias das associações e, sobretudo, da ampliação do quadro de associados. No entanto, observa-se uma participação tímida nos dois aspectos obstaculizando a continuidade e a expansão do movimento associativo. Outras entidades representativas de classe em âmbito nacional como Conselho Profissional e Sindicato foram propostas. Os projetos apresentados em várias ocasiões para criação de Conselho Federal de Arquivologia foram indeferidos e o Sindicato Nacional de Arquivistas e Técnicos de Arquivos - SINARQUIVO não chegou a ser registrado. A fim de compreender a motivação dos presidentes e ex-presidentes de associações de arquivistas e a ausência do sentimento de pertença ao coletivo nas novas gerações de arquivistas, está em desenvolvimento uma pesquisa que busca resgatar a memória do movimento associativo de arquivistas sob duas abordagens. Na primeira, pretende-se dar voz às personalidades que atuaram como interlocutores à frente das associações e que expandiram a luta em defesa dos arquivistas, construindo um outro olhar sobre o movimento associativo. Como segunda vertente, busca-se mapear a produção acadêmica científica que aborda o associativismo e as formas de relação com os arquivistas analisada anteriormente por SOUZA (2011); SILVA & ORRICO (2012); SILVA (2013) de modo a construir uma sequência cronológica dos discursos apresentados pelos autores. Prestes a completar cinquenta anos de luta em prol da categoria, a literatura sobre o associativismo de arquivistas ainda se revela reduzida assim como relatos dos atores que participaram ativamente de sua construção. A pesquisa utiliza-se da metodologia da história oral,

pesquisa bibliográfica, além de questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados. Como primeiros resultados foram mapeadas as principais fontes de informação que abordam o associativismo registradas nos livros, artigos de periódicos, monografias, teses, dissertações, trabalho de conclusão de curso, obedecendo um corte cronológico a partir de 1998, ocasião em que ocorre a extinção dos núcleos regionais. Estima-se que as discussões contribuam para que se amplie a visibilidade das associações e que sejam conhecidos os principais legados do movimento associativo para os arquivistas, para os arquivos, para a Arquivologia e para a sociedade em geral.

Título

Instituições de Custódia e Disseminação de Documentos Arquivísticos diante das Tecnologias da Informação e Comunicação: Centros de Memória, Centros de Documentação e Arquivos.

Autores

ROSALE DE MATTOS SOUZA

Palavras-Chave

Instituições de Memória; Centros de Memória; Centros de Documentação; Arquivos; Tecnologias da Informação e Comunicação.

Resumo

Quais são os impactos das tecnologias da informação e da comunicação nas instituições de memória na sociedade da informação? As instituições de memória vêm se apoderando das tecnologias da informação e da comunicação, de modo a garantir a manutenção e construção de interfaces e mecanismos de pesquisa capazes de promover os sistemas de recuperação da informação, mediar o acesso a informação de forma mais consistente junto aos usuários nas redes sociais. Este trabalho visa de forma geral analisar as diferenças e semelhanças entre Centros de Memória, Centros de Documentação e Arquivos, que podem manter cooperação e integração de saberes e acervos por meio da comunicação, das ferramentas e dos recursos tecnológicos. Como objetivos específicos: refletir sobre as atribuições das instituições de memória; compreender as funções e a posição hierárquica de entidades públicas ou privadas. Diante da constatação de que o ambiente tecnológico apresenta mudanças em sua composição, seu tamanho e características de mediação, o trabalho pretende observar o papel atual do arquivista, do documentalista e do historiador. Além disto, destacar os princípios e características desses lugares de memória, ou seja, as formas de recolhimento, tratamento, organização, manutenção, avaliação, disseminação e difusão de documentos e informações. Como aspecto teórico -metodológico houve o levantamento de literatura sobre tipos de memória, memória institucional e organizacional, além dos conceitos sobre Centros de Memória, Arquivos e Centros de Documentação. No aspecto da metodologia empírica, assinala-se o método comparativo entre instituições de memória. Identificamos alguns exemplos de arquivos, centros de memória e centros de documentação, de entidades públicas e privadas. Por extensão, apresentamos, por amostragem, algumas instituições de memória que se utilizam de redes de informação, sites, facebooks, blogs e demais ferramentas para divulgação de serviços, produtos e conteúdos. Apresenta-se um quadro comparativo, assinalando as características que aproximam ou diferenciam essas instituições, tais como: estrutura organizacional, classificação, avaliação e descrição e difusão de documentos, demandas de usuários, tipos de acervos, gêneros e tipos de suportes documentais. Como pontos em comum, essas instituições de memória têm os seguintes aspectos: a disponibilização da informação custodiada, o acesso aos documentos e informações, a normalização, a mediação, os instrumentos de pesquisa e as estratégias de busca. Concluindo, a sociedade da informação

nos impele para relações interdisciplinares no fazer e no pensar entre áreas do conhecimento. Assinala-se que essas instituições de memória buscam recursos administrativos, gestão de acervos, a preservação do patrimônio documental, assim como, elementos estratégicos para a tomada de decisões, a identidade organizacional, enfim a solução de problemas documentais e informacionais. Neste sentido, a informação e o conhecimento são susceptíveis de serem gerenciados da mesma forma como qualquer outro recurso de uma organização ou de uma sociedade. No que diz respeito ao antigo paradigma, observou-se o acervamento e quanto ao novo paradigma, há a potencialização do acesso ao usuário e melhoria da sua competência informacional, havendo interação entre profissionais da informação e usuários. Com os novos desafios tecnológicos, os arquivos contemporâneos passaram a ter atributos semelhantes aos das bibliotecas, centros de documentação e os centros de memória, tais como: tipos de documentos digitais ou natodigitais, exemplares únicos ou múltiplos, fonte geradora única para múltiplas fontes, indexação, instrumentos de pesquisa eletrônicos e interfaciados com outras unidades de informação, normalização descritiva. Atualmente, como as demais instituições, os arquivos não têm só como usuários o historiador, o administrador, mas também o grande público e os cidadãos em geral. É dever do estado a preservação do patrimônio cultural da nação, de prestar contas e dar acesso aos cidadãos dos atos governamentais, promovendo a transparência, independentemente do tipo de instituição de memória, custódia e disseminação de documentos e informações públicas e privadas.

Título

Memorial institucional: um sistema em definição

Autores

Tassila Oliveira Ramos, Zeny Duarte de Miranda

Palavras-Chave

Memória, Memorial, Memorial Institucional, Teoria sistêmica, Sistema orgânico.

Resumo

O presente estudo apresenta reflexões sobre a necessidade de existir critérios teóricos e metodológicos para a implementação de memorial a partir de instituição híbrida, ou seja, composta de documentação de arquivo, biblioteca e museu, sem, no entanto, ser compreendida em um mesmo plano de conhecimento e técnica. Nesse sentido, com base em autores como Pierre Nora e Jacques Le Goff, as instituições voltadas para tratar questões relacionadas à memória, guarda e preservação de documentos e artefatos são denominadas de "lugares de memória" ou "instituições de memória", a referenciar arquivos, bibliotecas, museus e outros lugares de registros documentais, considerando a compreensão desses conceitos enquanto espaços onde a memória encontra abrigo. Durante a Antiguidade, o arquivo, a biblioteca e o museu podiam ser uma única instituição, a exemplo do Mouseion e da Biblioteca de Alexandria, nos quais, em um mesmo espaço, era possível a guarda de documentos, livros e obras de arte, em um contexto em que não havia divisão de áreas do conhecimento. Porém, na Idade Contemporânea, surge a demanda por mão-de-obra especializada e, assim, cada área passa a buscar espaço distinto e denominação correspondente à sua própria teoria e prática. Com o avanço das áreas da ciência da informação e da tecnologia da informação e comunicação, as instituições passam a reunir documentação de variada natureza, gênero, formato, espécie e tipologia para compor acervos com maior abrangência. Daí emerge a necessidade de estudos aprofundados sobre a relação entre memória, documento e informação. No bojo dessas transformações, surge o centro de documentação, entre outras instituições, a exemplo do centro cultural, do centro de memória e do memorial, muitas vezes compreendidos sem distinção entre si. Tal fato leva

a discussões complexas e bastante controversas, particularmente diante da amplitude conceitual do que se entende por memorial. Assim sendo, a presente pesquisa, através da revisão de literatura, analisa instituições que possuem, em sua composição, o formato de memorial. Este estudo considera a concepção e a implementação do memorial sob a perspectiva da teoria sistêmica conforme Niklas Luhmann e Armando Malheiro da Silva, uma vez que oferece a possibilidade de compreender o memorial como um sistema orgânico que inclui em seu ambiente o arquivo, a biblioteca e o museu enquanto subsistemas integrados e compartilhados em uma mesma rede, sem nenhuma descaracterização referente a origem, organicidade, ordenação, integridade e ordem original dos acervos. Por fim, a pesquisa analisa o pleno inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu em um memorial.

Título

Arquivos do popular: narrativas do sertão nordestino entre oralidades, imagens e patrimônios

Autores

Vagner Silva Ramos Filho

Palavras-Chave

arquivo; cultura popular; sertão; cangaço; narrativas

Resumo

Costuma-se dizer que cultura popular é conceito complicado, controverso e até impreciso. Isso acontece, porque trata-se, antes de tudo, de uma arena em disputa. Na dimensão dos arquivos, a perspectiva relacional do popular como objeto e/ou agente é reveladora de inúmeras formas de falar de si e do outro. Na maior parte das vezes desvelam, em suas alterações de sentido, temporalidades diversas, ainda mais quando ficamos diante de temas sensíveis. Nesse percurso, procuramos investigar um passado muito recorrente em narrativas sobre o Brasil sertanejo. Tratamos do cangaço, um fenômeno de banditismo vivenciado sobretudo na zona rural do Nordeste brasileiro entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Embora tenha acabado há décadas, o fenômeno sobreviveu em distintas culturais orais, escritas e visuais no território nacional. Atualmente, a ampliação da virtualização de muitos suportes, meios e mídias da memória criam determinados cenários híbridos que demandam maior reflexão. Diante disso, os objetivos de estudo dos arquivos que atravessam tais searas entrecruzam-se entre núcleos de narrativas, documentos e patrimônios. Da parte da narrativa, interessa notar como as políticas de memória em suas formas de lembrança e esquecimento não são determinadas apenas por interesses políticos e sociais, mas também pela transformação das mídias técnicas, ou seja, dos seus variados suportes. Dentre os vários tipos documentos históricos, destacamos as oralidades e as imagens, com intuito de observá-los, por um lado, como testemunhos ao longo do tempo e, por outro, como meios que carregam consigo múltiplas significações de tempo. Nesse caso, a imensa produção audiovisual realizada nas entrevistas com remanescentes do período do cangaço é significativa em termos de volume e, nos últimos anos, de difusão de inúmeros fragmentos via plataformas digitais. Logo, um trabalho mais atento com a dimensão patrimonial dos arquivos é imprescindível, se consideramos tanto que as formas de arquivamento, seja em esferas públicas, pessoais e digitais, indicam práticas sociais e atribuições de valores, quanto que sua organização classificatória incide de muitas maneiras na reorganização operada por meio da escrita da história. Assim, em termos teóricos e metodológicos, o trabalho fundamenta-se nos estudos da memória, mas em diálogo constante com a história intelectual, da cultura visual e do patrimônio cultural. Considera-se que pautar, investigar e reorganizar noções de cultura

popular é um dos caminhos para compreender as relações entre as narrativas do sertão nordestino e as suas correntes figurações na cultura brasileira, com base em análise da sobrevida do cangaço nos mundos representacionais da memória. Daí emerge potencial agenda de pesquisa nacional e transnacional não apenas sobre os modos como isso foi tratado até hoje, mas muito do que se pode fazer, sobretudo em organizações de arquivos no porvir, considerando inclusive a arqueologia das mídias para pensar a memória operacional inserida nas técnicas da própria mídia. Eis uma das práticas necessárias para o exercício de construções conjuntas de comunidades interpretativas que deslizam entre os mais diferentes sentidos, presenças e devires sobre um dos temas sensíveis do passado brasileiro que teima em se fazer tão presente.

Título

Relato de experiência com prontuários dos ex-internos da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente custodiados pelo Arquivo do Estado de São Paulo: a dimensão social do patrimônio documental arquivístico

Autores

Valter Viera Menezes, Shanna de Oliveira Rangel

Palavras-Chave

Prontuário; Documento de Arquivo; Patrimônio documental; Dimensão Social.

Resumo

O debate sobre a importância da dimensão social dos documentos de arquivo apresenta-se cada vez mais necessário, pois, independente de seu suporte eles são o legado de um patrimônio que foi produzido pela sociedade e, mesmo nos dias atuais o reconhecimento destes se coloca como desafio. O patrimônio pode ser considerado o conjunto de bens, materiais e imateriais, produzidos pela sociedade e que, contribui direta ou indiretamente, por exemplo, para a formação da memória e construção da democracia. Neste sentido, o patrimônio documental arquivístico torna-se relevante pelos seus aspectos histórico, social, cultural, entre outros. Destarte, compreender sua importância nos remete ao tratamento da dimensão social, ou seja: qual a função e seu papel na sociedade? Como ele pode contribuir para a consolidação de garantias e direitos? Como entender seu valor como prova de um acontecimento ou um contexto que faz parte da história de uma sociedade ou um sujeito? Permeados por essas questões que envolvem a temática e dada à importância da transferência dos prontuários de ex-internos da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa para o Arquivo Público do Estado de São Paulo é que surge a presente proposta de relato de experiência. O conjunto documental, referente ao período de 1926 a 2001, é constituído por 303.375 prontuários de jovens carentes (até 1990) e jovens autores de atos infracionais. Em 2013 foi firmada parceria entre o Arquivo Público do Estado e a Fundação Casa para a desmetalização, higienização e indexação dos prontuários e suas respectivas fichas numéricas de identificação. Sendo assim, o objetivo é relatar o trabalho realizado nas dependências do Arquivo do Estado, a fim de reconhecer e valorizar o resultado final que é a preservação e disponibilização dos documentos dos documentos e das informações. Pretende-se apresentar a importância da custódia destes documentos; as etapas de trabalho técnico; a busca de informações pelos ex-internos e demais interessados na história da instituição; e, por fim, como esse importante patrimônio documental reflete nas questões relacionadas à dimensão social dos arquivos. Espera-se que o desenvolvimento do trabalho com a Fundação Casa amplie o acesso aos documentos e informações. Pode-se, então, afirmar que os documentos de arquivo são fontes de conhecimento para os sujeitos e para sociedade. Por isso, o trabalho com os prontuários dos ex-internos foi observado como relevante, pois quando tomada a

consciência do valor representado pelo patrimônio arquivístico preservado torna-se possível reconhecê-lo no processo de construção da sociedade como algo importante para além das razões imediatas de sua produção. Conclui-se que o olhar para os documentos de arquivo vai além do aparente, buscando compreender a essência das relações e das questões que o permeiam.

Pôsteres

Título

A aplicabilidade da classificação funcional e da tipologia documental para a Gestão de Documentos de Arquivos: estudo de caso no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Área temática

1. Sistemas de gestão de arquivos

Autores

Natália Araujo Lima

Palavras-Chave

Classificação funcional, Gestão de documentos, Sistema de Recuperação da Informação, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

Este trabalho visa apresentar o estudo desenvolvido no projeto de pesquisa intitulado "Linguagens Documentárias, Semântica e Representação da Informação Arquivística: Impactos da Análise, Tratamento e Disseminação da Informação na Sociedade do Conhecimento", coordenado pela Profa. Dra. Rosale de Mattos Souza (UNIRIO). Tendo em vista que, a classificação arquivística é considerada matricial para o pensar e o fazer arquivísticos, subsidiando a eficácia da gestão de documentos de arquivos, a pesquisa questiona se a classificação/representação temática (por assunto) pode ser compatibilizada com a classificação funcional (por tipologia documental - por espécies e tipos documentais). Esta pesquisa tem como objetivo potencializar os sistemas de recuperação da informação, assim como, contribuir para os sistemas de gestão de documentos de arquivos, visando otimizar o acesso à informação aos cidadãos. O objeto analisado é o modelo de plano de classificação por tipologia (funcional), aplicado na área de educação, no Estado do Rio de Janeiro. Quanto ao aspecto teórico-metodológico foi realizado o levantamento de literatura sobre princípios da Arquivologia, gestão de documentos, teoria do conceito, taxonomia, vocabulário controlado, classificação arquivística, tipos de classificação, tipologia documental, e os dicionários de terminologia arquivística. Quanto ao aspecto da metodologia empírica, foi utilizado o Manual de Gestão de Documentos, elaborado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, na orientação da gestão de documentos de arquivos para os diversos órgãos e entidades da administração pública estadual. Houve a aplicação desta metodologia nos órgãos da área de educação, com suas respectivas funções, atividades, atos, conceitos e documentos, contribuindo para um domínio de conhecimento na área de educação. A delimitação do estudo foi por amostragem de dois planos de classificação, o da Fundação de Apoio à Escola Técnica e o da Secretaria de Estado de Educação. A escolha por amostragem nesta área foi feita objetivando a comparação com a linguagem documentária, validada pelo Thesaurus Brasileiro da Educação, do Centro de Informação e Biblioteca em Educação, do Instituto Nacional de Pesquisa em Educação. Desta forma, comparamos em tabelas a amostragem coletada destes planos de classificação da área de educação, do Estado do Rio de Janeiro, com os termos utilizados no referido thesaurus, a fim de investigar se é possível

ter uma equivalência entre os conteúdos, conceitos na classificação temática (por assunto) com a classificação funcional (por funções). A comparação de forma geral foi eficiente, apresentou-se várias espécies e tipos documentais que se reportam ao mesmo conteúdo principal. Percebeu-se que apesar de não ter uma equivalência exata com a tipologia documental e especificidade em alguns casos, podemos afirmar que a classificação funcional é mais eficiente na forma arquivística com conceitos, funções e atividades presentes no plano de classificação. Ademais, foi possível inferir que as taxonomias (termos hierarquizados), vocabulários controlados, tesouros, entre outros recursos, ferramentas e teorias de linguagens documentárias podem contribuir para a validação de termos, assim como, para a construção de bons sistemas de recuperação da informação. Consequentemente, essas ferramentas de representação dos conteúdos documentais poderão promover maior eficácia das funções de produção, classificação, manutenção, avaliação, destinação de documentos, enfim, para a Gestão de Documentos de Arquivos.

Título

O conceito de custódia: uma reflexão introdutória

Área temática

1. Sistemas de gestão de arquivos

Autores

Natália Bruno Rabelo

Palavras-Chave

Arquivologia, Custódia, Autenticidade, Proteção, Preservação.

Resumo

Considerando a relevância da custódia para diversas reflexões teórico-práticas da Arquivologia, o objetivo deste estudo de natureza qualitativa foi sistematizar um conjunto de ideias dispersas por meio de pesquisa bibliográfica acerca do seguinte questionamento: "o que significa custódia no âmbito da Arquivologia?". O critério para seleção da literatura fundamentou-se nas publicações clássicas e recentes da área. Sabe-se conceito de custódia, a partir de uma síntese dos dicionários de terminologia arquivística, é majoritariamente definido como responsabilidade jurídica pela tutela dos documentos, temporária ou definitiva, de guarda e proteção de sua posse física independente de sua posse legal ou propriedade. A exceção cabe à concepção norte-americana, a qual salienta o cuidado e controle para segurança e preservação dos documentos e divide o conceito de custódia física, a guarda mas não a propriedade, de custódia legal, exercida por instituição arquivística que detém propriedade sobre os documentos custodiados a fim de estabelecer uma política de acesso. Similarmente a este último, alguns autores da Arquivologia compreendem custódia como o exercício do arquivo público atuando sobre os documentos públicos. Além disso, a literatura acerca do assunto pode conter a questão da custódia implícita em pautas sobre outros assuntos, tal qual a convicção de arquivo como o conjunto de documentos produzidos ou recebidos oficialmente por uma repartição pública ou por seus funcionários sob custódia estabelecendo as diferentes responsabilidades pelos documentos subentendido em um contexto de transferência de documentos dos arquivos aos arquivos-gerais. Assim, são três elementos os considerados essenciais para definir custódia: (a) a posse, o ato dos documentos ficarem retidos pelo custodiante; (b) a responsabilidade legal da instituição de assegurar e preservar os documentos em relação à adulteração, subtração e danificação; (c) a relação dos documentos com as pessoas ou instituições que os preservam que precisa ser mantida. Portanto, a qualidade de um arquivo depende da manutenção da autenticidade dos seus documentos por meio da prova de uma linha contínua de custodiantes responsáveis. Um documento contém uma forma, é

elaborado ou usado para registrar uma ação e preservado sob própria custódia para servir de evidência para o produtor ou pessoas envolvidas com a ação, pois o arquivo possui as seguintes qualidades: a imparcialidade por serem criados para registro de quaisquer evidências de ações de contextos jurídicos ou administrativos e a autenticidade que depende de uma preservação dos arquivos em custódia oficial. A guarda é realizada para uso legal ou cultural pois os documentos registram atividades de indivíduos ou instituições e servem de orientação, defesa e prova da própria existência. Logo, a administração pública preocupa-se acerca da dispersão de suas atividades e, conseqüentemente, geram-se arquivos centrais, como arquivo nacional, arquivo do estado e outros. A conservação dos documentos requer, além da custódia material, a manutenção do arquivo como lugar a fim de manter a integridade e evitar adulterações. Dessa forma, a guarda por si só não garante que os documentos não sofrerão intervenções e que sejam alteradas suas características essenciais, é preciso levar em consideração o princípio da proveniência, a ordem original e as condições adequadas de guarda e de acesso. Por exemplo, os documentos quando afastados da custódia de origem ou da posse do seu titular e retirados da sua devida organicidade, somente possuirão valor histórico se for este o caso pois somente existirá valor secundário quando mantido sob a devida custódia por ser parte da história da instituição ou importante para o conhecimento das atividades da administração. Os resultados da pesquisa sugeriram que os documentos de arquivo precisam de proteção tanto física quanto intelectual em favor de sua durabilidade e manutenção como documentos autênticos para fins de ação e referência pelo produtor ou para usuários de instituições arquivísticas. Orientadora: Clarissa Schmidt

Título

"Centro de Memória-Unicamp: 35 anos - 35 lugares": análise de uma ação de difusão em arquivos

Área temática

2. Descrição, acesso e difusão

Autores

Marileide Rayane de Macedo da Silva, Gabrielle Caroline dos Santos Garcia

Palavras-Chave

Difusão, Memória, Identidade, Arquivologia, Centro de Memória-Unicamp.

Resumo

A difusão em arquivos é uma questão fundamental não só para a divulgação do acervo de uma instituição, mas também do trabalho técnico ali realizado, entendendo a somatória de ambos como parte essencial da identidade arquivística. Este trabalho, orientado por João Paulo Berto, busca apresentar os percursos traçados pelo Centro de Memória-Unicamp no que tange à difusão de seu acervo, entendida como parte essencial do fazer arquivístico interdisciplinar desenvolvido pela instituição. De modo específico, apresenta-se um produto deste serviço de difusão, analisando-o como articulado à identidade do Centro enquanto instituição de memória voltada à preservação da história local. O Centro de Memória, órgão da Universidade Estadual de Campinas, é responsável por preservar e disponibilizar um rico e diversificado acervo documental relacionado à cidade de Campinas - São Paulo e região, atuando desde a captação até a difusão dos documentos, além de realizar pesquisas e publicações de livros e periódicos de caráter interdisciplinar, com ênfase na articulação entre memória e história. No ano de 2020, as novas realidades impostas pelo surto pandêmico levou a equipe da área de Difusão da instituição a refletir metodologicamente sobre sua atuação, o que gerou uma expansão de suas estratégias, em especial aquelas destinadas a apresentar e aproximar o acervo do público em ambientes virtuais. Um dos

produtos articulados pela equipe de funcionários e estagiários voltou-se à comemoração dos 35 anos de fundação da instituição (1985-2020), sendo intitulado "Centro de Memória: 35 anos - 35 lugares" e lançado no dia 1º de julho de 2020. Durante 35 dias (em alusão aos 35 anos), foram postados nas redes sociais do Centro textos e imagens relativos a lugares importantes para as histórias e as memórias de Campinas e de seus habitantes. Como estratégia institucional, o projeto visou destacar as intensas relações do acervo pertencente ao Centro para a construção de reflexões sobre a cidade e estimular as memórias coletivas. Este último ponto foi extremamente importante, uma vez que permitiu trabalhar com as múltiplas lembranças de uma Campinas antiga, estimulando os seguidores das páginas do Centro a relembrem situações vividas nas determinadas localidades e, até mesmo, da época destacada. As publicações instigaram e deram origem a diversas discussões, positivas e negativas, com opiniões variadas dos moradores e frequentadores da cidade a respeito das transformações nela ocorridas. Em linhas gerais, percebeu-se o quanto os documentos configuraram-se como semióforos capazes de despertar sentimentos nostálgicos. O desenvolvimento da proposta possibilitou diferentes análises acerca do funcionamento da Difusão na instituição e seus efeitos na e para ela. Ao invés de estabelecer uma abordagem descontextualizada dos conjuntos documentais, pretendeu-se construir uma articulação que levasse em conta a história local e seus agentes, sem perder de vista as intensas relações que, cotidianamente, moldam a identidade do Centro de Memória.

Título

Imagens em movimento na internet: análise do acervo difundido pelo Arquivo Público Mineiro

Área temática

2. Descrição, acesso e difusão

Autores

Denis Soares da Silva, Caio Rosendo Resende Silva

Palavras-Chave

Arquivo, audiovisual, acesso, difusão.

Resumo

O Arquivo Público Mineiro conta com um acervo de imagens em movimento de cerca de 500 títulos em rolos de filme, fitas VHS, U-matic e Betacam e DVDs nos quais estão gravados curtas, médias e longas- metragens dos mais variados gêneros que registram aspectos da história de Minas Gerais e do Brasil cujo tratamento arquivístico e preservação são um grande desafio para a instituição. Dentre os títulos armazenados no Arquivo Público Mineiro, foi definido como recorte para a análise que é objeto deste projeto o trabalho realizado em 46 filmes do acervo de imagens em movimento que passaram por tratamento técnico de higienização e reparos de seus suportes, telecinagem e digitalização tendo em vista sua disponibilização no site da Instituição. O objetivo do projeto é fazer um diagnóstico do processo de entrada no acervo dos filmes disponibilizados no módulo "Imagens em Movimento" que integra o website da instituição, bem como analisar o seu tratamento no âmbito das funções arquivísticas de descrição e difusão. A metodologia utilizada no trabalho foi a revisão bibliográfica sobre acervos de imagens em movimento de origem privada e identificação e descrição de fundos, o levantamento dos títulos do acervo, a análise de suas fichas descritivas para identificação da proveniência, a comparação da metodologia de descrição da Cinemateca Brasileira com o Norma Brasileira de Descrição Arquivística e a análise dos registros de entrada dos filmes a partir da legislação sobre direito autoral e acesso à informação. Dentre os resultados alcançados até o momento, verificamos que, dos 46 títulos analisados, 15 foram recolhidos respeitando protocolos mínimos de transferência

de custódia para os quais há autorização expressa quanto ao uso e reprodução. A identificação da proveniência somente é clara para os 15 títulos pertencentes à Companhia Cinematográfica Souza Teixeira e 02 títulos recebidos com o arquivo privado do ex-presidente Arthur Bernardes. A comparação entre as metodologias de descrição sugere possíveis equivalências entre os campos para migração dos filmes para a plataforma de descrição e acesso AtoM (Access to Memory). Quanto à análise dos registros de entrada, a pesquisa pretende avançar com o intuito de localizar outros documentos de doação do acervo e confrontá-los com as questões legais que incidem sobre o acesso e a reprodução dos filmes. A investigação, até o momento, apontou problemas da transferência de custódia para acervos privados guardados por direitos autorais, mostrou que a dificuldade de se recuperar o histórico de custódia do acervo implica em problemas na sua identificação, descrição e disseminação e que as metodologias de descrição de especialistas na área de cinema apresentam correspondência com a descrição arquivística e sugerem a implementação de novos campos para que os novos sistemas de acesso abarquem a diversidade de acervos arquivísticos em seus diferentes gêneros e suportes.

Título

O instrumento de pesquisa como ferramenta de difusão: a experiência do Centro de Memória-Unicamp

Área temática

2. Descrição, acesso e difusão

Autores

Jaqueline Brandão Martins, Douglas Da Silva Rufino

Palavras-Chave

Instrumento de Pesquisa; Difusão em Arquivos; Centro de Memória-Unicamp; Arquivologia; Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976)

Resumo

A proposta é apresentar as discussões teóricas e metodológicas de composição do catálogo "Bertha Lutz e o Voto Feminino no acervo do CMU", entendendo-o não apenas em seu valor de acesso informativo primário, mas como ferramenta de difusão e fomento para pesquisas mais específicas sobre Bertha Maria Júlia Lutz, importante figura do movimento feminista brasileiro e fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Desenvolvido pelo serviço de difusão do Centro de Memória-Unicamp (CMU), a publicação que compreende uma parcela do conjunto Adolpho Affonso da Silva Gordo, pertencente ao acervo do CMU, exerce sua função tanto como ferramenta de pesquisa, apresentando de forma técnica os itens documentais de caráter arquivístico, como também promove a difusão editorial com fins educativos e culturais. É premissa que as informações contidas nos arquivos públicos devem servir tanto aos seus administradores quanto aos cidadãos, independentemente destes serem pesquisadores ou não. Nesta linha, os instrumentos de pesquisa são canais favoráveis a estas trocas, provendo a exteriorização das informações presentes nas instituições de memória. O catálogo em questão, primeiro da série Acesso & Difusão do CMU, busca inserir-se neste debate, colocando-se no entrecruzamento da ampla divulgação com a da gestão institucional, levando à comunidade, à administração e ao meio acadêmico material vital para a construção de conhecimento. O levantamento e a sistematização de um corpo de fontes de diferentes gêneros e tipologias documentais levou à organização de uma publicação virtual, de acesso livre e irrestrito. As fontes nela elencadas provêm da totalidade de itens da Subsérie "Sistema Eleitoral" (Série "Atividade Parlamentar e Legislativa", Grupo "Vida Política") , do Conjunto Adolpho

Affonso da Silva Gordo. Os itens documentais foram organizados cronologicamente e sua descrição realizada de forma unitária por meio de verbete individualizado, utilizando-se dos padrões estabelecidos pela Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G). No corpo do catálogo, somam-se aos verbetes: textos de apoio, imagem de todos os documentos, índices e comentários acerca dos itens (individuais ou em grupo). Todo o conteúdo foi traduzido para o inglês, com vistas à ampliação do acesso. Ainda do ponto de vista metodológico, a série Acesso & Difusão busca não somente trazer as informações presentes nos itens documentais, mas elaborar obras que atuem efetivamente na produção historiográfica. Por meio de um layout convidativo, anseia oferecer também reflexões temáticas por diferentes especialistas que permitam entrever possibilidades do alcance temático do acervo, além de comentários expandidos sobre os documentos, para além de sua descrição documental arquivística. Acredita-se que esse tipo de abordagem permite atingir públicos mais amplos do que os usuais pesquisadores acadêmicos, proporcionando uma ampliação dos perfis de público dos arquivos, o que representa um ganho não apenas para o âmbito social, mas também institucional. É valioso para a instituição que seu acervo se coloque nos três pilares essenciais do fazer arquivístico: gestão, preservação e acesso. A difusão e o acesso caminham juntos produzindo ganhos para a instituição, a qual passa a reforçar sua identidade, seus valores, sua posição na comunidade etc. Ressalta-se que, apesar do caráter historiográfico e temático do catálogo, este tipo de instrumento de pesquisa não deixa de exercer sua função primordial de auxiliar na identificação, mapeamento e compreensão de coleções e conjuntos. Por outro lado, é indispensável às instituições arquivísticas se reinventar na contemporaneidade, repensando o binômio acesso e difusão de forma flexível o suficiente para correlacionar informação, conteúdo e opinião, sempre na ideia de fortalecer a importância dos acervos para a (re)construção das histórias, das memórias e identidades.

Título

A importância do Projeto Acervo Documental da Superintendência de Patrimônio da União do Rio de Janeiro no acesso à informação de bens imóveis da União

Área temática

2. Descrição, acesso e difusão

Autores

Michelle Domingues, LUIZA PIRES MARTINS

Palavras-Chave

Projeto Acervo Documental, Secretaria do Patrimônio da União do Rio de Janeiro, Difusão, Acesso, Universidade Federal Fluminense

Resumo

Os arquivos, enquanto peças - ou lugares - latentes de determinado recorte contextual, seja no âmbito institucional ou pessoal, são dispositivos potenciais de respaldo e garantia de direitos, além de serem constitutivos à formação de uma identidade cultural e da memória coletiva de uma sociedade. As condições para o acesso efetivo de tais materiais documentais perpassam necessariamente por práticas arquivísticas acuradas e adequadas, de forma a permitir que sejam resguardados os aspectos de dimensão contextual e probatória do conjunto. De modo a ampliar o potencial informacional destes arquivos, é vital que tomemos consciência da essencialidade na difusão e divulgação destes documentos de interesse público. Nesse sentido, o presente trabalho tem como escopo apresentar as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Acervo Documental, desenvolvido em parceria entre a Superintendência do Patrimônio da União do Rio de Janeiro e o

Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, de forma a evidenciar a importância na difusão de informações referentes ao patrimônio de bens imóveis da União. Com 166 anos de existência, criada como "Repartição Geral das Terras Públicas", a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União é considerada a instituição pública mais antiga do país. Em termos gerais, a Secretaria de Patrimônio da União, parte integrante do Ministério da Economia, tem como responsabilidade a administração do Patrimônio Imobiliário da União. Este, como descrito no artigo 20 da Constituição Federal, é pertencente a todos os brasileiros, e por isso tem como função dar lugar a projetos de interesse público. Dentre as competências da Secretaria do Patrimônio da União, destacam-se: fiscalização e controle dos imóveis, destinação adequada, incorporação e regularização do domínio de bens. Ademais, conta com 27 superintendências regionais nas capitais e no Distrito Federal. É neste cenário que se desenvolve o Projeto Acervo Documental, o qual traz como propósito a organização e preservação dos documentos produzidos pela instituição ao longo de sua existência, o que acaba por, revelar a capacidade probatória dos documentos e tornar acessível a documentação pertencente ao acervo, que remonta ao século XIX. Além disso, o acervo em questão conta com diversos gêneros documentais, tais como: iconográficos, textuais e cartográficos; distintas espécies, a exemplo de plantas, mapas e processos; bem como inúmeros tipos documentais, como: fichas financeiras, relação dos próprios nacionais (relação referente aos imóveis pertencentes à União em uso do serviço público federal), registro geral de imóveis, entre outros. Através de frentes de trabalho, divididas nas atividades de identificação, descrição, preservação e conservação - estas últimas contando com o Centro de Restauração e Conservação, inaugurado em 2017 - o Projeto Acervo Documental serve de laboratório às práticas arquivísticas aos alunos do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, bem como permite condições para o acesso ao conjunto documental referido. Tal acesso se dá por meio do Sistema Unificado de Patrimônio, que substituiu e incorporou, através de um banco de dados, outros quatro sistemas anteriores. Além disso, serve de suporte à difusão do acervo, permitindo que os arquivos cumpram sua função social. Orientadores: Profa. Dr. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt e Prof. Dr. Renato de Mattos.

Título

DISCUSSÕES PRELIMINARES SOBRE A PRESERVAÇÃO DIGITAL EM SAÚDE: O CASO DOS PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS AMBULATORIAIS.

Área temática

3. Preservação, reprodução e segurança

Autores

Ana Luiza Batista de Vargas

Palavras-Chave

Prontuário Eletrônico, Preservação digital, Informação em saúde, Repositório Arquivístico digital confiável.

Resumo

A preservação digital é uma temática que preocupa governos e gestores, privados e públicos, no Brasil e no mundo. A produção exacerbada de informações e documentos digitais, se por um lado possibilita o aumento da produtividade, eficiência e transparência, por outro dificulta a preservação e fragiliza a segurança de dados, informações e documentos. Como a preservação é uma prerrogativa que está intimamente ligada à razão de ser dos arquivos, a custódia, a guarda permanente de documentos no ambiente digital é um desafio para o Arquivista contemporâneo. O prontuário é um documento essencial para a informação em saúde e um objeto de estudo da Arquivologia. O prontuário Eletrônico do paciente é um

exemplo clássico de aplicação das tecnologias na melhoria da gestão clínica e administrativa de serviços de saúde. Entretanto, essa melhoria faz emergir a preocupação com a preservação digital, visto que, no Brasil, a sua guarda é permanente. Em revisão de literatura foi identificado uma escassez na pesquisa sobre a preservação digital em prontuários eletrônicos e, também controvérsias nas recomendações. Nesse sentido, esse trabalho compara as Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis e o Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (Versão 4.3 22/03/2019), instituído e regido pela Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1821/2007 e aplicado pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde. Este trabalho foi produzido no contexto do Grupo de Pesquisa Observatório da Informação Arquivística Digital da Universidade Federal do Espírito Santo e performou no Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito para conclusão do curso de graduação em Arquivologia da mesma instituição, sob a orientação da Profa. Margarete Farias de Moraes. A pesquisa objetivou de forma geral, analisar as práticas de preservação digital e o uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis em Prontuários Eletrônicos ambulatoriais comparando ao uso do Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (Versão 4.3 22/03/2019). Dentre os objetivos específicos estão, a discussão sobre as práticas usuais em contraponto às recomendadas por normas nacionais e internacionais sobre preservação digital em saúde e, as dificuldades de implantá-las em prontuários eletrônicos ambulatoriais. Essa pesquisa se enquadra como uma pesquisa aplicada, porque aborda um problema recorrente no processo de transformação digital, no caso, a preservação. É uma pesquisa exploratória de abordagem quali quantitativa, pois visa explicitar melhor a problemática da preservação digital em prontuários eletrônicos ambulatoriais, tendo como base a comparação entre os dois modelos usados. A pesquisa também se encaixa na modalidade de estudo de casos, porque usou parâmetros de 2 (dois) Prontuários Eletrônicos ambulatoriais, um de uso em serviço ambulatorial público e outro em ambulatorial privado. Utilizou-se os seguintes procedimentos para a pesquisa: Análise documental, na medida em que utilizou padrões considerados pertinentes à preservação digital dos dois modelos; Coleta de dados a partir de checklist criado com base nas Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, que foram enviados para os desenvolvedores dos prontuários eletrônicos ambulatoriais; Entrevista com os desenvolvedores dos prontuários com objetivo de identificar críticas e divergências sobre os modelos de preservação digital de prontuários disponíveis, sua importância e dificuldades e, para compreender a visão destes responsáveis sobre a preservação digital em prontuários eletrônicos. O resultado da pesquisa apontou para o caráter complementar entre os modelos de requisitos apresentados e a necessidade de maior diálogo da Arquivologia com a saúde e suas demandas tecnológicas e de segurança das informações. A pesquisa apontou a urgência de outras pesquisas de metodologias de preservação digital de Prontuários Eletrônicos de forma a garantir, no futuro, o acesso completo aos Prontuários Eletrônicos com todos os recursos disponíveis, e não só aos seus registros documentais da assistência.

Título

O CineArquivoUnirio: atividade extensionista visa a pesquisa e educação em Arquivologia através dos audiovisuais

Área temática

4. Gêneros não textuais

Autores

Pedro Velho de Sá

Palavras-Chave

Arquivo; Cinema; Memória; Extensão; Educação;

Resumo

Apresentamos o projeto de extensão "Cinema e Educação: a inclusão social dos cidadãos entre ficção e documentários através do CineArquivoUnirio", que visa a partir de conteúdos audiovisuais proporcionar o ensino e a pesquisa da Arquivologia. Este projeto surgiu no primeiro semestre de 2020, coordenado pela Profa. Dra. Rosale de Mattos Souza, problematizando a baixa produção científica relacionada com a Educação, a Arquivologia, a Documentação, a História e o Cinema de forma interdisciplinar. Em decorrência da pandemia do Covid-19, adaptamos o projeto à nova realidade com novos recursos e metodologia. Desenvolvemos uma página no Facebook, criamos uma identidade visual e conseguimos localizar e criar os primeiros laços com o público extensionista, interno e externo ao projeto. De maneira remota estabelecemos vínculos com a sociedade por meio da divulgação de publicações com postagens de notícias, compartilhamento de lives, a indicação, análise e crítica de filmes, clipping de instituições com acervos arquivísticos audiovisuais, tais como: Arquivo Nacional, Cinemateca Brasileira de São Paulo, Cinemateca do Museu de Arte Moderna, Instituto Moreira Salles, etc. No aspecto teórico-metodológico, houve o levantamento de literatura sobre arquivos, filmes e memória, sua importância arquivística e social. Um autor, por exemplo, que muito nos foi importante, Ray Edmonson, arquivista australiano ex-diretor do National Film and Sound Archive, que estabelece em seu livro "Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais", uma das primeiras tentativas, ao menos registradas, de levantar problemáticas concernentes à preservação de acervos audiovisuais junto ao tratamento arquivístico ou biblioteconômico. Como metodologia empírica, usamos a internet e as redes sociais (Facebook), atingindo assim o público interno e externo à universidade, adaptando o projeto de extensão à nova realidade pandêmica vigente. Temos também como metas promover Mesas Redondas, Oficinas de (re) significação de imagens em movimento para alunos, utilizando acervos audiovisuais pré-existentes em instituições arquivísticas e de memória. Vimos buscando aumentar o alcance de nosso projeto com parcerias, com instituições arquivísticas, tais como Arquivo Nacional e o Centro Técnico Audiovisual, docentes e discentes, voluntários e demais interessados. Submetemos um relato de experiência sobre o projeto de extensão na Revista Rumos e Raízes, publicação oficial da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sendo o mesmo indicado para publicação. O trabalho selecionado foi intitulado como "Os filmes sobre arquivos, documentos e memória: o ensino da arquivologia nas redes sociais na pandemia da COVID-19". Constatou-se que, os filmes podem denunciar a ausência de acesso à informação por instituições arquivísticas, o negacionismo historiográfico baseado em tramas de poder, disputas de poder sobre documentos, arquivos e memórias; reiteradas por documentos originais, fidedignos e autênticos, dentro de um contexto, numa organicidade documental, que podem ser utilizados na memória oficial ou manifestar a contramemória (a memória dos excluídos ou marginalizados).

Título

A Fotografia no Arquivo Pessoal de William Alvin Hatton

Área temática

6. Arquivos pessoais

Autores

Lucas Mourão Tavares

Palavras-Chave

Arquivos Pessoais, Fotografia, William Alvin Hatton,

Resumo

Sob orientação do professor Renato de Mattos do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, a pesquisa desenvolvida durante trabalho de conclusão de curso na graduação em Arquivologia, tem como objetivo realizar uma investigação sobre as possibilidades de uso de coleções fotográficas em arquivo pessoal, com a elaboração de uma narrativa visual tendo como base os registros de informação deste arquivo e os registros de memória sobre o personagem. Para realizar tal investigação, propõe-se realizar um estudo de processos de produção e um esforço para dar conta da organização do conhecimento sobre o tema, com base na literatura da área da Ciência da Informação e Arquivologia. A proposta também é realizar o trabalho de pesquisa a partir de um estudo de caso, com os registros de memória do arquivo pessoal de William Alvin Hatton, bem como entender como o uso de ferramentas técnicas e metodológicas próprias da Arquivologia podem ajudar na organização deste acervo e elaboração dessas narrativas visuais. A pesquisa está aberta a orientações de caminhos e novas delimitações para o tema, contudo parte do pressuposto de realizar estudos a partir de levantamento bibliográfico da área da Ciência da Informação sobre tratamento arquivístico de documentos fotográficos, bem como investigar a análise documental de imagens como processo, e como isso pode contribuir para a reconhecimento e organização da informação nos arquivos. William Alvin Hatton, personagem que é objeto de estudo de caso deste trabalho, é um missionário da batista (denominação cristã protestante) que chegou no Brasil em 1948 com o objetivo de implantar um trabalho socioeducacional de base cristã. Ele atuou na função de 1948 a 1981, quando se aposentou. Essa organização chama-se Embaixadores do Rei e que hoje encontra-se em um grande desafio: recuperar informações a fim de construir de maneira sistemática a sua memória e o arquivo de William Alvin Hatton é peça chave neste processo. A organização teve origem em um movimento que iniciou em 1883, quando um grupo de garotos entre 12 e 14 anos, na cidade de Owesboro, Kentucky, nos Estados Unidos se reuniam para falar sobre atividades de missionários. Na 20ª Reunião anual da Convenção Batista do Sul dos EUA em maio de 1908, os aprovaram a criação uma organização para atender esses meninos cujo nome era Royal Ambassadors (Embaixadores Reais, em livre tradução). A primeira embaixada foi organizada na Primeira Igreja Batista em Goldsboro, Carolina do Norte. No Brasil os Embaixadores do Rei se apresenta como uma organização missionária das igrejas batistas que trabalha com adolescentes e jovens da faixa de 9 a os 17 anos de idade. Tem como objetivo desenvolver atividades livres sociais, esportivas, recreativas e educativas. No Brasil, a organização existe desde 1948, quando foi criada a primeira "embaixada", na Primeira Igreja Batista da Tijuca, no Rio de Janeiro. Hoje a organização é coordenada pelo Departamento Nacional de Embaixadores do Rei (DENAER) da Convenção Batista Brasileira. O marco inicial é o dia 07 de agosto de 1948, quando foi realizada a primeira reunião na Igreja Batista da Tijuca, hoje Primeira Igreja Batista do Andaraí, no Rio de Janeiro. A pesquisa encontra-se em fase inicial, mas já apresenta resultados. Foi realizado o recolhimento, higienização e identificação da coleção fotográfica adquirida. A pesquisa está lançando mão de ferramentas da arquivística para acondicionamento em material de conservação adequado e classificação das fotografias em diversos suportes, bem como realizando a identificação dos personagens, assuntos, locais e datas relacionadas a cada fotografia para a construção da narrativa visual, para que assim a coleção possa ser usada em ações de divulgação como exposições, fotolivros e vídeos promocionais. Alguns resultados podem ser encontrados em memoria.embaixadoresdorei.org

Título

O MODERNISMO EM CAMPINAS: Leituras a partir do conjunto documental Renato Righetto

Área temática

6. Arquivos pessoais

Autores

Marina Cruz de Albuquerque

Palavras-Chave

Arquivos Pessoais, História de Campinas, História da Arquitetura Moderna, Patrimônio Cultural

Resumo

Este projeto de pesquisa de iniciação científica pretendeu estudar e organizar o conjunto documental pertencente ao Centro de Memória - Unicamp (CMU) constituído por projetos arquitetônicos e paisagísticos, documentos bibliográficos e outros itens relacionados e que foram acumulados pelo o arquiteto campineiro Renato Righetto (1921 - 2001) durante as décadas de 1940 e 1970. Entre os objetivos estabelecidos para a realização do projeto, destaca-se o que se refere à realização do processamento técnico arquivístico, o que incluiu, até o momento, as atividades de identificação do conjunto e a elaboração de tabelas para organizar os documentos presentes e suas respectivas informações. Para o levantamento de projetos arquitetônicos e paisagísticos, as informações elencadas foram as seguintes: título, tipo de uso, autor, construtor, desenhista, proprietário, localização, data, se consta carimbo e observações, e para o levantamento de documentos bibliográficos, as informações coletadas foram as seguintes: título, autoria, conteúdo, local e data de publicação. A atuação do arquiteto, durante seus anos de trabalho (1948 - 2001) compõe-se por projetos individuais, participações em diferentes escritórios e associações profissionais. A documentação presente no conjunto expressa a diversa atuação profissional na arquitetura, pois nota-se a presença de projetos assinados por outros arquitetos e em coautoria com Righetto. Entre estes projetos, destaca-se o realizado para remodelação da "Praça Visconde de Indaiatuba", popularmente conhecida como Largo do Rosário, no Centro de Campinas, SP. Ressalte-se, também, a atuação no escritório de seu pai, José Righetto, e a formação de seu próprio escritório, Righetto Paisagismo e Arquitetura. Bem como do projeto realizado para remodelação da "Praça Visconde de Indaiatuba" no Centro de Campinas, SP. A documentação presente no conjunto doado pelo sobrinho do arquiteto ao CMU demonstra a existência de uma atuação profissional na arquitetura e paisagismo em regiões nobres da cidade de Campinas e em outras cidades do estado de São Paulo. É necessário salientar que a documentação não expressa a totalidade das produções individuais ou associadas de Renato Righetto, considerando as diversas razões que levariam à falta de exemplares no conjunto: os projetos, plantas, rascunhos, memoriais descritivos e outros tipos de documentação que poderiam ter sido descartados pelos próprios produtores ou pelos familiares que salvaguardam posteriormente, os projetos negados por clientes ou pela prefeitura, que também poderiam ter sido descartados, bem como a eventual perda de documentos. A pesquisa procurou, também, situar historicamente a sua produção e identificar aspectos de sua formação e trajetória profissional, influências recebidas e linguagem arquitetônica e paisagística a partir da documentação presente. Campinas, neste período, está passando por amplo processo de modernização e remodelação urbana e Righetto se destaca na contribuição para a presença da arquitetura moderna na cidade. Pretende-se, portanto, situar a produção de Righetto no panorama da arquitetura e urbanismo do período.

Título

O arquivo pessoal do artista Milson Henriques: seu tratamento arquivístico e a questão dos documentos fotográficos de arquivo.

Área temática

6. Arquivos pessoais

Autores

Luciana de Souza

Palavras-Chave

Arquivo Pessoal, Arquivologia, Classificação, Descrição, Fotografia

Resumo

Milson Henriques nasceu em São João da Barra (RJ), em 9 de maio de 1938. Aos 5 anos vai residir em Campos (RJ) com a família. Em 1952, devido a desavenças com o pai, foge de casa e começa um processo de contínuo deslocamento passando por diversas cidades até chegar a Vitória-ES. Sua intenção era permanecer pouco tempo, reunir recursos e seguir, em exílio voluntário, rumo ao Uruguai. O que o artista de múltiplos talentos não imaginava, é que o então pacato estado do Espírito Santo seria seu endereço fixo nas décadas seguintes. O Espírito Santo, na primeira metade dos anos de 1960, era considerado basicamente agrário. A partir dos governos de Christiano Dias Lopes (1967-1971) e Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974), que iniciaram os investimentos na industrialização e na produção de bens intermediários, o estado passaria a integrar o modelo de desenvolvimento brasileiro, assumindo um aspecto urbano e industrial. Tal atraso no desenvolvimento do estado, contribuiu para a permanência de Milson Henriques, que possuía como um de seus maiores dotes artísticos, o desenho. Descobriu que Vitória ainda não possuía uma agência de publicidade e passou a pintar placas de propaganda na beira da estrada, o que lhe deu visibilidade para ser contratado por empreendedores que construíam um edifício na cidade, para que pintasse numa grande placa, a imagem do prédio concluído. O artista trabalhou como arte-finalista na primeira agência de publicidade da cidade, que foi a porta de entrada para o meio intelectual e artístico que concentrava-se no centro da cidade. Milson Henriques é conhecido por sua contribuição no teatro, literatura e, principalmente, como chargista. Criou a personagem Marly, que com um humor ácido, contava histórias em formato de tirinhas, que eram publicadas nos jornais de grande circulação. Seu acervo é fonte de inesgotáveis possibilidades de pesquisa. Apresenta características marcantes, sendo possível resgatar fotografias de peças de teatrais e de viagens, posters produzidos de próprio punho e recortes de jornais. O acervo do cartunista Milson Henriques ficou sob a custódia da família, após o seu falecimento em 2016, aos 78 anos e doado ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Toda a documentação doada apresenta informações importantíssimas para compreensão da cena cultural capixaba dos anos 1960 a 1990. É possível encontrar nos arquivos documentos inéditos que ajudam a revelar um pouco da história do teatro capixaba. O objetivo do poster é apresentar as especificidades da fotografia como documento de arquivo do acervo pessoal do cartunista Milson Henriques. A metodologia aplicada será a pesquisa na literatura especializada no campo da Arquivologia e da Ciência da Informação, baseada em fontes bibliográficas sobre arquivos pessoais e documentos fotográficos, bem como o estudo arquivístico sobre classificação e descrição do acervo do cartunista, que está em processo de organização e identificação das imagens, o que irá contribuir para uma melhor classificação das fotografias, considerando as atividades realizadas pelo artista. Como resultados finais teremos a reconstrução da história arquivística do acervo pessoal de Milson Henriques, bem como a elaboração de uma proposta de classificação e descrição arquivística normalizada para o acesso aos arquivos e uma análise do documento fotográfico de arquivo no acervo pessoal. O tratamento arquivístico, a

digitalização e a disponibilização do acervo, constitui um importante meio para ampliar o alcance do debate, da reflexão e da pesquisa sobre o desenvolvimento do estudo da fotografia como documento de arquivo em acervos pessoais.

Título

AUSÊNCIA QUE REVELA: ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS NO RIO DE JANEIRO

Área temática

6. Arquivos pessoais

Autores

Kalila de Oliveira Bassanetti, Rafaella de Souza Serafim

Palavras-Chave

arquivos pessoais, representatividade, mulheres, instituições arquivísticas públicas.

Resumo

Arquivos pessoais são constituídos por documentos produzidos e acumulados pelos indivíduos ao longo de suas vidas. Sua produção reflete elementos da identidade, do tempo e do espaço ao qual o sujeito esteve inserido durante sua trajetória. Dentre as diversas possibilidades de pesquisa oferecida por esses documentos, o presente trabalho propõe uma análise voltada para a presença dos arquivos pessoais de mulheres dentro das instituições arquivísticas de caráter público da cidade do Rio de Janeiro. Alguns autores definem instituições arquivísticas públicas a partir de sua atividade-fim, ou seja, as cujo objetivo final seria a gestão, recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos por uma dada esfera governamental. Nesse sentido, na cidade do Rio de Janeiro, podemos localizar três instituições com essas características: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, cujas informações disponíveis para a consulta em seus respectivos bancos de dados permitiram recolher informações como: forma e data de entrada dos arquivos de mulheres nas instituições, data de nascimento, e informações sobre sua formação e ocupação. Estes dados foram cruzados com os da pesquisa biográfica das mulheres, feitas por outros canais, como forma de melhor identificarmos as produtoras dos acervos. Vale ressaltar a dificuldade no que tange a disponibilização de informações sobre essas mulheres nas bases de dados e, por isso, a necessidade de estudos complementares sobre estas produtoras. No total, localizamos 32 acervos de mulheres no Arquivo Nacional, 4 no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e 2 no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Após a fase inicial da pesquisa, que envolveu o levantamento dos acervos no banco de dados das instituições, e uma pesquisa mais elaborada da biografia das mulheres, foi possível apresentar algumas observações preliminares. Sendo elas: a forma de entrada dos acervos nas instituições, a maioria através de doação; o contexto em que nasceram e atuaram, com uma maioria de mulheres nascidas no século XIX e XX; e suas formações e ocupações, que sublinham uma notoriedade que diverge do papel atribuído a elas nesse contexto. São mulheres que trabalharam como professoras, cineastas, advogadas, assistentes sociais, jornalistas e atrizes. Destacam-se também aquelas que tiveram formação na área do Direito, História, Letras, Economia e Ciências Sociais. Ao relacionar esses dados de formação com a época em que essas mulheres nasceram e atuaram (século XIX e XX), encontramos uma nova chave de leitura para o papel feminino desse período, essencialmente vistas como donas de casa. Como sugerem os dados, seus arquivos foram recolhidos por seu reconhecimento social e envolvimento político, inclusive na ditadura e na luta pelo movimento feminista. Por fim, a pesquisa também revela a falta de representatividade nas instituições arquivísticas, e essa é uma questão que vem preocupando especialistas que almejam preservar uma memória

que reflita a sociedade atual. Analisar as instituições e as características dos arquivos pessoais custodiados por elas é importante para incentivar novos padrões, principalmente se considerarmos que elas são reguladoras de outras instituições. Para os arquivos pessoais de mulheres isso se torna ainda mais evidente e urgente, já que pode trazer pistas para promover uma arquivologia mais inclusiva e dar voz a mulheres que tiveram suas histórias silenciadas de tantas outras formas.

Orientadora: Profl Dr Patrícia Ladeira Penna Macêdo

Título

Duas feministas em 1930: os arquivos pessoais de Anna Amélia Carneiro de Mendonça e Rosalina Coelho Lisboa

Área temática

6. Arquivos pessoais

Autores

Alessandra Nóbrega Monteiro, Anna Beatriz Oliveira Menezes Costa

Palavras-Chave

Arquivos Pessoais; Feminismo; Gênero; Era Vargas

Resumo

A quem quiser dedicar-se à pesquisa da história do feminismo brasileiro, sobretudo durante a agitada década de 1930, os arquivos pessoais de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça (sigla AACM) e de Rosalina Coelho Lisboa (sigla RCL), depositados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC), são valiosas fontes históricas. Feministas e ativistas políticas brasileiras, os acervos de Anna Amélia e Rosalina expressam a heterogeneidade e a multiplicidade da militância feminista no Brasil. Embora apresentem semelhanças, ambas as titulares compartilham do mesmo gênero, raça e classe (mulheres, brancas e da elite carioca), entretanto, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e Rosalina Coelho Lisboa traçaram caminhos distintos para a conquista do mesmo objetivo: a emancipação política das mulheres. Enquanto Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça é notável por sua atuação como poetisa, presidente da Casa do Estudante do Brasil e vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, além de ser bastante ativa na luta feminista (participando de eventos nacionais, principalmente a respeito do sufrágio universal feminino, e eventos internacionais, como o Congresso Feminino de Istambul de 1935 e a Comissão Interamericana de Mulheres de 1942); Rosalina Coelho Lisboa, ao mesmo tempo em que defendia a igualdade política entre os gêneros e a inclusão feminina na política, também é conhecida pela sua militância política enquanto tenentista, integralista, anticomunista e partidária da política fascista do Eixo - não à toa a titular gozava de influência e prestígio com o presidente Getúlio Vargas, sendo enviada a eventos internacionais como representante do Brasil em múltiplas ocasiões como a Comissão Interamericana de Consolidação da Paz de 1936 e a Comissão Interamericana de Mulheres de 1939. Nesse cenário, o presente trabalho propõe-se a debater o conteúdo dos arquivos pessoais e a história dessas titulares cujas trajetórias convergiram em diversos pontos; dentre eles, a documentação. A metodologia adotada para tal análise consiste em dois segmentos: o primeiro, a consulta à base dos documentos digitalizados dos dois arquivos no portal da FGV CPDOC, principalmente das séries Militância Feminista (AACM mf), Participação e Colaboração em Associações, Órgãos e Institutos (AACM pca), Correspondência (RCL c) e Congresso da União Latina (RCL cul); o segundo, a nossa experiência de atuação, enquanto estagiárias do Programa de Arquivos Pessoais (PAP) na Casa Acervo da FGV CPDOC, na organização do arquivo de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e na revisão do

arquivo de Rosalina Coelho Lisboa. A pesquisa indica as redes de contato, no Brasil e no exterior; a ação na gestão varguista, que nomeou-as como Delegada do Brasil; o contexto social, em diálogo com os altos estratos econômicos; e a constituição de um feminismo em torno do debate sufragista e de autonomia da mulher na sociedade brasileira. Com isso, o objetivo do nosso trabalho, orientado pela professora e analista de documentação e informação do CPDOC, Carolina Alves, é destacar a narrativa de Anna Amélia e Rosalina em um quadro que privilegiou, historicamente, a perspectiva masculina.

Título

A experiência de monitoria na disciplina de Arquivologia e Ciência da Informação: relatos da relação do ensino, pesquisa e aprendizagem .

Área temática

7. Formação profissional

Autores

Ariadne Pires Barbosa

Palavras-Chave

Monitoria; Interdisciplinaridade ; Arquivologia; Ciência da Informação; Epistemologia.

Resumo

Este trabalho visa relatar a experiência como bolsista (monitoria) no projeto de ensino "Fundamentação teórica da Arquivologia: aprendendo e ensinando com a epistemologia do campo e a interdisciplinaridade", coordenado pela Profa. Dra. Rosale de Mattos Souza na disciplina de Arquivologia e Ciência da Informação, no Curso de Bacharelado de Arquivologia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, durante o período de 2019-2020. A monitoria de ensino tem como objetivo levar os discentes com bom aproveitamento na educação superior às atividades de ensino e pesquisa, aproximando-o da vida acadêmica e da docência, supervisionado por um professor. O monitor colabora no ensino-aprendizado dos estudantes e ajuda a esclarecer as dúvidas, encaminha os textos solicitados, faz interferências que venham a contribuir no esclarecimento da matéria, ajuda na avaliação dos trabalhos, promove a troca de conhecimentos, controla a frequência, facilitando a qualidade do ensino. Observamos que alguns alunos que ingressam no curso de Arquivologia são egressos dos cursos de bacharelado em história, administração, informática e de atividades administrativas, mas de forma geral buscam na Arquivologia uma profissão com oportunidades profissionais, já que o mercado de trabalho para os arquivistas é promissor. Temos no Plano de Aula da disciplina os seguintes itens: Os impactos das tecnologias da informação e da Comunicação no mundo contemporâneo; a interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação; Ciências sociais aplicadas; a comparação entre Arquivos, Bibliotecas, e Centros de Documentação. Além dos seus objetos de estudo, tais como os Arquivos, conjuntos documentais, documentos, a informação orgânica registrada; princípios e características, metodologias, funções, correntes de pensamento da área no Brasil e no mundo, a produção científica da Arquivologia no país. Finalmente, o estudo da Bibliografia, da Documentação e da Ciência da Informação. No que diz respeito à associação entre ensino e pesquisa, quanto ao aspecto teórico-metodológico da disciplina, a literatura de forma interdisciplinar entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, com a História, a Diplomática, o Direito, a Administração. Além disso, tanto a professora quanto a monitora observaram em sala de aula como os alunos refletem sobre os impactos destes conhecimentos na compreensão das características da nossa área de conhecimento. No aspecto prático do ensino aprendizagem da disciplina os alunos são introduzidos na leitura, análise, interpretação de textos e nas discussões em sala de aula, sendo as dificuldades apresentadas e discutidas pela professora e a monitora.

Como critérios de avaliação, a professora apresenta estudos dirigidos, fichamentos, participação em sala de aula, trabalhos em grupo. Desta forma, observamos o desenvolvimento dos alunos, tendo em vista sempre o despertar da perspectiva do vir a ser um "arquivista-pesquisador", a fim de facilitar o pensar nas suas atividades e ações como futuros arquivistas. Para estimular esta constante reflexão são realizados dois seminários ao longo do semestre, nos quais são discutidos os temas passados em sala de aula através de grupos de alunos. Sendo que os temas são divididos por grupos: um seminário é sobre a Arquivologia e outro seminário é sobre correntes de pensamento da Ciência da Informação, seus conceitos e perspectivas. Constatou-se o aproveitamento dos alunos quanto às teorias e aspectos práticos da área de Arquivologia. Assim, concluímos que a disciplina de Arquivologia e Ciência da Informação vem contribuindo para os alunos no diálogo interdisciplinar, no espírito crítico e de pesquisa, levando-os à entrada no mercado de trabalho de forma mais consciente do seu papel na sociedade.

Título

A Formação dos docentes com bacharelado em Arquivologia e em Biblioteconomia e Documentação dos institutos de ensino superior da região nordeste do Brasil

Área temática

7. Formação profissional

Autores

Iago Mendes Macedo

Palavras-Chave

Docentes; Arquivologia; Biblioteconomia-e-Documentação; Formação-acadêmica; Perfil-profissional

Resumo

Este trabalho possui como objetivo apresentar uma análise acerca da formação acadêmica dos docentes bacharéis em Arquivologia e em Biblioteconomia e Documentação das instituições de ensino superior da região nordeste do Brasil que possuem cursos de bacharelado em Arquivologia. Este resumo é um dos resultados do Projeto de Iniciação Científica intitulado "As formações discursivas do saber arquivístico a partir do surgimento dos cursos de Arquivologia no Brasil", realizado no âmbito da Universidade Federal da Bahia, apoiado por meio do Programa Permanecer e sob a orientação do professor Gillian Leandro de Queiroga Lima. Adotou-se como metodologia de pesquisa o levantamento e a análise de dados provenientes dos currículos Lattes coletados no site de cada uma das instituições pesquisadas, a saber: Universidade Federal da Bahia (32 docentes); Universidade Estadual da Paraíba (14 docentes); e, por fim, a Universidade Federal da Paraíba (39 docentes). A pesquisa configura-se, quanto aos seus métodos de abordagem, em uma pesquisa quantitativa e qualitativa. A partir da análise dos dados levantados, verificou-se que 9,4% (oito) dos docentes examinados são bacharéis em Arquivologia e 54% (46 docentes) bacharéis em Biblioteconomia e Documentação. No que se refere aos cursos de pós-graduação stricto-sensu dos docentes bacharéis em Arquivologia, evidencia-se que 100% destes possuem mestrado em Ciência da Informação. No que diz respeito ao doutorado, 50% possuem formação em Ciência da Informação, 12,5% em Difusão do Conhecimento e 37,5% não informaram ou não possuem. Em relação aos docentes com bacharelado em Biblioteconomia e Documentação, verificou-se que 65% possuem mestrado em Ciência da Informação, 13% em Biblioteconomia, 8,6% em Educação, 4% em outras áreas e 2,1% não informaram ou não possuem. Referente ao doutorado, 45,6% dos docentes são formados em Ciência da Informação, 13% em Educação, 8,6% em Difusão do Conhecimento, 21,7% em outras áreas e 15,2% não informaram ou não possuem. Os resultados apontam que os

bacharéis em Arquivologia que compõem o corpo acadêmico das instituições de ensino superior analisadas possuem, em sua maior parte, formação *strictu sensu*, no nível do doutorado, em Ciência da Informação, seguido de Difusão do Conhecimento. Por outro lado, os bacharéis em Biblioteconomia e Documentação possuem, em sua maioria, doutorado em Ciência da Informação, seguido do doutorado em Educação. Por fim, evidencia-se a importância deste estudo ao revelar o perfil da formação dos docentes das instituições pesquisadas. Considera-se que os dados apresentados contribuem com o campo científico da Arquivologia no que se refere ao aprofundamento do tema para estudos futuros. Orientador: Gillian Leandro de Queiroga Lima

Título

A MEMÓRIA CIENTÍFICA EM ARQUIVOLOGIA: UM MAPEAMENTO CIENTOMÉTRICA DO CNA

Área temática

8. Patrimônio, memória e documento

Autores

GLENDIA SILVA RODRIGUES

Palavras-Chave

Arquivologia, Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), Cientometria

Resumo

O Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, é o maior evento da área no Brasil, encontra-se em sua VIII edição, sendo realizado de forma bienal, tendo seu primeiro encontro realizado na cidade de Brasília, no ano de 2004. Tem por objetivo proporcionar um ambiente de troca de experiências entre estudantes e profissionais. No total das edições foram identificados 570 trabalhos, sendo dividido em comunicações livres, relatos de experiência, resumo, pôster/banner representando o conhecimento científico da Arquivologia no Brasil. Diante disso, este trabalho tem por objetivo mapear a produção científica apresentada no CNA. Para tanto, utilizou-se do software Visualizing Scientific Landscapes – VOSviewer. No primeiro evento, intitulado “Os arquivos do século XXI: políticas e práticas de acessos às informações”, teve 75 trabalhos apresentados divididos em 15 temáticas, sendo elas: arquivo e memórias; arquivos da repressão e documentos sigilosos; questões de tratamento e acesso; aspectos teóricos e conceituais da informação arquivística; arquivistas e bibliotecários: formação e mercado de trabalho; arquivos de universidade; arquivos médicos; documentos eletrônicos: normalização, preservação, gestão e acesso; organização, preservação e acesso de documentos fotográficos; práticas de gestão documental nos arquivos privados; práticas de gestão documental nos arquivos públicos; arquivos notariais e eclesiásticos; usos e usuários dos arquivos; tratamentos de acervos arquivísticos. No segundo evento, intitulado “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”, teve 30 trabalhos apresentados divididos em 5 temáticas, sendo elas: gestão do conhecimento e informatização; políticas públicas e gestão de arquivos; políticas de conservação e formação profissional; políticas públicas e cidadania; os arquivos: teoria e prática. No terceiro evento, intitulado “Arquivologia e suas múltiplas interfaces”, teve 38 trabalhos apresentados divididos em 5 temáticas, sendo elas: gestão documental; temas tradicionais da arquivologia e novas concepções da sociedade da informação ou do conhecimento; tema livre; terceiro setor; epistemologia, interdisciplinaridade e a formação em arquivologia no Brasil. No quarto evento, intitulado “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação”, teve 91 trabalhos apresentados divididos em 14 temáticas, sendo elas: ensino e pesquisa; gestão e preservação de documentos audiovisuais; gestão e preservação de documentos digitais; normalização arquivística; políticas arquivísticas; tendências do mercado. No quinto evento, intitulado “Arquivologia e Internet: conexões para o futuro”, teve 112 trabalhos apresentados divididos em 3 temáticas, sendo elas: antigas disciplinas, nova

possibilidades em rede; gestão de arquivos em ambientes conectados; internet e arquivologia. No sexto evento, intitulado “Arquivologia, sustentabilidade e inovação”, teve 85 trabalhos apresentados divididos em 6 temáticas, sendo elas: epistemologia da arquivologia e formação profissional; inovação e sustentabilidade em arquivos; acesso a informação; documentos arquivísticos digitais; patrimônio documental e memória; gestão documental. No sétimo evento, intitulado “Da interdisciplinaridade a interoperabilidade”, teve 69 trabalhos apresentados divididos em 7 temáticas, sendo elas: relações multidisciplinares e articulações e integrações interdisciplinares com a arquivologia; cadeia de custódia de documentos arquivísticos em ambientes digitais: autenticidade versus autenticação; representação da informação: descrição arquivística, taxonomia, transparência, difusão e acesso; arquivos e cultura, políticas públicas e diversidade; patrimônio documental e memória; arquivista e técnico de arquivo: necessidade urgente de formação e educação continuada; governo eletrônico: governança arquivística, dados abertos e padrões de interoperabilidade de documentos arquivísticos. No oitavo evento, intitulado “Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para Arquivologia”, teve 69 trabalhos apresentados divididos em 8 temáticas, sendo elas: epistemologia arquivística e interdisciplinaridade; gestão arquivística e gestão do documento arquivístico; representação arquivística, acesso e acessibilidade; documento e repositórios digitais; política arquivística e diversidade; ética e responsabilidade social; patrimônio e memória; associativismo e visibilidade profissional. Em suma, espera-se que este trabalho, ainda com resultados parciais, possa contribuir para a visualização do desenvolvimento científico da Arquivologia no Brasil. Orientador: Rodolfo Almeida de Azevedo.

Título

Luzes da Cidade: O desenvolvimento da eletrificação no Rio Grande do Sul a partir do acervo fotográfico da CEEE.

Área temática

8. Patrimônio, memória e documento

Autores

João Paulo Passos Carvalhal Santos

Palavras-Chave

História administrativa; Memória; Acervo Fotográfico.

Resumo

O trabalho desenvolvido com o acervo fotográfico do Grupo Companhia Estadual de Energia Elétrica, localizado no Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, a partir do tratamento técnico arquivístico visa a preservação e divulgação de tais bens materiais. Com o objetivo de identificar a origem e as características do Acervo (1940-1970) traçando um paralelo com o próprio desenvolvimento urbano no Rio Grande do Sul, o progresso do sistema de eletrificação é um marco desse avanço urbano que ganha maior fôlego no início do Século XX. A relação orgânica do acervo fotográfico do setor de Comunicação Social da Companhia Estadual de Energia Elétrica produzido e acumulado a partir das atividades e funções institucionais (1940 a 1970) é imprescindível para o mapeamento e ordenamento temporal do desenvolvimento elétrico do Estado. O resgate dessa história administrativa e técnica da Companhia Estadual de Energia Elétrica, bem como seu papel no cenário político, econômico e cultural do Estado do Rio Grande do Sul, é um dos objetivos centrais do projeto que visa, através da perspectiva arquivística, identificar as características e condições do acervo acumulado, desenvolver instrumentos de arranjo e descrição, em nível de inventário, do acervo; Higienizar e acondicionar o acervo. Ao identificar as fotografias para digitalização, de forma que facilite o acesso a tais informações pelo público interessado, neste projeto desenvolvido pela múltipla parceria entre a Comunicação Social da Companhia Estadual de

Energia Elétrica, o curso de arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande Sul e o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, podemos vislumbrar como o desenvolvimento urbano da cidade acompanhado pela ampliação das redes elétricas redefiniram o mapa não só de Porto Alegre mas de todo interior gaúcho, a partir de 1961 com a sua fundação enquanto uma sociedade de economia mista, a Companhia Estadual de Energia Elétrica passou a ser responsável pela geração e transmissão de energia em todo Estado do Rio Grande do Sul e pela distribuição direta do serviço a 89% do território gaúcho. sendo assim o destino da companhia sempre esteve cercado por interesses políticos sendo fonte central de disputa regionais e nacionais. Desta forma, é possível analisar não somente as dinâmicas sobre essa grande empresa, mas como ela se fez presente em diversas instâncias da vida pública gaúcha. Assim, aspectos como as transformações sofridas pelas modificações nos campos permeados por ela, como, por exemplo, o universo do trabalho - os quais sofreram diversas modificações no decorrer do século XX - e que são bem evidenciadas nas imagens do acervo. O público alvo são os pesquisadores e interessados na história da energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul que podem desfrutar de um acervo que registrou a construção de usinas e barragens e como resultado dessas ações uma série de registros fotográficos que auxiliam na preservação da história da eletricidade no Rio Grande do Sul e do próprio desenvolvimento do Estado.

Título

O movimento feminista brasileiro e o direito ao voto nas décadas de 1910 e 1920 a partir do acervo do Centro de Memória-Unicamp

Área temática

8. Patrimônio, memória e documento

Autores

Pâmela Pimenta Machado, Ananda Mendes Lima

Palavras-Chave

Patrimônio documental, Programa Memória do Mundo, Movimento feminista, Adolpho Affonso da Silva Gordo (1858-1929), Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976).

Resumo

O objetivo do estudo é entender o movimento feminista brasileiro e o direito ao voto das mulheres entre as décadas de 1910 e 1920, a partir das mobilizações políticas e sociais entre Bertha Maria Júlia Lutz e o senador Adolpho Affonso da Silva Gordo. Para tanto, sob orientação do professor João Paulo Berto, serão analisados diversos itens documentais presentes no acervo do Centro de Memória-Unicamp (CMU) datados entre 1914 a 1929 e que fazem parte do conjunto Adolpho Gordo (subsérie Sistema Eleitoral) com a finalidade de selecionar itens e apresentar uma breve análise sobre eles e sua intrínseca relação com a temática da subsérie. Trabalhados no âmbito da produção do catálogo "Bertha Lutz e o Voto Feminino no acervo do CMU", estes são caracterizados por recortes de jornal, cartas e bilhetes trocados entre Lutz e Gordo, tratando do voto feminino e da situação política da mulher. Grande parte destes itens foi inscrita no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, MoWBrasil (Edital MoWBrasil 2018), no escopo da candidatura conjunta "Feminismo, ciência e política - o legado Bertha Lutz, 1881- 1985". A parcela que está sob custódia do CMU diz respeito à mobilização de Lutz frente às discussões e decisões que tramitavam nas instâncias legislativas e sociais, tratando da igualdade de direitos entre os sexos. Apesar de sua importância para a preservação e difusão do patrimônio documental, o Programa Memória do Mundo teve seu funcionamento suspenso no Brasil em 2019. Bertha Maria Júlia Lutz foi uma importante figura do movimento feminista brasileiro, tendo atuado como cientista, política e ativista dos direitos civis da mulher, sendo

fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. As aspirações e iniciativas de Bertha estavam diretamente ligadas ao cenário e movimentos feministas internacionais, em especial dos Estados Unidos da América, onde atuava Carrie Chapman Catt, com quem a ativista mantinha uma relação próxima. Gordo, por sua vez, teve papel de destaque na articulação do voto feminino no Congresso Nacional, mantendo abundantes trocas com Lutz, sendo sua ação decisiva para a conquista definitiva em 1932. Considerando os documentos como patrimônio, a preservação e a divulgação destes registros históricos se tornam algo de grande necessidade. Por meio dos itens presentes no acervo do CMU é possível compreender aspectos deste dinâmico período da história brasileira, assegurando o direito à informação e à construção da memória coletiva, assim como a divulgação do acervo e da instituição. Com a descontinuação do programa Memória do Mundo no Brasil, entre outros fatores relacionados às dificuldades da preservação e valorização do patrimônio documental, ações de difusão e democratização do acesso aos acervos, como o catálogo mencionado, são de extrema importância para sua conservação, manutenção e conscientização de seu valor histórico, político, social e cultural.

Título

DOCUMENTO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: A RESPONSABILIDADE DO ARQUIVO NA PATRIMONIALIZAÇÃO DOCUMENTAL

Área temática

8. Patrimônio, memória e documento

Autores

Rafael Julião de Carvalho

Palavras-Chave

História e Memória, Patrimônio Histórico Cultural, Patrimônio Documental, Documentos, Arquivos

Resumo

Patrimônio Cultural é um conjunto de bens, sejam eles materiais ou imateriais, produzidos por uma determinada sociedade. Elencados a partir de uma concepção social que determina quais desses bens tem valor e relevância histórica, cultural e artística, para serem preservados. Patrimonialização documental é hoje uma questão a ser discutida a fim de quebrar um certo senso comum de que patrimônio é apenas o bem material, sobretudo ligado às construções arquitetônicas e monumentos. A partir da minha vivência pessoal e experiência com o trato em arquivo público, tendo passado pelo Arquivo Histórico de Juiz de Fora e atualmente com vínculo de bolsista com o Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora, meu trabalho, ainda em fase inicial, propõe o desenvolvimento de uma revisão teórica e atualização conceitual acerca dos temas que permitem uma apreensão mais embasada e aprofundada do documento como patrimônio. Para tal, busco conhecer as funções e o lugar da instituição arquivo, realizando um breve histórico de seu surgimento, em um cenário externo (Europa) e interno (Brasil), pontuando a evolução dos conceitos de documento; patrimônio histórico artístico/cultural; da legislação; história e memória. Para desenvolver essa questão, utilizo o conceito de arquivo sob três aspectos: o arquivo com funções administrativas; o arquivo como instituição de gestão, preservação e pesquisa histórica; e o arquivo/arquivologia como disciplina. Para cada um deles poderíamos inferir a tarefa de construção do entendimento do documento como bem patrimonial. É necessário abarcar principalmente os pontos, memória e história, fazendo uma breve reflexão sobre como esses conceitos se fundem e são trabalhados em uma perspectiva arquivística no sentido de (re) afirmação da importância do papel do arquivo e valor do documento como ferramenta da democratização do acesso à informação. Nesse sentido, cabe trazer para a

reflexão proposta a ideia da 'difusão' em arquivos como estratégia de atração do público (cidadãos em geral e pesquisadores), de investimentos em políticas de preservação e de divulgação do bem material, assim como do produto gerado a partir da consulta ao mesmo, seja em formato de produções científicas (pesquisas históricas e da área de arquivologia); possíveis fins recreativos e educacionais (educação patrimonial). Partindo dessa reflexão, pretendo elaborar um artigo científico, que proponha reformular a ideia do censo comum de que documento também é patrimônio cultural e uma mudança de hábitos no meio arquivístico que dê condições de receber um público mais amplo. Tal resultado não terá uma ação prática imediata na instituição arquivo, portanto, acredita-se que essas mudanças propostas pela academia cheguem naturalmente ao trabalho prático do arquivo.

Título

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP (CEDEM): ANÁLISE DAS AÇÕES DE DIFUSÃO DO ACERVO E DA INSTITUIÇÃO (2014-2018)

Área temática

8. Patrimônio, memória e documento

Autores

Wilson de Jesus

Palavras-Chave

Centro de Documentação; Centro de Memória; CEDEM; Memória Institucional; Difusão.

Resumo

A memória coletiva e social é instrumento de muitos interesses políticos, ideológicos, econômicos e culturais, sendo assim, instituições públicas como o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", constitui-se como uma instituição de memória com duas linhas temáticas: Memória Universitária e Memória dos Movimentos Político-sociais Brasileiros Contemporâneos. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo analisar as ações de difusão desenvolvidas pela instituição. Para falarmos sobre a instituição é importante situarmos qual era o contexto que havia no Brasil naquele momento. Era um tempo de reivindicações e demandas sociais, pois, estávamos no período de redemocratização dos direitos políticos no Brasil, após vinte e um anos de regime civil-militar 1964 - 1985. Uma destas demandas para a universidade, em específico, representado por alguns docentes da área científica, principalmente das ciências humanas, era a necessidade de narrar a história e a memória da instituição até aquele período, para isso era preciso que a documentação estivesse reunida e organizada em um espaço adequado. Diante desse panorama, a instituição foi construída, como um dos lugares em que a memória da universidade, e posteriormente, de movimentos sociais na segunda metade do século XX tiveram destaque na dimensão simbólica e histórica. Nesse sentido, ao se constituir como espaço institucional de uma universidade pública, a instituição atendeu a uma demanda de caráter democrático, para que os registros documentais de seus acervos fossem preservados, acessíveis e difundidos, pois, esses aspectos são relevantes para a geração do conhecimento de interesse público por meio do ensino, realização de pesquisas, e projetos de extensão. Nesse âmbito, o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" tem papel preponderante para dar sentido público ao patrimônio documental dos acervos sob sua custódia, ou seja, tornar acessível ao maior número possível de pessoas os documentos ali guardados. Com essa perspectiva, questiona-se: quais têm sido as ações que possibilitam a difusão do acervo e da instituição? A metodologia da pesquisa é bibliográfica, descritiva e documental com base na literatura científica da área de Arquivologia e áreas afins sobre memória, e nos relatórios anuais de gestão no período de 2014 até 2018. Em síntese, enquanto resultado, verificamos

que a instituição tem em suas atividades, ações que são realizadas para atender a seus objetivos propostos, enquanto uma instituição que preserva, guarda, propicia acesso e faz difusão do patrimônio documental da universidade e dos movimentos sociais, com preocupação na preservação digital e física dos acervos; abordagens de caráter educativo para difusão; inserção das suas discussões em mídias sociais (tais como, Facebook e YouTube); além da criação de um ambiente para debates (realizados na própria sede da instituição e transmitidos online nas redes sociais, todos de forma gratuita), e reflexões sobre temáticas a respeito de movimentos sociais; política brasileira e internacional; questões de gêneros; lançamentos de livros, entre tantos outros importantes.

Orientador: Jean Marcel Caum Camoleze.